



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO
CURSO DE DOUTORADO**

CÍCERO WILLIAMS DA SILVA

**DOM HELDER CAMARA EM VERSO E PROSA:
representações do bispo no universo artístico-literário**

RECIFE / 2023

CÍCERO WILLIAMS DA SILVA

**DOM HELDER CAMARA EM VERSO E PROSA:
representações do bispo no universo artístico-literário**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Religião, da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito parcial para a aquisição do título de Doutor em Ciências da Religião.

Área 44: Ciências da Religião e Teologia.

Subárea: Ciências empíricas da religião.

Linha de pesquisa: Tradições e experiências religiosas, cultura e sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Newton Darwin de Andrade Cabral

Coorientador: Prof. Dr. José Afonso Chaves

RECIFE / 2023

S586d

Silva, Cícero Williams da.

Dom Helder Camara em verso e prosa: representações do bispo no universo artístico-literário / Cícero Williams da Silva, 2023.

196 f.: il.

Orientador: Newton Darwin de Andrade Cabral

Coorientador: José Afonso Chaves.

Tese (Doutorado) - Universidade Católica de Pernambuco.
Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião. Doutorado em Ciências da Religião, 2023.

1. Camara, Helder, 1909-1999. 2. Religião e literatura.
3. Igreja Católica - Aspectos políticos. 4. Igreja e Estado.
5. Brasil - História, 1964-1985. I. Título.

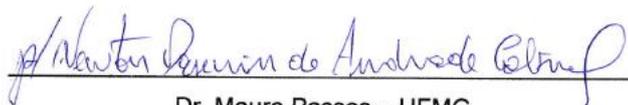
CDU 261.7(81)

Pollyanna Alves - CRB-4/1002

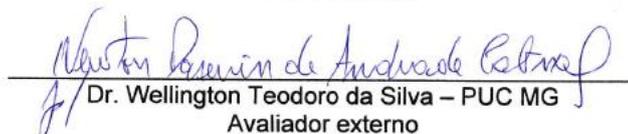
CICERO WILLIAMS DA SILVA

**DOM HELDER CAMARA EM VERSO E PROSA:
REPRESENTAÇÕES DO BISPO NO UNIVERSO ARTÍSTICO-LITERÁRIO**

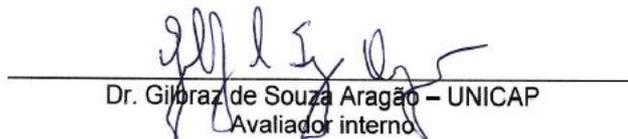
Tese **aprovada** como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciências da Religião, na Universidade Católica de Pernambuco, pela seguinte Banca Examinadora:



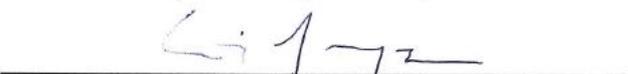
Dr. Mauro Passos – UFMG
Avaliador externo



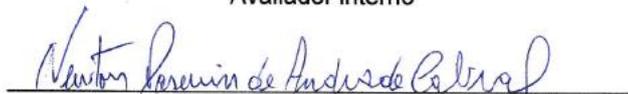
Dr. Wellington Teodoro da Silva – PUC MG
Avaliador externo



Dr. Gilraz de Souza Aragão – UNICAP
Avaliador interno



Dr. Luiz Carlos Luz Marques – UNICAP
Avaliador interno



Dr. Newton Darwin de Andrade Cabral – UNICAP
Orientador

RECIFE/2023

Ao imponderável e inefável, pelo dom da vida, sempre cultivando a esperança em dias melhores.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Católica de Pernambuco, na pessoa do magnífico reitor, Padre Pedro Rubens Ferreira Oliveira, S.J., pelo respaldo institucional.

Ao Prof. Dr. Newton Darwin de Andrade Cabral, orientador e mais que um amigo – ao longo da realização deste trabalho, e mesmo fora dela, em muitas ocasiões tem sido um “pai” na academia e além dos seus muros – pela parceria e crença na materialização desta pesquisa. Sua orientação e paciência foram determinantes para conseguirmos a serenidade necessária em tempos sombrios, como os que vivenciamos diante da pandemia da Covid-19.

Ao Prof. José Afonso Chaves, coorientador, pela sua atenção e generosidade, manifestadas por meio de valiosas sugestões teóricas e apontamentos.

À Coordenação do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião (PPGCR), da Universidade Católica de Pernambuco, nas pessoas, quando da entrada no Programa, da Prof^a Dr^a Zuleica Dantas Pereira Campos e do Prof. Dr. Luiz Carlos Luz Marques, então Coordenadora e Vice-coordenador, respectivamente e, agora na conclusão, do Prof. Dr. José Afonso Chaves e do Prof. Dr. Drance Elias da Silva, pelo apoio acadêmico e pela competente gestão do nosso PPG.

Aos professores do PPGCR, um agradecimento profundo a todos e, mais especialmente, àqueles de cujas aulas tivemos o privilégio de participar.

A todos os colegas e amigos que contribuíram, direta ou indiretamente, com o nosso percurso até aqui.

À CAPES, pelo apoio financeiro, fundamental do início ao fim da pesquisa.

É graça divina começar bem. Graça maior é persistir na caminhada certa. Mas graças das graças é não desistir nunca.
- Helder Camara

RESUMO

A cristalização da imagem de um indivíduo na esfera social é um fenômeno que demanda tempo, e para compreendê-la adequadamente, é necessário considerar uma série de ações que contribuem para esse processo. No caso de Helder Camara, vários episódios foram responsáveis por sua visibilidade no Brasil e no mundo; desde o seu envolvimento, na década de 1930, com a Legião Cearense do Trabalho, a Sindicalização Operária Feminina Católica e a adesão à Ação Integralista Brasileira, até sua atuação como padre e bispo auxiliar nas décadas de 1940 e 1950, respectivamente, no Rio de Janeiro, culminando com sua nomeação como arcebispo de Olinda e Recife, em 1964, cargo que ocupou até 1985 – ao longo de exatos vinte e um anos, coincidentes com o período em que o Brasil esteve sob um regime ditatorial. Em paralelo, percorreu os diversos países, dirigindo mensagens em prol da paz e da erradicação da miséria para grandes audiências. Consequentemente, tornou-se conhecido, tanto em nível nacional quanto internacional, e sua imagem foi firmemente consolidada. Este estudo visou a investigar uma variedade de obras artísticas produzidas desde a segunda metade do século XX até os dias atuais nas quais Dom Helder é representado como uma personagem no domínio artístico-literário. O objetivo foi analisar de que maneira essas obras contribuíram para a consolidação de suas imagens religiosa e sociopolítica. De caráter exploratório, a pesquisa demandou um levantamento bibliográfico e a análise de documentos jornalísticos e fontes primárias. Utilizamos como aporte as bases da teoria literária a fim de explorar o processo de construção de personagens, bem como a aplicação do princípio da verossimilhança no âmbito da ficção. Ademais, o conceito de representação da realidade, conforme proposto por Erich Auerbach, foi abordado. Por fim, o estudo contempla a análise do processo de recepção das obras pelo leitor, considerando os pressupostos da estética da recepção conforme delineados por Robert Jauss e Wolfgang Iser. Acreditamos, assim, que este estudo contribui para a ampliação do entendimento acerca da vida e obra de Helder Camara, focando de maneira especial no aspecto inédito da recriação de sua imagem nos âmbitos literário e ficcional.

Palavras-chave: Igreja Católica; Modelos eclesiais; Regime militar; “Bispo vermelho”; Pessoa e personagem.

ABSTRACT

The crystallization of an individual's image in the social sphere is a phenomenon that requires time, and to comprehend it adequately, one must consider a series of actions that contribute to this process. In the case of Helder Camara, several episodes were responsible for his visibility in Brazil and worldwide; from his involvement in the 1930s with the Legion of Cearense Labor, the Catholic Female Workers' Union, and his affiliation with the Brazilian Integralist Action, to his role as a priest and assistant bishop in the 1940s and 1950s, respectively, in Rio de Janeiro, culminating in his appointment as the archbishop of Olinda and Recife in 1964, a position he held until 1985 – spanning precisely twenty-one years, coinciding with the period when Brazil was under a dictatorial regime. Concurrently, he traveled to various countries, delivering messages advocating for peace and the eradication of poverty to large audiences. Consequently, he became known both nationally and internationally, and his image was firmly consolidated. This study aimed to investigate a variety of artistic works produced from the second half of the 20th century to the present in which Dom Helder is represented as a character in the artistic-literary domain. The objective was to analyze how these works contributed to the consolidation of his religious and sociopolitical images. An exploratory study, the research required a bibliographical survey and the analysis of journalistic documents and primary sources. We drew upon literary theory to explore the character-building process and the application of the principle of verisimilitude in the realm of fiction. Furthermore, the concept of the representation of reality, as proposed by Erich Auerbach, was addressed. Finally, the study includes an analysis of the reception process of the works by the reader, considering the assumptions of reception aesthetics (RA) as outlined by Robert Jauss and Wolfgang Iser. We believe that this study contributes to the broadening of understanding regarding the life and work of Helder Camara, focusing particularly on the novel aspect of the recreation of his image in literary and fictional contexts.

Key-words: Catholic Church; Ecclesial models; Military regime; "Red Bishop"; Person and character.

LISTA DE QUADROS

Quadro	ASSUNTO	Pág.
1	Representação nos cordéis: <i>Dom Helder e Dom Helder, o Profeta da Paz</i>	170

LISTA DE ANEXOS

Imagem 01: Capa do livro *O arcebispo das favelas*, de Roger Bourgeon (edição francesa)

Imagem 02: Capa do romance *Hilda Furacão*, de Roberto Drummond

Imagem 03: Cartaz do filme *Orquestra dos Meninos*

Imagem 04: Cartaz da peça teatral *O avesso do Claustro*

Imagem 05: Cartaz do espetáculo *Pro(fé)ta: o bispo do povo*

Imagem 06: Capa de uma das coletâneas de crônicas, de Nelson Rodrigues

Imagem 07: Caricaturas de Dom Helder

Imagem 08: Caricaturas de Dom Helder

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC – Ação Católica

ACI – Ação Católica Independente

ACO – Ação Católica Operária

AI-5 – Ato Institucional nº 5

CCC – Comando de Caça aos Comunistas

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CEPE – Companhia Editora de Pernambuco

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna

ELN – Exército de Libertação Nacional

ER – Estética da Recepção

EUA – Estados Unidos da América

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHEC – Instituto Dom Helder Camara

JAC – Juventude Agrária Católica

JEC – Juventude Estudantil Católica

JIC – Juventude Independente Católica

JOC – Juventude Operária Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

MEB – Movimento de Educação de Base

MEC – Ministério da Educação e Cultura

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PUC-Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

SNI – Serviço Nacional de Informações

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO	11
1 O TEXTO LITERÁRIO E OS “LIMITES” DE SUA INTERPRETAÇÃO: UM OLHAR SOBRE O LEITOR	17
1.1 ABORDAGENS TEÓRICAS EM TORNO DAS QUESTÕES LITERÁRIAS	21
1.1.1 Erich Auerbach e a representação da realidade na obra literária	26
1.1.2 Narratividade ficcional: a construção da personagem	30
1.2 ANTECEDENTES E PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA ESTÉTICA DA RECEPÇÃO	36
1.2.1 “Estéticas da recepção e do efeito”	44
1.3 CAMINHOS DA PESQUISA	62
1.3.1 Análise de conteúdo	63
1.3.2 Lugares de memória	65
2 “O BISPO CELEBRA A MISSA”: AS REAÇÕES DE PARTE DA INTELLECTUALIDADE BRASILEIRA À ATUAÇÃO POLÍTICO-RELIGIOSA DE HELDER PESSOA CAMARA	69
2.1 O BRASIL DA ÚLTIMA DITADURA MILITAR (1964-1985)	70
2.1.1 A atuação da Igreja Católica frente ao projeto de poder dos militares	76
2.2 DOM HELDER CAMARA, SUAS BANDEIRAS E OS FATORES DE CONFRONTO COM OS MILITARES	86
2.3 UMA CONTROVÉRSIA COMUNISTA NO OLHAR DE PARTE DA INTELLECTUALIDADE BRASILEIRA	105
3 SANTO OU COMUNISTA? : A RECRIAÇÃO DE DOM HELDER NO UNIVERSO ARTÍSTICO-LITERÁRIO	125
3.1 BREVE PANORAMA DA VIDA DO DOM	129
3.2 AS DIVERSAS FORMAS DE ARTE E A REPRESENTAÇÃO DO BISPO	137
3.2.1 Dom Helder é personagem de ficção teatral	138
3.2.2 Dom Helder é retratado no cinema	142
3.2.3 Dom Helder nas letras das canções	144
3.3 A REPRESENTAÇÃO DO BISPO NA LITERATURA FICCIONAL	147
3.3.1 “O arcebispo das favelas”, de Roger Bourgeon	148
3.3.2 O “pastor dos pobres”, em Roberto Drummond	156
3.3.3 Dom Helder na literatura de cordel	165
3.4. “E PARECIA UM SANTO”: A LITERATURA DIFAMATÓRIA DO ARCEBISPO	171
CONSIDERAÇÕES FINAIS	178
REFERÊNCIAS	182
ANEXOS	190

INTRODUÇÃO

Sob duas perspectivas fundamentais, a obra de arte se desdobra para fins de análise e apreciação: a estética, orientada para a apreensão da beleza artística, e a comunicacional, voltada para a interpretação do significado próprio da obra. Todavia, transcender o enfoque puramente estético, que se restringe ao prazer individual e à fruição da obra, é essencial para compreender o potencial da arte em provocar reflexões e engajamento com a realidade. Nesse sentido, as produções artísticas selecionadas em nosso estudo serão consideradas como expressões que incorporam e representam elementos da dinâmica histórica, refletindo, assim, as marcas sociais de uma determinada época.

Conforme é de conhecimento do público interessado no assunto, as Ciências da Religião constituem uma área de estudos que é, por sua constituição, multidisciplinar, e isso demanda dos seus pesquisadores, múltiplas e abrangentes abordagens do conhecimento humano. Com base em tal premissa e a partir do escopo requerido neste trabalho, incorporamos a disciplina da História como um dos componentes auxiliares imprescindíveis. Outrossim, a natureza do nosso objeto de estudos impôs a necessidade de conjuntamente recorrermos às teorias literárias. Salientamos, ainda, que por se tratar de um agente do sagrado – Dom Helder foi, sobretudo, uma liderança religiosa, e essa condição lhe conferia maior autoridade em outros âmbitos nos quais foi também um líder –, esta Tese está entrelaçada com análises que abrangem interfaces entre religião, cultura e sociedade, tríade que é a área de concentração do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, da Universidade Católica de Pernambuco.

A partir dessas premissas a pesquisa empreendida examinou obras artísticas e literárias nas quais Dom Helder Camara¹ é representado como personagem, situando essa análise em seu devido contexto histórico e no tecido social específico em que tais obras surgiram. No escopo deste estudo, a literatura assume uma posição central, uma vez que entre os variados gêneros artísticos, elegemos o produto literário como o campo primordial de investigação. Para dar base a este

¹ Esclarecemos aos que possam achar estranha a grafia do nome "Helder Camara" sem os acentos agudo e circunflexo, respectivamente, que tal particularidade tem a ver com a forma como o seu nome foi grafado quando do registro de nascimento. Assim, embora possa suscitar surpresa, tal forma não deve ser interpretada como um equívoco recorrente.

trabalho, faremos uso de importantes conceitos no âmbito da teoria literária, fornecidas por destacados pensadores².

A produção bibliográfica que elegeu como tema “Helder Camara” é qualitativa e quantitativamente expressiva. Essas obras abordam uma ampla gama de aspectos de sua vida, abrangendo desde biografias convencionais até fotobiografias, contemplando de modo particular suas atividades pastorais e seu engajamento sociopolítico. A ênfase dessas publicações está posta, sobretudo, nas bandeiras de luta do arcebispo contra as estruturas de injustiça perpetuadas pelas camadas mais abastadas e poderosas da sociedade.

Nesse sentido, algumas indagações se sobressaem: por que os estudiosos não direcionaram sua atenção, há mais tempo, para a relação de Helder Camara com o universo das artes? Mesmo considerando as publicações do ano de 2018³, até o momento únicas que abordam o “Dom artista”, é possível questionar por que, dado o tempo transcorrido desde o início da produção bibliográfica sobre sua vida e atuação, não se encontram mais obras que tratem dessa temática. Esta constatação evidencia uma lacuna significativa que nos impulsionou a produzir mais este trabalho. E, finalmente, questionamos por que, mesmo após anos de estudos acerca do arcebispo emérito de Olinda e Recife, não existe uma obra que explore sua representação no universo das artes, em suas diversas expressões e modalidades, em que sua imagem se configure como uma personagem de ficção.

É pertinente considerar se essa ausência se deve à falta de interesse dos pesquisadores em investigar esse aspecto, possivelmente por considerá-lo de menor relevância, ou por não terem percebido a existência dessa faceta ficcional vinculada à história de Dom Helder Camara. Diante disso, este estudo visa a responder as seguintes questões: de que maneira as artes retrataram Dom Helder e em que medida contribuíram para consolidar aspectos de suas imagens nas esferas

² É de nosso conhecimento que diversos escritores brasileiros se dedicaram à reflexão sobre a reconstrução da realidade por meio da literatura e à recriação de personagens ficcionais. Nesta seara, destacam-se Silvano Santiago, Alfredo Bosi, Afrânio Coutinho e José Miguel Wisnik, entre outros. No entanto, neste estudo, elegemos notadamente autores europeus que consideramos suficientes para o embasamento da pesquisa. Apesar disso, vale ressaltar que também buscamos contribuições de autores nacionais, como Antonio Candido e Fernando Segolin, cujas contribuições enriqueceram e ajudaram a aprofundar as análises realizadas.

³ As referidas obras são “Dom Helder Camara e a Sinfonia dos Dois Mundos” e “Andar às voltas com o belo é andar as voltas com Deus”: a relação de Dom Helder Camara com as artes”, ambas publicadas no ano de 2018, pela editora Bagaço, no Recife.

sacerdotais (padre/bispo/arcebispo) e sociopolíticas? Quais elementos dessa construção mimética de imagem correspondem à realidade histórica? Que aspectos da consciência de Helder Camara sobre sua atuação podem ser percebidos e utilizados como ponto de referência e comparação com a sua figura que emerge das representações artísticas nas quais é personagem? Em quais contextos históricos ocorreu a construção das imagens artística e literária do Dom?

Helder Camara buscou dar voz aos que não tinham. Para isso, habilmente aproveitou da influência que havia conquistado para conclamar as nações à conscientização global sobre a realidade enfrentada pelos pobres e injustiçado nos países do Terceiro Mundo. Sua intenção era persuadir os ouvintes da urgência de implementar mudanças rápidas e imediatas nas estruturas opressivas que subjugavam o que ele chamava de a “criação de Deus”.

Enquanto arcebispo, Dom Helder percorreu diversas partes do mundo, compartilhando mensagens de paz e de erradicação da miséria, a qual, em sua concepção, constituía a raiz de todas as formas de violência. Ele se esforçou para sensibilizar as elites e as camadas mais poderosas sobre a responsabilidade que tinham em relação aos menos privilegiados, argumentando que todos sairiam beneficiados quando a sociedade se tornasse mais justa e humanitária. Daí, a sua conclusão de que a divisão do mundo não estava necessariamente baseada na dicotomia capitalismo x socialismo, mas, sim, na separação entre países ricos e industrializados no hemisfério Norte e nações pobres e subdesenvolvidas predominantemente no hemisfério Sul; esta percepção fundamentou sua convicção de que era premente superar as barreiras que impediam uma cooperação fraterna entre as nações dos dois polos, visando a um mundo mais justo e fraterno.

Para responder às perguntas formuladas, dividimos a Tese em três capítulos.

No primeiro, intitulado “O TEXTO LITERÁRIO E OS ‘LIMITES’ DE SUA INTERPRETAÇÃO: UM OLHAR SOBRE O LEITOR”, são apresentadas as principais correntes teóricas que versam sobre a arte literária e a construção das personagens no contexto da ficção; nele é igualmente explorado o papel que o leitor desempenha na interpretação de um texto literário, tomando em consideração os postulados estabelecidos pela estética da recepção⁴.

⁴ Doravante usaremos a sigla “ER” para nos referirmos à estética da recepção.

No segundo capítulo, cujo o título é “O BISPO CELEBRA A MISSA’: AS REAÇÕES DE PARTE DA INTELLECTUALIDADE BRASILEIRA À ATUAÇÃO POLÍTICO-RELIGIOSA DE HELDER PESSOA CAMARA”, é delineada a relação com e a atuação de Dom Helder em seu contexto histórico, com ênfase em eventos que contribuíram para moldar as interpretações oferecidas pelos autores nas obras que foram objeto de nosso trabalho. O intuito é esclarecer as respostas ambivalentes observadas entre membros da intelectualidade brasileira.

No terceiro capítulo, a que demos o título “SANTO OU COMUNISTA?: A RECRIAÇÃO DE DOM HELDER NO UNIVERSO ARTÍSTICO-LITERÁRIO”, são exploradas as representações que recriam Helder Camara como personagem e, simultaneamente, a maneira pela qual a sua imagem aparece nas narrativas presentes nas expressões artísticas e literárias examinadas. Além disso, investigamos a rede de sociabilidade à qual as produções artísticas estavam conectadas, com o propósito de examinar as ambiguidades existentes naquelas representações. Esta análise abrange o processo de cristalização da imagem do bispo na ficção em contraste com a realidade factual, bem como a recepção dessas obras no contexto histórico em que foram produzidas.

Na nossa pesquisa, adotamos uma abordagem exploratória e qualitativa, apoiando-nos em uma combinação de levantamento de dados e revisão bibliográfica, com foco na representação de Dom Helder Camara como personagem em obras artísticas, notadamente na literatura. Nossa investigação, de natureza teórica, embasou-se, assim, em fontes bibliográficas e documentais para o desenvolvimento de nossas análises.

O trabalho contou com uma ampla variedade de materiais, abrangendo tanto aqueles que já haviam sido previamente publicados, como livros, artigos, periódicos e conteúdo online, quanto fontes ainda não submetidas a uma análise crítica, incluindo manuscritos, que constituíram nossas principais fontes primárias.

A coleta de dados foi orientada por uma estratégia direcionada à obtenção de fontes documentais: periódicos de grande circulação e revistas. Esta seleção tinha como objetivo identificar textos que fornecessem informações sobre o período histórico em que Dom Helder viveu – suas atividades, as opiniões de seus apoiadores e detratores – e, além disso, examinar o impacto das obras literárias que retrataram o arcebispo a partir da repercussão gerada, na época, pelas inúmeras manchetes estampadas nas fontes documentais supracitadas.

Para o estudo crítico dos dados, optamos pela abordagem da análise de conteúdo, seguindo as etapas preconizadas por Laurence Bardin, que englobam a categorização, descrição e interpretação dos materiais coletados. Estes materiais foram submetidos a um tratamento minucioso, servindo como base teórica que sustentou a nossa Tese.

Como já afirmamos, embora existam numerosas obras que abordam aspectos do viés pastoral, da dimensão mística e do engajamento social do Dom, até o momento, apenas duas obras trataram diretamente de sua relação com as artes. No entanto, nos últimos anos, observou-se um aumento no número de representações teatrais que rememoram a figura de Helder Camara, conferindo à nossa pesquisa relevância e atualidade.

Nossa investigação, em suma, visou a analisar uma ampla variedade de obras, abrangendo diversas modalidades do campo das artes, nas quais Dom Helder Camara figura como personagem, seja em um contexto ficcional ou não. Nosso interesse central repousou na análise do processo de construção dessas narrativas, a sua relação com a realidade concreta, bem como o impacto e a interpretação que tais representações suscitam no leitor.

Por fim, acreditamos que nossa pesquisa sustentou, de forma convincente, a tese proposta: Tanto quanto na vida, nas artes também prevaleceu a figura do santo sobre a do comunista. As artes, assim, ajudaram na sedimentação das imagens religiosa e sociopolítica de Dom Helder.

No que tange ao posicionamento do pesquisador, é fundamental ressaltar nossa formação acadêmica, que engloba uma graduação em História (Licenciatura Plena) pela Universidade Católica de Pernambuco, bem como um Mestrado em Ciências da Religião na mesma instituição. Nosso mestrado resultou na elaboração de uma dissertação intitulada “Quais fronteiras separam os homens e o que fazer para ultrapassá-las: Dom Helder Camara e a Sinfonia dos Dois Mundos”. Posteriormente, este trabalho foi convertido em livro com o título *Dom Helder Camara e a Sinfonia dos Dois Mundos*, publicado pela Editora Bagaço em 2018.

É importante frisar que nos dedicamos à realização de uma análise na qual buscamos a objetividade acadêmica requerida ao tratamento dos resultados de pesquisa e às considerações conclusivas. Contudo, é inegável reconhecer que as distintas etapas deste estudo exerceram um profundo impacto em nossa apreensão da cosmovisão de Helder Camara. Consequentemente, esse processo de

investigação nos facultou uma compreensão mais aprofundada das motivações, princípios e realizações de tão proeminente personagem histórica. Em virtude disso, experimentamos um crescente apreço por suas contribuições e uma profunda admiração pelo significado de sua vasta obra.

1 O TEXTO LITERÁRIO E OS “LIMITES” DE SUA INTERPRETAÇÃO: UM OLHAR SOBRE O LEITOR

Não é à toa que Machado de Assis, antecedendo-se no tempo a tudo isso, pondera que “há estados de alma em que a matéria da narração é o nada, o gosto de a fazer e de a ouvir é que é tudo”. Vale observar a atualidade da afirmação. O conteúdo, a mensagem, deixa de ser primordial, cedendo esta posição à cumplicidade que se estabelece entre criador e leitor e, ainda, a sugestão de que a obra só se realiza realmente neste duplo movimento: alguém que cria o texto e alguém que o recria no ato de ler.

- Luiza de Maria⁵

A indagação concernente à *natureza da arte* tem-se perpetuado como um assunto carente de consenso, o que propicia um cenário caracterizado por divergências interpretativas. Diante desse impasse, optamos por abordá-la alheia ao reino do indescritível, do inexprimível, e da aura quase religiosa que historicamente tem circundado a arte, endossando-lhe um estatuto quase sagrado. Assim, nosso enfoque assumiu uma trajetória redirecionada, enveredando por um questionamento alternativo: "quando a arte se configura?".

Esta reformulação nos faculta explorar as diversas concepções compartilhadas, visto que aquilo que uma cultura classifica como arte pode, em outra cultura, não ser assim classificada. Dessa maneira, o ordinário é capaz de adquirir *status* de arte, desde que tal atribuição seja deliberadamente conferida. Como explicou Danto (2005, p. 3), “nada na arte poderia mais ser invalidado através da crítica de que era historicamente incorreto. Toda e qualquer coisa era agora disponível para os artistas”.

Na contemporaneidade, testemunhamos a ampliação dos horizontes semânticos do conceito de arte, viabilizando o surgimento de uma perspectiva na qual praticamente qualquer manifestação pode ser legitimada como tal. Para teóricos como Adorno (1997, 21), as manifestações artísticas são apreendidas enquanto construtos que se forjam dentro do contexto sociocultural, exibindo uma mutabilidade sob distintas condições sociais, e ostentam definições simbólicas que transcendem sua natureza intrínseca. A respeito desse “relativismo”, encontramos:

⁵ Trecho retirado de obra escrita por Maria (2006. p. 53). Vide referências.

As discussões sobre arte vão além da decisão do que deve ser incluído na categoria de belas-artes [...] fica claro que a arte tem muitas funções sociais, que variam em diferentes tipos de sociedade, mas geralmente ligadas à religião, ao controle social e ao comércio. Os traços mais salientes das artes nas sociedades modernas são sua infinita variedade e a coexistência das perspectivas antagônicas a seu respeito. A arte pode ser considerada sublime ou banal; dispensável ou vital; inócua ou bastante perigosa para ser regulamentada e mesmo censurada. As mais raras são as que vieram a ser chamadas de belas-artes, concebidas para terem um fim em si mesmas, a expressão da criatividade individual espontânea, transcendendo seu tempo e lugar (Zolberg, 2006, p. 59-60).

Sob a ótica de uma perspectiva sociológica, cuja validade argumentativa é aqui sustentada, postulamos que a arte, em semelhança com a religião, emerge como uma construção de natureza social, revelando-se dentro de contextos temporais e espaciais precisos, conectada a determinada coletividade. Ela se delinea como um meio de interpretação característico de um determinado conjunto social, o qual, em sua extensão máxima, assume posicionamentos que tanto reiteram quanto impugnam os princípios e códigos valorativos que o definem. A dialética entre a obra artística e a sociedade forja uma dinâmica propulsora, detentora da capacidade de instigar transformações: a sociedade experimenta metamorfoses e engendra objetos artísticos com múltiplas facetas interpretativas; por sua vez, a obra de arte, ao corroborar ou questionar esses paradigmas, incita alterações na tessitura social.

Não obstante, é crucial reconhecer que a função da arte vai além dessas interações. Ela se consolida, adicionalmente, como um agente pré-formador e motivacional dos comportamentos sociais, instituindo um movimento preambular que precede a abordagem sociológica delineada anteriormente. Como explicou Regina Zilberman ao discutir o tema sob o prisma da ER⁶, a partir de Hans Robert Jauss:

A função social da arte advém da possibilidade de influenciar o destinatário, quando veicula normas ou quando as cria. No primeiro caso, pode reproduzir padrões vigentes; mas, como, ao fazê-lo, reforça-o (é o exemplo da literatura de massa), mesmo nessa circunstância ela ultrapassa a condição de reflexo. Além disto, a arte pode se antecipar à sociedade, como ocorre à produção contemporânea: esta é caracteristicamente inovadora, rompendo com o código consagrado. Por consequência, coloca-se à frente da sociedade e exerce com mais vigor seu caráter emancipatório. Ao se adiantar aos modelos coletivamente aceitos, assume natureza

⁶ Este tópico será abordado na seção “Antecedentes e pressupostos teóricos da Estética da Recepção”, que tem como subseção “Estéticas da recepção e do efeito”.

utópica, apresentando não o que é, mas o que poderia ser ou ter sido (Zilberman, 2004, p. 50-51).

Concebemos a arte, sob a condição de ser acolhida e assimilada por uma determinada sociedade, como uma materialização própria da imaginação simbólica, investida com a capacidade de comunicar. Embora possamos reiterar que as expressões artísticas são encarnações da atividade humana que evocam nosso sentimento de admiração, para além dessa dimensão de "elevação da alma", é crucial reconhecer, como já enfatizamos, que sua gênese é enraizada em construções sociais. Em outras palavras, resulta da confluência de interações entre os agentes individuais e práticas culturais. É mediante essa lente interpretativa que devemos abordar as obras artísticas e literárias selecionadas no âmbito de nosso estudo, nas quais Dom Helder Pessoa Camara surge como uma personagem moldada pelas regras inerentes às artes.

Outrossim, um componente de pertinência que deve ser incorporado à nossa apreciação da obra de arte é sua capacidade inata de comunicação, atuando como um agente subjetivo. Em contrapartida, incumbimo-nos da tarefa de desvendar e redefinir sua mensagem por meio da apreensão da linguagem peculiar que a permeia. Nesse contexto, defendemos que

as artes possuem linguagem própria. Quando dizemos "arte", no singular, estamos usando de abstração para construir, teoricamente, um conceito, pois não existe uma só arte em termos empíricos. Ou seja, o que podemos ver, sentir, tocar, ouvir, experimentar e pensar – expressão empírica ou fenomênica – se expressa em formas diferentes, com diferentes materiais e em contextos sócio-histórico-culturais específicos no tempo. Dessa maneira, embora a arte tenha um sentido universal para os humanos, cada povo terá sua forma singular de expressá-la, culturalmente guiada. A arte, portanto, é uma abstração (Silva, C., 2018, p. 31).

O ato de criação artística, como se evidencia, desenrola-se dentro do universo das abstrações, valendo-se da faculdade imaginativa como veículo para a consecução desse intento, orientado por uma tentativa de subjugar e reformar a realidade empírica, por intermédio do engenho simbólico criativo. Então, a produção artística assume a forma tangível de uma concepção mental e se exterioriza mediante uma linguagem – circunstância que atesta sua possibilidade de carregar um "significado". Por conseguinte, essa produção artística pode e, por sua vez, deve ser suscetível de interpretação por parte de outrem, haja vista ser dedicada à comunicação. Além disso, considerando-a como uma entidade de natureza

sociocultural, a criação artística é resultante da interação entre seus agentes sociais: o artista, detentor da função de erigir a obra, e o apreciador de arte, incumbido da tarefa de empreender sua leitura, análise e interpretação. Dessa forma, ambos contribuem para a construção do significado subjacente a uma dada obra. Enquanto o primeiro assume esse papel por meio de sua produção, o segundo o desempenha através da leitura crítica e da interpretação. Nesse sentido, as palavras de Chauí (1995, p. 413), presentes em *Convite à Filosofia*, revestem-se de pertinência elucidativa:

O artista é um ser social que busca exprimir seu modo de estar no mundo na companhia dos outros seres humanos, reflete sobre a sociedade, volta-se para ela, seja para criticá-la, seja para afirmá-la, seja para superá-la.

Nesse ponto, deparamo-nos com o domínio da linguagem, um mecanismo que a humanidade desenvolveu com o propósito de veicular sua interação com o mundo, configurando-se como um simulacro da realidade histórica que a circunscreve. E, alicerçando essa reflexão, ressoam as ponderações de Brait (1985, p. 12), nesse jogo, “muitas vezes tomamos por realidade o que é apenas linguagem (e há quem afirme que a linguagem e a vida são a mesma coisa)”. Dessa forma, subscrevemos a perspectiva que encara a linguagem como um intrincado processo semiótico, empregado para veicular as múltiplas realidades assimiladas por cada indivíduo, desempenhando um papel primordial na sustentação da vida em sociedade.

A arte se encontra imersa em uma linguagem de natureza sofisticada, que se desenvolve no interior de um contexto delimitado, operando segundo uma dinâmica interna denominada de elementos formais: englobando técnicas e meios empregados, o teor das representações visuais ou das linguagens adotadas, bem como as influências estéticas advindas de obras criadas sob a mesma tradição ou similitude. Não obstante, essa expressão artística não abandona sua funcionalidade extrínseca, preservando sua capacidade de estabelecer conexões com seu entorno, o que a coloca como uma manifestação decorrente de um processo social. Em consonância com tal perspectiva, reiteram-se as palavras de Zolberg (2006, p. 37):

a arte deve ser contextualizada, em termos de lugar e tempo, em sentido geral, bem como, mais especificamente em termos de estruturas institucionais, normas de recrutamento, treinamento profissional, recompensa e patronato ou outro apoio qualquer. [...] na

relação do artista e da obra de arte com as instituições políticas e das ideologias, e outras considerações extraestéticas.

Dito de outra maneira, a linguagem da arte é elaborada a partir de uma lógica interna, mantendo, contudo, sua ligação com o âmbito sociocultural circundante.

Consoante aos preceitos advogados pelos construtivistas/formalistas russos (temática que será abordada em etapa subsequente), a arte adota uma linguagem extraída de sua utilização cotidiana. Isso implica que a linguagem é partilhada por todos, porém, a forma pela qual a arte a emprega é o que a diferencia, incorporando-a em um "jogo" que adquire significado e valor artístico. A linguagem, assim empregada, adquire uma existência própria, repleta de normativas e significados no universo das artes, adotando, por conseguinte, mecanismos de operação específicos.

No tocante à recepção de uma obra de arte, o artista propõe, entretanto, ela somente adquirirá coerência dentro dos parâmetros inerentes ao seu próprio "jogo". Aqueles que se posicionarem à margem desses parâmetros correm o risco de não conseguirem discernir nenhum sentido latente. Destarte, a arte somente exerce sua funcionalidade para aqueles que a interpretam como tal, sendo inviável encontrá-la preconcebida e completa. Como precisamente articulado pelo filósofo Goodman (1990, p. 18), a arte é uma forma de fazer mundo, pois através dela construímos "versões de mundo". São estas as premissas inaugurais que estruturam o nosso arcabouço teórico, conferindo-lhe a capacidade de empreender uma análise acerca da representação da figura de Dom Helder Camara no campo artístico e literário.

1.1 ABORDAGENS TEÓRICAS EM TORNO DAS QUESTÕES LITERÁRIAS

Na análise literária, é comum enfatizar o campo das "belas letras", que engloba a poesia, peças dramáticas e similares. No entanto, essa perspectiva constitui apenas uma subdivisão dentro do âmbito literário. Por outro lado, na percepção popular, a literatura é amplamente compreendida como abrangendo qualquer forma de expressão textual, desde composições culinárias até escritos científicos.

Durante o século XX, eruditos russos se empenharam em discernir a distinção entre textos literários e não literários, direcionando sua atenção para a dimensão da "forma". O objetivo residia em identificar uma estrutura específica que conferisse à

obra a qualidade de literariedade. Nesse percurso, os estudiosos definiram que um texto seria considerado literário ao apresentar um desvio da norma linguística cotidiana, que prevalece em nossa comunicação comum, uma vez que tal desvio acarretaria em uma ruptura com a normatividade.

A virada do século XIX para o XX presenciou um período de efervescência intelectual e artística na Rússia, culminando no surgimento de movimentos revolucionários que redefiniriam os campos da teoria literária e linguística. Nesse contexto, os formalistas russos e o Círculo Linguístico de Moscou emergiram como figuras proeminentes, suas contribuições inovadoras moldaram a maneira pela qual abordamos a análise literária e a pesquisa linguística.

O movimento formalista russo, cujas raízes remontam à primeira década do século XX, representou um desafio radical às convenções críticas predominantes da época. Sob a liderança de teóricos como Roman Jakobson⁷, Boris Eichenbaum⁸ e Viktor Shklovsky⁹, o movimento propôs uma análise literária que se desviava do enfoque subjetivo e emocional predominante. Em vez disso, sua atenção se voltou para a forma literária, explorando elementos estilísticos, técnicas narrativas e estruturas formais. Central para a perspectiva formalista estava o conceito de "estranhamento", introduzido por Shklovsky, que enfatizava a importância de desfamiliarizar o familiar, estimulando uma abordagem crítica por parte do leitor. Afirma Shklovsky:

O propósito da arte, então, é nos conduzir ao conhecimento de algo através do órgão da visão, em vez de reconhecimento. Ao "estranhar" objetos e complexificar formas, o artifício da arte torna a percepção prolongada e "laboriosa". O processo perceptual na arte

⁷ Roman Jakobson (1896-1982) foi um intelectual russo que se dedicou ao campo da linguística. Seus estudos sobre a análise estrutural da linguagem, da poesia e da arte provocou grande impacto no século XX, debruçando-se, por exemplo, sobre as obras de Edgar Allan Poe. Destacamos, entre os vários textos do autor, a coleção *Escritos selecionados*, em seis volumes, produzidos entre 1962 e 1985.

⁸ Boris Eichenbaum (1886-1959) foi um teórico literário russo do início do século XX, reconhecido por sua influência no desenvolvimento da abordagem formalista à análise literária. Sua principal obra é *The Theory of the "Formal Method"* (Teoria do "Método Formal"), que foi publicada em 1926. Nesse trabalho, Eichenbaum explora e define os princípios do formalismo russo, uma abordagem crítica que se concentra nas características formais e estruturais da literatura, destacando o conceito de "estranhamento" como um elemento central da apreciação estética.

⁹ Viktor Shklovsky (1893-1984) foi também um teórico literário russo do século XX, destacado por sua significativa contribuição para o formalismo russo e pela introdução do conceito de "estranhamento" na análise estética. Sua principal obra é *Art as Technique* (A Arte como Técnica), publicada em 1917. Neste ensaio, Shklovsky apresenta a ideia de que a literatura deve revitalizar a percepção, tornando o familiar algo novo e complexo, enfatizando a importância da forma e do estilo na criação artística.

possui um propósito próprio e deve ser ampliado ao máximo. A arte é um meio de experimentar o processo de criatividade. O artefato em si é bastante irrelevante (Shklovsky, 1991, p. 6. *Tradução nossa*).

O conceito de estranhamento, para os formalistas, demonstrou ser uma contribuição seminal para a teoria literária. Shklovsky argumentou que a literatura deveria interromper a automatização perceptiva, evitando que o leitor se acostumasse ao familiar, e encorajando-o a se envolver de maneira mais ativa com a obra. Isso foi realizado por meio de técnicas literárias que alteravam a linguagem e a estrutura narrativa, tornando-as perceptíveis e desafiadoras. A teoria do estranhamento não apenas revitalizou a abordagem à literatura; ela também estabeleceu as bases para abordagens críticas subsequentes que exploram a relação entre forma e conteúdo, bem como o papel ativo do leitor na interpretação.

O estranhamento assume o papel de um dos conceitos estéticos mais específicos e, simultaneamente, mais abrangentes no que diz respeito ao impacto que cria. Sua especificidade surge da sua concepção como a essência constitutiva da própria expressão artística, não se circunscrevendo apenas a um mero efeito estético, uma categoria formal ou uma reação sensorial. Por conseguinte, tal conceito se desdobra na sua amplitude ao facultar uma investigação do *modus operandi* pelo qual as obras de arte interagem com a capacidade perceptiva, em detrimento da análise da natureza própria dessa relação. O cerne do estranhamento reside na ênfase atribuída à utilização linguística, almejando, assim, conferir à obra de arte um estatuto de artefato autônomo de cunho sócio-histórico, construído com a pretensão de incitar uma experiência estética.

Ademais, os formalistas expandiram uma metodologia originalmente aplicada à poesia para abranger textos em prosa, gerando uma problemática complexa. Isso decorre da concepção de que a literariedade de um texto deriva da peculiaridade da linguagem que emprega, uma ideia suscetível a ambiguidades. Um exemplo elucidativo é encontrado em ensaios filosóficos que podem exibir uma linguagem minuciosamente elaborada, que se afasta das normas convencionais; contudo, em virtude dessa distinção, não são automaticamente classificados como "literatura".

Na busca por atenuar essa questão, os formalistas russos elaboraram o conceito de "função", que envolve a atribuição de procedimentos textuais a funções predominantes ou secundárias, um papel que se altera ao longo do tempo. Assim, um conjunto de texto reconhecido como literário em uma época poderia não ter sido

considerado dessa maneira em períodos anteriores. Apesar de sua relevância, essa noção enfrenta desafios históricos: à medida que as sociedades evoluem, suas formas de expressão também se transformam. O que é considerado um desvio da norma no presente pode não ser percebido dessa forma no futuro. Além disso, a definição do que constitui a norma linguística é uma tarefa complexa, influenciada por variações regionais. Portanto, a percepção do que é literário (ou não) passa por mudanças ao longo do tempo.

A literariedade, como toda definição de literatura, compromete-se, na realidade, com uma preferência extraliterária. Uma avaliação (um valor, uma norma) está inevitavelmente incluída em toda definição de literatura e, conseqüentemente, em todo estudo literário. Os formalistas russos preferiam, evidentemente, os textos aos quais melhor se adequava sua noção de literariedade, pois essa noção resultava de um raciocínio indutivo: eles estavam ligados à vanguarda da poesia futurista. Uma definição de literatura é sempre uma preferência (um preconceito) erigido em universal (por exemplo, a desfamiliarização). Mais tarde, o estruturalismo em geral, a poética e a narratologia, inspirados no formalismo, deviam valorizar do mesmo modo o desvio e a autoconsciência literária, em oposição à convenção e ao realismo. A distinção proposta por Barthes, em *S/Z*, entre o *legível* (realista) e o *escriptível* (desfamiliarizante), é também abertamente valorativa, mas toda teoria repousa num sistema de preferências, consciente ou não (Compagnon, 2010, p. 43).

A literariedade, definida como a característica que nos permite identificar um texto como literário, conforme entendida pelos formalistas russos, não é uma propriedade imutável, mas, sim, uma distinção entre diferentes formas discursivas. Por causa disso, surge a necessidade de explorar a relação entre "norma" e "juízo de valor", o que está diretamente ligado à maneira como os apreciadores de literatura interpretarão distintos tipos de texto.

A literariedade não se manifesta como uma característica intrínseca, mas, sim, como uma partícula diferenciadora que desponta nos discursos, produzindo um efeito que, por sua vez, conduz à categorização de um texto como literário. Contudo, é crucial reconhecer que esse efeito não está exclusivamente restrito aos textos literários, o que implica que a presença de literariedade, por si só, pode não ser suficiente para uma definição abrangente de literatura.

A literatura se contrapõe ao discurso pragmático¹⁰ ao se apresentar como uma linguagem autorreferencial, ou seja, uma forma peculiar de expressão

¹⁰ Os discursos pragmáticos podem ser identificados como expressões comunicativas de caráter funcional e direcionadas a objetivos específicos. Exemplos clássicos englobam cartas, bilhetes,

linguística que reflete sobre si mesma. Em outras palavras, a literatura assume uma abordagem única ao tratar de sua própria natureza. No entanto, a categorização de um texto como pragmático ou não pragmático parece depender, em grande medida, da interpretação do leitor, conforme destacado por Roman Jakobson em sua obra *Linguística e comunicação*: “a ambiguidade se constitui em característica intrínseca, inalienável, de toda mensagem voltada para si própria” (Jakobson, s.d, p.149). O texto literário se caracteriza pela presença de ambiguidades, ambivalências e contradições, repleto de elementos que não têm um referencial exato no mundo concreto. Por conseguinte, ele sugere um inacabamento, sendo sua finalização incumbência do leitor¹¹.

A essa altura, começamos a considerar a literatura como sendo um conjunto de textos que obtém uma valorização significativa em contextos históricos e sociais específicos, sendo legitimado por influências políticas e institucionais. Assim, o conceito de literatura transcende sua natureza ontológica e assume um caráter funcional, sobre-excedendo em momentos determinados. O cânone literário¹², longe de ser estático, é um produto histórico sujeito a processos de construção e desconstrução ao longo do tempo.

Diante disso, a indagação se desloca do ângulo "o que é literatura" para "quando é literatura", à medida que a contextualização histórica passa a ser um fator decisivo na definição do conceito de literatura, o qual se modifica ao longo das

manuais de instruções e congêneres. Por contraste, os discursos não pragmáticos, no âmbito literário, manifestam uma orientação peculiar, desprovida de uma intenção pragmática. Ao invés de buscar o alcance de propósitos comunicativos específicos, esses discursos têm por alvo a autocontemplação e a exploração de elementos linguísticos e temáticos de natureza interna. Esta autorreferencialidade linguística, qualificada como língua autorreferencial, constitui uma característica central desses discursos, permitindo-lhes transcender a mera representação do mundo e empregar um espelho reflexivo da realidade para dialogar com o próprio domínio literário.

¹¹ Adiante, na subseção “Estéticas da recepção e do efeito”, destacaremos o papel do leitor como o elemento central para a obra literária alcançar seu efeito.

¹² O cânone literário se refere a uma lista de obras que são consideradas as mais importantes, influentes e valorizadas em uma determinada cultura ou época. Essas obras são geralmente vistas como representativas do melhor da literatura e, frequentemente, servem como pontos de referência para a crítica, o ensino e a análise literária. O cânone literário pode variar de uma cultura para outra e ao longo do tempo. Obras que estão incluídas nele são frequentemente escritas por autores renomados, têm um impacto duradouro na literatura e na sociedade, e são consideradas de grande relevância artística e intelectual. No entanto, o conceito de cânone também é objeto de críticas, pois tende a refletir valores, preconceitos e visões de mundo da sociedade em que é estabelecido, excluindo, muitas vezes, vozes e perspectivas marginalizadas. Portanto, o cânone literário é uma construção cultural que pode mudar ao longo do tempo à medida que novas obras e autores são reconhecidos e valorizados, e à medida que as perspectivas sobre o que é importante na literatura avançam.

épocas. Como afirmou Compagnon (2010, p. 44), “não há essência da literatura, ela é uma realidade complexa, heterogênea, mutável”.

As perspectivas derivadas das abordagens formalistas e linguísticas mantêm sua relevância substancial no cenário contemporâneo da teoria literária. Os princípios fundamentais, incluindo a noção de estranhamento, a função poética e a análise formal, persistem como ferramentas para compreender as dinâmicas operacionais das obras literárias. Além disso, essas abordagens esclarecem o papel ativo do leitor na construção de significado, destacando a interatividade e a interpretação colaborativa como elementos cruciais no processo de decodificação textual.

Além de sua importância particular, vale mencionar a ampliação do impacto das abordagens formalistas. Tais abordagens forneceram uma base conceitual para a análise de expressões textuais não convencionais, incluindo manifestações digitais e visuais. Ao estender sua aplicação a domínios contemporâneos caracterizados por uma diversidade de modalidades expressivas, o enfoque formalista demonstra sua adaptabilidade e resiliência, contribuindo para a ampliação do escopo da teoria literária e para a compreensão de estruturas significativas que transcendem as fronteiras tradicionais da produção textual.

1.1.1 *Erich Auerbach e a representação da realidade na obra literária*

A discussão em torno da representação da realidade no âmbito artístico tem raízes que remontam ao período clássico da Grécia Antiga, destacando-se as contribuições dos filósofos Platão e Aristóteles no desenvolvimento do conceito de *mímesis*. O contraste de perspectivas entre esses dois pensadores em relação a essa temática tem sido objeto de análises detalhadas ao longo do tempo.

Em sua obra *A República*, Platão sustenta a noção de que a arte constitui uma forma de imitação de segundo grau, uma cópia derivada de outra cópia.

De um modo geral, a arte de imitar, executa as suas obras longe da verdade, e, além disso, convive com a parte de nós mesmos avessa ao bom senso, sem ter em vista, nesta companhia a amizade, nada que seja são ou verdadeiro. [...] a arte de imitar só produz mediocridades (Platão, 1990, p. 468).

Esquematizando seu argumento, ele delineia três níveis: a) o reino das ideias, onde as essências das coisas existem em sua pureza; b) a realidade sensível,

representando um "simulacro imperfeito" do mundo das ideias; c) a arte, que emula a realidade. Dessa maneira, a arte não se propõe a reproduzir o modelo (a essência), mas, sim, a imitação desse modelo, resultando em uma representação distorcida da verdade ideal. Essa perspectiva tende a associar a arte à noção de falsidade.

Em contraposição, Aristóteles adota uma abordagem que focaliza não o "estado puro das coisas", mas, isto sim, a maneira pela qual o artista recria a realidade histórica e estabelece uma imagem plausível.

A epopeia, a tragédia, assim como a poesia ditirâmbica e a maior parte da aulética e da citarística, todas são, em geral, imitações. Diferem, porém, umas das outras, por três aspectos: ou porque imitam por meios diversos, ou porque imitam objetos diversos ou porque imitam por modos diversos e não da mesma maneira. [...] O imitar é congênito no homem (e nisso difere dos outros viventes, pois, de todos, é ele o mais imitador, e, por imitação, aprende as primeiras noções), e os homens se comprazem no imitado (Aristóteles, *s. d.*, posições 102 e 153).

Também distingue a realidade factual da ficcional, quando defende que, a primeira, diz das coisas que sucederam (refere-se ao particular); a segunda, diz das coisas que poderiam suceder, de acordo com a verossimilhança e a necessidade (refere-se ao universal), porque atribui a um indivíduo de determinada natureza, pensamentos e ações que, por liame de necessidade e verossimilhança, convém a tal natureza (Aristóteles, *s. d.*, posição 290).

O pensamento aristotélico, adaptado, sugere que a arte é uma forma de manifestação mimética, não limitada a uma simples cópia da realidade objetiva. De acordo com Lima (1980, p. 47),

mais do que nunca, *mímesis* não pode ser tomada como *imitatio*. [...] isso não seria correto sequer em Platão, pois a imagem não é o duplo da coisa a que se refere e porque é incapaz de representar as ideias. A *mímesis* é sinônimo de um campo fantasmal, é o outro da sombra, nem sequer a própria sombra, pois esta ainda supõe um corpo que a projeta. Em Aristóteles, ao invés, a *mímesis* partilha das leis que governam a *physis*, é uma potencialidade (*dynamis*) que explode em um produto (*ergon*).

Em consonância com essa linha de pensamento, a *mímesis* aristotélica é compreendida como uma potencialidade que se materializa no produto artístico. Ela representa o que "poderia ser", em vez do que é efetivamente, sendo uma realidade potencial que se reconfigura no contexto da obra literária. Essa lógica do "poderia

ser", no contexto literário, deve ser percebida como uma verdade inerente à obra, justificando certos eventos que não necessariamente se vinculam a uma realidade observável no mundo concreto. Esse aspecto é denominado de verossimilhança¹³ interna da obra, um componente estrutural da *mímesis* que, quando concebido de maneira adequada, culmina na catarse. A catarse é vista como uma experiência comunicativa fundamental na arte, proporcionando prazer e incitando ação no espectador, incentivando a adoção de novas normas de comportamento social.

É relevante considerar que a realidade apresentada na obra de arte transcende a realidade histórica, não se limitando a uma mera reprodução desta última. A arte busca representar a realidade de maneira transfigurada e transformadora, por meio da ação mimética que resulta em uma imitação criativa, ou seja, uma recriação de outra realidade. Portanto, a nosso ver, as representações do arcebispo Helder Camara em produções artístico-literárias não podem ser, em sua totalidade, tomadas como fatos históricos, mas, sim, como uma forma de "pararrealidade".

No bojo dessa discussão, despontam dois movimentos inevitáveis no universo artístico, em geral, e no literário, em particular. Em primeiro lugar, o movimento "de fora para dentro" destaca que a obra de arte carrega marcas de sua época e sociedade. Em contrapartida, o movimento "de dentro para fora" ressalta que a criação artística busca contribuir para o mundo exterior à obra. Ciente dessa dinâmica, Erich Auerbach¹⁴ concentra-se no segundo movimento, procurando entender a relação entre o interior e o exterior da obra de arte. Sua análise enfoca a ideia de que a realidade, na esfera ficcional, difere da verdade histórica. Ele argumenta que autores como Homero não visam a criar narrativas historicamente verdadeiras, mas a provocar um efeito de realidade por meio de suas obras.

No arcabouço conceitual de Auerbach, a concepção de realidade transcende a transposição do substrato tangível para o âmbito da criação artística. A experiência estética de maior magnitude se desvela no momento em que se promove uma abordagem crítica e problematizadora da realidade empírica. Em outras palavras, o artefato artístico será tanto mais realista quanto mais estabelecer um diálogo

¹³ Este tema será, neste trabalho, aprofundado na subseção seguinte, intitulada "Narratividade ficcional: a construção da personagem".

¹⁴ Erich Auerbach (1892-1957) foi um filólogo alemão, teórico e historiador da literatura. Como estudioso e crítico, deu sua contribuição ao campo literário. Sua obra mais conhecida é "*Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*".

provocativo com o contexto factual. Isto porque a obra de arte é sensível à ingerência do mundo externo; entretanto, em sua interioridade, subsiste a potencialidade de reconfigurar tal realidade histórica. Tal perspectiva proativa é contemplada como um agente participativo e construtivo na esfera do tecido social.

Em sua obra intitulada *Mimesis*¹⁵, na seção conhecida como "A cicatriz de Ulisses", Erich Auerbach sustenta a ideia de que a realidade encapsulada no domínio ficcional se distingue substancialmente da verdade histórica. Auerbach esclarece, como já observamos, que a intenção de Homero, por meio de seus poemas, não consiste em edificar uma narrativa fidedigna em termos históricos. Em vez disso, a proposta é incitar um efeito de realidade, um impacto verossímil, através de sua criação literária. Afirma o autor:

E eles [os poemas] nos encantam e cativam de tal maneira que realmente compartilhamos o seu viver. Enquanto ouvimos ou lemos a sua estória, é-nos absolutamente indiferente saber que tudo não passa de lenda, que é tudo "mentira". A exprobração frequentemente levantada contra Homero de que ele seria um mentiroso nada tira da sua eficiência; ele não tem necessidade de fazer alarde da verdade histórica do seu relato, a sua realidade é bastante forte; emaranha-nos, apanha-nos em sua rede, e isto lhe basta. Neste mundo "real", existente por si mesmo, no qual somos introduzidos por encanto, não há tampouco outro conteúdo a não ser ele próprio; os poemas homéricos nada ocultam, neles não há nenhum ensinamento e nenhum segundo sentido oculto (Auerbach, 1998, p. 10).

Na obra literária somos convidados a transcender a dimensão do mundo concreto e a imergir no plano ficcional. É de rigor reconhecer que o texto literário não se destina a veicular a verdade no sentido absoluto, mas, sim, a apresentar uma realidade peculiar, inserida no campo das artes. Esse fenômeno pode ser adequadamente esclarecido mediante a exploração do conceito de verossimilhança, que proporciona às personagens uma dimensão histórica tangível por meio das contradições internas que permeiam, encarnam e experimentam. Portanto, isso implica a representação da realidade não estar necessariamente condicionada a uma reprodução "ostensiva" da realidade empírica, caracterizada pela busca de uma compreensão completa do real factual. Em vez disso, a representação efetua-se por meio de um modo particular de apreender a realidade histórica.

¹⁵ Obra escrita por Erich Auerbach durante a Segunda Guerra Mundial, em Istambul (Turquia), local onde, à época, o autor residia após ter sido demitido pelo regime nazista, em 1935, do seu posto de professor de Filologia Românica, na Universidade de Marburg, na Alemanha.

1.1.2 Narratividade ficcional: a construção da personagem

Os relatos de caráter ficcional e histórico se tecem a partir de abordagens que se aproximam da sociedade, da mentalidade e dos valores de uma dada época. No entanto, a literatura, como veículo artístico, busca oferecer uma perspectiva panorâmica do passado sem estar invariavelmente vinculada a um compromisso explícito com as fontes históricas. Ao autor é conferida uma margem de liberdade para manipular os eventos, complementar as fontes e criar explicações plausíveis, comportamentos verossímeis e cenários condizentes com o contexto histórico. Contrariamente, no campo da historiografia, o pesquisador assume uma responsabilidade mais substancial em relação às provas que emanam das fontes. Sua análise é ancorada nas investigações e considerações das fontes primárias e secundárias.

Devemos considerar a função e a importância da ficção no terreno da vivência humana. O espaço ficcional nos posiciona de maneira peculiar, situando-nos, simultaneamente, em um plano de distanciamento e proximidade frente a eventos específicos que, no cotidiano, talvez não pudessem ser observados com a mesma profundidade. Rosenfeld explica:

A grande obra literária nos restitui uma liberdade – o imenso reino do possível – que a vida real não nos concede. A ficção é o lugar ontológico privilegiado: lugar em que o homem pode viver e contemplar, através de personagens variadas, a plenitude da sua condição, e em que se torna transparente a si mesmo; lugar em que, transformando-se imaginariamente no outro, vivendo outros papéis e destacando-se de si mesmo, verifica, realiza e vive a sua condição fundamental de ser autoconsciente e livre, capaz de desdobrar-se, distanciar-se de si mesmo e de objetivar a sua própria situação (Rosenfeld *In* Candido *et al.*, 1981, p. 33).

O universo mimético cria, frequentemente, uma seleção de momentos extraídos e transfigurados da realidade empírica que existe fora da obra; no entanto, ainda assim tal realidade histórica adquire uma imanência própria dentro do tecido da obra.

Consoante os postulados de Gancho (2002, p. 9), toda narrativa é estruturada em torno de cinco elementos, sem os quais sua existência é inviável. Estes elementos são: enredo (ou fato), personagens, tempo, espaço e narrador. Com efeito, a narrativa carece da presença de acontecimentos que são experienciados pelas personagens em espaço e tempo específicos. Não obstante, mesmo

reconhecendo a relevância de todos esses elementos, um deles adquire proeminência singular: as personagens.

Como observa Segolin (1978, p. 15), ao longo do percurso histórico, devido à sua relação própria com a condição humana, a personagem frequentemente é configurada de modo a corresponder às premissas de verossimilhança, possibilidade e necessidade enraizadas nos fundamentos da teoria literária clássica. À medida que a análise do romance se expandiu no decorrer do século XX, uma série de teóricos se dedicaram à investigação das personagens, com o intuito de estabelecer classificações e elucidar sua origem, essência e função.

Do cenário dos formalistas russos aos meandros do pensamento pós-moderno, surgiram hipóteses sobre a representatividade social da personagem, sua caracterização como "arredondada" ou "plana" no âmbito textual, os papéis que desempenha no corpo da narrativa, bem como suas interações com o autor e o narrador. Em tempos contemporâneos, há uma inclinação a considerá-la além de seu caráter antropomórfico, uma vez que sua função transcende a reprodução da realidade empírica; ao invés disso, a personagem aflora como um elemento que contribui significativamente para a construção da composição textual, ostentando uma natureza motriz que impulsiona a narrativa. O exemplo a seguir é esclarecedor:

Seria possível que as orações "Mário estava de pijama. Ele batia uma carta na máquina de escrever" constassem de um relato policial que prosseguisse assim: "... quando entrou o ladrão...". Se o texto, porém, prosseguir assim: "Sem dúvida ainda iria alcançá-la. Afinal, Lúcia decerto não podia partir depois-de-amanhã", sabemos que se trata de ficção. Notamos, talvez sem reconhecer as causas, que Mário não é uma pessoa e sim uma personagem. Certas palavras sem importância aparente nos colocam dentro da consciência de Mário, fazem-nos participar de sua intimidade: "sem dúvida", "afinal", "decerto", "depois-de-amanhã". Tais palavras indicam que se verificou uma espécie de identificação com Mário, de modo que o leitor é levado, sutilmente, a viver a experiência dele. Mais evidentes seriam verbos definidores de processos psíquicos, como "pensava", "duvidava", "receava", os quais, quando referidos à experiência temporalmente determinada de uma pessoa, não podem, por razões epistemológicas, surgir num escrito histórico ou psicológico (Candido *et al.*, p. 23-24).

Uma personagem é capaz de ser construída por meio de uma amalgamação de elementos que podem incluir vestígios da personalidade do autor, indivíduos reais, figuras históricas, outras personagens, entre outros. Essa convergência, identificada pelos teóricos como verossimilhança, concebe a criação de um senso de

autenticidade, ou seja, um simulacro de veracidade. No entanto, tal criação, por mais que possa ressoar com traços da realidade, subsiste, invariavelmente, como uma construção inventiva, plasmada no contexto da obra. Cumpre salientar que esse constructo não deve ser equivocadamente associado a uma replicação precisa da realidade histórica, uma vez que se trata de uma elaboração adaptada e moldada às contingências do universo ficcional. Vejamos:

Quando, lendo um romance, dizemos que um fato, um ato, um pensamento são inverossímeis, em geral queremos dizer que na vida seria impossível ocorrer coisa semelhante. Entretanto, na vida tudo é praticamente possível; no romance é que a lógica da estrutura impõe limites mais apertados, resultando, paradoxalmente, que as personagens são menos livres, e que a narrativa é obrigada a ser mais coerente do que a vida. [...] O que julgamos inverossímil, segundo padrões da vida corrente, é, na verdade, incoerente, em face da estrutura do livro (Candido *et al.*, 1981, p. 45).

Na formulação concebida por Candido (1981, p. 55), a figura de ficção, compreendida como a personagem inserida na trama literária é, essencialmente, uma criação do domínio da imaginação, encarnando a sensação da mais genuína verdade existencial, ou seja, busca assemelhar-se à realidade vivenciada. Nesse sentido, independentemente da presença ou ausência de protótipos reais que fundamentem as personagens fictícias enquanto representações simuladas de indivíduos reais, sua existência no contexto literário é particular de uma engrenagem linguística. O autor as dota de vida, caracterizando-as de modo a suscitar no leitor a percepção de uma realidade concreta, uma "verdade".

Muitas personagens derivam de uma mistura de objetos tangíveis percebidos e retidos na memória do escritor, que inventa um novo ser por meio de artifícios textuais. No ato de conceber a personagem, o escritor simultaneamente forja sua própria identidade, a trama que a envolve e as contingências que a circundam.

O termo "verdade", quando usado com referência a obras de arte ou ficção, tem significado diverso. Designa com frequência qualquer coisa como a genuinidade, sinceridade ou autenticidade (termos que em geral visam à atitude subjetiva do autor); ou a verossimilhança, isto é, na expressão de Aristóteles, não a adequação àquilo que aconteceu, mas àquilo que poderia ter acontecido; ou a coerência interna no que tange ao mundo imaginário das personagens e situações miméticas; ou mesmo a visão profunda – de ordem filosófica, psicológica ou sociológica – da realidade (Candido *et al.*, 1981, p. 18).

Corroborando com esta perspectiva, é decisivo que adentremos na apreciação da representação da imagem de Dom Helder Camara reconstituída nas composições literárias que, meticulosamente, escolhemos para nortear esta pesquisa. Esse processo, sobretudo discernível em crônicas nas quais a personagem ficcional adquire contornos históricos, tangencia uma exploração cujo cerne consiste em criar um significado de autenticidade. Essa construção, alicerçada em uma cosmovisão específica, empenha-se em estabelecer uma sensação de veracidade por intermédio da aderência à verossimilhança e pela evocação do seu impacto de realidade.

Em obras literárias modernas e contemporâneas, não raro as personagens se confundem com o narrador intimista, ou mesmo com o próprio autor, uma dinâmica palpável em composições pertencentes ao gênero conhecido como “autoficção”¹⁶. Ademais, nos poemas, a presença de personagens é constante – a própria confluência do sujeito e do objeto nos versos culmina na geração de personagens por meio da inserção de múltiplas vozes no tecido textual. Os heterônimos, ilustrados pelo caso de Dom Helder na figura do “Padre José”, exemplificam personagens que adotam a voz do autor e a pretensa autoria dos poemas; esse é o procedimento que instaura interlocutores no âmbito do “eu” poético, conferindo uma articulação que torna romances ou narrativas ficcionais ancoradas em eventos históricos mais persuasivas do que a própria crônica do passado. (Segolin, 1978, 13). Isso ocorre a partir da seguinte compreensão:

Precisamente porque se trata de orações e não de realidades, o autor pode realçar aspectos essenciais pela seleção dos aspectos que apresenta, dando às personagens um caráter mais nítido do que a observação da realidade costuma sugerir, levando-as, ademais, através de situações mais decisivas e significativas do que costuma ocorrer na vida. Precisamente pela limitação das orações, as personagens têm maior coerência do que as pessoas reais (e mesmo quando incoerentes mostram pelo menos nisso coerência); maior exemplaridade [...]; maior significação; e, paradoxalmente, também maior riqueza – não por serem mais ricas do que as pessoas reais, e sim em virtude da concentração, seleção, densidade e estilização do contexto imaginário, que reúne os fios dispersos e esfarrapados da realidade num padrão firme e consistente (Candido *et al.*, 1981, p. 34-35).

¹⁶ Categoria de obras que não podem ser consideradas biografia, nem ficção, pois se situam na ambiguidade entre esses dois campos.

Ainda sobre os heterônimos e antes de darmos andamento às reflexões guiadas pelo pensamento do professor Antonio Candido, destacamos a percepção expressa pelo historiador Eduardo Hoornaert¹⁷, acerca do Padre José:

Com o correr do tempo, o padre José se torna a mais criativa e persistente transpersonalização de Helder Camara. Heterônimo, interlocutor, anjo da guarda, *alter ego*. Helder confessa: *O padre José é a quintessência do meu pensamento e da minha mensagem* (Carta 5-6/11/1970, V, I, p. 184) (Hoornaert, 2021, p. 255).

Retornando à discussão, torna-se manifesto, dessa maneira, que a configuração de um domínio imaginário, com suas personagens e enredos multifacetados, demanda a mobilização de todos os recursos linguísticos e os diversos componentes da tessitura literária, com a finalidade de forjar suas múltiplas camadas irrealistas e exibir seu valor estético intrínseco. Além disso, a apreensão da totalidade estética contida em uma obra de arte ficcional deriva da apreciação dos aspectos não estéticos que a compõem – incluindo dimensões morais, religiosas, políticas e sociais, entre outras –, as quais coexistem onde a presença humana está manifesta. Isso decorre do fato de que a ficção estabelece um espaço no qual a humanidade “pode viver e contemplar, através de personagens variadas, a plenitude da sua condição” (Candido *et al.*, 1981, p. 48).

Na distinção entre a figura humana e a ficcional, evidencia-se uma limitação da "personalidade" inerente à personagem. Consequentemente, é inegável que a pessoa humana está envolta em uma intrincada rede de comportamentos e eventos que aludem a uma realidade fluída, contraditória e imprevisível, sujeita a variações conforme o decurso temporal. Entretanto, a personagem de ficção, mesmo quando concebida com profundidade e complexidade, encontra-se sujeita a delimitações dadas pelo autor, o qual confere certa coerência à sua existência e define seu "modo de ser". Essa delimitação permanece inalterada ao longo dos anos; os traços e características da personagem permanecem determinados, considerando a impossibilidade de abranger integralmente a totalidade da complexidade humana.

¹⁷ Eduardo Hoornaert nasceu na Bélgica, em 1930. Veio para o Brasil em 1958 e ensinou, durante trinta anos, História do Cristianismo em institutos teológicos católicos, sucessivamente em João Pessoa, Recife e Fortaleza. Entre 1993 e 1995, foi professor de História, na Universidade Federal da Bahia. É membro cofundador do Centro de Estudos da História da Igreja na América Latina (CEHILA), fundado em 1973, em Quito, no Equador. Durante dezesseis anos, entre 1964 e 1980, colaborou com Dom Helder Camara na pastoral da Igreja Católica no Recife, sendo, ao mesmo tempo, vigário paroquial e professor do Instituto de Teologia do Recife (ITER).

Contudo, é uma prerrogativa específica à personagem transmitir a impressão de ser um ente vivo, sobressaindo-se como tal.

Aristóteles, no escopo de sua obra *Poética*, já mencionada neste estudo, ao apresentar a noção de verossimilhança interna em uma composição artística, direcionou seus esforços para evidenciar que a tarefa da narrativa poética não consiste em replicação do existente, mas em compor as suas possibilidades. Em outras palavras, ele concebia a personagem como um “ente composto pelo poeta a partir de uma seleção do que a realidade lhe oferece, cuja natureza e unidade só podem ser conseguidas a partir dos recursos utilizados para a criação” (Brait, 1985, p. 31). Por consequência, a perspectiva aristotélica englobava uma concepção que excedia a simplória imitação da realidade concreta. Consideremos o seguinte exemplo:

[No] filme *Indiana Jones and the Temple of Doon* (EUA, 1984), dirigido por Steven Spielberg. [...] Se o espectador quiser julgar o filme através dos dados plausíveis que a realidade exterior ao texto oferece, terá de admitir a falta total de veracidade, julgando-o inteiramente absurdo. Como é possível aceitar que, durante uma longa luta nas escarpas de um precipício em que todos os inimigos são derrotados, o herói saia intacto, sem derrubar sequer o chapéu que traz na cabeça? [...] Como o espectador já assimilou todos esses traços em outras narrativas, identifica de imediato o herói e espera que a narrativa cumpra, assim como a personagem, o seu conhecido destino. [...] Como a narrativa transcorre dentro da fórmula tradicional, o que seria um absurdo, se o parâmetro fosse a realidade exterior à obra, torna-se coerente, torna-se verossímil. E, se o chapéu de Indiana não cai da cabeça mesmo nos momentos mais críticos, isso fica por conta da verossimilhança interna da obra (Brait, 1985, p. 32-33).

Dotada de forma própria, uma personagem de índole literária pode ser assimilada como um ente emanado da esfera da linguagem, qualificado como uma construção de natureza linguístico-literária ou um espelho refletindo as complexidades da condição humana. Esta construção, erigida pelo escritor, adquire seu significado em virtude de um jogo de linguagem, materializando-se através da composição textual e encontrando sua expressão plena na interpretação e reações do leitor. É, portanto, por meio dessa lente analítica que percebemos todas as manifestações que contemplam a representação da figura de Dom Helder no seio do universo literário.

1.2 ANTECEDENTES E PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA ESTÉTICA DA RECEPÇÃO

Alicerçado em fundamentos fenomenológicos e hermenêuticos, no século XIX, Wilhelm Dilthey¹⁸ elaborou uma teoria que se presta à observação dos fenômenos culturais, com ênfase na dimensão histórica que circunscreve o posicionamento do sujeito humano no contexto do processo cognitivo vinculado ao objeto estético. Ele explicou que

o indivíduo é, ao mesmo tempo, um elemento nas interações da sociedade, [...] que cruza os diversos sistemas destas interações, reage com uma direção volitiva e com uma ação consciente sobre os efeitos das mesmas e, por outra parte, é uma inteligência contemplativa, investigativa (Dilthey, (1875) 1951, p. 401-02).

A noção de "consciência histórica" se elevava como um enfoque destinado a transpor as limitações subjetivas à consciência individual, aspirando, ao menos em teoria, à obtenção do conhecimento objetivo mediante a vivência intersubjetiva dos fenômenos artísticos.

Por sua vez, a perspectiva fenomenológica esboçada por Roman Ingarden¹⁹ influenciou de modo substancial a ER alemã, por intermédio de duas de suas obras proeminentes: *A obra de arte literária* (1931), dedicada à análise da estrutura essencial e antológica das produções literárias e *Sobre a interpretação da obra literária* (1937), que se ocupou do aspecto fenomenológico atrelado ao objeto artístico e suas potenciais instâncias receptoras. Sua contribuição encontra-se situada, portanto, entre os pilares da fenomenologia de Edmund Husserl²⁰, cuja *Lógica formal e transcendental* (1929) é paradigmática, bem como a hermenêutica

¹⁸ Wilhelm Dilthey (1833-1911) foi um teórico alemão do campo hermenêutico da filosofia, além de historiador, sociólogo, psicólogo e pedagogo. Seu trabalho considerado de maior destaque é *A formação do mundo histórico nas ciências humanas* (1910).

¹⁹ Roman Ingarden (1893-1970) foi um filósofo polonês de orientação fenomenológica, que influenciou fortemente os estruturalistas tchecos, sobretudo Mukarovsky e Vodicka. É autor de *A obra de arte literária* (1931). Para alguns estudiosos, suas pesquisas são reconhecidas como as precursoras da estética da recepção.

²⁰ Edmund Husserl (1859-1938) foi um filósofo e matemático alemão fundador da Escola da Fenomenologia. Suas ideias influenciaram amplamente a intelectualidade dos séculos XX e XXI. É autor de obras, como: *Investigações lógicas* (1901); *A filosofia como ciência rigorosa* (1911); *Ideias para uma filosofia pura e uma filosofia fenomenológica* (1913); *Meditações cartesianas* (1931), entre outras.

de Martin Heidegger²¹, notadamente em referência à obra *Ser e tempo* (1927), além da exploração teórica dos textos literários.

A proposição balizada pelo parecer fenomenológico de Ingarden reside na assertiva de que a obra de arte, situada em um plano que não é plenamente análogo ao mundo concreto, não se coaduna de modo absoluto com uma entidade meramente ideal, e ostenta a característica primeira de ser um objeto intencional, produto de uma atividade premeditada que lhe confere uma forma concretizada, ainda que, por sua natureza, incompleta. Em decorrência, a obra demanda do leitor um ato de recepção e interpretação, uma vez que as estruturas esquemáticas e indeterminadas específicas da composição literária almejam uma concretização mais substancial, a qual, em decorrência de sua fluidez, raramente se torna definitiva, variando entre diferentes leitores e circunstâncias de apreciação. Vejamos:

O próprio fato de as objetividades apresentadas conterem necessariamente em si pontos de indeterminação implica que só pode ser predeterminada aquela multiplicidade de aspectos que pertença às faces explicitamente apresentadas das objetividades. É certo que, neste caso, surge frequentemente o fenômeno atrás mencionado da cobertura dos pontos de indeterminação pelos aspectos que estão à disposição. [...] É certamente de supor que mesmo no caso em que os aspectos não fossem postos à disposição na obra o leitor atualizaria durante a leitura vários aspectos, por assim dizer, por iniciativa própria. Neste caso o leitor não estaria de modo algum vinculado neste aspecto pela obra e dependeria inteiramente do acaso quais os aspectos que ele precisamente atualizaria. O fato de ele estar realmente em alto grau vinculado e de lhe serem impostos tipos bem determinados de aspectos prova da melhor maneira que os aspectos são predeterminados e postos à disposição na própria obra. [...] Só quando a obra de arte literária, numa concretização, alcança a expressão adequada se chega – no caso ideal – à plena realização, a um revelar-se intuitivo de todas estas qualidades. Pode dizer-se que pertence à essência de todas estas qualidades existirem só através da concretização [...]. Daqui resulta que: a obra de arte só constitui um objeto estético no verdadeiro sentido quando alcança a sua expressão numa concretização (Ingarden, 1973, p. 292, 302 e 408).

Os principais apontamentos do pensamento fenomenológico de Roman Ingarden à teoria da recepção, quando aplicados à obra literária, podem ser agrupados em quatro ideias fundamentais:

²¹ Martin Heidegger (1889-1976) foi um filósofo, professor e reitor alemão, autor de *Ser e tempo* (1927), texto que marcou o pensamento do século XX e que é, dentre suas 110 obras completas, a mais conhecida de sua tão extensa produção.

I. A obra de arte literária é concebida como um objeto intencional e heterônomo, cuja elaboração é derivada de um ato consciente. Afirma o autor:

É – como dissemos – “projetado”, “criado” pelo pensar intencional; este criar, porém, segundo a própria essência do ato de pensamento intencional, não é autêntico criar, produzir, quer dizer, não é um produzir em que o “criado” contivesse em si mesmo de modo imanente as determinações que lhe são atribuídas pelo ato. São-lhe meramente atribuídas e este atribuir não é criador no sentido de poder “corporizar” no objeto as determinações que lhe são atribuídas e particularmente ao seu conteúdo. Por “possuir” determinações apenas intencionalmente “atribuídas” o objeto puramente intencional nada contém no seu conteúdo que pudesse fornecer-lhe um fundamento próprio do seu ser. É, em sentido próprio, heterônomo no seu ser (Ingarden, 1973, p. 143).

II. A teoria dos quatro estratos: a) os sons atuam como elementos materiais da obra (o estrato das formações fônico-linguísticas); b) as unidades portadoras de significado (o estrato das unidades de significação); c) os objetos representados (o estrato das objetividades apresentadas); d) os aspectos esquematizados através dos quais se manifestam nos objetos representados (o estrato dos aspectos esquematizados). Dessa maneira, a obra de arte literária se apresenta como detentora de uma “estrutura específica [...] com uma produção constituída por vários estratos heterogêneos (Ingarden, 1973, p. 92).

III. Introduce a noção de estrutura esquemática da obra literária, constituída pela intersecção dos quatro estratos mencionados. Essa estrutura se apresenta como o esqueleto da obra, que exige concretização ou complementação por parte do leitor. Nesse procedimento de concretização, os objetos reais assumem o estatuto de universalidade, clareza e determinação, uma vez que os objetos representados na obra literária aparecem apenas nos espaços ou pontos de indeterminação que o leitor culmina por completar ou concretizar. Por isso defende:

Só quando a obra de arte literária, numa concretização, alcança a expressão adequada se chega – no caso ideal – à plena realização, a um revelar-se intuitivo de todas estas qualidades. Pode dizer-se que pertence à essência de todas estas qualidades existirem só através da concretização [...]. Daqui resulta que a obra de arte só constitui um objeto estético no verdadeiro sentido quando alcança a sua expressão numa concretização (Ingarden, 1973, p. 408).

Dessa forma, o fenômeno da recepção de obras literárias constitui uma atividade cognitiva que se centra no protagonismo do leitor, tendo por essência os processos de concretização que o destinatário deve mobilizar a fim de suprir as

diversas indeterminações que os objetos representados ostentam em sua manifestação no interior do texto.

IV. A concretização é concebida como o processo ou a operação cognitiva por meio da qual o leitor efetua a objetivação sintetizante do texto, incorporando sua subjetividade ao processo de complementação das indeterminações textuais. Esse processo implica a conversão do objeto de conhecimento da obra literária em um objeto de conhecimento estético, cuja concretização não se limita a uma disposição subjetiva do receptor, mas representa uma interação mutuamente complementar entre as experiências do leitor e as estruturas textuais ontologicamente heterônomas. Ainda aclarou:

Neste ponto, os aspectos concretamente vividos ultrapassam o conteúdo esquematizado dos aspectos postos à disposição na obra na medida em que o puro esquema é, sob vários ângulos, preenchido por elementos concretos. Como consequência destes preenchimentos, que na verdade são em certos limites predeterminados pelos aspectos esquematizados, mas, apesar disso, variam de caso para caso, duas concretizações, quaisquer que elas sejam, numa e a mesma obra têm necessariamente de ser diferentes uma da outra (Ingarden, 1973, p. 272).

O método fenomenológico proposto por Roman Ingarden foi extensivamente elaborado e refinado por Jan Mukarovsky²² e Felix Vodicka²³, com a finalidade de impregnar a obra literária com um dinamismo no contexto do ensino da história, bem como na análise da evolução e transformação dos processos artísticos e sociais. Nesse sentido, a atuação cognitiva na concretização da obra literária é imbuída de uma dimensão histórica e de um coletivo social fluido, que possui a capacidade de exercer influência sobre as nuances de absorção e compreensão da obra literária.

Mukarovsky distingue duas dimensões primordiais na esfera da obra de arte literária, as quais são categorizadas da seguinte forma: a) artefato invariável, denotando a disposição material da obra literária; b) objeto estético, abarcando o sentido artístico e literário que, naturalmente, pode oscilar em conformidade com as percepções particulares de cada um dos intérpretes. Ele incorpora, a partir de Ingarden, o conceito de concretização, utilizado para descrever a interação entre as

²² Jan Mukarovsky (1891-1975) foi um teórico literário estruturalista tcheco, vinculado ao Círculo Linguístico de Praga e ao desenvolvimento do formalismo russo. Suas ideias influenciaram diretamente a teoria literária estruturalista ao lado de Roman Jakobson. Como editor-chefe, foi responsável pela publicação de *História da literatura tcheca* (1959-1961).

²³ Felix Vodicka (1909-1974) foi um historiador literário tcheco, também vinculado ao Círculo Linguístico de Praga (estruturalismo tcheco) da década de 1960. Autor da obra *História literária, seus problemas e tarefas* (1942).

duas dimensões do objeto estético, imprescindível para o processo de compreensão que se conecta ao intérprete da obra literária no momento de sua recepção.

O sentido da obra literária é, portanto, um produto derivado da interseção entre duas realidades distintas. De um lado, há a dimensão material/textual, que se constitui por meio da construção formal e estrutural do texto literário – nessa capacidade, ele se configura como um artefato forjado pelo autor que, imediatamente, perde o controle sobre sua criação, uma vez que a obra já está imersa, desde seu momento de concepção, em um contexto histórico e social em constante mutação. De outro lado, o objeto estético engloba o sentido que o artefato em questão passa a possuir na competência e consciência subjetiva do leitor. Assim, entende-se que,

segundo Pozuelo Yvancos, o que Jan Mukarovsky e seu discípulo Felix Vodicka fizeram no Círculo de Praga foi potencializar o método de Ingarden ao subtraí-lo de seu a-historicismo e individualismo e submergi-lo no processo histórico-coletivo [...]. Mukarovsky fala de um fenômeno de concretização movediço e variante que atualiza uma série de normas de caráter social (Vergara 2007, p.118-119).

Em síntese, as formulações de Jan Mukarovsky apontam para a inviabilidade de conceber a obra literária como uma entidade impenetrável às influências de disposições e competências externas, oriundas da atividade humana. O signo literário subsiste em um sistema de relações e intervém diretamente nas projeções de expectativas do leitor. Este sistema se configura como um conjunto de normas objetivas, solidamente enraizadas em uma determinada comunidade de intérpretes, alicerçadas sobre um substrato de valores históricos, artísticos e sociais, os quais se materializam e se integram à própria estrutura da obra literária.

Por outro ângulo, Felix Vodicka empreendeu uma amplificação da dimensão histórica presente no pensamento de Jan Mukarovsky, aliada a uma expansão teórica da fenomenologia defendida por Roman Ingarden. Ele se valeu do conceito de concretização de Ingarden como uma ferramenta teórica para transcender as potenciais limitações históricas imputáveis à configuração e à ontologia da obra literária. Isso abrange o processo de atribuição de sentido ao texto artístico por parte do leitor, abarcando uma vasta sequência histórica e social.

À vista disso, ambos os agentes – a obra literária e o leitor – estabelecem interações essenciais, cujo exame requer a execução de três operações fundamentais: a reconstrução do sistema de normas literárias que caracterizam uma

época específica, mediante a avaliação crítica promovida por uma comunidade de leitores; a hierarquização das valorações culturais próprias de um determinado período histórico; a análise da competência estética dos leitores, por meio das operações cognitivas específicas, ou seja, as concretizações, as quais podem desafiar ou reforçar o horizonte de expectativas e o conjunto de normas objetificadas próprias a uma dada comunicação sociocultural.

Como decorrência, Vodicka reconheceu que o processo histórico implícito à teoria da recepção literária se encontra dotado de normas e valores estéticos que se reconfiguram a cada marco histórico. Além disso, esse processo abrange elementos que atuam de forma ininterrupta em sua evolução e constante mutação. Elaborou o plano piloto de um estudo da história literária, fundamentado na análise do consumo da obra pelo público, com os objetivos a seguir expostos:

1. A reconstituição da norma literária e o conjunto de exigências literárias do período em questão; 2. A reconstituição da literatura do período em questão, isto é, a série de obras que são o objeto de avaliação, e a descrição da hierarquia de valores literários do período; 3. O estudo da concretização de obras literárias (atuais e anteriores), isto é, o estudo da obra particular em que a encontramos, segundo a concepção (especialmente em sua concretização pela crítica); 4. O estudo dos efeitos da obra nas esferas literárias e extraliterárias (Vodicka, 1978, p. 301).

Por sua vez, Hans-Georg Gadamer²⁴, em sua obra *Verdade e Método* (1960), introduziu conceitos que desempenharam um papel central no desenvolvimento da teoria da ER alemã. Dentre esses conceitos destacam-se, por exemplo, o "horizonte de expectativas" e as "funções de horizontes". Gadamer sustentou que a atribuição de significado a uma obra literária não repousa unicamente na esfera do autor, mas, sim, nas habilidades do intérprete ou leitor, estando tal processo condicionado pelo contexto e pelas circunstâncias históricas que enquadram a interpretação em questão. Argumenta:

Na verdade, o horizonte do presente está num processo de constante formação, na medida em que estamos obrigados a pôr constantemente à prova todos os nossos preconceitos. Parte dessa prova é o encontro com o passado e a compreensão da tradição da qual nós mesmos procedemos. O horizonte do presente não se forma pois à margem do passado. Não existe um horizonte do presente por si mesmo, assim como não existem horizontes históricos a serem conquistados. Antes, compreender é sempre o

²⁴ Hans-Georg Gadamer (1900-2002) foi um filósofo alemão e um dos expoentes da hermenêutica. *Verdade e Método* (1960) é considerado o seu trabalho mais notável.

processo de fusão desses horizontes presumivelmente dados por si mesmos. [...] A vigência da tradição é o lugar onde essa fusão se dá constantemente, pois nela o velho e o novo sempre crescem juntos para uma validade vital, sem que um e outro cheguem a se destacar explícita e mutuamente (Gadamer, 2008, 404-405).

É, portanto, no processo de conhecimento e compreensão que se observa o desdobramento de uma interatividade enraizada em acontecimentos e discursos pretéritos, determinando, assim, a cada instância de leitura, um diálogo com a trama da tradição. Este paradigma denota que a apreensão do contexto histórico no qual estamos inseridos é permeada pelos preconceitos legados pela sucessão histórica que nos precede. Em consonância a esta perspectiva, conforme sublinhado por Hans Robert Jauss²⁵ – um dos pilares de referência em nosso empreendimento investigativo, uma vez que tomamos a ER como o princípio teórico mais importante para a análise de obras literárias –, o preconceito manifesta-se como um elemento de relevância para a consecução da experiência literária.

Assim como em toda experiência real, também na experiência literária que dá a conhecer pela primeira vez uma obra até então desconhecida há um “saber prévio, ele próprio um momento dessa experiência, com base no qual o novo de que tomamos conhecimento faz-se experienciável, ou seja, legível, por assim dizer, num contexto experiencial. [...] Ela [a obra] desperta a lembrança do já lido, enseja logo de início expectativas quanto a “meio e fim”, conduz o leitor a determinada postura emocional e, com tudo isso, antecipa um horizonte geral da compreensão vinculado, ao qual se pode, então – e não antes disso –, colocar a questão acerca da subjetividade da interpretação e do gosto dos diversos leitores ou camadas de leitores (Jauss, 1994, 28).

É importante ressaltar, também, que uma vinculação de destaque surge ao considerarmos a confluência entre o plano piloto delineado por Felix Vodicka, anteriormente aludido, e a concepção de história dos efeitos introduzida por Hans-Georg Gadamer. Nesse contexto, Hans Robert Jauss elaborou uma narrativa historiográfica da literatura, com base nas repercussões ético-estéticas suscitadas pelas obras em diferentes contextos temporais. Essa síntese permitiu a conjugação da necessária mediação histórica preconizada pelo enfoque marxista, os avanços observados no âmbito da apreensão estética propiciados pelo formalismo e o conceito de fusão de horizontes de Gadamer (Jauss, 2002, p. 78).

Conforme observado por Zilberman (2004, p. 35), é igualmente pertinente considerar que as evidências indicam que Jauss não adotou o conceito de “horizonte

²⁵ Os dados biográficos desse autor constam em nota de rodapé mais à frente.

de expectativas" exclusivamente sob a influência de Gadamer. Em verdade, ele procedeu a uma integração desse horizonte com "as características do código estético", tal qual caracterizado pelos estruturalistas tchecos.

Finalmente, cumpre destacar as contribuições sociológicas à ER, personificada nas figuras de Levin Schücking²⁶ e Lucien Goldmann²⁷. A obra do primeiro, intitulada *A Sociologia do Gosto Literário* (publicada inicialmente em 1923, com uma subsequente 2ª edição em 1931), é considerada por um contingente de estudiosos como precursora das vertentes teóricas que acentuam a relação literatura e sociedade no âmbito da recepção literária. Por sua vez, Lucien Goldmann, em seu estudo sobre a sociologia do romance, datado de 1964, estabeleceu um vínculo estreito entre as configurações narrativas e as estruturas sociais que permeiam o contexto no qual o autor concebeu e forjou sua obra. Goldmann assinala, portanto, que a literatura se apresenta como uma manifestação da organização de uma ordem de pensamento coletivo, uma "visão de mundo", sendo que a transmutação que ocorre não se limita a fenômenos individuais, mas, sim, abarca aspectos de natureza social. Elucida:

[Visão de mundo] é um ponto de vista coerente e unitário sobre o conjunto da realidade. Ora, o pensamento dos indivíduos – com pequenas exceções – é raramente coerente e unitário. Submetido a uma infinidade de influências, sofrendo a ação não somente dos mais diversos meios como também da constituição fisiológica no mais amplo sentido, o pensamento e o modo de sentir dos indivíduos se aproximam sempre mais ou menos de uma certa coerência, mas não a atingem senão excepcionalmente (Goldmann, 1979, p. 73).

Sob o prisma da recepção literária, as análises sociológicas convergem para a investigação dos elementos de natureza social que exercem influência sobre as modalidades e potencialidades de recepção, considerando as variadas épocas e obras diante de diferentes públicos. Essas correntes enfatizam a explanação das inúmeras flutuações e reações sociais que aparecem.

O texto literário emana da recriação da realidade histórica, alcançando seu ápice no momento da leitura – o qual, afinal, constitui o objetivo primordial de sua criação. A assimilação e contemplação da obra de arte também podem ser

²⁶ Levin Schücking (1878-1964) foi um estudioso alemão da língua e da literatura inglesas. A *sociologia do gosto literário* é considerada a sua obra de maior relevância internacional.

²⁷ Lucien Goldmann (1913-1970) foi um filósofo e sociólogo francês de ascendência judaico-romena. De convicções teóricas marxistas, elaborou estudos no âmbito da cultura que versaram sobre a literatura e a sociedade. A obra que destacamos se intitula *Para uma sociologia do romance* (1964).

interpretadas como formas de recriação. Nesse sentido, o leitor assume o papel de agente que promove uma nova *mímesis*, posto que a matéria artística é reapropriada e transmutada em distintas obras, sob distintas condições de leitura que marcam esse processo.

Em seções anteriores deste trabalho, definimos *mímesis* enquanto uma potencialidade do real – a qual incorpora a noção do "poderia ser" –, independentemente da realidade tal qual se apresenta. Essa noção, por sua vez, está sujeita a um conjunto de normativas que conferem metamorfose à experiência humana concreta, tanto na etapa de produção quanto na fase de reprodução da obra. Importa observar que nós, enquanto leitores, desempenhamos um papel ativo como intérpretes e recontextualizadores do texto literário, o que resulta, por conseguinte, na elaboração de novos significados.

1.2.1 “Estéticas da recepção e do efeito”

A estética da recepção²⁸ constitui um pensamento crítico relevante dentro da teoria literária, concentra-se na interação entre o texto literário e o leitor, destacando a participação ativa deste último na construção de significados e interpretações das obras literárias. Surgindo como uma resposta crítica ao autor-centrismo e à concepção estrita de que o significado de uma obra é primordialmente ditado pela intenção do autor. A confluência entre a ER e a Escola de Constança assume um papel crucial para a compreensão dos fundamentos dessa abordagem, pois realoca sua ênfase no complexo entrelaçamento das experiências individuais, contextos culturais e históricos dos leitores na apreensão da literatura.

Entre as figuras eminentes associadas à ER, destaca-se Hans Robert Jauss. Sua obra seminal *A história da literatura como provocação à ciência literária* (1970) desempenha um papel emblemático no estabelecimento dessa abordagem. Jauss

²⁸ Antes de tudo, a estética da recepção (ER) deve ser entendida como uma teoria sobre a leitura. Ela é uma corrente da Teoria Literária, do final da década de 1960, formulada na Universidade de Constança (Alemanha), onde foi exposta, pela primeira vez, em 13 de abril de 1967, por Hans Robert Jauss, em conferência de abertura daquele período letivo. Zilberman (2004, p. 30), explica que, em Constança, “procurou-se desenvolver uma experiência pedagógica original e inovadora; foi onde também se estimularam as traduções e, por consequência, o resgate dos textos dos formalistas russos e estruturalistas tchecos. E entre seus professores formou-se o grupo que organizou os encontros interdisciplinares sobre poética e hermenêutica, responsável pela atualização da estética e teoria da literatura alemãs, ao reunir as contribuições de Gadamer às novas investigações no campo da linguagem”.

argumenta que o ato de recepção literária é um processo dinâmico, no qual as interpretações variam ao longo do tempo e conforme distintos contextos leiturísticos. Ele introduziu o conceito de "horizonte de expectativas", enfatizando a interdependência entre a obra e o leitor, sendo esta última moldada pelas expectativas que o leitor mantém em relação ao texto.

Outro teórico influente é Wolfgang Iser, cuja obra *O ato da leitura* (1976), expandiu os princípios fundamentais da ER. Iser introduziu a ideia de "lacunas" ou "espaços em branco" no texto, os quais instigam o leitor a preenchê-los com suas próprias experiências e interpretações. Ele salientou que a colaboração ativa do leitor na construção de significados é essencial para a compreensão literária.

Além disso, os teóricos Roman Ingarden e Umberto Eco também enriqueceram o desenvolvimento da ER. Ingarden direcionou sua atenção à "concretização" da obra literária por meio da interação entre suas estruturas objetivas e a subjetividade do leitor. Por sua vez, Eco introduziu o conceito de "obra aberta", em que o texto literário é projetado para acomodar múltiplas interpretações e respostas por parte do leitor.

Os importantes teóricos associados a essa abordagem, a saber Hans Robert Jauss, Wolfgang Iser, Roman Ingarden e Umberto Eco²⁹, exerceram uma influência profunda sobre nossa percepção da inter-relação entre o texto, o leitor e o processo interpretativo na esfera literária. Nosso trabalho, porém, adotou um escopo mais restrito, centrando-se nas análises dos dois primeiros mencionados: Hans Robert Jauss e Wolfgang Iser.

A ER amplia o conceito de *mimesis*, uma temática previamente examinada na subseção intitulada "*Erich Auerbach e a Representação da Realidade na Obra Literária*", ao eleger o leitor³⁰ como o sujeito com capacidade de recriar a obra literária, tendo a habilidade de extrapolar o domínio da produção (a intenção do autor) e conferir uma realidade potencial. Dito de outra forma, a análise da recepção

²⁹ Umberto Eco (1932-2016) foi um semiólogo, filósofo e escritor italiano, cuja obra destacou-se por sua erudição e diversidade de interesses intelectuais. Em *Obra Aberta*, texto que converge com a discussão produzida em nosso estudo, explorou a natureza da interpretação na arte, argumentando que a obra de arte é incompleta até que o espectador a complete com sua própria interpretação, abrindo espaço para a participação ativa do receptor na construção do significado. Eco desafia as fronteiras entre autor e leitor, estabelecendo a obra como um processo em constante evolução.

³⁰ Uma teoria nunca será capaz de abarcar e dar respostas a todas as questões. Por isso, neste trabalho não iremos nos deter na crítica que se tece à ER quanto ao seu olhar voltado a um leitor ideal, elitizado – alguém capaz de conhecer as tradições literárias e com condições de fazer um bom discernimento de seu tempo e, desse confronto, produzir uma reelaboração da obra frente às várias condicionantes e, assim, remodelar os sentidos propostos pelo autor.

de um texto literário requer um exame contextual, a fim de discernir se, e de que maneira, os grupos sociais que assimilaram a obra têm a capacidade de reintroduzi-la e/ou reinterpretá-la. Nesse sentido, o leitor é o elo principal do processo literário.

O leitor, em seu importante papel, imagina hipóteses, decifra, analisa, cria vínculos entre uma obra e outra [...] o autor dá pista ao leitor para que coparticipe, como um elemento a mais do romance, abrindo novas perspectivas e recriando a história que lhe foi apresentada. Esta liberdade criadora que se oferece ao leitor, tarefa de decifração e integração, dá-lhe a sensação de não se afogar passivamente no mundo da literatura e de que as personagens retornaram a um museu depois de passagem transitória pela vida [...] no espaço literário contemporâneo não se pode conceber uma separação entre criação e crítica. O texto só existe na medida de sua leitura (Jozef, 1980. p. 71-72; 154).

É notório que qualquer teoria, por sua própria natureza, envolve algum grau de arbitrariedade, uma vez que ela tende a privilegiar certos aspectos em detrimento de outros, pois se apresentará como uma possibilidade de compreensão de dado fenômeno em análise, o que a configura como um sistema de abordagem. Assim, é importante estabelecer, desde o início, as delimitações conceituais sob as quais nosso foco se desenvolve. Nessa linha, utilizamo-nos das proposições de Zilberman (2004, p. 16), e trabalhamos com as seguintes premissas: 1. a literatura é concebida enquanto uma forma de comunicação; 2. o leitor é considerado como uma entidade coletiva, para quem o texto se dirige; 3. a leitura é compreendida como um ato resultante da interação entre o texto e o leitor; 4. a experiência estética é conceituada como o efeito provocado no destinatário em decorrência da atividade leitora.

Sendo uma teoria sobre a leitura, como já percebemos, a ER, com Hans Robert Jauss³¹, provocou o deslocamento do eixo de investigação da mensagem para a sua recepção pelo leitor. A partir dessa inflexão, verificou-se uma orientação estética inclinada à dimensão receptiva, destacando-se o desenvolvimento de conceitos como "horizonte de expectativa" e o princípio de "emancipação".

Jauss propõe uma inversão metodológica na abordagem dos fatos artísticos: sugere que o foco deve recair sobre o leitor ou a recepção, e não exclusivamente sobre o autor e a produção. Seu conceito de

³¹ Hans Robert Jauss (1921-1997) foi um teórico e crítico literário com relevante atuação nas décadas de 1960 e 70, sendo responsável, ao lado de teóricos com Wolfgang Iser, pela estruturação da ER enquanto aporte teórico. Entre as várias obras que escreveu, destacamos a *História da literatura como provocação à ciência literária* (1967).

leitor baseia-se em duas categorias: a de horizonte de expectativa, misto dos códigos vigentes e da soma de experiências sociais acumuladas; e a de emancipação, entendida como a finalidade e efeito alcançado pela arte, que libera seu destinatário das percepções usuais e confere-lhe nova visão da realidade. [...] a obra se livra de uma engrenagem opressora e, na medida em que é recebida, apreciada e compreendida pelo seu destinatário, convida-o a participar desse universo de liberdade. De novo o conceito de emancipação se faz presente, desta vez para servir de avalista para a natureza simultaneamente comunicativa e libertadora da criação artística (Zilberman, 2004, p. 49; 54).

Sob a perspectiva de Jauss, a experiência estética deve ser pensada como propiciadora da emancipação do sujeito, pois é capaz de libertá-lo das restrições e da monotonia do cotidiano. Essa experiência assume a forma de um espetáculo que refrata a realidade, habilmente construindo um espaço de distanciamento deliberado entre o universo da arte e a realidade factual. Além disso, ela preludia vivências essenciais para a vida prática, adianta projeções utópicas, sonhos e futuras experiências, sem negligenciar o reconhecimento e a preservação do passado, trazendo à tona eventos há muito esquecidos.

O significado disso é uma proposição de análise da experiência do leitor de um determinado tempo histórico. Como explicou Jauss (1994, p. 25):

A obra literária não é um objeto que exista por si só, oferecendo a cada observador em cada época um mesmo aspecto. Não se trata de um monumento a revelar monologicamente seu Ser atemporal. Ela é, antes, como uma partitura voltada para a ressonância sempre renovada da leitura, libertando o texto da matéria das palavras e conferindo-lhe existência atual.

Os comentários do autor acerca daquilo que ele designou como “os primeiros passos dos formalistas” englobaram o caráter artístico e a historicidade da literatura. Por isso, irá relembrar o legado desses teóricos ao registrar facetas que, em alguma medida, já foram objeto de análise nesta pesquisa. Comentou:

O caráter artístico da literatura [para os formalistas] deve ser verificado única e exclusivamente a partir da oposição entre linguagem poética e linguagem prática. A língua, sem sua função prática, passa então a representar, na qualidade de série *não-literária*, todas as demais condicionantes históricas e sociais da obra literária [...] A diferenciação entre linguagem poética e linguagem prática conduziu ao conceito de *percepção artística*, conceito este que rompe completamente o vínculo entre literatura e vida. A arte torna-se, pois, o meio para a destruição pelo “estranhamento”, do automatismo da percepção cotidiana. Decorre daí que a recepção da arte não pode mais consistir na fruição ingênua do belo, mas demanda que se lhe distinga a forma e se lhe conheça o

procedimento. [...] A historicidade da literatura, inicialmente negada, reapareceu ao longo da construção do método formalista, colocando-o diante de um problema que o obrigou a repensar os princípios da diacronia. O literário na literatura não é determinado apenas sincronicamente – pela oposição entre as linguagens poética e prática –, mas o é também diacronicamente, por sua oposição àquilo que lhe é predeterminado pelo gênero e à forma que o precede na série literária (Jauss, 1994, p. 19).

Hans Jauss reúne aspectos da historiografia defendidos pelos formalistas russos anteriormente abordados, bem como dos pensadores Roman Jakobson e Lúri Tynianov³², em paralelo à compreensão marxista no que tange ao mercado, à recepção e ao consumo da produção literária. Estes conceitos andam interligados no percurso de elaboração de suas teses sobre a recepção literária, haja vista ter ele o interesse de entender o meio social no qual a interpretação literária acontece. Portanto, intenta observar tanto o trânsito do texto dentro do mosaico sociocultural quanto a sua própria mutabilidade, consonante com o evoluir das nossas apreensões, e a sua capacidade de crescimento ou atrofia no decurso das décadas.

Ela [a escola formalista] nos ensinou a ver de uma maneira nova a obra de arte em sua história [...] a pura sincronia é ilusória, porque – nas palavras de Roman Jakobson e Lúri Tynianov – *todo sistema apresenta-se necessariamente como uma evolução, e esta, por sua vez, carrega forçosamente um caráter sistemático.* [...] O histórico na literatura não se esgota na sucessão de sistemas estético-formais; assim como o da língua, o desenvolvimento da literatura não pode ser determinado apenas de forma imanente, através de sua relação própria entre diacronia e sincronia, mas há de ser definido também em função de sua relação com o processo geral da história. Se, dessa perspectiva, voltarmos novamente o nosso olhar para o dilema comum à teoria literária formalista e à marxista, resultará daí uma conclusão que nenhuma delas tirou. Se, por um lado, se pode compreender a evolução literária a partir da sucessão histórica de sistemas e, por outro, a história geral a partir do encadeamento dinâmico de situações sociais, não haverá de ser possível também colocar-se a “série literária” e a “não-literária” numa conexão que abranja a relação entre literatura e história, sem com isso obrigar-se a primeira a, abandonando seu caráter artístico, encaixar-se numa função meramente mimética ou ilustrativa? (Jauss, 1994, p. 20-21).

Hans Robert Jauss nos brinda com colocações gerais significativas quando elenca os três elementos interdependentes que participam do complexo jogo da leitura: 1. a *poíesis* (correspondente à esfera autoral); 2. a *aesthesis* (representativa da esfera leitora); e 3. a *katharsis* (refletindo a esfera comunicativa que medeia os

³² Lúri Tynianov (1894-1943) foi escritor, crítico literário e tradutor que compôs as fileiras do formalismo russo. Entre as suas diversas obras, apontamos para *O problema da linguagem poética*, versão de 1975, traduzida para o português e publicada pela Editora Tempo Brasileiro.

dois antecedentes). Essas ideias possuem raízes na filosofia grega, por isso, ao se referir à catarse, Zilberman (2004, p. 16) argumenta: “[a catarse] enquanto experiência vivida pelo espectador ou ouvinte é condição fundamental para definir a qualidade de uma obra [...] Isso pode tornar Aristóteles um precursor remoto da estética da recepção”.

À luz dessas considerações teóricas, Jauss emprega em seu ferramental analítico ideias que merecem atenção. O primeiro destes é o *conceito de texto*, que se desdobra em duas facetas. Primeiramente, o texto é entendido como uma manifestação literária que transcende seu próprio substrato, aparecendo como uma entidade autônoma e discursiva. Além disso, ele é definido como uma construção artística, imbuído de valores estéticos. Assim, o texto é absorvido pela esfera estética, que assume o papel de um campo de pesquisa dedicado à desvelação da essência do sublime inerente à concretização da obra literária.

Outra noção central é o *conceito de história*. Hans Jauss contesta a perspectiva positivista que reduz a história literária apenas a uma sequência cronológica das obras notáveis de um povo ou região. Em contrapartida, propõe que a história da literatura transcenda essa abordagem linear, sendo enriquecida pelo estudo da relação dos textos com sua recepção ao longo do tempo e seu impacto subsequente. Isso implica uma análise mais profunda da forma como esses textos representam ideais estéticos específicos, os quais são fruto de operações literárias distintas. Além disso, a história literária, para Jauss, também deve examinar como esses textos continuam a gerar novas convicções estéticas e a catalisar novas formas de expressão literária em períodos posteriores.

Por fim, o *horizonte de expectativas* aparece como um elemento fulcral em seu pensamento. Trata-se da acumulação de experiências estéticas prévias que moldam as expectativas do leitor em relação a um determinado texto. Essas expectativas são moldadas pelo contexto literário e cultural no qual o leitor está imerso. No entanto, essas expectativas podem ser subvertidas se o texto não atender às antecipações do leitor. Esse descompasso entre as expectativas e a realização do texto pode resultar em uma quebra de paradigma, abrindo espaço para o surgimento de uma nova experiência estética. Em última análise, ao adentrar o universo de um texto literário, o leitor é confrontado com essa dialética entre a manutenção das expectativas e a criação de novas experiências estéticas, um

fenômeno que desenha a complexidade da interação entre leitor e obra literária. Vejamos seus argumentos a esse respeito:

O horizonte de expectativa de uma obra, que assim se pode reconstruir, torna possível determinar seu caráter artístico a partir do modo e do grau segundo o qual ela produz seu efeito sobre um suposto público. Denominando-se distância estética aquela que medeia entre o horizonte de expectativa preexistente e a aparição de uma obra nova – cuja acolhida, dando-se por intermédio da negação de experiências conhecidas ou da conscientização de outras, jamais expressas, pode ter por consequência uma “mudança de horizonte” – , tal distância estética deixa-se objetivar historicamente no espectro das reações do público e do juízo da crítica (sucesso espontâneo, rejeição ou choque, casos isolados de aprovação, compreensão gradual ou tardia). [...] A maneira pela qual uma obra literária, no momento histórico de sua aparição, atende, supera, decepciona ou contraria as expectativas de seu público inicial oferece-nos claramente um critério para a determinação de seu valor estético. A distância entre o horizonte de expectativa e a obra, entre o já conhecido da experiência estética anterior e a “mudança de horizonte” exigida pela acolhida à nova obra, determina, do ponto de vista da estética da recepção, o caráter artístico de uma obra literária. À medida que essa distância se reduz, que não se demanda da consciência receptadora nenhuma guinada rumo ao horizonte da experiência ainda desconhecida, a obra se aproxima da esfera da arte ‘culinária’ ou ligeira. Esta última deixa-se caracterizar, segundo a estética da recepção, pelo fato de não exigir nenhuma mudança de horizonte, mas sim de simplesmente atender a expectativas que delineiam uma tendência dominante do gosto, na medida em que satisfaz a demanda pela reprodução do belo usual, confirma sentimentos familiares, sanciona as fantasias do desejo, torna palatáveis – na condição de “sensação” – as experiências não corriqueiras ou mesmo lança problemas morais, mas apenas para “solucioná-los” no sentido edificante, qual questões já previamente decididas (Jauss, 1994, p. 31-32).

O horizonte de expectativas, visto como a esfera na qual o leitor internaliza as convenções que circunscrevem qualquer composição textual, a fim de arbitrariamente discernir o que é essencial e o que é dispensável no conteúdo, está sujeito a flutuações mutáveis e sequenciais. Acresce, ainda, a possibilidade de manifestações de transformações semânticas e de significação, as quais demarcam não somente o matiz interpretativo contemporâneo do texto em relação ao seu público imediato, mas também sua significância de caráter transgeracional, tal como capturada por leitores ao longo de distintas épocas históricas. O autor explicou:

A relação entre literatura e público não se resolve no fato de cada obra possuir seu público específico, histórica e sociologicamente definível; de cada escritor depender do meio, das concepções e da ideologia de seu público; ou no fato de o sucesso literário pressupor um livro “que exprima aquilo que o grupo esperava, um livro que

revela ao grupo sua própria imagem”. A sociologia da literatura não está contemplando seu objeto de forma suficientemente dialética ao definir com tamanha estreiteza de visão o círculo formado por escritor, obra e público. Tal definição poder ser invertida: há obras que, no momento de sua publicação, não podem ser relacionadas a nenhum público específico, mas rompem tão completamente o horizonte de conhecimento de expectativas literárias que seu público somente começa a formar-se aos poucos. Quando, então, o novo horizonte de expectativas logrou já adquirir para si validade mais geral, o poder do novo cânone estético pode vir a revelar-se no fato de o público passar a sentir como envelhecidas as obras até então de sucesso, recusando-lhes suas graças. É somente tendo em vista essa mudança de horizonte que a análise do efeito literário adentra a dimensão de uma história da literatura escrita pelo leitor, e as curvas estatísticas dos *best sellers* proporcionam conhecimento histórico (Jauss, 1994, p. 32-33).

Desse modo, um texto ingressa na circulação histórica e subsiste na narrativa temporal mediante a avaliação de plateias sucessivas, justamente por ter sido recebido esteticamente. A estética, por conseguinte, é a partícula que assegura a perenidade do texto através dos anos. Em termos concretos, as pessoas continuam a expressar, de alguma forma, sua apreciação por ele. Quando essa expressão falta, o texto em questão encontra-se fadado à impossibilidade de interpretação ou transmissão histórica, correndo o risco de desaparecer. Então, do ponto de vista hermenêutico, um livro pode ostentar méritos indiscutíveis, todavia, se não conseguir engajar-se com uma coletividade de leitores em termos estéticos, a obtenção de sucesso no processo interpretativo restará obstaculizada. É nessa conjuntura que Jauss estabelece a principal demarcação entre o domínio estético e o da interpretação:

[Sobre a função social da literatura] entendida a partir do relacionamento dessa com o leitor. [...] a arte, não sendo meramente reprodução ou reflexo dos eventos sociais, desempenha um papel ativo: ela faz história, porque participa do processo de “pré-formação e motivação do comportamento social”. Como se comunica com o leitor, passa-lhe normas, que, enquanto tais, são padrões de atuação. Porque a recepção representa um envolvimento intelectual, sensorial e emotivo com uma obra, o leitor tende a se identificar com essas normas, transformadas, assim, em modelos de ação (Zilberman, 2004, p. 50).

O texto literário, enquanto entidade dinâmica, passa por transformação no decorrer da história. Essas mutações revelam uma congruência com três estágios de captação hermenêutica de acordo com Hans Jauss, os quais são: o estágio do entendimento, da interpretação e da aplicação. Estes estágios consubstanciam-se

em pontos acessíveis a todos os leitores e público, em qualquer ponto da trajetória da recepção de uma obra. O estágio estético, associa-se à compreensão, converge com a apreensão primordial do texto; o estágio interpretativo, por sua vez, alinha-se à tradição hermenêutica, designada como interpretação.

A metodologia de análise textual de Jauss está organizada em três pilares: (1) o viés diacrônico; (2) o viés sincrônico; e (3) o acoplamento entre a história particular da literatura e o continuum dos eventos históricos em uma escala mais ampla. A vertente diacrônica conduz à meticulosa análise do texto durante a fase de sua recepção, abarcando tanto o momento de sua divulgação quanto as etapas posteriores. Este processo busca discernir os antagonismos entre as formas literárias precedentes, dotadas de um caráter anacrônico, e a emergência de uma nova manifestação estética. E depois, intenta-se discernir se esta nova forma apresenta, de fato, autenticidade inovadora (mesmo no contexto contemporâneo em que aparece) ou se tal inovação será reconhecida em uma instância subsequente, ou ainda se tal inovação é destituída de originalidade em sua essência.

O enfoque sincrônico, por outro lado, se imbrica no tecido das referências literárias vigentes em um dado período temporal. Este arranjo contempla duas perspectivas: a antecedente ao texto, que investiga o aparato referencial prévio que, até certo ponto, pode ter precipitado a eclosão de uma nova forma estética (caso ela seja de fato nova); e a subsequente ao texto, a qual se relaciona com o impacto da obra, com o propósito de discernir se esta rompe com o paradigma preexistente e, assim, engendra um novo sistema referencial e paradigma estético. À luz dessa abordagem, um extenso agrupamento documental surge, posto que a análise do texto não é conduzida de maneira isolada, mas, sim, imersa em seu contexto. Conseqüentemente, uma dimensão vertical (temporal e histórica) e uma dimensão horizontal (sistema de referências de um determinado momento, que precipita ou não a emergência de um novo paradigma) configuram-se como eixos de análise.

A sinergia entre a trajetória singular da literatura e o desdobramento das vicissitudes históricas contempla a premissa de que a literatura exibe uma inata força constituinte na tessitura social. Dessa maneira, a literatura assume o papel de espelho, refletindo os matizes mais abrangentes dos acontecimentos políticos, sociais e culturais. Hans Jauss comenta:

O literário na literatura não é determinado apenas sincronicamente – pela oposição entre as linguagens poética e prática –, mas o é

também diacronicamente, por sua oposição àquilo que lhe é predeterminado pelo gênero e à forma que o precede na série literária. [...] O histórico na literatura não se esgota na sucessão de sistemas estético-formais; assim como o da língua, o desenvolvimento da literatura não pode ser determinado apenas de forma imanente, através de sua relação própria entre diacronia e sincronia, mas há de ser definido também em função de sua relação com o processo geral da história (Jauss, 1994, p. 19-20).

Portanto, é discernível que a análise dessa interconexão objetiva aprofundar a compreensão da maneira pela qual um texto, em um contexto temporal específico, exerce sua influência sobre determinada sociedade. Essa lógica reitera a ideia da existência de um relacionamento entre o texto e o leitor (efeito/recepção). A obra em si incita a produção do efeito sobre o destinatário, provocando uma resposta que varia em sua interpretação ao longo do tempo.

Outro expoente da ER, Wolfgang Iser³³, voltou-se para o efeito estético e considerou o ato da leitura um fenômeno complexo e relacional. Essa abordagem contrapôs as várias correntes teóricas prevalentes na época que, frequentemente, se voltavam para a intenção do autor ou se concentravam na estrutura e forma da obra literária em si. Iser, contudo, enraizou suas formulações na tradição fenomenológica de Edmund Husserl, e ancorou suas proposições acerca do ato de leitura por meio das contribuições conceituais de Roman Ingarden. Nesse panorama, ele despontou como um mediador entre essas influências filosóficas, resultando na elaboração de uma metodologia analítica literária que focaliza a experiência da leitura e a constante transformação do texto e do leitor. Corroborando com isso, encontramos:

W. Iser examina o que classifica como estrutura de apelo do texto [...]. Apoiado nas conclusões de R. Ingarden, para quem o mundo imaginário representado numa obra mostra-se de modo esquematizado, portanto, incompleto e com pontos de indeterminações ou lacunas, Iser tem condições de confirmar um dos principais postulados da estética da recepção: a obra literária é comunicativa desde sua estrutura; logo, depende do leitor para a constituição de seu sentido. Este não corresponde a nenhum conteúdo universal, perene e imutável a ser extraído por um leitor competente; pelo contrário, pode mudar, se o público, a sociedade e a época forem outros (Zilbernam, 2004, 64).

³³ Wolfgang Iser (1926-2007) foi, com Hans Robert Jauss, um dos responsáveis pela fundamentação da teoria da recepção. Publicou diversas obras, algumas das quais utilizamos neste trabalho, como *O ato da leitura* (1976). Com Iser, temos uma análise profunda do que acontece no fenômeno do ato da leitura com foco no leitor.

A partir desse quadro teórico, Iser construiu uma estrutura analítica que explora a sintonia complexa entre a obra e seu destinatário. Seu arcabouço conceitual ressoa com os princípios fenomenológicos ao destacar a natureza interativa do processo de leitura, que transcende a abordagem tradicional centrada na intenção autoral ou nas características estruturais. Sua ótica assimila a ideia de que o texto literário não é uma entidade estática, mas um organismo dinâmico que evoca uma gama diversificada de respostas e interpretações individuais.

Esse enfoque analítico fundamentado na relação entre a experiência literária e a evolução da compreensão leitora enriquece nosso entendimento da maneira pela qual as obras literárias catalisam um processo de transformação subjetiva nos leitores. A ênfase recai sobre o caráter mutável e fluido da experiência literária, refletindo assim a metamorfose contínua na percepção do leitor à medida que ele entra em contato com o mundo textual.

A teoria do efeito estético, longe de desconsiderar a relevância do autor e da obra, busca explorar, na obra literária ou na interação desta com o leitor, o desdobramento do efeito estético – a relação aberta, capaz de fomentar transformações tanto na experiência de quem lê quanto no próprio texto, através do acionamento de dispositivos específicos. O efeito estético, portanto, se instaura como produto do entrosamento entre o *corpus* literário, o receptor e a consonância que entre eles se estabelece, “porque – apesar de ser motivado pelo texto – requer do leitor atividades imaginativas e perceptivas, a fim de obrigá-lo a diferenciar suas próprias atitudes” (Iser, 1996, p. 16).

Dessa maneira, fica evidente que Iser não está preocupado com a interpretação da obra literária já acabada, com a busca do significado tal e qual pensou o autor. Conforme seu entendimento, a interpretação surge da confluência entre o leitor, o contexto e o próprio texto. Dentro deste enquadramento, o significado é construído não como uma entidade estática, mas como um processo fluido e interativo. O cerne desta abordagem reside no impacto que o texto exerce sobre o leitor, produzindo um ato interpretativo. Este, porém, não se adere aos preceitos convencionais que priorizam a intenção autoral como âncora hermenêutica.

Traçando assim, uma sequência articulada de interações, encontramos o seguinte esquema: leitura, interpretação e desfecho. Nesse panorama, a relação entre o leitor, a trama textual e a construção do sentido desencadeiam um processo

dinâmico, no qual o efeito estético revela-se como um componente na fecundação de significados múltiplos e cambiantes. Vejamos:

A obra literária tem dois polos que podem ser chamados polos artístico e estético. O polo artístico designa o texto criado pelo autor e o estético a concretização produzida pelo leitor. Segue dessa polaridade que a obra literária não se identifica nem com o texto, nem com sua concretização. Pois a obra é mais do que o texto, é só na concretização que ela se realiza. A concretização por sua vez não é livre das disposições do leitor, mesmo se tais disposições só se atualizam com as condições do texto. A obra literária se realiza então na convergência do texto com o leitor; a obra tem forçosamente um caráter virtual, pois não pode ser reduzida nem à realidade do texto, nem às disposições caracterizadoras do leitor (Iser, 1996, p. 50).

Entendemos, por meio das explicações do autor, que a obra é autônoma, pois é mais que o texto, e a concretização dela ocorre na convergência com o leitor que interage e constrói o sentido do texto.

Na perspectiva hermenêutica de Wolfgang Iser, a atividade de leitura e interpretação assume a forma de um processo de criação de sentido da obra literária. Desse modo, o ato de recepção assume um papel proeminente na pragmática da comunicação literária ao determinar, segunda as competências do leitor, a constituição da arquitetura interna da própria textualidade.

Enquanto para Roman Ingarden a função do leitor consistia em complementar uma estrutura literária esquematizada e aberta, em acordo com a obra, Iser postula que o leitor, de maneira fenomênica, reconstrói a textualidade do discurso que abarca. Nesse sentido, o leitor não se limita a preencher lacunas preexistentes, mas, sim, a engendrar a textualidade do discurso por meio de uma recriação ativa e perceptiva. Sobre esse ponto, afirma Zilberman:

W. Iser emprega a noção de concretização, encontrada tanto nos escritos de Ingarden, quanto nos de Vodicka, segundo uma ótica que paradoxalmente parece não contradizer nenhum dos dois. Como Vodicka, acredita que a concretização depende dos códigos introjetados pelo recebedor; mas não desmente Ingarden, concordando em que as orientações dadas pelo texto se impõem ao leitor, cujas predisposições não têm força suficiente para alterar ou afetar a estrutura básica (e, nesse caso, imutável) de uma obra de arte. [...] [Há] duas espécies de concretização: a do horizonte implícito de expectativas, proposto pela obra, portanto de cunho intraliterário; e a “análise das expectativas, normas e papéis extraliterários, originários da experiência existencial e que pré-orientam o interesse estético das distintas camadas de leitores”. De um lado, situa-se o efeito, condicionado pela obra que transmite orientações prévias e, de certo modo, imutáveis, porque o texto

conserva-se o mesmo, ao leitor; de outro, a recepção, condicionada pelo leitor, que contribui com suas vivências pessoais e códigos coletivos para dar vida à obra e dialogar com ela. Sobre esta base, de mão dupla, acontece a fusão de horizonte, equivalente à concretização do sentido. Ao primeiro plano corresponde o leitor implícito, de certo modo uma criação ficcional, já que prefigurado pelo texto; ao segundo, o leitor explícito, incluindo elementos de ordem "histórica, social e até biográfica". Um depende das estruturas objetivas da obra, o outro, das "condições subjetivas e condicionamentos sociais". Ambos são igualmente importantes (Zilbernam, 2004, p. 64-66).

Conforme reconhecemos, não se pode atribuir caráter ficcional a todos os textos. A distinção entre a não ficção e a ficção, na ótica de Wolfgang Iser, reside na circunstância de que, no plano da não ficção, nutrimos a antecipação de não nos depararmos com surpresas. Contudo, no domínio da ficção, anelamos ser imersos, instigados a ingressar devidamente no ciclo hermenêutico; aqui, o elemento surpreendente assume relevância inquestionável. Os formalistas russos cunharam o termo "estranhamento" para designar tal fenômeno, representando uma interrupção vital ao leitor, induzindo-o à surpresa e forçando-o a reconhecer que sua preconcepção acerca da situação não se coaduna com a realidade.

A noção de literatura como manifestação ficcional fundamenta a essência do *corpus* de estudo de Wolfgang Iser. Sua inquietação repousa sobre como é possível a sua leitura, compreensão e interpretação. Em medida considerável, ele ressuscita o conceito de "fusão de horizontes" concebido por Hans-Georg Gadamer. Verifica-se, pois, uma convergência com a perspectiva de Jauss a respeito dos "horizontes de perturbação de expectativas", que se entrelaça com a visão de Iser sobre o papel do leitor no preenchimento das lacunas imaginativas deixadas nos textos. Essencialmente, ambos os teóricos aludem, ao formular tais considerações, à noção gadameriana de fusão de horizontes.

Segundo Iser, a convergência entre o texto e o leitor propicia a materialização da obra literária. Contudo, não é o texto ou o leitor individualmente considerado que desencadeia esse processo, mas sim o desfecho da interação entre ambos. Dessa forma, temos um estado de estranhamento que, em conjunto com a percepção do leitor, instiga uma tensão potenciadora de suas expectativas, ao lado de um crescente ceticismo em relação a tais expectativas. Paralelamente, ocorre a coexistência da expectativa e da sensação de transgressão das antecipações do leitor. Ele elucidou:

Essa peculiaridade do efeito estético é eliminada quando começamos a definir o seu significado com os termos de significados já conhecidos; pois se o efeito estético significa o que advém ao mundo por ele, então ele é o não idêntico ao de antemão existente no mundo. Ao mesmo tempo, porém, compreendemos por que se atribuem traços característicos ao não idêntico: busca-se relacionar o não idêntico a algo familiar e compreensível. Quando isso sucede, o efeito desaparece; pois esse efeito é só efeito, enquanto o que é significado por ele não se funda em nada senão nele mesmo. Esse efeito, em um primeiro momento, pode ser definido como recusa à categorização ou ainda como situação em que o receptor se afasta de suas classificações. [...] Nesse caso, a significação antes teria a estrutura de um evento; ela mesma é um acontecimento que não pode ser relacionado a denotações de realidades, sejam elas empíricas ou inferidas. [...] Se o texto ficcional existe graças ao efeito que estimula nas leituras, então deveríamos compreender a significação mais como o produto de efeitos experimentados, ou seja, de efeitos atualizados do que como uma ideia que antecede a obra e se manifesta nela (Iser, 1996, p. 54-55).

Tal conjuntura é percebida quando o leitor dá vida ao texto ficcional, resultante da relação concatenada entre texto, significado e efeito. A interação entre o texto e o leitor assume a feição de uma simbiose colaborativa. Um texto considerado bom, de forma incessante, suscita interrupções no leitor, instaurando uma esfera de tensão que oscila entre a propensão à preservação de uma fantástica ilusão e a forma pela qual o próprio texto atenua essa ilusão. Estamos, portanto, diante da “emoção psicológica” da leitura. Diz W. Iser, aprofundando sua argumentação, que

a interpretação ganha uma nova função: em vez de decifrar o sentido, ela evidencia o potencial de sentido proporcionado pelo texto. Desse modo, a atualização da leitura se faz presente como um processo comunicativo que deve ser descrito. É certo que no processo da leitura o potencial de sentido nunca pode ser plenamente elucidado (Iser, 1996, p. 54).

Na concepção gadameriana, o significado assume a configuração de uma fusão entre o horizonte do leitor e o horizonte interno no qual o texto se insere. Em outras palavras, a confluência de horizontes dá origem a uma nova narrativa. Por outro lado, Iser sustenta que o espaço de significado é virtual, e que sua convergência permanece perpetuamente inapreensível de maneira precisa. A virtualidade é intencionalmente mantida, evitando-se sua identificação direta com a materialidade textual ou com a disposição idiossincrática do leitor. Este postulado advém da estreita conexão entre a hermenêutica e a concepção de horizontes, a qual culmina na gênese do significado. Ainda que Iser a tenha formulado de maneira

distinta, sua proposta revela afinidades substanciais com o pensamento de Hans-Georg Gadamer.

Esse ponto de vista conduz à indagação sobre como o leitor aborda as lacunas textuais e qual é o papel que elas desempenham no ato da leitura. Um texto ostenta a capacidade potencial de inúmeras materializações interpretativas, e nenhuma leitura é capaz de exaurir integralmente sua riqueza, visto que cada leitor preencherá as lacunas de acordo com sua perspectiva singular. As lacunas textuais, entendidas como espaços abertos, mantêm uma interação com o conceito de indeterminação, conforme proposto por Roman Ingarden. Estes segmentos podem engrenar na coesão textual como fragmentos cujas posições carecem das pressuposições ou conjecturas do leitor, ocasionando rupturas na continuidade narrativa. Esses espaços em branco emergem da discrepância entre o texto e o leitor, exigindo uma negociação. Independentemente do caso, tais lacunas conferem ao processo de leitura a dinâmica de uma busca incessante de sentido. Sobre isto, observamos:

Em princípio, as lacunas organizam os segmentos textuais num campo de mútua projeção interativa, que conduz a uma estrutura de campo na perspectiva do leitor. Tal campo tem uma estrutura do tipo “figura” e “fundo”. Cada segmento lido pode ser visto como figura contra o fundo do segmento lido antes, e o fundo, por sua vez, necessariamente molda a figura. Essa interação latente, atualizada durante o processo da leitura, leva a uma instabilidade que se encerra com a produção de uma *gestalt*. Tal *Gestalt* é composta de segmentos que atuam reciprocamente como figura e fundo ou “tema e horizonte”; o que funciona como mecanismo de controle para o processamento do texto no ato da leitura. Ainda que a *gestalt* formada tenha de ser descartada em vista do que precisa ser acomodado a seguir, ela condiciona a *gestalt* subsequente, afetando a composição desta. Desse modo, a sequência de ideias que se forma na mente do leitor com base na estruturação prefigurada pelo texto, isto é, nas suas operações estruturantes previamente determinadas, é a maneira pela qual o texto é traduzido na imaginação do leitor (Iser, 1999, p. 30-31).

Do ponto de vista de Wolfgang Iser, o leitor assume um papel fulcral na materialização da indeterminação do texto, operando como um agente no processo de leitura que produz significado. Nesse contexto, é possível distinguir três estratos distintos que compõem sua estrutura hermenêutica: o repertório, as estratégias textuais e a realização.

Inicialmente, o nível do repertório engloba um sistema de normas e convenções arraigadas nas esferas literárias, culturais e científicas, que compreende

um espectro amplo de conhecimento humano, permeando disciplinas como Sociologia, Política, Filosofia, Literatura e Religião. Em seguida, as estratégias textuais, representando um conjunto de sistemas de elementos formais, exercem intervenção na configuração da obra literária. Estes elementos conferem uma disposição particular de sentido, segundo sua modalidade, perspectiva, recorrência e técnicas narrativas, entre outras considerações.

O ápice desse processo é a realização de uma operação que denota a construção de sentido promovida pelo leitor, que se assemelha ao conceito de concretização estabelecido por Ingarden. Assim sendo, o leitor infunde sua bagagem de experiências literárias, culturais e emocionais, em um esforço contínuo para forjar uma multiplicidade de significados e para povoar a obra com suas projeções imaginativas. Essa perspectiva ampliada do texto literário extrapola sua composição linear e evidencia a importância das entrelinhas, dos subentendidos, das lacunas e, crucialmente, do ato de leitura. Conseqüentemente, esse fenômeno gera um fluxo de significados dinâmicos, transitórios e abertos. A explicação abaixo é elucidativa:

O leitor, em seu importante papel, imagina hipóteses, decifra, analisa, cria vínculos entre uma obra e outra [...] o autor dá pista ao leitor para que coparticipe, como um elemento a mais do romance, abrindo novas perspectivas e recriando a história que lhe foi apresentada. Esta liberdade criadora que se oferece ao leitor, tarefa de decifração e integração, dá-lhe a sensação de não se afogar passivamente no mundo da literatura e de que as personagens retornaram a um museu depois de passagem transitória pela vida (Jozef, 1980, p. 71-72).

Na obra intitulada *O fictício e o imaginário*, Wolfgang Iser aprofunda essas concepções. O autor analisa o impacto da obra literária e as modificações suscitadas no leitor no momento da imersão textual. Acrescenta-se, ainda, o fato de que Iser estende os limites de sua proposição ao sustentar que a dicotomia entre realidade e ficção não é entre conceitos opostos, pois real, fictício e imaginário são instâncias interarticuladas entre si. Ele pondera:

Temos daí uma justificação heurística para substituir a relação opositiva usual pela tríade do real, fictício e imaginário, para, a partir daí, comprovar o fictício do texto ficcional. A relação opositiva entre ficção e realidade retiraria da discussão sobre o fictício no texto uma dimensão importante, pois, evidentemente, há no texto ficcional muita realidade que não só deve ser identificável como realidade social, mas que também pode ser de ordem sentimental e emocional. Estas realidades, por certo diversas, não são ficções, nem tampouco se transformam em tais pelo fato de entrarem na apresentação de textos ficcionais. Por outro lado, também é verdade que estas

realidades, ao surgirem no texto ficcional, neles não se repetem por efeito de si mesmas. Se o texto ficcional se refere à realidade sem se esgotar nesta referência, então a repetição é um ato de fingir, pelo qual aparecem finalidades que não pertencem à realidade repetida. Se o fingir não pode ser deduzido da realidade repetida, nele então surge um imaginário que se relaciona com a realidade retomada pelo texto. Assim o ato de fingir ganha a sua marca própria, que é de provocar a repetição no texto da realidade vivencial, por esta repetição atribuindo uma configuração ao imaginário, pela qual a realidade repetida se transforma em signo e o imaginário em efeito do que é assim referido. Decorre daí que a relação triádica do real com o fictício e o imaginário apresenta uma propriedade fundamental do texto ficcional (Iser, 1983, p. 385-386).

A função do fictício é ativar e moldar o imaginário que, até então, é abstrato e amorfo. A capacidade de criar ficção, por outro lado, não seria possível sem a instância do imaginário, que propicia a seleção e a combinação de elementos, produzindo uma nova realidade, que se mostrará como ficcional a partir de um pacto entre autor e leitor (autoindicação ou desnudamento da ficcionalidade) (Costa, 2017, p. 9); o imaginário, assim sendo, apresenta-se como uma instância mediadora que se interpõe entre as fronteiras do real e do fictício, atuando como um facilitador da interconexão entre esses dois domínios conceituais.

Por esse prisma, insistimos em afirmar que o domínio do imaginário assume um papel intermediador entre a esfera do real e o âmbito do fictício. Este entrelaçamento culmina na conclusão de que o leitor inserido no arcabouço conceitual de Iser é dotado de uma vasta latitude para incorporar à fenomenologia da interpretação literária as figuras que melhor se coadunem com sua evolução psicológica ao longo do curso temporal.

Verifica-se, portanto, uma abordagem que outorga um apreço ao próprio ato da leitura e ao agente leitor, realçando, assim, a dimensão valorativa conferida ao processo interpretativo.

Este fato das zonas indeterminadas do texto possibilita até certo ponto a “vida” da obra literária, a variedade das concretizações, assim como a função do diretor de teatro, chamado a preencher as múltiplas indeterminações de um texto dramático. Isso, porém, se deve à variedade dos leitores, através dos tempos, não à variabilidade da obra, cujas personagens não têm a mutabilidade e a infinitude das determinações de seres humanos reais. As concretizações podem variar, mas a obra como tal não muda (Candido *et al.*, 1981, p. 32-33).

O ato de leitura, nessa circunstância, catalisa uma sintonia entre elementos linguísticos e imagéticos. A partir desse recurso, as palavras convergem para a

criação de um jogo sinfônico, orquestrado de maneira complexa, e a linguagem, enquanto entidade emblemática da comunicação, reverbera como uma força motriz implícita à tessitura do sentido. Adicionalmente, a prática da leitura evoca imagens do passado, emanações da memória que se amalgamam com a narrativa, edificando um mosaico intertextual que interliga o passado e o presente em uma dança elíptica de significados. Essa dialética temporal se enlaça, por sua vez, com a noção imagética da realidade, na qual a leitura não se desvela como banal exercício passivo, mas como um processo de interação simbólica com a realidade circundante.

Evidencia-se, portanto, que a atividade de leitura se erige como uma empreitada dinâmica e multifacetada, um continuum de reflexões e associações que está para além do plano superficial do texto impresso. Nessa mecânica, o ato de leitura se consubstancia como um movimento cognitivo e interpretativo, enraizado na intersecção das esferas linguísticas, imagéticas e mnemônicas. Conseqüentemente, o ato de ler assume a forma de um engajamento ativo e perene, um processo fluido que descobre camadas sucessivas de significado e que se compatibiliza com a natureza intrincada e mutável da experiência humana.

Em suma, como bem argumentou A. Medina Rodrigues, citando Umberto Eco em *Obra aberta*:

Neste novo modo de ler, um novo modo de fazer: os artistas lutam por elaborar estruturas cujo significado só se perfaz pela intervenção crítica do apreciador. Uma obra, assim concebida, apresenta sempre uma infinidade de pormenores ambíguos cujo significado só se precisa pelo concurso do intérprete. Esta é uma das razões por que o grande público se acha divorciado da arte contemporânea, pois ela é inimiga do espectador passivo e inerente. Na obra de arte aberta tudo é dinâmico, de modo a exigir do observador constante vigilância da descoberta de seus novos significados (Rodrigues *et al.*, 1979. p. 333-334).

Sob este ângulo, torna-se manifesta a faceta que reveste particular importância e que, por conseguinte, constitui o pilar ao redor do qual gravita a nossa análise das obras literárias nas quais Dom Helder Camara é representado, analisadas neste trabalho. Referimo-nos, especificamente, ao fenômeno que tem conduzido nosso exame até o ponto em questão, a saber: na contemporaneidade, a existência do texto literário é entrelaçada com a sua leitura. Tal entendimento enuncia que é unicamente por meio do ato de leitura que os textos adquirem sua efetividade e se transmudam de entidades potenciais em entidades plenamente

operativas. Nas palavras de Iser (1996, p. 48), seria mais instrutivo “analisar o que sucede quando lemos um texto. Pois é só na leitura que os textos se tornam efetivos”.

1.3 CAMINHOS DA PESQUISA

Trabalhamos o objeto de estudo a partir de um viés exploratório e qualitativo. No primeiro momento, fizemos um levantamento de dados através de revisões da literatura pertinente ao tema e à pesquisa de campo. Neste processo, foram explanados os aspectos da criação das diversas obras no campo das artes, em geral, e da literatura, em particular, que retratam Dom Helder como uma personagem no universo ficcional e suas nuances.

Para mais, conduzimos uma problematização histórica a fim de relacionarmos os contextos ficcionais e a realidade empírica. Essa análise foi embasada em uma minuciosa revisão bibliográfica que englobou as diversas representações do religioso.

Com uma perspectiva predominantemente teórica, adotamos um enfoque procedimental ao utilizar fontes bibliográficas e documentais. Os resultados da pesquisa foram obtidos por meio do acesso a uma variedade de categorias de materiais, englobando tanto aqueles previamente publicados, como livros, artigos, periódicos e conteúdo online, quanto aqueles que permaneciam ainda não submetidos a um tratamento analítico, incluindo manuscritos. Tal abordagem possibilitou uma análise abrangente das múltiplas perspectivas acerca das questões previamente demarcadas. Segundo Gil (1987, p. 71-72):

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo. [...] Estas vantagens da pesquisa bibliográfica têm, contudo, uma contrapartida que pode comprometer em muito a qualidade da pesquisa. Muitas vezes as fontes secundárias apresentam dados coletados ou processados de forma equivocada. Assim, um trabalho fundamentado nessas fontes tenderá a reproduzir ou mesmo a ampliar seus erros. Para reduzir esta possibilidade, convém aos pesquisadores assegurarem-se das condições em que os dados foram obtidos, analisar em profundidade

cada informação para descobrir possíveis incoerências ou contradições e utilizar fontes diversas, cotejando-as cuidadosamente. [...] O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas há que se considerar que o primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número. Existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc.

Tais parâmetros foram balizadores, haja vista que nosso estudo foi concebido sob um enfoque qualitativo, visando a entender e explicar o fenômeno em questão. Devido à natureza do objeto de pesquisa, que não se presta a mensurações quantitativas, uma abordagem descritiva e analítica se mostrou mais apropriada.

Para a coleta de dados, adotamos uma estratégia que se fundamentou na obtenção de fontes documentais, notadamente periódicos de ampla circulação e revistas. Essa seleção se deu com o intuito de identificar textos literários que contenham representações de Helder Pessoa Camara. Esses materiais foram submetidos a uma análise cuidadosa, permitindo a delimitação dos recortes essenciais e necessários para sustentar a tese central do estudo, a saber: tanto quanto na vida, nas manifestações artísticas em sua abrangência, e particularmente na esfera literária, também prevaleceu a figura do santo sobre a do comunista. As artes, assim, ajudaram na sedimentação das imagens religiosa e sociopolítica de Dom Helder.

1.3.1 *Análise de conteúdo*

Na fase de tratamento analítico dos dados, optamos pela análise de conteúdo como uma abordagem metodológica de substancial relevância, seguindo as etapas propostas por Laurence Bardin: categorização, descrição e interpretação, pois entendemos que “a análise de conteúdo é uma construção social. Como qualquer construção viável, ela leva em consideração alguma realidade, neste caso o *corpus* de texto, e ela deve ser julgada pelo seu resultado” (Bauer; Gaskell, 2002, p. 203).

Utilizar a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas na nossa fundamentação metodológica é um reflexo da busca por uma exploração abrangente e criteriosa do nosso conjunto de dados. Fundamentada em princípios teóricos

robustos, a aplicação dessa abordagem é dotada de um escopo dual. Primeiramente, pois ela almeja a validação da hipótese proposta, servindo como uma lente analítica para a confirmação ou refutação das suposições delineadas. Adicionalmente, a análise de conteúdo também se propõe a gerar uma plataforma para o surgimento de novos panoramas e considerações, enriquecendo, assim, o campo do nosso objeto de estudo. A citação seguinte corrobora essa perspectiva:

A análise de conteúdo é um *conjunto de técnicas de análise das comunicações*. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações” (Bardin, 2011, p. 37).

A realização de uma análise documental foi essencial para alicerçar a investigação. Através da aplicação de técnicas inferenciais, logramos elaborar uma descrição detalhada e abrangente do fenômeno identificado na pesquisa. O processo de inferência, informado pela estrutura analítica da análise de conteúdo, permitiu uma exploração profunda das nuances intrínsecas ao fenômeno em estudo. A materialização dessas percepções em um formato textual articulado não apenas viabilizou a comunicação efetiva dos resultados, mas também conferiu sentido e coerência às múltiplas dimensões do fenômeno abordado.

A matéria-prima da análise de conteúdo pode ser constituída de um vasto espectro de recursos comunicativos, abrangendo tanto expressões verbais quanto não verbais. Dentre esses recursos, destacam-se elementos como correspondências epistolares, publicações jornalísticas, entrevistas registradas em formato audiovisual, bem como outras manifestações de caráter multimodal. É pertinente ressaltar que, ainda que a preferência tenda a recair sobre materiais textuais, notadamente aqueles de formato impresso, a análise de conteúdo se estende e engloba a diversidade dessas formas comunicativas (Bauer; Gaskell, 2002, p. 195; 212).

Esses textos variados podem ser submetidos a um processo de manipulação sistemática, orientado pelo propósito de elucidar as indagações do pesquisador. A aplicação da análise de conteúdo permite, assim, desvelar estruturas subjacentes, significados latentes e padrões emergentes nos dados selecionados.

1.3.2 Lugares de memória

Emanando das raízes dos estudos de história cultural, encontramos a concepção seminal de "lugares de memória", cunhada por Pierre Nora. Na intenção de edificar uma estrutura argumentativa enriquecedora para a nossa pesquisa, lançamo-nos à exploração desse conceito. Por isso, faz-se necessário demarcar, de maneira concisa, a diferença entre memória e história, a fim de consolidar uma plataforma sólida para a problematização proposta.

A noção de "lugares de memória", segundo Nora, apresenta-se como uma lente analítica engenhosa, propiciando um escrutínio acurado das complexidades pertencentes à preservação e à evocação do passado coletivo. Através da apreensão de locais, objetos e rituais, essa abordagem busca catalisar a interseção entre a memória individual e a construção coletiva da história. No centro deste empreendimento encontra-se a compreensão de que a memória transcende o reino da lembrança, tornando-se um vetor na forja de narrativas históricas que moldam as identidades sociais.

Por definição, segundo Bloch (2001, p. 55), história é a “ciência dos homens, no tempo”. Assim, ela é a análise crítica do passado – ou o estudo do presente a partir do passado. Memória, por sua vez, é o compartilhamento de lembranças e de discursos acerca do passado, ancorados nos interesses e visões de mundo do presente, sem um método crítico para isso. Sobre esta correlação, encontramos:

A História é um tipo peculiar de memória social. E a memória social é fundamental para a criação de uma identidade coletiva. Nem toda identidade deriva da memória, mas as identidades mais profundas, aquelas que parecem mais naturais e indiscutíveis, são as fundadas no passado e garantidas por ele. A memória é a grande fundadora e legitimadora das identidades, porque é ela que define quais são as mais importantes, quais não são fluidas e passageiras, quais são aquelas que adquirimos de nascença, como herança de nossos ancestrais (Guarinello, 2021, p. 8 e 9)

Não obstante, é crucial discernir a distinção entre o domínio da memória e o domínio da história. Enquanto a memória é permeada por subjetividades individuais e coletivas, evocando emoções e nuances pessoais, a história almeja a reconstrução objetiva e analítica do passado, ancorada na crítica e na pesquisa acadêmica. Essa dicotomia entre memória e história se eleva como um eixo central para a reflexão acerca dos "lugares de memória", suscitando questionamentos

profundos sobre a interação entre as representações comemorativas e as narrativas historiográficas.

Para Nora (1993, p. 9), a memória “é a vida, sempre alcançada pelos grupos viventes [...], ela está em evolução permanente [...], inconsciente das suas deformações sucessivas”. Já a história é “a reconstrução sempre problemática e incompleta daquilo que não é mais”. A memória é “um absoluto” e a história “não conhece outra coisa que não o relativo”.

De acordo com Chartier (2009, p. 21-22), a memória está relacionada ao nível declaratório do testemunho e a história ao nível documental que atesta a veracidade que se presume incontestável, presente na epistemologia histórica como discurso verdadeiro sobre o passado. Dessa maneira, a memória está sujeita a falhas, indefinições e/ou constantes reformulações. A história, mesmo suscetível a tudo isto, submete-se à verificação e ao rigor científico.

Ainda que compartilhem um atributo em comum, nomeadamente a consciência de tempo – o corte entre o pretérito e o presente –, é importante destacar que história e memória configuram dois conceitos distintos. É inegável que o primeiro instrumentaliza o segundo. Em outras palavras, a incursão na esfera da memória visa, de forma subsequente, a produzir uma narrativa histórica crítica, tratando a memória de ser não apenas como uma conglomeração de dados passiva e objetivamente assimilados, senão como um substrato informativo de natureza mais profunda.

Há muitas semelhanças entre as memórias individuais e as sociais. Toda memória, por exemplo, é composta por lembranças, que são mais ou menos valorizadas, mas também por esquecimentos de coisas e fatos que não deixaram vestígios de si, seja porque não são mais lembrados, seja porque algo ou alguém impede sua rememoração. Todo processo de memória é, além disso, um trabalho, um esforço sobre o tempo. É uma atualização que fazemos repetidamente, para além das lembranças “naturais” que nos permitem viver nosso dia a dia. Esse esforço para recordar e dar sentido ao presente se apoia naquilo que os historiadores chamam de lugares de memória. Na vida individual, esses lugares são nosso próprio cérebro, objetos de nosso passado, pessoas que conviveram conosco, locais que foram significativos em nossas vidas. A memória social também trabalha em lugares definidos, mas ao contrário da dos indivíduos, ela é compartilhada por várias pessoas: um grupo, uma etnia, um bairro, uma cidade ou, mesmo, toda a sociedade. Há uma grande diversidade de memórias dentro de uma mesma sociedade. Muitas se produzem paralelamente e, muitas vezes, entram em conflito, quando representam identidades contrastantes, grupos com interesses divergentes, diferentes visões do que seja a

sociedade e de qual deve ser seu futuro. A memória social é, com frequência, um campo de conflitos, no qual diferentes sentidos são conferidos ao passado: personagens e fatos distintos são valorizados ou rejeitados, interpretações são contrapostas, silêncios ou lembranças festivas se confrontam. Tradições contrastantes lutam por legitimidade no espaço social da memória através de diferentes lugares e meios: textos, monumentos, festividades, associações, veículos de comunicação, instituições e o próprio Estado (Guarinello, 2021, p. 9).

Nesse ponto, para além da acumulação de dados que a pesquisa demanda, é relevante analisar os processos de construção da memória. Isto posto, cabe-nos a seguinte indagação: "Quais são os agentes socioculturais discerníveis a determinada construção da memória?" E por reconhecermos que toda narrativa do passado representa uma seleção inevitável – haja vista a natureza intrinsecamente seletiva da memória –, avulta a pertinência de atentar, ademais, ao fenômeno do esquecimento e de levantar questionamentos, tais como: "Quais elementos são alvo de intencional esquecimento?", "O que move o desejo de obliterar tais elementos?", "Quais entidades se beneficiam com o ato de esquecer?", "Há uma dinâmica de vantagem ou desvantagem associada ao ato de esquecer?". Efetuado esse exame, surgem perspectivas inéditas, facultando uma percepção mais aprofundada das teias de poder inerentes aos embates pela preservação da memória, bem como uma compreensão mais esclarecedora das agendas em jogo.

Como elucidou Nora (1993, p. 13), os lugares de memória “nascem e vivem do sentimento de que não existe memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter os aniversários, organizar as celebrações, pronunciar as honras fúnebres, estabelecer contratos, porque estas operações não são naturais”. Por outro lado, se “a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento de história, mas que lhe são devolvidos”.

Jacques Le Goff (1990, p. 473) define o conceito de lugares de memória como englobando uma variedade de elementos simbólicos, monumentais e educacionais. Esta categoria incorpora símbolos culturais, monumentos emblemáticos, práticas pedagógicas exemplificadas em enciclopédias e dicionários, legados históricos como santuários régios e relíquias monásticas, configurações paisagísticas, patrimônio cultural tangível e intangível, demarcações territoriais e até mesmo a própria linguagem, a qual internaliza a memória ao portar vestígios de

grupos específicos e da humanidade como um todo. Neste vasto panorama de lugares de memória figura, inclusive, a própria historiografia, seja em sua vertente científica ou cronística. Onde houver o ser humano, pode-se dizer que a memória se estabelece, gerando os seus lugares. Desde os microssistemas familiares, que estruturam sua memória por meio de variados expedientes, como genealogias e álbuns fotográficos, até as macroentidades nacionais, que erguem museus e arquivos com vistas a conferir visibilidade à sua identidade coletiva, a memória manifesta-se, definitivamente, em muitos lugares.

Portanto, ao situar a pesquisa dentro desse campo de reflexões, apropriadamente embasadas em conceitos e abordagens de renome, delineamos um terreno fértil para a problematização e aprofundamento das complexas relações entre memória, história e as encruzilhadas de significado encapsuladas nos lugares de memória.

No próximo capítulo, propomos uma rápida análise do contexto histórico brasileiro, adotando uma perspectiva que incorporará as implicações de eventos internacionais que exerceram influência direta sobre o cenário nacional. Interessamos também o papel desempenhado pela Igreja Católica, tanto em sua fase inicial de apoio quanto na subsequente postura de resistência ao regime militar que se instaurou no país em 1964. Paralelamente, este trabalho se dedica a examinar a atuação de Dom Helder e sua cosmovisão, uma vez que estava imerso em uma realidade que desafiava a todo momento seus princípios cristãos.

Este estudo também contempla as críticas contundentes endereçadas ao trabalho do bispo por parte de segmentos da intelectualidade brasileira e a repercussão adversa àquelas opiniões contrárias na mídia impressa da época, bem como o apoio recebido por outra parte de intelectuais que respaldaram a atuação de Helder Camara, oferecendo um contraponto às muitas acusações a ele dirigidas.

2 “O BISPO CELEBRA A MISSA”: AS REAÇÕES DE PARTE DA INTELLECTUALIDADE BRASILEIRA À ATUAÇÃO POLÍTICO-RELIGIOSA DE HELDER PESSOA CAMARA

Tenhamos sempre o cuidado de nos perguntar se alguém nos fala de violência: de que violência se trata? Da violência dos oprimidos ou da violência dos opressores?
- Helder Camara

No capítulo anterior, foram apresentados os fundamentos teóricos relacionados a obras de arte, com especial ênfase na análise de textos literários ficcionais, contemplando, igualmente, a relevância sociológica dessas produções. No intuito de estabelecer uma base sólida para o desenvolvimento deste estudo, foram abordados brevemente os principais contribuintes para o campo da teoria literária, recuando às influências dos formalistas e estruturalistas russos, examinando suas bases teóricas. Como arcabouço conceitual para esta pesquisa, foram apresentados, dentre outros elementos, o conceito de representação da realidade de Erich Auerbach e as evoluções na construção de personagens no contexto ficcional, indo desde as contribuições de Antonio Candido até a estética da recepção (ER), na qual foram discutidas as formulações basilares de Robert Jauss e Wolfgang Iser. Por fim, também foi traçado um panorama das abordagens metodológicas adotadas ao longo do trabalho, compreendendo as ferramentas de coleta e as técnicas de análise de dados.

Nesta seção, iniciamos com uma breve visita ao contexto histórico³⁴ brasileiro, a partir de uma perspectiva que contemple, também, as influências de eventos internacionais que repercutiram diretamente no cenário nacional. Nossa investigação se propõe a compreender o papel desempenhado pela Igreja Católica no apoio inicial e na subsequente resistência ao regime militar estabelecido no país. Simultaneamente, buscaremos analisar o ativismo de Dom Helder, que se destacou na denúncia das estruturas de injustiça impostas tanto à nação quanto ao mundo, e a relevância de suas ideias. Além disso, destacaremos as críticas contundentes de

³⁴ A contextualização constante neste capítulo é, em nossa perspectiva, pertinente à fundamentação de nosso argumento. Embora reconheçamos a natureza “Tese de Doutorado” deste trabalho e que, como tal, ele está destinado, primordialmente, à leitura por acadêmicos familiarizados com os eventos históricos apresentados, também levamos em consideração a possibilidade de diversificados leitores eventualmente terem acesso a este conteúdo e não serem possuidores de um conhecimento aprofundado acerca dos temas aqui abordados.

segmentos da intelectualidade brasileira em relação ao trabalho do bispo e o impacto negativo dessas críticas repercutido nos meios de comunicação impressa da época, contribuindo para a polarização e a estagnação do debate nacional. No entanto, também são analisados os esforços de intelectuais que endossaram a atuação de Helder Camara.

A partir da análise e utilização de documentos provenientes de fontes impressas, apropriamo-nos do conceito de "lugares de memória", tal como apresentado por Pierre Nora – base teórica examinada na etapa anterior deste trabalho –, que perpassa, de forma implícita, grande parte de nossa discussão. Dessa maneira, podemos definir essa teoria como um esforço direcionado à preservação da memória coletiva do passado e, por meio desta preservação, à construção de narrativas históricas e identidades sociais. É importante ressaltar que, em nosso contexto de pesquisa, os "lugares de memória" se materializam em jornais e revistas, bem como na própria historiografia, abrangendo tanto sua abordagem científica quanto os aspectos cronísticos e romanesco-literários.

2.1 O BRASIL DA ÚLTIMA DITADURA MILITAR (1964-1985)

O período da segunda metade do século XX foi caracterizado por um quadro de tensões entre as superpotências dotadas de capacidades nucleares, a saber, os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Estas entidades hegemônicas, ao cobiçarem esferas de influência geopolítica, engajaram-se em uma disputa de alcance mundial, delineando, assim, um cenário de interações multifacetadas e interdependentes.

A Guerra Fria, portanto, foi um conflito geopolítico e ideológico que se desenrolou após a Segunda Guerra Mundial. Conforme ponderado por Hobsbawm (1995, p. 224), o período subsequente a 1945, caracterizado por uma dinâmica de tensões de caráter global, pode ser, em boa medida, considerado como uma Terceira Guerra Mundial. Tal enquadramento requer, no entanto, a expansão do conceito tradicional de guerra que, comumente, é ligado às atividades bélicas convencionais em um teatro de operações. Devemos, portanto, abranger um complexo entrelaçamento de aspirações, motivações e antagonismos em um dado momento histórico. Este conceito ampliado considera que as engrenagens da

contenda não se limitam meramente à arena de combate, mas permeiam de modo abrangente as intenções e as vontades conflitantes que moldaram esse período, suficientemente conhecidas.

Esta guerra de natureza indireta e não declarada surgiu como resultado da polarização entre as duas superpotências dominantes que emergiram do caos do conflito global anterior. Segundo Cabral (1987, p. 4):

Esses dois gigantes, superpoderosos econômica e militarmente, ao emergir da Segunda Guerra Mundial criaram, mesmo contra sua vontade, uma espécie de campo magnético polarizado no mundo, dentro do qual cada conflito regional surge como possível vitória ou derrota para um dos blocos. Mesmo conflitos aparentemente neutros acabam influenciando nesse campo magnético.

Assim, aquele contexto histórico se caracterizou por uma intensa rivalidade entre os dois blocos liderados por essas potências, o lado ocidental capitaneado pelos Estados Unidos e seus aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), e o oriental liderado pela União Soviética e seus Estados satélites. As tensões entre os dois polos foram traduzidas em diferenças ideológicas, políticas e econômicas significativas. Os EUA representavam a democracia liberal e a economia de mercado, enquanto a URSS promovia o socialismo e o controle estatal dos meios de produção.

A Guerra Fria se desdobrou em várias dimensões, incluindo a corrida armamentista, a competição espacial, a influência em países terceiros por meio de intervenções indiretas e conflitos locais. Um elemento que provocou grande tensão, mas que desempenhou um papel crucial naqueles anos, deveu-se à posse de armas nucleares pelos EUA e pela URSS, condição que atuava como uma espécie de equilíbrio instável de poder. Sobre essa Ordem Bipolar, definiu o sociólogo francês Aron³⁵ (2002, p. 203):

³⁵ Raymond Aron (1905-1983) nasceu em Paris, de família burguesa e judia da Lorena. Notabilizou-se no pós-guerra pela defesa da democracia e da liberdade ameaçadas na Europa pelo totalitarismo soviético, que era apoiado pela maioria da intelectualidade francesa. Faleceu antes da queda do Muro de Berlim e do fim do comunismo na União Soviética, não pôde testemunhar a vitória de sua argumentação. Aron concluiu a Escola Normal Superior de Paris, em 1928, e iniciou a carreira docente na Universidade de Colônia, em 1930, e na Casa Acadêmica de Berlim, de 1931 a 1933. A ascensão do nazismo na Alemanha forçou-o a retornar à França, onde obteve o doutorado em Filosofia, em 1938. Filosoficamente, Aron foi influenciado por pensadores como Hegel, Marx e Durkheim. Sociólogos como Max Weber e Karl Mannheim também exerceram influência sobre seu pensamento. Em suas obras, Aron abordou uma ampla gama de temas, incluindo Política, Relações Internacionais, História e Filosofia. Suas ideias tiveram impactos significativos no mundo acadêmico e intelectual.

Bipolar é a configuração da relação de forças na qual a maior parte das unidades políticas se agrupa em torno de duas dentre elas, cujas forças superam a das demais. [...] o objetivo dos atores principais é não se colocar à mercê de um rival. Como os 'dois grandes' conduzem o jogo, e os pequenos, mesmo unidos, não podem forçar nenhum deles, o princípio de equilíbrio é aplicado às relações entre coalizões, formadas em torno dos dois Estados principais. O objetivo supremo de cada coalizão é evitar que a outra a ultrapasse na aquisição de meios. Podem-se distinguir, em tal sistema, três categorias de atores (e não só os 'grandes' e os 'pequenos', ou 'satélites'): os dois líderes das coalizões; os Estados que são obrigados a tomar partido, ingressando em uma delas; e os Estados que podem e querem permanecer fora do conflito. Estes três tipos de atores agem de acordo com regras diferentes.

A proposição formulada por Wolkmer (1994, p. 11) ganha pertinência ao destacar que, como resultado do confronto indireto entre as duas potências mundiais – Estados Unidos e União Soviética – e a colisão de suas esferas de interesse no contexto da expansão territorial e da ampliação de áreas de influência, o século XX foi permeado por um ambiente de insegurança e constante ameaça de conflitos devastadores (como evidenciado na Guerra da Coreia, em 1950; na invasão da Hungria e na Crise de Suez, em 1956; e na Crise dos Mísseis Cubanos, de 1961-1962).

Como decorrência desses desdobramentos, a América do Sul testemunhou o surgimento de regimes ditatoriais, que, orientados e influenciados pelos Estados Unidos, foram instaurados com o objetivo de prevenir a replicação, no continente, dos eventos desencadeados pelo movimento de 1959, quando Cuba, situada no "quintal" da superpotência ocidental, converteu-se em um Estado socialista. Contudo, é relevante destacar que, por diversas razões, como explicado por Hobsbawm (2007, p. 21), o epicentro desses regimes socialistas e comunistas do século XX estava em regiões periféricas e subdesenvolvidas.

Conforme apontado por Falcon e Moura (1989, p. 10-11), as potências imperiais estabeleceram zonas de influência que fomentaram uma atmosfera de conflito complexa, na qual coexistiam relações de subordinação e cooperação entre o centro de poder e as periferias subjugadas. A dissolução dos grandes impérios coloniais e a reconfiguração do equilíbrio de poder global deram origem a um novo modelo de hegemonia sobre os Estados: o bloco capitalista, personificado pelo imperialismo dos Estados Unidos, e o bloco socialista, representado pelo social-imperialismo da União Soviética.

Por outro lado, as crises do petróleo de 1973 e 1979 desempenharam um papel de preponderância e contribuíram significativamente para a erosão dos fundamentos da Guerra Fria. O custo desses confrontos se tornou financeiramente insustentável, atingindo o ponto de insolvência do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*³⁶) no Ocidente e aprofundando a decadência da União Soviética. Na URSS, a escalada nos preços do petróleo inviabilizou a manutenção de seu modelo econômico, exacerbando a já iminente crise interna. Ademais, o país definhava ante a carência de reformas que se tornavam prementes.

Nesse contexto, a década de 1980 desponta como um período de propagação gradual do neoliberalismo, bem como, de maneira processual, sinaliza o declínio daquela super potência socialista, culminando, em última instância, na sua desintegração em 1991. No entanto, a Guerra Fria teve um impacto profundo na cultura, na política interna e nas instituições de ambos os blocos. O medo do comunismo e da ameaça nuclear moldou as políticas internas dos EUA e de outros países ocidentais, levando à chamada "caça às bruxas" e a um período de grandes tensões. Vejamos a seguinte síntese:

A Guerra Fria na América Latina começou no fim dos anos 1940, quando movimentos favoráveis à mudança política e econômica surgiram em muitos países do continente e acabaram refreados ou esmagados pelas elites locais com a ajuda dos Estados Unidos. Manipulando a retórica do anticomunismo, os Estados Unidos mantiveram os países latino-americanos na esfera da influência ocidental por meio de invasão, orquestração de golpes, obstáculos à reforma social e apoio técnico e político a regimes militares repressivos. [...] Preocupado com a ameaça que reforma agrária, redistribuição de renda e democracia política representavam para os latifundiários, os Estados Unidos como aponta o historiador Greg Grandin, viram a Guatemala e outros casos semelhantes na América Latina em grande parte através das lentes ideológicas da Guerra Fria. Ações como essa se multiplicariam nas próximas décadas na América Central e Sul, especialmente depois da Revolução Cubana em 1959. Os Estados Unidos, nesse período, tornaram-se o 'World Cop' (o 'policial do mundo') (Karnal, 2011, p. 229-230).

³⁶ O *Welfare State*, ou Estado de Bem-estar, é um conceito que surgiu na década de 1940, na Inglaterra. Seu marco oficial é o *Report on Social Insurance and Allied Services*, elaborado pelo economista britânico William Henry Beveridge, em 1942. O Plano Beveridge visava a libertar o homem da necessidade, cabendo ao governo encontrar formas eficazes de combater os cinco grandes males da sociedade: a escassez, a doença, a ignorância, a miséria e a ociosidade. De acordo com Nogueira (2001, p. 90), o marco do *Welfare State* é o apresentado por Beveridge, mesmo havendo menção à expressão *Welfare Policy* (Política de Bem-estar) desde o início do século XX. O documento citado teve repercussão em vários países, que passaram a organizar suas políticas de segurança social com as características nele apontadas.

A intrincada relação entre a Guerra Fria e a Ditadura Militar no Brasil, compreendendo o período de 1964 a 1985, revela-se como um campo de estudo rico e complexo, enredando fatores geopolíticos, ideológicos e socioeconômicos que se entrelaçaram de maneira interdependente. A análise da influência mútua entre esses fenômenos no contexto brasileiro requer uma abordagem multifacetada, que transcende a dualidade de uma explicação unidimensional. A Guerra Fria foi o ambiente político que permitiu o golpe de Estado de 1964 e a implantação da ditadura militar.

Como cenário mundial, a Guerra Fria exercia uma força gravitacional sobre os Estados em busca de aliados e influência. O Brasil despontou, naquele contexto, como um ator geopolítico estratégico, dadas as dimensões continentais de seu território e sua economia então em desenvolvimento. Essa conjuntura internacional de polarização influenciou a tomada de decisões políticas no país. O temor da disseminação do comunismo inspirou tanto setores da sociedade civil quanto militares a apoiar a derrubada de João Goulart, em 31 de março de 1964. Vale destacar que, segundo o historiador Villa (2014, p. 43), havia projetos de golpe por todos os lados, à esquerda e à direita, pois a nação estava tomada pela radicalização e a democracia era vista como empecilho pelos que queriam, pelas armas, chegar ao poder. A respeito disto, ainda encontramos:

Havia dois golpes em marcha. O de Jango viria amparado no “dispositivo militar” e nas bases sindicais, que cairiam sobre o Congresso, obrigando-o a aprovar um pacote de reformas e a mudança das regras do jogo da sucessão presidencial. Na segunda semana de março, depois de uma rodada de reuniões no Rio de Janeiro, o governador Miguel Arraes, de Pernambuco, tomou o avião para o Recife avisando a um amigo que o levava ao aeroporto: “volto certo de que um golpe virá. De lá ou de cá, ainda não sei” (Gaspari, 2014, p. 53).

O engajamento brasileiro no alinhamento com os Estados Unidos e a adesão à Doutrina de Segurança Nacional refletem o *ethos* do mundo bipolar, responsável por definir as estruturas dos governos militares.

O regime militar, por conseguinte, encontrou nos valores da Guerra Fria um terreno propício para justificar medidas de repressão e controle da sociedade. A ameaça percebida do comunismo, com significativa razão, porém muitas vezes exagerada ou distorcida, proporcionou o arcabouço ideológico para a restrição das liberdades civis, a censura da mídia e a perseguição política. A centralidade do

combate à subversão e ao comunismo influenciou a forma como as políticas internas foram moldadas, gerando um estado de exceção que minou os pilares democráticos.

No entanto, é fundamental reconhecer que a relação entre a Guerra Fria e a Ditadura Militar não foi unidirecional. A influência da bipolaridade global sobre o Brasil foi acompanhada por uma influência recíproca. O regime militar brasileiro, por meio de sua adesão aos valores anticomunistas, atuou como um aliado natural dos Estados Unidos na contenção do avanço de um “inimigo” comum na América Latina. A Doutrina de Segurança Nacional brasileira alinhou-se às prioridades estratégicas dos EUA, o que resultou em fortes apoios militar, financeiro e político.

No exercício do poder político, os militares dedicaram esforços consideráveis para conferir um aparato de legalidade à denominada "revolução". Para tal intento, valeram-se, por exemplo, de instrumentos jurídicos como os Atos Institucionais e Complementares, de caráter autoritário, bem como da Constituição de 1967 que, primordialmente, serviu para institucionalizar práticas de censura e arbítrio. Estas ferramentas, contudo, eram legitimadas sob a égide da salvaguarda da segurança nacional, conceito que, à luz da observação de Moreira Alves (1985, p. 23), não passava de uma ideologia manejada pelos estratos dominantes da sociedade, em conluio com interesses de capital estrangeiro, com o propósito de ratificar a perpetuação de um modelo marcadamente expropriador de desenvolvimento dependente, mediante expedientes não condizentes com o paradigma democrático.

No período, os militares impuseram um aparato repressivo político traduzido na utilização sistemática da violência estatal. A instrumentalização da violência despontou como componente fundamental à manutenção do regime e à salvaguarda dos interesses das frações hegemônicas da sociedade brasileira. A repressão política foi implementada mediante uma série de estratégias, como a censura à mídia, a suspensão dos direitos políticos e o estabelecimento de órgãos como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI).

O foco da violência estatal estava direcionado aos diversos segmentos da sociedade brasileira, englobando opositores políticos, movimentos sociais e trabalhadores rurais. As formas de repressão abarcavam tortura, desaparecimentos forçados, execuções extrajudiciais e detenções arbitrariamente efetuadas. A tortura funcionava como meio para obtenção de confissões e castigo de opositores políticos, e para desmoralizar a luta contrária ao regime, servindo como instrumento

de intimidação e coerção. Os desaparecimentos forçados eram feitos por meio da detenção dos indivíduos, submetidos à tortura e executados pelo Estado, muitas vezes sem que seus corpos jamais tenham sido recuperados. Esse método produzia terror psicológico, visando a amedrontar a oposição política. As execuções extrajudiciais envolviam os opositores políticos considerados ameaças ao regime e objetivavam silenciar a voz da oposição (Alves, 2014, p. 26). As prisões arbitrárias, por seu turno, em alguns períodos dos 21 anos de ditadura, davam-se pela apreensão de indivíduos sem quaisquer acusações ou julgamentos formais.

A violência estatal, ao longo da ditadura militar, impregnou profundamente a tessitura da sociedade brasileira. A disseminação da violência contribuiu para instaurar uma cultura do medo e da desconfiança, gerando um senso de impunidade generalizado. Nesse contexto, um número considerável de vidas humanas foi ceifado. De acordo com as constatações da Comissão da Verdade, expressas no relatório definitivo, divulgado em 2014, um total de 434 indivíduos foi identificado como tendo sido mortos e/ou desaparecidos, vítimas do regime ditatorial em vigor (Veja [...], 2014).

2.1.1 A atuação da Igreja Católica frente ao projeto de poder dos militares

Em anos anteriores ao golpe de 1964, a Igreja Católica no Brasil deu importantes passos rumo à consolidação de uma postura que, mais tarde, viria a ser reveladora de uma resistência ao regime antidemocrático instalado no país. Podemos destacar, por exemplo, a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 14 de outubro de 1952, com a sua assembleia inaugural realizada em 17 de outubro do mesmo ano. A partir desse ponto na sua trajetória, a CNBB enveredou por um percurso, cuja relevância é descrita por Castro (1985, p. 27):

Em pouco tempo, a CNBB alteraria fundamentalmente as relações entre Igreja e Estado no Brasil, sobretudo a partir do Governo Juscelino Kubitschek (1956-61). Ainda uma vez, nesse caso, a iniciativa foi de bispos no Nordeste. Reunidos para tratar dos problemas da região – e aí já está uma grande virada, pois não tratavam só de problemas religiosos, na certeza de que a preocupação evangélica é “o homem todo e todo homem” –, deixaram o presidente da República tão impressionado que essa reunião de bispos entraria para a história do Brasil como a raiz da criação da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). A CNBB, portanto, daria base política para a Igreja

transformar-se, no momento preciso, em foco de resistência à ditadura.

Esse marco institucional, sobretudo atribuído à liderança do então padre Helder Camara, constituiu uma coordenação nacional autônoma, porém preocupada com as complexidades políticas e econômicas locais e regionais à época.

É pertinente ressaltar que o episcopado não estava unificado em relação às diretrizes da CNBB. Muitos bispos resistiam a se envolver em questões de cunho socioeconômico. Contudo, a Encíclica *Pacem in Terris*³⁷ (Paz na Terra), publicada pelo Papa João XXIII, em 11 de abril de 1963, assumiu um papel crucial nesse cenário de fortes tensões, marcado pelo auge da Guerra Fria e por conflitos políticos, sociais e raciais ao redor do mundo. Naquele contexto, a encíclica apresentou questões que são fundamentais até os dias hodiernos, como a dignidade humana, a paz e a cooperação internacional, expandindo o escopo da Doutrina Social da Igreja, bem como forneceu orientações à comunidade internacional em busca de uma ordem global mais justa e pacífica.

A CNBB, tornou-se, a partir desse ponto, uma entidade que desenvolveu significativo trabalho. Reunidos em assembleias gerais, os bispos, a partir de acuradas discussões, elaboraram documentos tais como *A doutrina da Segurança Nacional à luz da Doutrina Social da Igreja* (jul. 1968), *Eu ouvi os clamores do meu povo* (mai. 1973), *Marginalização de um povo* (mai. 1973), *Comunicação pastoral ao povo de Deus* (out. 1976) e *Exigências cristãs de uma ordem política* (mar. 1977), que serviram de base teórica para dar “voz aos que não tinham”, arma extremamente necessária em um regime ditatorial.

A década de 1960 testemunhou uma efervescência no interior da Igreja Católica no Brasil, marcada por uma série de movimentos e iniciativas que buscavam abordar as questões sociais e políticas. Entre essas ações destacaram-se

³⁷ Para uma síntese das principais questões que compuseram a *Pacem in Terris*, podemos elencar as seguintes preocupações: a. Dignidade Humana: a encíclica enfatiza a dignidade intrínseca de cada ser humano, independentemente de sua raça, religião ou nacionalidade. Ela reforça a ideia de que os direitos humanos são universais e inalienáveis; b. Paz e Desarmamento: o documento condena a corrida armamentista e enfatiza a necessidade de desarmamento, argumentando que o armamento excessivo é uma ameaça à paz global; c. Autoridade Pública e Direitos: *Pacem in Terris* discute a importância da autoridade pública para garantir o bem-estar comum e proteger os direitos dos cidadãos. Ela promove a participação ativa dos cidadãos na vida política; d. Cooperação Internacional: o documento insta os Estados a cooperar e a buscar soluções pacíficas para os conflitos. Também destaca a importância de organizações internacionais na promoção da paz e da justiça (João XXIII, 1963).

o Movimento de Educação de Base (MEB) e a Ação Católica (AC), que assumiram papéis relevantes naquele contexto.

O MEB constituiu um programa de educação de base por meio de escolas radiofônicas. O convênio, firmado com o Ministério da Educação e Cultura (MEC), permitiu que a CNBB assumisse a liderança do projeto. Sob uma orientação declaradamente inspirada pelos métodos pedagógicos de Paulo Freire, o Movimento visava à promoção da educação popular em áreas rurais e urbanas, uma vez que o país, segundo o Censo Demográfico de 1960, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contava com 40,4% de analfabetos entre as pessoas com mais de quinze anos. No entanto, sua abordagem progressista e seu compromisso social provocaram acusações de comunismo, levando à apreensão da cartilha *Viver é lutar*, pela polícia do Estado da Guanabara, sob a ordem do então governador, Carlos Lacerda, e com o apoio explícito do cardeal Jaime de Barros Câmara, à época arcebispo do Rio de Janeiro. Sobre aquele cenário, encontramos:

No final dos anos 50 e começo dos 60, iniciou-se no Brasil o deslocamento de alguns setores da Igreja e de parte do mundo católico organizado, no sentido de uma aproximação ao movimento das classes dominadas (trabalhadores, subproletários) e das forças sociais que se batiam socialmente em prol de transformações das estruturas sociais a elas favoráveis. Iniciava-se então uma ruptura em relação ao papel desempenhado tradicionalmente por essas duas componentes da sociedade. Os setores que se deslocavam, passavam da defesa da estabilidade social, do *status quo*, à sua crítica. [...] esse deslocamento se deve sobretudo ao envolvimento sempre mais intenso de setores do mundo católico nos conflitos sociais que caracterizavam o período. Esse lento, mas decisivo movimento ocorria principalmente a partir da ação de duas componentes, entre si intimamente relacionadas, que mantiveram relações de recíproca influência durante todo o período. [...] São elas: 1. Um grupo progressista do episcopado; 2. A Ação Católica Brasileira (ACB), principalmente os setores da JUC, JEC (muito menos intensamente, JAC e JIC; a JOC viveu o fenômeno – o deslocamento – com atraso) (Souza Lima, 1979, p. 30).

A Ação Católica, que passou por uma reformulação em 1950, organizou-se em diversas ramificações, abrangendo desde a Juventude Estudantil Católica (JEC) nas escolas secundárias até a Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Independente Católica (JIC). Posteriormente, versões equivalentes para adultos, conhecidas como Ação Católica Operária (ACO) e Ação Católica Independente (ACI), foram criadas. A AC encorajou seus membros a assumirem responsabilidades

como militantes em seus ambientes de trabalho e vida, participando de cursos de liderança e adotando o método "ver-julgar-agir"³⁸.

O contato direto com a realidade socioeconômica resultou no desenvolvimento de uma consciência crítica e aguda em relação aos problemas sociais, estimulando a ação, especialmente com o apoio de padres jovens progressistas e ativos. A JEC e a JUC, em particular, desempenharam papéis de liderança em movimentos que buscavam transformações sociopolíticas, afastando-se do foco original na dimensão espiritual e evangelizadora da Ação Católica. Os retiros espirituais e os encontros de aprofundamento da fé deram lugar à demanda por mudanças na estrutura social. Os jovens líderes acreditavam que a evangelização só poderia ocorrer após a correção das injustiças sociais. No entanto, após o golpe civil-militar³⁹ de 1964, esses líderes se tornaram alvos suspeitos para o regime, sendo implacavelmente perseguidos, presos, torturados e até mortos.

A Igreja no Brasil daquele período experimentou uma dinâmica nunca antes vista, principalmente por parte de sua juventude engajada com as questões sociais, uma pujança de energia, sobretudo após o Concílio Vaticano II e, destacadamente depois da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano – realizada em Medellín, na Colômbia, entre 24 de agosto e 6 de setembro de 1968 – visando a adaptar as diretrizes do Concílio às peculiaridades da Igreja Católica na América Latina. Todavia, os conservadores, antes predominantemente passivos, passaram a assumir posições mais reacionárias, aliados a forças tradicionais, movidos pelo temor ao comunismo. O cenário eclesial brasileiro, assim, testemunhou o surgimento de grandes manifestações, a exemplo da “Marcha da Família com Deus

³⁸ "Ver-julgar-agir" foi um método utilizado, inicialmente, pela Ação Católica na Bélgica, no início do século XX, criado pelo padre Joseph Cardijn (1882-1967), que acreditava que os católicos deveriam se envolver na vida social e política para promover a justiça e a paz. O método é dividido em três etapas: a primeira etapa consiste em observar a realidade e identificar as situações de injustiça e opressão; a segunda etapa consiste em refletir sobre a realidade à luz da fé e da moral católica; a terceira etapa consiste em tomar medidas para transformar a realidade. Trata-se, portanto, de uma abordagem participativa e dialógica que busca promover a transformação social. O método foi influenciado pela pedagogia de Paulo Freire, que defendia uma educação libertadora que visava à emancipação social dos educandos.

³⁹ A historiografia brasileira recente argumenta que o golpe foi “civil-militar” – não exclusivamente militar – posto que havia vários segmentos importantes da sociedade apoiando a “Revolução”: os latifundiários, os industriais paulistas, parte das classes médias urbanas e a ala conservadora e anticomunista da Igreja Católica [...] Ou seja, o movimento político-militar de 1964 foi precedido de expressiva mobilização dos grupos dirigentes e de setores mais tradicionalistas das classes médias – politicamente conservadores, contrários às reformas de base propostas por João Goulart e à participação política de setores populares, tradicionalmente excluídos do pacto de poder (Silva, C., 2018, p. 86).

pela Liberdade”, organizadas principalmente por parcelas da classe média urbana que compunham entidades femininas, religiosas, associações civis e de classe e sindicatos patronais, com o apoio de alguns bispos e padres. Naquele mesmo ano – 1964 –, a direção da CNBB foi substituída por indivíduos declaradamente conservadores e burocráticos.

Compreendemos, portanto, que os anos que precederam e se seguiram ao golpe civil-militar de 1964 representaram uma fase intensa e multifacetada na história da Igreja Católica no Brasil, marcada por uma diversidade de movimentos e perspectivas. As tensões políticas e sociais daquele período moldaram as posições e ações da Igreja, com uma geração de líderes jovens que se destacaram em questões sociais e políticas, mesmo quando isso os colocava em conflito com o regime e, por vezes, com setores da própria hierarquia eclesiástica. Como elucidou Cabral (2008, p. 35), a Igreja tem demonstrado habilidade em articular-se e sobreviver ao longo dos séculos de sua existência, adotando posturas diversas em resposta aos conflitos nas comunidades em que mantém presença. Nesse sentido, é válido afirmar que sua atuação, em quaisquer tempo e espaço, assume também uma dimensão política.

Imediatamente, após aquele golpe de estado lideranças da Igreja se posicionaram a favor do regime sob o argumento de que a intervenção militar era necessária para preservar a ordem e combater o comunismo, que era visto como uma ameaça à fé e à sociedade em geral, pois entendiam que o governo anterior estava promovendo políticas prejudiciais aos valores católicos e à estabilidade do país. Sobre este posicionamento, destacamos a *Declaração da CNBB sobre a situação nacional*⁴⁰ publicada, na íntegra, pelo Jornal do Brasil, na qual os bispos argumentam:

Atendendo à geral e angustiosa expectativa do Povo Brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do Poder, as Forças Armadas acudiram em tempo, e evitaram se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa Terra. Seria, além do mais que se pode imaginar, a supressão das liberdades as mais sagradas, e, de modo especial, da liberdade religiosa e da civil. Logo após o movimento vitorioso da Revolução, verificou-se uma sensação de alívio e de esperança, sobretudo, porque, em fase do clima de insegurança e quase desespero em que se encontravam as diferentes classes ou grupos sociais, a Proteção Divina se fez sentir de maneira sensível e insofismável. De uma à outra extremidade da

⁴⁰ Documento publicado pela CNBB em maio de 1964.

Pátria transborda dos corações o mesmo sentimento de gratidão a Deus, pelo êxito incruento de uma revolução armada. Ao rendermos graças a Deus, que atendeu às orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos Militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação, e gratos somos a quantos concorreram para libertarem-na do abismo iminente (Bispos, Jornal do Brasil, 03/06/1964).

É importante, todavia, destacar que esta posição não era unânime entre o clero católico brasileiro, mas representou a posição de um grupo específico, mais à direita. Porém é relevante fazermos uma leitura acurada daqueles eventos. Corroborando a linha argumentativa aqui apresentada, segundo Araújo (2012, p. 144-145),

a reação da Igreja de 1964 a 1968 diante do Governo Militar foi de aceitação. A maioria da hierarquia apoiou o Golpe de Estado e integrou-se com os setores dominantes da sociedade. [...] Logo depois do golpe militar, reformulou-se a cúpula da CNBB – o grupo de bispos liderados por Dom Helder Camara, considerados progressistas e que apoiaram as reformas de base do governo anterior, foi desarticulado. A CNBB redirecionou o seu programa de atuação social; algumas propostas de trabalhos anteriores foram reformuladas ou arquivadas. [...] a posição da Igreja inicialmente foi de dar o voto de confiança ao Governo, apesar das prisões arbitrárias de líderes cristãos, principalmente ligados aos movimentos da ACB e da Ação Popular. [...] A maioria da hierarquia episcopal, conservadores e alguns moderados, apoiaram e legitimaram a ação dos militares. Outro grupo, moderados, inclusive Dom Helder, escolheu aguardar os acontecimentos para tomar uma posição: ficaram na expectativa e espera. Um terceiro grupo, minoritário, foi radicalmente contra.

Todavia, a resistência da Igreja Católica ao autoritarismo durante os mais truculentos anos de regime militar, como reforça Castro (1985, p. 21-23), manifestou-se, principalmente, por meio da atuação da CNBB e da ação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Tais iniciativas representaram engajamento efetivo com o contexto secular e desempenharam um papel crucial na ampliação do espírito de fraternidade, o qual serviu de combustível para a contínua resistência ao arbítrio.

As CEBs surgem como organismos compostos por leigos, que, de maneira colaborativa e participativa, assumiram a responsabilidade pela gestão de suas próprias atividades. Buscavam estabelecer um modo de vida solidário, promovendo a cooperação mútua na realização de diversas tarefas, com o objetivo de prestar auxílio aos mais necessitados. Elas não apenas constituíram um meio de disseminação da fé, mas, também, se configuraram como uma resposta aos

desafios de uma prática libertária e, simultaneamente, como uma estratégia para alinhar as estruturas eclesiais com as orientações pastorais do Concílio Vaticano II. Nessas Comunidades, o fortalecimento do sentimento de fraternidade adquiriu grande relevância, fornecendo uma base sólida que permitiu à Igreja resistir ao autoritarismo de maneira compacta (Castro, 1985, p. 23).

Ainda na linha do enfrentamento ao regime militar, na noite da missa de sétimo dia de falecimento do jovem paraense Edson Luís⁴¹, em 4 de abril de 1968, na Igreja da Candelária, diante da cavalaria de três pelotões da Polícia Militar do Rio de Janeiro, a Igreja abandonou uma atitude de aprovação ao golpe de estado de 1964 para a oposição aberta, em nome da defesa dos direitos humanos, quando Dom José de Castro Pinto, bispo-auxiliar do Rio, organizou a saída dos que ali estavam, em atitude contrária à posição truculenta e autoritária do Estado. Sobre aquele episódio temos os detalhes:

Os 15 outros concelebrantes, com as suas alvas sobrepelizes postas, acompanharam Dom José, como em procissão. Quando as portas se abriram, os oficiais que comandavam o cerco tiveram um momento de hesitação diante dos padres, que levantavam os braços e gritavam para que não atacassem. Vencidos sem choques os primeiros instantes, estabeleceu-se um *habeas corpus* tácito entre sitiados e sitiadores, para que estes, cerca de três mil, pudessem evacuar a nave da igreja sem serem molestados. Lentamente, em duas alas protetoras dos assistentes à missa, que seguiam pelo corredor assim formado, os padres deslocaram-se para o lado esquerdo da igreja, em direção à Praça Pio X e à esquina da Rua da Quitanda. Os flashes da imprensa espocavam, registrando o momento mais fotográfico da confrontação entre a Igreja Católica e o Estado de Segurança Nacional, então em vias de dominar inteiramente a sociedade brasileira (Moreira Alves, Manchete, 15/05/1993).

Como vimos, o apoio inicial da cúpula eclesial aos militares pode ser compreendido à luz do contexto sociopolítico da época, marcado por tensões ideológicas, polarizações e temores de influências alinhadas ao comunismo. A Igreja, em determinados momentos, viu nas promessas de ordem e segurança dos

⁴¹ Edson Luís de Lima Souto (1950-1968) foi um jovem brasileiro assassinado por policiais militares, durante um confronto no restaurante Calabouço, no centro do Rio de Janeiro. Era estudante do Colégio Pedro II e participava do movimento estudantil. Naquele dia, 28 de março de 1968, Edson e outros estudantes protestavam contra as péssimas condições do restaurante, que era o principal refeitório dos secundaristas daquela região. Eles reivindicavam melhorias no cardápio, na higiene e na qualidade do atendimento. Durante o protesto, a polícia militar invadiu o restaurante e reprimiu a manifestação com violência. Edson Luís foi atingido por um tiro no peito e morreu na hora. O crime provocou uma onda de protestos em todo o país. Ele é considerado um mártir da luta pela democracia e pela justiça social no Brasil.

militares uma possível defesa contra o que percebiam como ameaças à fé e à moral tradicional. Essa aproximação inicial, entretanto, revelou-se complexa e multifacetada, com setores internos da Igreja mantendo posturas diversas, desde adesões mais entusiásticas até reservas cautelosas.

Assim, vários foram os episódios que revelaram uma mudança de postura da Igreja, evidenciada por meio de ações como a denúncia de violações de direitos humanos, o acolhimento de perseguidos políticos e a promoção de espaços de reflexão crítica sobre a situação política. O ano de 1968⁴², definitivamente, marcou o início do conflito institucional entre a Igreja e o regime militar. Podemos exemplificar elencando alguns fatos históricos:

O primeiro incidente do ano ocorreu a 3 de maio de 68, em São Paulo, [...] a linha dura já procurava pretextos para dar um golpe dentro do golpe de 64. Foi preso, acusado de ter abrigado por uma noite um comunista perseguido, o presidente do Movimento Familiar Cristão, José Sotero Filho [...] Dom Lucas Moreira Neves, assistente nacional do movimento e atual Cardeal Primaz do Brasil por ser bispo de Salvador, declarou: "Se as operações de segurança nacional resultaram na prisão de homens como José Sotero, eu temo muito pelo que poderá acontecer a este país. Quem poderá estar seguro de não ser preso?". A missa [...] realizada em 8 de maio, foi a ocasião de outro incidente, desta vez no Maranhão. No decorrer do seu sermão, o bispo auxiliar de São Luiz, Dom Edmilson da Cruz, indagou: "É possível se falar, na atual situação brasileira, em liberdade de imprensa? Em liberdade de rádio?". Os militares presentes se retiraram em protesto e o comandante da guarnição federal distribuiu uma nota dizendo que a Igreja fora profanada por quem tinha a obrigação de defendê-la. O caso foi encerrado pela interferência dos superiores do comandante. Mais sério foi o conflito em torno de um estudo do padre belga Joseph Comblin sobre a proposta de declaração que os bispos latino-americanos assinariam

⁴² O ano de 1968 constituiu um período de significativos acontecimentos no Brasil que, de forma direta ou indireta, criaram uma atmosfera de tensão e exerceram pressões sobre os militares que detinham o poder. Dentre tais episódios, destacam-se os seguintes eventos: no Rio de Janeiro, ocorreram a Sexta-feira Sangrenta e a Passeata dos Cem Mil, em 21 e 26 de junho, respectivamente; em São Paulo, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) promoveu a invasão do Teatro Ruth Escobar, em 17 de julho, resultando na agressão ao elenco da peça teatral "Roda Viva," da autoria de Chico Buarque e Zé Celso Martinez; em Brasília, o deputado federal Márcio Moreira Alves proferiu um discurso histórico contra o regime militar em 3 de setembro, o que desencadeou uma solicitação de cassação por parte do regime; em São Paulo, teve início o conflito conhecido como "Batalha da Maria Antônia," culminando com a fatalidade de um estudante, vítima de disparo de arma de fogo efetuado por um membro infiltrado do CCC, conforme apurações do grupo Tortura Nunca Mais. Naquele episódio, parte das instalações da Universidade Presbiteriana Mackenzie foi incendiada; no dia 15 de outubro, o XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna, resultou na prisão de mais de 700 líderes estudantis; em 11 de dezembro, o Congresso Nacional rejeitou o pedido de cassação de Márcio Moreira Alves, resultado em grande medida atribuído ao "espírito de corpo" dos parlamentares; em seguida àquela decisão do Congresso no caso do deputado federal, o presidente Costa e Silva, em 13 de dezembro, outorgou o Ato Institucional nº 5 (AI-5), impondo o "estado de sítio" no país.

na conferência a ser realizada em Medellín. Dom Helder Camara, arcebispo de Recife e um dos alvos favoritos da linha dura militar, recebeu da secretaria da conferência o rascunho da declaração e pediu a opinião de vários assessores. Um deles era o padre Comblin, há 10 anos na América Latina e professor de Teologia do seminário de Olinda, que apresentou uma proposta alternativa. O estudo⁴³ de Comblin era provisório e para uso interno dos grupos de reflexão da Arquidiocese. [...] O vereador Walderkolk Wanderlei, militante político de extrema direita e visceral inimigo de Dom Helder, conseguiu uma cópia do documento, pinçou alguns trechos, citados fora do contexto do conjunto, e os fez circular na imprensa e entre militares. Iniciou-se imediatamente uma feroz campanha de imprensa tanto contra o arcebispo como contra o seu assessor, apresentado como o responsável pelas ideias subversivas que circulavam na instituição. [...] Em 1972, o padre Comblin foi impedido de entrar no país ao voltar de uma viagem. Outro conflito foi provocado pela prisão, durante a greve dos metalúrgicos de Osasco, de dois padres: Antônio de Almeida Soares, que ficou detido por uma semana, e Pierre Wauthier. [...] Após um mês de prisão, os serviços de inteligência permitiram que Wauthier ficasse na casa do cardeal de São Paulo, Dom Agnelo Rossi. A 27 de agosto, Dom Rossi ausente por estar em Medellín, a casa foi invadida e, sem processo regular, Wauthier foi deportado para a França (Moreira Alves, Manchete, 15/05/1993).

A partir desses exemplos, fica evidente que uma mudança gradual ocorreu dentro da instituição católica, com um número significativo de membros do clero e leigos adotando posturas de resistência e oposição ao governo militar.

Observamos que já antes de 74 a Igreja Católica estava envolvida na proteção de presos políticos e na denúncia da violência de Estado. Durante o período de mais drástica repressão, de 1969 a 1973, a Igreja agiu decisivamente na defesa dos que estavam em perigo ou eram vítimas de perseguição. [...] A hierarquia católica brasileira evoluiu de uma posição conservadora ou neutra, no passado, para a firme defesa dos direitos humanos e a oposição às diretrizes sociais, políticas e econômicas do Estado (Moreira Alves, 1985, p. 201-203).

Nessa conjuntura, o endurecimento da repressão estatal com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968, gerou um crescimento no contingente de detenções e, simultaneamente, o aumento de óbitos ligados à tortura e situações de desaparecimento. Não obstante a censura imposta, muitos destes eventos foram divulgados na esfera pública. É crucial salientar, que a Igreja Católica também experimentou uma série de adversidades nesse contexto, repercutidas

⁴³ Em seu estudo, Joseph Comblin criticou a proposta apresentada como sendo demasiadamente genérica e cheia de lugares-comuns. Na sequência, fez uma análise do papel da Igreja na história e na política do continente, tratou de assuntos como a conquista e o exercício do poder e terminou por examinar a responsabilidade da Igreja no processo de desenvolvimento latino-americano, cuja injustiça para com os pobres considerava gritante (Moreira Alves, Manchete, 15/05/1993).

nacionalmente pelo homicídio de clérigos⁴⁴ e seminaristas entre os anos de 1968 e 1978. Diversificadas formas de repressão tornaram-se práticas corriqueiras, compreendendo desde ataques difamatórios, em ocasiões orquestrados com a conivência de certos setores da imprensa, até a expulsão de membros estrangeiros do clero, incursões ou atentados perpetrados em residências⁴⁵, apropriação de documentos e raptos de bispos – o episódio envolvendo Dom Adriano Hipólito, da Diocese de Nova Iguaçu (RJ), representa uma manifestação emblemática desse padrão de coerção. E, para corroborar, vejamos um trecho do depoimento de Dom Helder Camara sobre o assassinato de Pe. Henrique:

A Nota Oficial através da qual a Arquidioceses comunica o bárbaro assassinato do Pe. Henrique já frisava: “o que há de particularmente grave no presente crime, além dos requintes de perversidade de que se revestiu, é a certeza prática de que o atentado brutal se prende a uma série pré-estabelecida e objeto de ameaças e avisos. Houve, primeiro, ameaças escritas em Edifícios, acompanhadas, por vezes, de disparos de armas de fogo. O Palácio do Manguinho recebeu numerosas inscrições. A sede do Secretariado Arquidiocesano e Regional da CNBB foi alvejada. A residência do Arcebispo, na Igreja das Fronteiras, alvejada e pixada. Vieram, depois, ameaças telefônicas, com o anúncio de que já estavam escolhidas as primeiras vítimas. A primeira foi o estudante Cândido Pinto de Melo [...] A segunda foi um jovem Sacerdote, cujo crime exclusivo consistiu em exercer apostolado entre os estudantes.” (Camara, Autos do Processo, 16/04/1975, p. 146).

Em suma, a trajetória da Igreja no Brasil durante esse período revela uma complexidade de reações diante das mudanças políticas e sociais. As ações iniciais, marcadas por uma possível colaboração, deram lugar a um crescente ativismo em defesa dos direitos humanos e da democracia à medida que as nuances autoritárias do regime militar se tornaram mais evidentes. Esse percurso ilustra a dinâmica interna da Igreja como uma instituição influenciada por seu contexto sociopolítico, evoluindo em resposta aos desafios e imperativos éticos impostos pelas circunstâncias em constante mutação.

⁴⁴ A exemplo do padre Antonio Henrique Pereira Neto, pertencente à Arquidiocese de Olinda e Recife que, por ocasião daquele homicídio, estava sob a liderança do Arcebispo Helder Camara.

⁴⁵ Foi notório o caso da residência de Dom Helder, nos fundos da Igreja das Fronteiras (bairro da Boa Vista, no Recife), que foi alvo de ataque com uso de arma de fogo.

2.2 DOM HELDER CAMARA, SUAS BANDEIRAS E OS FATORES DE CONFRONTO COM OS MILITARES

O ano de 1964 se configura como um marco tanto na história do Brasil quanto na trajetória de Dom Helder Camara, de acordo com Condini (2008, p. 43), impelindo ambos a mudanças profundas. Para a nação, aquele ano assinalou a eclosão das vicissitudes associadas ao golpe de Estado; para o prelado, tais circunstâncias catalisaram sua ascensão como voz de oposição ao regime militar e como liderança eclesial que empunhou, firmemente, suas bandeiras de luta.

Após o Golpe, um grande número de pessoas foi preso, submetido a torturas, forçado ao exílio ou simplesmente desapareceu, sob a justificativa de suas supostas ligações com o comunismo ou atividades subversivas. Nesse contingente, destacavam-se diversos militantes católicos que tinham sua origem no Movimento de Educação de Base (MEB), nos movimentos da Ação Católica e na Ação Popular.

Diante daquele contexto de prisões arbitrárias e violações dos direitos humanos, Dom Helder adotou uma postura contundente ao assumir a defesa e intercessão em favor dos militantes encarcerados, católicos ou não. Tal atitude destoou da postura adotada pela maioria dos membros da hierarquia eclesial, causando desconforto junto às autoridades militares. Em virtude de sua firme decisão de visitar e apoiar prisioneiros políticos, o sacerdote se recusou a acatar a solicitação das autoridades militares para cessar as visitas aos detentos e manteve sua posição de defesa dos direitos humanos e de expressão de sua fé cristã.

Os anos de 1964 e 1965 se caracterizaram, também, por uma série de tentativas de "diálogo" conduzidas de forma discreta nos meandros das relações entre Dom Helder Camara e o regime militar. Contudo, é importante observar que o propósito subjacente a tais esforços era, na verdade, a instrumentalização dessas interações como uma estratégia de intimidação por parte das autoridades governamentais. Vejamos:

Durante o ano de 1965, aconteceram alguns episódios que demonstram a preocupação do Governo Militar com o posicionamento de Dom Helder e a tentativa de limitar os danos e cercear suas ações. Em junho, Dom Helder encontrou-se com o Presidente General Castelo Branco, que propôs entendimento direto entre ele e a Igreja, evitando intermediários e possíveis "mal-entendidos". Na recepção ao Núncio apostólico, Dom Sebastião Baggio, em Recife, o General Lira advertiu a Helder que o exército não reconhecia ao arcebispo o direito de manifestar-se sobre política

externa e de criticar os Estados Unidos. Em 4 de abril o embaixador brasileiro junto à Santa Sé, referindo-se à sua viagem a Paris, alertou-o sobre o perigo subversivo dos brasileiros exilados na França, buscando coibir o contato entre eles e o arcebispo com a justificativa de usar a sua pessoa para atacar o “governo revolucionário”. Em maio o General Presidente Castelo Branco telefonou ao IV Exército, no Recife, para averiguar os boatos de que os militares planejavam a prisão de Helder (Araújo, 2012, p. 147).

Por seu turno, o ano de 1966 marcou a ruptura entre Helder Camara e os militares. O episódio que precipitou tal desavença foi a publicação do documento intitulado *O Manifesto dos Bispos do Nordeste*, datado de 14 de julho. Nele, os líderes religiosos teceram severas críticas à degradante condição de vida experimentada pelos trabalhadores do Nordeste, sobretudo na esfera rural, e reiteraram seu compromisso de solidariedade para com aqueles que padeciam de fome, pressões, ou eram vítimas de injustiças.

Esse manifesto foi endossado por quinze bispos⁴⁶, sendo notável que Helder Camara foi o primeiro signatário. A partir daquele momento, as reações adversas contra Dom Helder se multiplicaram, partindo tanto das esferas militares quanto da imprensa e de indivíduos ligados ao aparato governamental. Aquele evento sinalizou o início de um processo de acusações e difamações que iria perdurar.

Na sequência, com o objetivo de isolar o arcebispo de Olinda e Recife dentro da própria hierarquia eclesiástica, os militares promoveram a divulgação de dois documentos intitulados: *As atividades políticas e religiosas de Dom Helder e Missa em lê-lê-lê, cantores Bossa Nova, Igreja*. O conteúdo desses textos imputava ao arcebispo a fama de demagogo, vedete, comunista e agitador. Tais documentos foram amplamente difundidos pela imprensa que, na conjuntura de então, já estava alinhada com os interesses dos militares na condução de uma campanha difamatória e de acusações contra o religioso. Verifica-se, inclusive, que importantes conglomerados editoriais, como *O Globo* e o *Estado de São Paulo*, estavam

⁴⁶ As autoridades religiosas católicas que assinaram o manifesto foram: “Dom Helder Camara (Olinda e Recife); Dom José Maria Pires (João Pessoa); Dom Adelmo Machado (Maceió); Dom José Adelino (Garanhuns) também em nome de Dom Nivaldo Monte (Natal); Dom Manuel Pereira (Campina Grande); Dom Severino Mariano (Pesqueira); Dom Augusto Carvalho (Caruaru); Dom Antônio Campelo (Petrolina); Dom Manuel Lisboa (Nazaré da Mata); Dom Francisco A. Mesquita (Afogados da Ingazeira); Dom Francisco Xavier (Floresta); Dom Acácio Alves (Palmares); Dom José Lamartine Soares (Olinda e Recife) também por delegação de Dom Gentil Diniz Barreto (Mossoró). Os bispos tentaram publicar o manifesto no *Jornal do Commercio*, mas a publicação foi proibida pelas autoridades militares por considerarem o documento subversivo. No dia 16 de julho, o jornal publicou o editorial “Cristo, César e o templo” criticando a reunião dos bispos do Nordeste” (Araújo, 2012, p. 148).

comprometidos com esse intento. Vejamos o teor de uma das matérias, do *Jornal do Brasil*, sobre aquele episódio:

A 10ª Região Militar acusou o Arcebispo de Olinda e Recife, padre Helder Camara, de “agitador que, no campo político, se coloca ao lado do esquerdismo embora guarde as aparências em contrário, nas suas falas”. As acusações foram feitas em duas circulares aos padres do Nordeste, distribuídas com a recomendação de que são documentos secretos. Na primeira circular, os militares de Fortaleza analisam “as atividades políticas e religiosas” do padre Helder, mas na segunda – intitulada *Missas em lê-lê-lê, Cantores bossa nova, Igreja* – o Arcebispo é acusado de “dividir o rebanho católico, exacerbar os conflitos de gerações e lançar os jovens contra os pais”. Nessa segunda circular, a 10ª Região Militar diz que “a demagogia e os programas de Dom Helder causam escândalos, os amedrontados escândalos de padres e freiras abandonando os hábitos para casar, os escândalos maiores do padre Paulo, na Paróquia e na direção do Fofocas Clube, barbado à moda de Fidel e correndo de lambreta com *playboys*”. Segundo os militares, “é cada vez maior o número de católicos que lutam contra esses fatos, acusando sobretudo a Dom Helder e alguns padres que alcunham de “bossa-nova”, porque “com seu prazer de estar na TV, em atitudes de vedetismo, Dom Helder inquieta o Clero e as religiosas” (Exército, *Jornal do Brasil*, 12/08/1966).

É notório que os termos depreciativos atribuídos a Dom Helder, tais como “demagogo” e “vedete”, conforme empregados nos documentos suprarreferidos, mantiveram-se em vigor como instrumento retórico nas críticas dirigidas a ele até o início da década de 1980.

Outro incidente que exacerbou a hostilidade do regime militar em relação ao arcebispo de Olinda e Recife ocorreu em 1967, quando Dom Helder recusou o convite do General Souza Aguiar, comandante do IV Exército, para celebrar a missa em comemoração ao terceiro aniversário da “Revolução de 1964”. Esse impasse contribuiu para avolumar, ainda mais, o não contentamento do Governo em relação às ações do bispo. Araújo (2012, p. 154) acrescenta traços do *modus operandi* dos militares naquele contexto:

Até o primeiro semestre de 1968, as tentativas de intimidar Dom Helder se davam através de acusações, difamações e deturpações de seus pronunciamentos publicados pela imprensa, ou por ameaças telefônicas. [...] Em outubro de 1968 grupos de extrema direita encontraram outra forma de pressioná-lo. Em três ocasiões sua residência na Igreja das Fronteiras foi alvejada por tiros de revólver e metralhadora. [...] tais gestos foram para intimidá-lo e atingi-lo psicológica e moralmente. No final do ano, outra forma de intimidação: Dom Helder foi informado de que o General Malan, comandante do IV Exército, consultara o departamento jurídico da 7ª Região Militar para saber como enquadrá-lo na Lei de Segurança.

Diante da institucionalização da injustiça e da estratificação da violência, sobretudo depois do AI-5, Dom Helder Camara empreendeu esforços no sentido de encontrar vias de transformação da realidade circundante. Ele se dedicou a mobilizar a consciência pública de sua época, por meio de palestras proferidas em universidades, nos meios de comunicação em massa e procurou conscientizar e mobilizar um espectro variado de grupos. Para tanto, atendeu a convites que lhe foram feitos por um considerável número de países.

À medida que o regime militar se consolidou, a Igreja Católica no país se viu confrontada com as consequências dos mecanismos autoritários implementados pelo governo. Diante disso, Dom Helder, em conferência intitulada “Quaisquer que sejam as consequências”, proferida em 1970, na França⁴⁷, perante um público estimado em cerca de dez mil pessoas, denunciou abertamente a violência que assolava seu país, relatando situações que se estendiam desde atos de tortura até casos de sumiço de pessoas. Todavia, uma parcela da imprensa e da elite intelectual brasileira, que mantinha alianças com o regime ditatorial, manifestou desconforto frente às denúncias proferidas pelo arcebispo. E, com o intuito de desacreditar os fundamentos de suas alegações, empenharam-se em elaborar uma série de comentários pejorativos e depreciativos.

Helder Camara dirigiu sua atenção, reiteradamente, às questões dos direitos fundamentais, frequentemente violados. Ele já havia defendido o quão importante é “conhecer direitos e deveres para respeito pleno da ordem instituída pelo Criador, condição indispensável para o estabelecimento e a consolidação da paz na terra” – (Camara, 1968, p. 74). Seu intento era superar a barreira da indiferença, almejando atrair a atenção para os problemas tangíveis da humanidade, os quais, a seu ver, têm seu epicentro na injustiça institucionalizada, fenômeno que adquire proporções globais, sobretudo nas nações do “Terceiro Mundo”⁴⁸, em especial na América

⁴⁷ Este discurso ocorreu no exterior devido à censura imposta à imprensa brasileira em relação ao então Arcebispo de Olinda e Recife, forçando-o a aceitar uma série de convites para proferir conferências em diversos países europeus e americanos. Este acontecimento foi um marco na trajetória de Dom Helder, uma vez que ele demonstrou a coragem de denunciar a postura violenta adotada pelo regime ditatorial em seu país de origem. Por tal atitude, foi indicado, durante quatro anos consecutivos – de 1970 a 1973 – ao Prêmio Nobel da Paz e, junto aos seus esforços em favor do “Movimento de violência dos pacíficos”, contribuiu para o recebimento dos mais de trinta prêmios que lhe foram conferidos entre 1970 e 1990 (Pina Neta, 2013, p. 43).

⁴⁸ De maneira abrangente, a categoria “Terceiro Mundo”, à época de Dom Helder, em plena Guerra Fria, poderia ser interpretada como o grupo de nações que não estava do lado dos EUA, tampouco da URSS, eram os “não alinhados” (Silva, C., 2018, p. 76).

Latina, situação que subtrai do ser humano sua dignidade e plenitude existencial, desfigurando, assim, as imagem e semelhança divinas.

A perspectiva de Dom Helder categoriza a violência enquanto uma forma de poder. Ela é empregada pelos agentes opressores como um instrumento de perpetuação de sua dominação, enquanto os oprimidos a utilizam como meio de resistência a essa subjugação. No momento em que os opressores empregam a violência, eles provocam ressentimento e revolta nos oprimidos. Esse cenário pode deflagrar uma reação violenta por parte destes últimos, o que, por sua vez, desencadeia uma intensificação da violência por parte dos opressores. Esse processo será gerador de um ciclo vicioso no qual os oprimidos de hoje poderão se tornar os opressores de amanhã.

Tal ciclo perverso de violência encontra exemplificação em variados episódios históricos, incluindo conflitos bélicos, confrontos étnicos e contendas de cunho classista. Em todas essas circunstâncias, a dinâmica da violência se propaga a si mesma, gerando um ambiente permeado por tensão e insegurança. A única solução capaz de interromper a escalada da violência repousa na adoção da não violência, a maneira adequada de construir um mundo de paz e justiça.

Frente a esta realidade de tanta selvageria, identificamos diretrizes pastorais que apontam para um horizonte fundamentado na revolução pacífica. As estratégias de resistência adotadas por Dom Helder Camara, naquele contexto de regime ditatorial, são expressas em seus discursos e documentadas em suas Cartas Circulares⁴⁹. Conforme expressou na 28ª carta-circular conciliar, escrita na madrugada de 07 para 08 de outubro de 1965, ele considerava aspectos basilares dessas ideias os de que

⁴⁹ As Cartas Circulares representam uma forma textual utilizada por Dom Helder Camara para a correspondência que escrevia durante suas vigílias das madrugadas. Tais documentos veiculam as reflexões e a perspectiva de mundo do arcebispo. Eram destinadas a um público seletivo, composto por amigos e colaboradores, com o propósito de partilhar suas percepções e obter opiniões e sugestões a respeito de uma gama de temas que compunham o contexto diário do dignitário eclesial. Além disso, as Cartas Circulares desempenham um papel fundamental ao permitirem o conhecimento do registro de eventos notáveis, encontros, reflexões, projetos e aspirações que permeavam a vida de Dom Helder Camara; totalizam um impressionante volume de mais de duas mil, das quais pouquíssimas foram extraviadas. O Instituto Dom Helder Camara (IDHEC), localizado na cidade do Recife, é o guardião desses documentos que constituem um dos mais substanciais e significativos epistolários no âmbito do sacerdócio católico contemporâneo. Destacamos que parte desse acervo foi objeto de publicação pela Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), encontrando-se acessível aos leitores interessados. O acesso gratuito às já publicadas é possível por intermédio do endereço eletrônico <http://www.acervocepe.com.br/>.

1. não se trata de um método para covardes (passiva do ponto de vista físico, mas fortemente ativa do ponto de vista espiritual); 2. não busca a derrota ou a humilhação do adversário: procura conquistar-lhe a amizade e a compreensão; 3. o ataque é dirigido contra as forças do mal e não contra as pessoas; 4. a decisão de aceitar sofrer sem vingança – “as coisas de importância fundamental para o homem não são obtidas só pela razão: são adquiridas pelo sofrimento”; 5. a não-violência evita não só a violência exterior e física, mas também a violência interior do espírito; 6. fundamenta-se na convicção de que o universo está do lado da justiça. Nas lutas pela justiça, o universo é o nosso aliado (Camara, 2009a, p. 98).

Para ele, a não violência ativa era um instrumento eficaz na luta pacífica, pois seguia o exemplo de Cristo, o maior revolucionário de todos os tempos, que foi condenado à morte por sua militância contrária ao sistema opressor de sua época e favorável à paz. Por isso, o evangelho pode ser considerado uma mensagem “subversiva”, para usarmos uma expressão recorrente naqueles anos de ditadura militar no Brasil. Assim, a não violência, em sua concepção, assinala uma metodologia de luta que almeja a reconfiguração social sem recorrer ao uso de nenhum tipo de agressão. Dom Helder, assim, alimentava o sonho de contribuir para a criação de um mundo mais benevolente, livre da miséria, almejando edificá-lo mediante o emprego do diálogo e da compreensão, sem recorrer a hostilidade ou a agressão. Nesse sentido, assemelhando-se a Gandhi, também adepto da não violência ativa (Cabral, 2004, p. 282).

Há, por detrás desses ideais, uma missão evangelizadora que tem por alvo o resgate da dignidade da pessoa humana, particularmente daqueles relegados às margens da sociedade. A ação de Helder Camara, portanto, revela-se na proposição de uma via para a construção da paz mediante a justiça. Como analisou Araújo (2012, p. 435-436), o seu pensamento pode ser sintetizado em duas questões: 1. quais ações deveriam ser empreendidas para a transformação dessa realidade de injustiça; 2. quais agentes se apresentavam como contingentes confiáveis para viabilizar essa transformação.

A partir da perspectiva que conferia ao conceito de “revolução”, Dom Helder delimitava um escopo de reformas urgentes profundas, com vistas a movimentar as traves-mestras das esferas social, política, econômica, cultural e religiosa, sustentando, assim, a edificação de um ordenamento societário renovado, edificado sobre os pilares da justiça e da prática do Evangelho. Essa lógica tangenciava a

essência de transpor obstáculos e abater os muros que segregavam o globo em dois estratos dicotômicos (ricos e pobres).

A revolução pacífica a que se referia Helder Camara possuía diversas características basilares, tal como definidas por ele próprio. Primeiramente, o mundo inteiro necessitava de uma revolução estrutural, pois se ela não ocorresse nos países ricos, invalidaria e tornaria ineficaz qualquer tentativa nos países pobres. Em segundo lugar, essa revolução deveria ser abrangente, enlaçando dimensões tecnológicas, políticas, econômicas, sociais e culturais, em especial nas nações à época classificadas como subdesenvolvidas. Em terceiro lugar, a revolução deveria ser, além de profunda, rápida, sem concessões à morosidade, justificada pela urgência inerente ao *status quo*. Helder Camara enfaticamente declara: "já estamos com séculos de atraso". Tudo isso se resumia, em sua análise, nestes termos:

O mais grave problema econômico dos nossos dias é a urgência de rever o ângulo das relações entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos. Enquanto o mundo desenvolvido raciocinar em termos de ajuda, enquanto não se convencer de que está em jogo uma questão de justiça em escala mundial, não haverá entendimento entre os povos, não haverá paz na terra, pois sem justiça a paz é irrealizável (Camara, 1968, p. 148).

Essa revolução deveria abraçar a perspectiva do desenvolvimento-libertação, objetivando a promoção integral do ser humano, transcendendo as amarras de todas as formas de escravidão. Nesse enfoque, a revolução deveria ser e acontecer a partir da ótica dos pobres, guiando-se por suas aspirações e necessidades prementes (Araújo, 2012, p. 452-455).

A concepção de "revolução dentro da paz" se erigia como uma estratégia mobilizadora impulsionada pela não violência ativa que, por sua vez, seria um mecanismo hábil a desencadear as transformações estruturais requeridas para fazer face aos problemas de natureza também estrutural que permeavam as nações do Terceiro Mundo, especialmente na América Latina. Em outras palavras, "esta ruptura visa à mudança qualitativa do sistema social em sua lógica e em seus fundamentos, para alcançar uma nova estruturação social [...] é um meio para modificar o sistema de relações entre pessoas e grupos" (Araújo, 2012, p. 439).

A "violência dos pacíficos" não se coadunava com a lógica de força bruta ou revolta armada, rechaçando-as terminantemente. Isto se explica pelo fato de que a violência social não exhibe um caráter estático, mas, antes, se manifesta em um ciclo tríplice: a violência estrutural desemboca na violência primária, que, por sua vez,

induz a violência subversiva, que culmina na violência repressiva. Tal sequência conduz a uma verdadeira espiral de violência, reiterando o ciclo. Em versos da *Sinfonia dos Dois Mundos*⁵⁰, no movimento intitulado “A espiral da violência”, Dom Helder elucidou essa crítica social:

A violência nº 1/ é a Miséria!/ Miséria que engloba/ sub-habitação, sub-trabalho,/ sub-diversão, sub-saúde,/ sub-vida,/ opressão.../ Dominação!/ [...] A violência é a miséria/ A verdadeira guerra/ Quando a miséria rebenta/ e leva a assaltos, a roubos,/ a assassinatos, ao ódio,/ quando a miséria explode/ e chega a suscitar/ falta de segurança,/ desejo de vingança, pânico,/ já é a violência nº 2!/ A miséria é a vingança/ A miséria é a violência/ A miséria é fonte de ódio./ Então, chega a repressão/ – é a violência nº 3./ A repressão muitas vezes,/ selvagem, brutal./ Já estamos, então,/ em plena espiral da violência!/ [...] Para combater a violência/ urge enfrentar a miséria/ [...] (Orquestra, 1985, p. 8-9).

O arcebispo apontou para o fato de que uma considerável porção da população global vivenciava condições de extrema pobreza, e enfatizou que a principal ameaça não residia na dicotomia entre os sistemas capitalista e socialista, que polarizaram o cenário internacional, tampouco na existência de armas nucleares como resultado daquele conflito ideológico. Em vez disso, defendeu que a maior ameaça de todas é representada pela "bomba M", ou seja, a "bomba da miséria", uma vez que ele percebia a luta contra a miséria como a guerra a ser verdadeiramente travada. Esta proposição era fundamentada em dados estatísticos que refletiam a situação daqueles dias, e, portanto, não deixava margem a dúvidas quando afirmava que tais condições desumanas eram mais mortais do que o somatório das duas guerras mundiais ocorridas.

Quando Helder Camara tomou posse como arcebispo de Olinda e Recife, encontrou, como já exposto, um contexto marcado por questões políticas que geravam uma atmosfera de violência estatal e comprometia os princípios

⁵⁰ A *Sinfonia dos Dois Mundos* foi uma obra musical composta, em 1979, pelo padre suíço Pierre Kaelin, com texto escrito originalmente em francês por Dom Helder Camara, então arcebispo de Olinda e Recife. A Sinfonia é dividida em seis movimentos, e cada um apresenta um tema relacionado à paz, à justiça e à solidariedade. O primeiro movimento, "A audácia do Criador", celebra a criação do mundo e a diversidade humana. O segundo, "Homem, meu irmão", fala da necessidade de união e fraternidade entre os povos. O terceiro, "Quem vai ganhar?", questiona a violência e a guerra. O quarto, "O Espírito sopra", fala da esperança e da fé na construção de um mundo melhor. O quinto, "A espiral da violência", denuncia a violência estrutural e a desigualdade social. O sexto, "No meio da noite", é um hino à paz e à esperança. Para mais informações sobre a Sinfonia, conferir trabalho que publicamos em 2018 – já referido nesta Tese – pela Editora Bagaço (do Recife), com o título *Dom Helder Camara e a Sinfonia dos Dois Mundos*.

democráticos. Além disso, deparou-se com uma realidade na qual várias questões socioeconômicas afligiam o povo brasileiro mais humilde, como a recorrência da seca, a persistente fome, o deslocamento de comunidades rurais, a ausência de reforma agrária etc. Em entrevista, esclareceu:

Lastimo que a Revolução não tenha sabido ou podido fazer as Reformas de base, que a transformariam de “Revolução”, de nome em “Revolução” de fato. Decentemente, não é possível falar em Reforma Agrária. O Incra não resiste a uma análise serena e objetiva. O Estatuto da Terra foi sendo esquecido, diluído, e os famosos decretos-impactos começam, alvissareiros, e terminam de maneira inglória. O modelo de desenvolvimento, neocapitalista adotado oficialmente, só podia mesmo tornar os ricos mais ricos e os pobres mais pobres. Quando se falava em “milagre da economia brasileira” só não enxergava a proletarização crescente do País quem estava hipnotizado pelo pseudo milagre ou cego pela necessidade de bajular (Dom Helder, O Cruzeiro, 07/01/1978, p. 20).

É plausível inferir que essa questão, a ausência de uma reforma agrária efetiva, erguia-se como uma das principais raízes da miséria nacional. Indo ao âmago do problema, o religioso afirmou:

Nos nossos Países do chamado Terceiro Mundo, as áreas infra-humanas são visíveis, são tangíveis... As Nações Unidas informam que: 20% da Humanidade devem contentar-se com 20% destes mesmos recursos da Natureza. No Brasil, por exemplo, as estatísticas oficiais dizem que 10% de brasileiros são sempre mais ricos, com o sacrifício do resto da População... E as mesmas estatísticas oficiais informa que a terra, em nosso País de dimensão continental, está nas mãos de 6% da População. Cheguei a apresentar estas estatísticas em cinco grandes Centros do País: logo Amigos me advertiram que eram afirmações gravemente subversivas... Eu pensava e continuo a pensar que subversiva é esta situação, que se for mantida, acabará certamente muito mal (Camara, 1993, p. 117).

A seca, fenômeno natural recorrente no contexto brasileiro, agravou-se durante os anos do regime ditatorial, devido ao desmatamento indiscriminado e à má gestão dos recursos naturais. A região nordestina, particularmente vulnerável à seca, converteu-se em cenário de conflitos entre camponeses e latifundiários que se apropriavam das glebas mais produtivas, relegando os camponeses a uma condição de penúria. A fome, todavia, é fabricada no Brasil, fruto de um processo deliberado. Para um entendimento mais aprofundado desse fenômeno, devemos visitar o início dos problemas em torno da posse da terra.

Na sociedade brasileira, a violência estrutural tem suas raízes nos primórdios da colonização europeia. Um dos elementos mais agressivos nesse mecanismo é o

latifúndio, que exerceu um papel fundamental na perpetuação do sofrimento de milhões de camponeses ao longo da história. A concentração de terras nas mãos de um reduzido número de proprietários, associada à exploração do trabalho escravo e à utilização de mão de obra barata, foi responsável pela criação e manutenção de profundas desigualdades sociais e econômicas no ambiente rural.

A violência que assola o Brasil, em grande medida, reflete as relações sociais profundamente arraigadas na estrutura fundiária do país, caracterizada pela concentração desmedida da posse de terras e pela concepção de um direito praticamente ilimitado à propriedade privada, o que permite que indivíduos acumulem terras de maneira indiscriminada. O latifúndio, portanto, é um sistema de exploração que gera desigualdades sociais e econômicas. E as camadas urbanas politizadas, por sua indiferença ou inépcia em denunciar e interromper esse processo criminoso, salvo algumas exceções, são cúmplices e beneficiárias dessa estrutura, uma vez que, em geral, os políticos e a classe dirigente estão envolvidos nesse sistema.

Segundo Chiavenato (1996, p. 27), essa estrutura fundiária está intrinsecamente ligada ao modelo econômico do país que, por sua vez, influenciou a elaboração de leis e a formação de costumes. As leis muitas vezes refletem os interesses das classes dominantes, frequentemente com uma brutalidade variável, enquanto os costumes, mais amplamente praticados do que as próprias leis, perpetuam a tradição de mandonismo e impunidade das elites no poder. O sistema socioeconômico do país, em última instância, é um perpetuador da miséria social.

A lógica de concessão de terras no período colonial, realizada através das sesmarias, foi caracterizada pelo uso da escravidão e pelo enriquecimento de algumas famílias em detrimento do desenvolvimento do território. Essa inclinação colonial em direção ao latifúndio e à monocultura, foi reforçada pelos governadores-gerais ao recomendarem a doação irrestrita de terras para o cultivo de cana-de-açúcar e a construção de engenhos. Sendo assim, a concentração de terras e a monocultura se perpetuaram como características da estrutura fundiária brasileira.

Apesar das mudanças nas formas jurídicas ao longo do tempo, as grandes propriedades de terra permaneceram, em grande parte, nas mãos de um seleto número de famílias, revelando uma continuidade histórica na lógica da posse da terra. O latifúndio no Brasil tem sido um obstáculo ao desenvolvimento social e econômico da nação. A reforma agrária, que almeja a redistribuição de terras improdutivas para

pequenos agricultores, é uma medida amplamente defendida por movimentos sociais e organizações não governamentais, mas tem enfrentado forte resistência das elites agrárias.

Antes mesmo da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva, em 1821, abraçou a causa da reforma agrária, a qual foi defendida através das *Instruções do Governo Provisório de São Paulo aos deputados da Província nas Cortes Portuguesas*. Ele compreendia que a concentração de terras nas mãos de um pequeno número de proprietários é uma das principais causas da miséria no campo.

No rol das medidas propostas no documento supracitado, encontrava-se a promoção da igualdade de direitos entre os detentores de propriedades rurais, independentemente de sua ascendência, e a reintegração de terras improdutivas ao patrimônio nacional. Ademais, sugeria-se a comercialização das terras confiscadas em pequenos lotes, visando a angariar recursos destinados à colonização de europeus em situação de vulnerabilidade socioeconômica, indígenas e afrodescendentes libertos. Essas pequenas parcelas territoriais seriam concedidas sob a forma de sesmarias, destinadas ao cultivo e à subsistência desses indivíduos. No entanto, é relevante destacar que as propostas de José Bonifácio foram frustradas pelo posicionamento das Cortes em Portugal, as quais advogaram pela manutenção do *status quo* vigente.

Após as *Instruções* de José Bonifácio, conforme Chiavenato (1996, p. 30-31), o debate em torno da questão da propriedade da terra se prolongou até o ano de 1850, quando foi promulgada a Lei nº 601, mais conhecida como Lei de Terras. Esta legislação estabeleceu que a terra somente poderia ser adquirida mediante compra, abolindo, assim, o sistema de posse anteriormente vigente. Uma de suas características distintivas foi a elevação dos preços das terras, bem como a exigência de pagamento à vista. Consequentemente, a venda das terras públicas passou a ser direcionada para uma elite social, e os recursos arrecadados foram destinados a financiar a imigração de colonos europeus.

A Lei de Terras tinha como objetivo não apenas consolidar a concentração da propriedade da terra nas mãos de uma elite, mas, também, preparar um novo tipo de mão de obra para a agricultura, em antecipação ao fim do sistema escravista. No entanto, a promulgação dessa legislação enfrentou dificuldades consideráveis. A discussão em torno dela se estendeu desde o ano de 1843 até sua votação somente

em 1850, sendo sua regulamentação efetivada em 1854. Mesmo após esses marcos legais, seus efeitos foram praticamente insignificantes até o ano de 1865⁵¹. Essa legislação que, teoricamente, deveria reduzir os efeitos da concentração fundiária, acabou contribuindo para a manutenção e consolidação do latifúndio no Brasil.

Apesar dos múltiplos e graves conflitos no campo, como o genocídio de comunidades indígenas com a finalidade de apropriação de territórios, assim como a ocupação ilegal, por meio da grilagem, de vastas extensões territoriais por grupos e famílias influentes, a discussão relativa à questão fundiária somente foi retomada oficialmente no governo de João Goulart⁵². O seu projeto de reforma agrária, concebido com o intuito de promover a redistribuição das terras ao homem do campo, foi, ao que parece, o principal catalisador de sua deposição do cargo e uma das motivações centrais por trás do golpe de 1964. Afinal de contas, os grandes latifundiários eram (e continuam sendo) os donos do poder.

Uma vez no poder, a ditadura militar promulgou sua própria legislação referente à terra, com o propósito de preservar as estruturas fundiárias existentes. Em 30 de novembro de 1964, foi instituído o Estatuto da Terra⁵³ (Lei nº 4.504), que, paradoxalmente, implementou uma reforma agrária ao contrário, ao enfatizar a exportação de *commodities* agrícolas e conferir especial destaque a culturas de grande extensão territorial, como a soja, enquanto subsidiava a mecanização de propriedades rurais de grandes dimensões. Essa abordagem foi na contramão de uma política de disponibilização de terras para trabalhadores rurais e, por

⁵¹ Nesse ínterim, os Estados Unidos da América (EUA) estavam expandindo seu território ao oferecer terras gratuitamente para aqueles que estivessem dispostos a trabalhar. A sua principal medida de reforma agrária ocorreu a partir da aprovação da Lei de *Homestead* (*Homestead Act*) em 1862. Entretanto, tal política de reforma agrária também teve consequências, como a remoção forçada de povos indígenas de suas terras ancestrais e a exclusão de afro-americanos de muitos desses benefícios oferecidos, devido às práticas discriminatórias da época. Como explicou Júlio Chiavenato (1996, p. 30), o contraste entre o capitalismo aberto nos Estados Unidos e o capitalismo fechado no Brasil encontra suas raízes na forma de distribuição da terra nesses países. Enquanto nos Estados Unidos a terra foi disponibilizada aos agricultores como um meio de produção, no Brasil, a terra permaneceu predominantemente nas mãos de poucas famílias, servindo como base e respaldo para atividades de especulação financeira.

⁵² João Goulart (1919-1976), conhecido também como Jango, foi o vigésimo quarto presidente do Brasil, governando o país de 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, a 1964, quando, em 31 de março, foi deposto por um golpe militar.

⁵³ Em síntese, a Lei nº 4.504/1964 assegurou que: 1. a propriedade rural deve cumprir sua função social, que é o aproveitamento racional da terra, a utilização de mão de obra familiar e a preservação do meio ambiente; 2. a reforma agrária é um instrumento para a promoção da justiça social e do desenvolvimento econômico; 3. a desapropriação por interesse social é um mecanismo para a reforma agrária; 4. a política agrícola visa a fomentar a produção agrícola, a fim de garantir a segurança alimentar e o desenvolvimento econômico.

consequente, acentuando ainda mais as diferenças fundamentais na partilha de terras e no desenvolvimento econômico da nação.

Mesmo assim, ao analisar a disposição normativa consubstanciada na Lei nº 4.504/1964, encontramos de maneira inequívoca, no Artigo 2º, que a todos deve ser assegurada a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada à observância de sua função social. Tanto titulares da propriedade quanto indivíduos destituídos dela são imbuídos de direitos e obrigações estabelecidos pelo aparelho estatal. Nesse sentido, é requisito que a propriedade, enquanto ente, desempenhe de forma plena sua função social. A realização desse *desideratum* pressupõe, simultaneamente: a) a promoção do bem-estar dos proprietários, trabalhadores e unidades familiares que labutam no seio da propriedade; b) a manutenção de níveis produtivos que alcancem patamares satisfatórios; c) a salvaguarda da integridade dos recursos naturais; d) a observância dos dispositivos legais que arbitram as relações laborais equitativas entre os detentores e os cultivadores da propriedade (Brasil, 1964).

É patente que este dispositivo legal consagra, de modo destacado, a incumbência atribuída ao aparelho estatal no que tange à transformação da estrutura fundiária no país. Conforme o supracitado Artigo 2º, fica delineada a prerrogativa do Poder Público de “promover e criar as condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil” (Brasil, 1964). Este empenho ostenta o fito de efetivar a justiça social por meio da otimização da produtividade agrícola e da erradicação das propriedades destituídas de sua devida função social. Como corolário desse propósito, resta a imperatividade de extinção tanto do minifúndio quanto do latifúndio⁵⁴, categorias fundiárias que se apresentam alheias à noção de funcionalidade social e cuja perpetuação é inconciliável com a configuração de um contexto equânime (Brasil, 1964).

Perante o *corpus* jurídico vigente à época, o qual teoricamente deveria beneficiar os pequenos agricultores, registram-se diversos episódios nos quais se empregaram métodos de coação com o propósito de exercer controle social. Tais métodos visavam a satisfazer desígnios econômicos e políticos inerentes a uma estrutura macro construída para atender aos interesses das elites nacionais. No

⁵⁴ Interpretando o Estatuto da Terra neste ponto, minifúndio é “o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar” (Brasil, 1964); latifúndio é o imóvel rural “inexplorado, explorado incorretamente, ou que tem extensão incompatível com a justa distribuição da terra” (Borges, 1998, p. 35).

contexto da narrativa histórica brasileira, observa-se a gênese de leis que ora foram concebidas para iludir a plebe, ora foram negligenciadas sob a justificativa de preservar a "ordem" e o "progresso" sociais. Entretanto, na realidade, esse aparente zelo visava, primordialmente, a atender aos anseios de uma classe dominante ávida por maior acumulação de capital. Como analisou Chiavenato (1996, p. 8-9),

uma ínfima minoria detém a maior parte da renda e é dona da maioria das propriedades. É o processo histórico – ainda em andamento – que produziu o sistema latifundiário, em que extensões de terra, às vezes maiores que muitos países da Europa, pertencem a um único dono. [...] as elites sociais e políticas brasileiras são originárias e beneficiárias desse sistema de exploração e sentem-se desconfortáveis ao discutir seriamente a questão agrária. [...] debater a reforma agrária é assumir a responsabilidade de privilégios que precisam acabar, porque prejudicam o povo brasileiro. [...] Racionalmente, é impossível separar as coisas: os problemas agrários, agrícolas e trabalhistas no campo só se resolvem com uma nova política fundiária, isto é, com uma redistribuição de renda que comece pela divisão de terras dos latifundiários entre os camponeses. É evidente que os latifundiários seriam prejudicados, já que perderiam suas terras ociosas, que servem de lastro para empréstimos e especulação junto aos bancos oficiais – os quais quebram, entre outras causas, por atender a esses parasitas estabelecidos também nas Câmaras, no Senado e em todos os desvãos do poder. Sem sua base territorial, os latifundiários perderiam também a capacidade de corromper e, principalmente, de explorar – ao limite de matar de fome crianças no ventre das mães –, para se enriquecer cada vez mais, enquanto a nação navega na sua histórica desgraça.

Diante disso, a reforma agrária, solução potencial para as problemáticas sociais, econômicas e políticas rurais, sofreu supressão por parte do regime militar, embora tenha publicado o Estatuto da Terra. O poder governamental, alinhado com os interesses dos grandes proprietários fundiários, instaurou políticas que promoveram a concentração de terras e o desapossamento dos camponeses.

Os bispos do Brasil, por meio da CNBB, desempenharam um papel significativo ao discutir o tema da reforma agrária e as implicações advindas da negligência do Estado em relação a essa questão premente. Em 14 de fevereiro de 1980, publicaram o documento intitulado *Igreja e problema da terra*, que procurou abordar a problemática do acesso à terra sob a perspectiva social da propriedade fundiária, com o objetivo de enriquecer o debate e contribuir para a reflexão, tendo como base os princípios evangélicos da fé cristã, visando a superar todas as formas de exploração.

No supracitado documento, os bispos católicos inicialmente apresentaram dados estatísticos destacando a concentração da propriedade da terra no Brasil:

O Censo Agropecuário de 1975 revelou que 52,3% dos estabelecimentos rurais do país têm menos de 10 ha. e ocupam tão somente a escassa área de 2,8% de toda a terra possuída. Em contrapartida, 0,8% dos estabelecimentos têm mais de 1.000 hectares e ocupam 42,6% da área total. Mais da metade dos estabelecimentos agropecuários ocupa menos de 3% da terra e menos de 1% dos estabelecimentos ocupa quase metade. Se levarmos em conta que, provavelmente, muitos dos grandes proprietários têm o domínio de mais de uma propriedade, estaremos em face de uma concentração fundiária ainda maior. Além disso, a propriedade da terra vem se tornando inacessível a um número crescente de lavradores que dela necessitam para trabalhar e não para negociar. [...] De modo especial, lembramos a triste situação em que se encontra o trabalhador rural no Nordeste. Duas décadas de intervenção governamental, através do DNOCS e SUDENE, naquela região com objetivo de superar o desequilíbrio socioeconômico, beneficiaram os grandes proprietários em detrimento dos trabalhadores rurais. A estrutura fundiária nordestina agravou a situação de opressão e escravidão. O mesmo risco correm projetos semelhantes destinados a outras regiões (Igreja, 1980, p. 2).

Essa abordagem teve como finalidade demonstrar a necessidade de uma reforma na estrutura fundiária então existente. Através da exposição dessas estatísticas, os bispos buscaram oferecer embasamento sólido e factual para a sua argumentação em favor da reforma agrária, sustentando que a desigualdade na distribuição de terras no país era evidente e injusta.

Os membros do clero também construíram uma análise crítica do paradigma político que se encontrava em vigor, o qual se destinava a favorecer as grandes corporações em detrimento da população rural. Observa-se que, na década de 1970, mais de 70% dos recursos investidos nas atividades agropecuárias provinham de subsídios estatais. Esse montante representava uma quantia vultosa, ultrapassando a marca de 5 bilhões de cruzeiros, os quais eram convertidos em incentivos fiscais (Igreja, 1980, p. 3).

Naquele contexto, os prelados denunciavam que o Governo Militar, ao implementar sua política de concessões fiscais, direcionava recursos financeiros que pertencem a todos para o benefício de uma minoria, negligenciando, assim, as imperativas demandas do bem comum. Os argumentos utilizados foram:

Esse dinheiro deixa de ser aplicado em obras de interesse público para ser desfrutado, como coisa própria, pela grande empresa. Embora se reconheça oficialmente que a maior parte da alimentação em nosso país provém dos pequenos produtores, até hoje não se

promoveu uma política de incentivos fiscais ou de renda em seu favor. Essa política revela o Estado comprometido com os interesses dos grandes grupos econômicos (Igreja, 1980, p. 3).

Na sequência, o documento reflete sobre a situação na região amazônica, abordando as problemáticas associadas às extensas propriedades pecuárias que apresentam subutilização de terras. Concomitantemente, destaca-se a continuidade da política de concessões governamentais em favor desses conglomerados econômicos que mantêm alianças com o aparato estatal. Além disso, a região é impactada pela incursão de embarcações de pesca predatória nos cursos fluviais, o que resulta em escassez de recursos para as populações ribeirinhas que dependem da pesca artesanal como meio de subsistência. Agravando ainda mais a situação, a atividade turística e a descarga de efluentes industriais têm causado danos significativos às áreas costeiras, interferindo de maneira prejudicial na vida dos pescadores artesanais residentes naquelas localidades.

Expandindo o escopo analítico, os líderes eclesiais abordaram a delicada questão das comunidades indígenas e a invasão de seus territórios ancestrais. Manifestaram, com veemência, que todas as comunidades originárias que entraram em contato com a sociedade nacional foram alvo de incursões territoriais injustas e desapropriatórias.

Apesar da vigência do Estatuto do índio, os conflitos em áreas indígenas se tornam cada vez mais violentos e generalizados. Tais conflitos se ligam aos seguintes fatores: não demarcação oficial de suas terras; invasão de seus territórios já demarcados; comercialização e apropriação pela FUNAI dos recursos de suas terras; preconceito de que o índio é um estorvo ao desenvolvimento; não reconhecimento de que suas terras lhes cabem, por direito, como povos; desconhecimento das exigências específicas do relacionamento do índio com a terra segundo sua cultura, seus usos, costumes e sua memória histórica; enfim, total marginalização do índio da própria política indigenista, no seu planejamento e na sua execução (Igreja, 1980, p. 3).

O fenômeno do êxodo rural também foi objeto de reflexão por parte dos líderes religiosos, os quais direcionaram sua atenção para a migração de cidadãos brasileiros ao longo de décadas. Esta migração, em grande parte, foi motivada pela imposição de deixar suas regiões de origem, sendo a concentração de terras, as políticas agrárias e as relações laborais no campo identificadas como as principais causas desse deslocamento forçado. Sob a perspectiva dos prelados, a afluência de trabalhadores rurais aos centros urbanos de maior porte, em busca de

oportunidades de emprego, apenas resultou no agravamento da já imensa população marginalizada, que subsiste em condições de vida que podem ser descritas como "subumanas". Essas condições de vida precárias se manifestam nas favelas, áreas invadidas e alagadas, loteamentos clandestinos, cortiços e nos alojamentos precários das modernas frentes de trabalho da construção civil, o que evoca reminiscências das senzalas do período colonial brasileiro (Igreja, 1980, p. 4).

Ao adotar um enfoque embasado nos ensinamentos cristãos, os bispos reforçaram a sua posição ética e moral em prol do tema. Ao fazê-lo, enfatizaram que a sua preocupação não era apenas uma questão de justiça social, mas, também, de sintonia com as exigências dos princípios evangélicos, que pregam a igualdade e a dignidade de todas as pessoas. Dessa forma, eles destacaram a necessidade da reforma agrária como um imperativo social, além de uma obrigação moral em consonância com a fé cristã.

Dom Helder Camara e a CNBB desempenharam, por meio do documento *Igreja e problema da terra*, um papel fundamental ao oferecerem uma análise sólida, embasada em dados estatísticos, e ao ancorarem sua argumentação na ética cristã, contribuíram para um debate mais amplo sobre a reforma agrária e suas implicações no Brasil. Suas ações evidenciaram seu engajamento com as questões sociais e seu firme propósito de contribuir para a consecução de uma ordem social mais equitativa e justa. Um posicionamento com tal teor adquire particular relevância em momentos históricos caracterizados por desafios que ameaçam direitos fundamentais da pessoa humana.

Aqueles anos de regime militar foram agravados por uma política agrária desastrosa adotada pelo Governo; pequenos e médios agricultores se viram relegados a um *status* de menor relevância junto às instituições financeiras, e as áreas previamente destinadas à produção de alimentos básicos, como arroz e feijão, cederam espaço para cultivos voltados à exportação, como soja, cana-de-açúcar e outros produtos como café, laranja, cacau, tabaco e algodão. Os primeiros indícios dos impactos dessa política surgiram no início da década de 1970, traduzindo-se na migração em massa da população rural para áreas urbanas, motivada pela situação de penúria nas zonas rurais, o que, por sua vez, deu origem a um incremento nos conflitos agrários. Cabe destacar que a migração rural constituiu um dos fenômenos sociais mais significativos durante o período de governo militar, com

aproximadamente 16 milhões de indivíduos deslocando-se por todo o Brasil entre 1970 e 1980 (Chiavenato, 1996, p. 32).

Essa concomitante miséria – para Dom Helder, a violência nº 1 – e a fome, decorrentes tanto da seca quanto da concentração fundiária, suscitaram, portanto, um êxodo rural de magnitude considerável, com numeroso contingente de camponeses abandonando suas propriedades em busca de melhorias em grandes cidades. Tal migração rural-urbana contribuiu, de forma determinante, para a intensificação da pobreza e da violência no país.

A classe trabalhadora, notadamente a rural, carrega consigo as cicatrizes da disparidade socioeconômica e das injustiças que lhe são impostas, sendo esta situação agravada pela herança de um passado resiliente em sua perpetuação. A política, por sua vez, apesar de ser o pilar proposto para estabelecer o equilíbrio da nação, se não pode ser considerada contrária ao povo também não pode ser identificada como defensora dos interesses populares.

AS condições mencionadas, extremamente adversas, culminaram em um agravamento dos níveis de violência tanto em contextos rurais quanto urbanos, uma vez que, como elucidamos, os dois espaços estão interligados. No cenário brasileiro, a problemática da violência social encontra suas raízes na inadequada distribuição fundiária, a qual engendra situações de injustiça permeando as diversas estratificações sociais. Ao corroborar com isso, Chiavenato (1996, p. 12-13) explica:

Quando um trabalhador é expulso do campo e torna-se migrante, ele não se integra à nova comunidade urbana. Vive na periferia, à margem, nas favelas ou cortiços, em choque constante com uma cultura que não é a sua. Ocorre, pois, um conflito social e cultural. Perde os seus valores culturais e morais, que não pode manter nas *suburbanidade* onde vive, e confronta-se desfavoravelmente com uma nova moral, que lhe determina outro comportamento. Perdendo o seu espaço físico, sem a sua paisagem, fica indefeso à penetração da cultura urbana. Mas essa aculturação acontece falsamente, com uma absorção ilegítima de valores “urbanóides”. [...] devemos ter em mente que a violência no campo é fruto da má distribuição da terra, que é a raiz da injustiça social. Esta, por sua vez, é a responsável pela extrema riqueza de uns poucos e a miséria de muitos. Dentro desse sistema o homem se brutaliza. O processo atinge a todos. A sociedade consumista urbana agrava as diferenças. O velho humanismo ensinava o homem a *ser*, e o novo modismo ensina-o a *ter*. Em meio a essas contradições econômicas e filosóficas explode a violência formal – espancamentos, assassinatos de camponeses, assaltos na cidade são os resultados do *conteúdo* de uma sociedade injusta. O princípio do processo está no campo.

Os argumentos apresentados guardam coerência com a realidade circundante, na qual a relação entre a Igreja e o problema da distribuição de terras emerge como um reflexo das questões cruciais que afligem a nação. Nesse sentido, em *Igreja e problema da terra*, os bispos buscaram, de maneira sistemática e objetiva, discernir as responsabilidades referentes à crua situação que permeava a sociedade de seu tempo. Para aquelas lideranças eclesiais que, partiam do pressuposto de não estar de acordo com a vontade divina a existência de numerosas parcelas da população vivendo submetidas a condições de sofrimento e penúria, decorre a perspectiva de que, inevitavelmente, todos compartilhamos algum nível de responsabilidade em relação àquela conjuntura. Dessa maneira, a capacidade de efetuar uma transformação eficaz na realidade vigente dependia da identificação criteriosa das verdadeiras raízes que sustentavam a situação então estabelecida (Igreja, 1980, p. 4).

Frente a essa trama de adversidades, ao homem rural restou reivindicar seus direitos, especialmente no que tangia à posse da terra. Afinal, sua subsistência encontra-se intrinsecamente vinculada a essa posse. Todavia, surge a indagação: como salvaguardar esse elemento vital sem recorrer à violência, quando confrontado com latifundiários dispostos a empregar todas as medidas possíveis para assegurar suas margens de lucro? Além disso, como se socorrer da estrutura legal quando esta, por vezes, é distorcida por aqueles que deveriam zelar pela sua aplicação fiel? A violência assume muitas faces: a truculência dos contingentes policiais muitas vezes é, em boa medida, respaldada pelo Poder Judiciário.

Outrossim, surge o questionamento de como seria possível subverter a lógica imperante de um "capitalismo selvagem", à semelhança da abordagem adotada por Dom Helder Camara e parte do clero católico brasileiro, e optar por amplificar as vozes dos que tiveram historicamente seu direito de expressão suprimido, sem ser automaticamente rotulados como subversivos ou simpatizantes comunistas pelos apoiadores do regime militar.

A violência estrutural no Brasil é, como vimos, um fenômeno embaralhado com raízes históricas profundas. O latifúndio, como uma das principais causas dessa violência, representa um obstáculo persistente ao desenvolvimento social e econômico do país. A reforma agrária emerge como uma medida imperativa para superar a herança colonial e forjar uma sociedade mais justa e igualitária. O Brasil é

um dos países mais violentos do mundo, e a violência no campo é uma de suas principais expressões.

Além disso, a violência estrutural no país também se manifesta sob as formas de desigualdades sociais, econômicas e de gênero. Os trabalhadores rurais, em especial os negros e as mulheres, são os mais impactados por essa violência. A desigualdade social no campo se revela nos baixos índices de escolaridade, no acesso limitado a serviços básicos de saúde e saneamento, bem como na precária remuneração pelo trabalho rural. Esses fatores compõem um cenário complexo e multifacetado que requer atenção e ação imediata para promover uma sociedade verdadeiramente equitativa. Desde as *Instruções*, de José Bonifácio, até os dias atuais, a reforma agrária vem sendo, não uma pauta governamental, mas uma bandeira de luta de movimentos sociais e organizações não governamentais, e continua enfrentando tenaz resistência por parte das elites agrárias.

2.3 UMA CONTROVÉRSIA COMUNISTA NO OLHAR DE PARTE DA INTELLECTUALIADE BRASILEIRA

De acordo com Bloch (2001, p. 75), o “passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa”. Assim sendo, o ofício do historiador consiste na análise de documentos que resistem ao tempo, desenvolve uma representação do pretérito e preserva a memória: individual e coletiva. Almejamos, por conseguinte, uma objetiva e analítica reconstrução do passado, dentro de nosso enfoque e recorte histórico, que nos sirva de âncora à criticidade de nossa pesquisa.

Ao analisarmos as opiniões diversas a respeito das figuras histórica e religiosa de Dom Helder Camara, consideramos relevantes as impressões deixadas pelo público que o observava – vozes que o elevavam à categoria de santo, paralelas ao murmúrio dos que o consideravam um “falsário subversivo”. Atrelados aos dois grupos encontramos atores sociais que, atuando na segunda metade do século XX, produziram significativa quantidade de documentos acerca do então arcebispo de Olinda e Recife.

A intelectualidade brasileira a que nos referimos neste estudo compreende uma série de destacadas figuras, entre as quais se encontram Rachel de Queiroz, Alceu Amoroso Lima, Ariano Suassuna e Roberto Drummond, por um lado, e Gilberto Freyre, Gustavo Corção, David Nasser e Salomão Jorge, por outro. Estes indivíduos desempenharam um papel fundamental na produção de textos, incluindo obras literárias, que abordaram a figura de Dom Helder Camara. Podemos classificá-los em dois grupos distintos: apoiadores e detratores do referido bispo.

Conforme já destacado, a segunda metade do século XX foi um período de grande turbulência tanto no Brasil quanto no cenário global. Com esse pano de fundo, veio à lume uma profusão de escritos que abordaram questões relacionadas à sociedade, costumes, política, economia, justiça social, bem como à militância, muitas vezes com uma perspectiva religiosa. Dentro desse recorte temporal, deparamo-nos com uma diversidade de opiniões contundentes e antagônicas acerca de Dom Helder. Ao analisarmos os posicionamentos de seus críticos e as interpretações que lançaram sobre as declarações, é possível identificar equívocos substanciais nas avaliações de muitos deles, que chegaram ao extremo de proferir comentários desrespeitosos e injustos. É importante salientar que o arcebispo mantinha posicionamentos políticos claramente definidos e que suas ações e declarações suscitaram uma série de reações no meio intelectual e na sociedade em geral. Castro (2002, p. 11) comenta:

A injustiça consiste no fato de que Dom Hélder, tendo ficado no coração de todos os brasileiros, foi visto sempre, principalmente, como o *homo politicus*, que era, sem dúvida, mas essa era apenas uma parte dele. E estava longe de ser a parte mais importante. Na verdade, Dom Helder só agiu politicamente porque seu encontro com Deus exigiu sempre uma vivência integral do cristianismo, vivência indelével do amor aos “pequenos” – como ele chamava os desassistidos, os pobres, os miseráveis, os sem vez, os sem voz, os despossuídos – e da luta pelos perseguidos por terem fome e sede de justiça.

Como vimos, durante o seu período como arcebispo de Olinda e Recife (1964-1985), dedicou-se de maneira incansável à luta contra as disparidades sociais, movido por sua fé e sua espiritualidade. Com efeito, por acreditar no Cristo que compartilhou a sua existência com os despossuídos, o prelado ergueu-se contra as injustiças preponderantes em sua época, embora tenha enfrentado inúmeras críticas e sido silenciado pelo regime militar brasileiro, seguiu uma estratégia de resistência não violenta.

Diante da constante onda de críticas a ele dirigidas, Dom Helder portou-se com resiliência, abstendo-se de se defender publicamente. No entanto, é factível identificar uma série de registros escritos e entrevistas que lançam luz sobre a sua cosmovisão. No cerne de suas preocupações, como já elucidado, residia uma profunda inquietação: a divisão global entre o Norte industrializado e rico e o Sul agrícola e carente. Sua missão estava diretamente ligada à busca por soluções que pudessem atenuar as profundas desigualdades planetárias e erradicar as estruturas injustas que oprimiam numerosas nações. Este empenho era priorizado acima de qualquer preocupação com interpretações equívocas que eventualmente surgissem a seu respeito.

A relação conflituosa entre Dom Helder Camara e alguns intelectuais brasileiros durante o regime militar é um tema complexo e relevante no contexto histórico do Brasil. O grupo que denominamos de “detratores do arcebispo” inclui personalidades de destaque na imprensa nacional que, alinhados aos detentores do poder e convictos da missão de combater a ameaça comunista tanto na nação brasileira quanto no seio da Igreja, não hesitaram em lançar ataques ferrenhos contra o sacerdote católico em confrontos retóricos.

De pronto, merece destaque a figura de Gilberto Freyre⁵⁵ que, em sua crítica, empregou termos incisivos, comparando o bispo a figuras como Goebbels⁵⁶ e Kerensky⁵⁷, vinculando-o a elementos negativos do seu passado, em alusão ao envolvimento com o integralismo. Estas adjetivações, que incluíam as referências a

⁵⁵ Gilberto Freyre (1900-1987) foi sociólogo e escritor brasileiro. É conhecido, principalmente, por sua obra *Casa-Grande & Senzala* (1933), na qual apresentou uma profunda análise das relações raciais e culturais no Brasil, enfatizando a miscigenação e a influência das culturas africana e indígena na formação da identidade brasileira. Freyre também foi um crítico social e político ativo, participando de debates e polêmicas em sua época, incluindo questões relacionadas à política, religião e sociedade brasileiras. Sua obra teve um impacto duradouro no pensamento social e cultural do Brasil.

⁵⁶ Joseph Goebbels (1897-1945) foi membro do alto escalão do Partido Nazista alemão e Ministro da Propaganda do Terceiro Reich, durante o regime de Adolf Hitler. Ele desempenhou um papel central na promoção da ideologia nazista por meio de propaganda e controle da mídia. Goebbels foi um dos arquitetos da propaganda antissemita e de ódio que contribuiu para o Holocausto e para a Segunda Guerra Mundial. Após a derrota alemã, ele e sua esposa cometeram suicídio, em maio de 1945.

⁵⁷ Alexander Kerensky (1881-1970) foi um político russo, líder do Governo Provisório Russo após a Revolução de Fevereiro de 1917, que derrubou o regime czarista. Ele desempenhou um papel importante durante a fase intermediária da Revolução Russa, promovendo reformas democráticas e liberdades políticas. No entanto, seu governo foi instável e enfrentou crescente oposição dos bolcheviques liderados por Vladimir Lenin. Em outubro de 1917, os bolcheviques tomaram o poder, encerrando o governo de Kerensky e estabelecendo o regime comunista na Rússia. Após a revolução, Kerensky viveu no exílio e, na condição de exilado, continuou a ser uma destacada figura política.

"nazista" e "comunista", repercutiram nos jornais da época e geraram um amplo debate público. Além disso, outros termos depreciativos foram empregados por Freyre, como "político demagogo", o que implicava a constatação de que o religioso ultrapassava a linha de sua atuação sacerdotal, posicionamento que, na visão do sociólogo, era reprovável.

Exemplifica-se o impacto dessas críticas em alguns dos periódicos que as veicularam, tais como *A propósito do "Manifesto dos Bispos"*, In: Diário de Pernambuco, 21/08/1966; *Gilberto Freyre compara Padre Helder a Kerenski*, In: Jornal do Brasil, 26/08/1966; *Gilberto Freyre acusa o pe. Helder de aliar-se ao comunismo internacional*, In: Jornal do Brasil, 03/10/1967; *Gilberto Freyre teme que pe. Hélder morra atropelado porque anda muito a pé*, In: Jornal do Brasil, 26/04/1968; *Dom Helder e Gilberto Freyre trocam acusações em jornal*, In: O Globo, 13/08/1969. Podemos citar uma dessas matérias jornalísticas intitulada *Gilberto Freyre volta a instigar padre Helder, chamando-o para política*:

O sociólogo Gilberto Freyre voltou a acusar padre Helder Camara, de ser mais político do que religioso, ao revelar, no seu artigo de domingo, que o Presidente eleito da República teria convidado o Arcebispo de Recife e Olinda para um "alto posto na administração, onde poderá realizar-se plenamente". O sociólogo diz no seu artigo que nunca é tarde para as vocações serem realizadas, citando os casos dos Srs Juscelino Kubitschek e Roberto Campos, que já quase sacerdotes se aperceberam que era a política ou a administração pública a sua principal vocação, e insinuando que padre Helder Camara pode seguir o mesmo caminho (Gilberto, Jornal do Brasil, 02/11/1966, p. 1).

A explicação fornecida por Freyre para sua posição de antagonismo em relação a Dom Helder pode ser corroborada a partir de uma entrevista por ele concedida à revista *Veja*, no ano de 1970, da qual destacamos o seguinte trecho:

A divergência está no seguinte: que eu creio que está desviado de sua verdadeira missão de sacerdote e demasiadamente comprometido em movimentos e aspirações políticas [...]. Creio que fazem mal os sacerdotes, que são poucos entre nós, que abandonam a sua missão para ser políticos, para se colocar a serviço de causas puramente políticas ou puramente de serviço social [...]. Aí é que está a minha divergência com D. Helder (Ferrarini, 1992, p. 59).

É viável, ainda, apresentar uma relação de personalidades públicas de âmbito nacional que manifestaram seu desagrado em relação à atuação de Dom Helder Camara. Não obstante, é importante ressaltar que nosso propósito não abrange a

enumeração desses indivíduos, tampouco a análise pormenorizada das reportagens veiculadas em periódicos ou revistas que abordam as perspectivas críticas desses intelectuais em relação ao arcebispo de Olinda e Recife. Contudo, a título de ilustração, é possível mencionar mais algumas manchetes que envolveram esses nomes.

Dentre os que se destacaram por expressarem desaprovação em relação à atuação de Dom Helder, também encontramos o jornalista e escritor brasileiro David Nasser⁵⁸, que proferiu críticas corrosivas de vieses político e ideológico conservadores. Seus ataques eram dirigidos a figuras e movimentos que, em sua percepção, representavam ameaças aos valores tradicionais e à estabilidade da nação. Nesse contexto, interpretou, por exemplo, a Teologia da Libertação como uma ferramenta instrumentalizada para disseminar o comunismo no território brasileiro.

Em um artigo intitulado *Minha Igreja não é a de Dom Helder, In: O Cruzeiro*, 13/10/1970, Nasser descreveu o conteúdo das palestras de Helder Camara como uma "pregação marxista" e que o religioso tinha como assessor o "demônio vermelho", em uma clara alusão ao comunismo. Declarações de teor acrimonioso, como essa, eram recorrentes em suas críticas, nas quais o jornalista acusava abertamente o bispo de viajar pelo mundo com financiamento comunista, insinuando que seu propósito era manchar a imagem do Brasil e que ele atuava como um porta-voz antipatriótico ligado a células marxistas-leninistas que promoviam a desordem social. Ademais, Nasser alegava que o arcebispo liderava a "igreja cubana" e, portanto, não estava em consonância com a Igreja Católica à qual o próprio intelectual pertencia.

As declarações proferidas por Nasser, entre outras, podem ser consultadas em diversas edições de veículos de imprensa da época. Exemplificamos com algumas: *Quem financia Dom Helder?, In: O Jornal*, 21/07/1970; *Pergunta sem*

⁵⁸ David Nasser (1917-1980) foi um jornalista, escritor e compositor brasileiro. Nascido no Rio de Janeiro, é lembrado como uma das figuras mais influentes da imprensa e da cultura popular no Brasil durante o século XX. Nasser iniciou sua carreira como jornalista na década de 1930. Além de seu trabalho jornalístico, David Nasser também se destacou como letrista de músicas populares brasileiras, colaborando com músicos renomados como Francisco Alves e Ary Barroso. Suas letras frequentemente refletiam o cotidiano e as paixões do povo brasileiro. Durante os anos 1950 e 1960, entrevistou diversas personalidades internacionais de destaque, incluindo Marilyn Monroe, Frank Sinatra e Ernest Hemingway. Suas entrevistas, lidas avidamente, contribuíram para a popularização do jornalismo de entretenimento no país.

resposta, In: O Jornal, 20/08/1970; *Igreja do Diabo*, In: O Jornal, 17/09/1970; *Traidores de batina*, In: O Jornal, 18/09/1970; *Missa negada*, In: O Jornal, 19/09/1970; *A verdadeira Igreja*, In: O Jornal, 20/09/1970; *Esta é a nossa Igreja*, In: O Jornal, 24/09/1970; *Igreja cúmplice – fala como padre ou fala como cidadão*, In: O Cruzeiro, 06/10/1970; *Minha Igreja*, In: O Cruzeiro, 13/10/1970 e *Central de difamação*, In: O Jornal, 24/10/1970. Vejamos esta publicação, *Cara de Santo* (O Jornal, 12/07/1970, p. 5), como um exemplo de falas depreciativas contra Dom Helder:

Duas pessoas nunca acreditaram em Dom Helder Camara: Carlos Lacerda e eu. Padre com cara de santo, com jeito de santo, com magreza de santo, com palidez de santo, com mãozinhas juntas de santo, falando como santo, andando como santo, sorrindo como santo, de santo não tem nada. [...] Se Dom Helder na sua peregrinação internacional, subvencionada não se sabe por quem, levantasse a sua voz em favor das vítimas de todos os atos contra os direitos humanos, haveria ao menos uma explicação. É um padre, diríamos. Um ministro de Deus. A morte, a tortura, a injustiça o revoltam. Mas o diabo é que a palavra santa desse padre só se ergue pelos que caem do lado de lá. Aqueles que tombam em serviço da lei, para esse estranho homem da Igreja, não são filhos de Deus. [...] Mas, o nosso santo Helder, que nos tempos da mocidade apoiava os SS de Himmler, os campos de concentração, a matança de judeus, o domínio hitlerista do mundo e sua filial brasileira do integralismo – abre os olhos e os ouvidos para um lado e fecha para o outro. O homem para ele, o ser humano, em sua invulnerabilidade física, depende da camisa, do credo, da causa, e o morto é um Che Guevara ou um Carlos Marighela – idealistas, sim, que serviam, entretanto, a uma causa ilegal – ele acende uma vela. Mas, se o morto é um capitão Chandler, assassinado à vista do filho, só pelo crime de servir à democracia, então, ele vira a carinha de santo e, enojado, cospe em cima (Nasser, O Jornal, 12/07/1970).

Ainda na relação dos opositores de Dom Helder Camara, figura o escritor Salomão Jorge⁵⁹, cuja contribuição nesta pesquisa será analisada com base na obra *O diabo celebra a Missa* (1969), escrita durante o ápice dos conflitos políticos e ideológicos, na segunda metade da década de 1960, no Brasil. Nessa obra, em diversos trechos, o autor apresenta sua perspectiva e alude ao mencionado bispo.

Inicialmente, o autor declara que seu objetivo é alertar a opinião pública sobre os denominados "falsos sacerdotes" que ameaçam a integridade da Igreja e da instituição familiar. Logo nas primeiras linhas, Salomão Jorge direciona sua crítica ao

⁵⁹ Salomão Pedro Jorge (1902-1991) foi um médico, escritor, polemista e político brasileiro de origem sírio-libanesa. Era pai do historiador e enciclopedista Fernando Jorge. Publicou obras poéticas e em prosa, tais como: *Arabescos*; *Tendas do meu deserto*; *Porta do céu*; *Tudo pelo Brasil*; *O diabo celebra a Missa* e *A estética da morte*.

arcebispo de Olinda e Recife e, dentre outras ofensas, acusa-o de fornecer informações enganosas à imprensa a respeito do caso envolvendo Camilo Torres⁶⁰.

Que teria levado o bispo a mentir esta esplêndida mentira, a *splendida mendax*, de que fala Horácio? Que mal haveria em contar que recebera o convite da mãe do padre guerrilheiro, e dele declinara por razões independentes da sua vontade? Ninguém ignora a santanaria matreira, a esperteza saloia de d. Helder, e a sua manha [...] A verdade é que não quis comprometer-se... Se dissesse que recebeu o convite e o recusou iria desagradar aos inúmeros adeptos do padre revolucionário... Se atendesse, ou visitasse a mãe do reverendo excomungado talvez viesse a incorrer nas suspeitas do Papa, presente ao Congresso de Medellín, o qual teria o ensejo de ver o ator, sem o seu bioco ou a sua máscara [...] Na epístola a Dona Isabel, d. Helder desculpou-se: “desejo passar o mais humildemente em Bogotá”... “Tenho certeza que, do Céu, Camilo me entende, me aprova e me abençoa”. Como pode o padre Torres entender, aprovar e abençoar o santinho de pau ôco, que dizendo-se um líder da causa, pela qual morreu, nem sequer se dignou, passando pela cidade em que a mãe do padre pelejador reside perder cinco minutos para levar-lhe o conforto da palavra consoladora e cristã? (Jorge, 1969, p. 8).

O meticuloso empenho em citar a narrativa que envolve o guerrilheiro tinha por finalidade estabelecer uma conexão entre o nome de Helder Camara e o movimento comunista internacional. Essa abordagem consiste em uma estratégia reiterada, que visa a distorcer as declarações proferidas pelo bispo sobre a referida temática.

Na 428ª carta-circular pós-conciliar, escrita na madrugada de 26 para 27 de agosto de 1968, Dom Helder havia dado sua opinião sobre o episódio que envolveu a morte de Camilo Torres:

Um dos interesses maiores de ir a Girador é que se trata de região em que atuou, como guerrilheiro, Camilo Torres. Pude colher documentação preciosa sobre ele. Fontes diretas, objetivas, imparciais. Em síntese, cheguei a estas conclusões: • ele, de fato, foi

⁶⁰ Camilo Torres (1929-1966) foi um sacerdote católico colombiano, vinculado à corrente da Teologia da Libertação. Desempenhou um papel fundamental como cofundador da primeira Faculdade de Sociologia da América Latina e como membro ativo do grupo guerrilheiro conhecido como Exército de Libertação Nacional (ELN). Sua trajetória intelectual e ativista foi marcada por uma busca incansável pelo diálogo e pelo sincretismo entre os princípios do Marxismo e os ensinamentos da Igreja Católica. Para ele, uma compreensão aprofundada do cristianismo implicava a visão de uma sociedade justa e igualitária como um imperativo moral. Esse entendimento o conduziu à convicção de que era imperativo realizar uma transformação revolucionária profunda na sociedade. Tal transformação visava a despojar a classe dominante, composta pelos ricos e proprietários (a oligarquia), do poder, a fim de criar as bases para uma sociedade de orientação socialista. Nesse sentido, via sua missão como a obrigação de promover uma revolução radical que visasse à construção de uma ordem social mais equitativa e justa.

homem muito sincero; • em certo momento, convenceu-se de que só a violência seria solução para a América Latina; • o raciocínio dos guerrilheiros era atrair o Exército para o interior, para lugares incríveis em que os grandes armamentos fossem inúteis, dizimar as Forças Armadas, enfraquecer o Governo, até chegar o instante de tomar conta do Poder e empreender as mudanças... • desesperando de soluções não-violentas, Camilo se aliou aos Comunistas e estes o exploraram. Prepararam-no para a guerrilha, meteram-no durante um mês e meio, à frente de um grupo, no lugar mais perigoso. Queriam que ele fosse morto, achando que a morte de Camilo seria a senha para conflagrar o País e assumir o Poder. Ele morreu, os companheiros se acovardaram, e, hoje, sabem o que existe?... • Visitei a entrada do Forte em que se prepararam anti-guerrilheiros para toda a América Latina. O Forte é tão amplo que abrange três montanhas. Os anti-guerrilheiros têm até um serpentário e se deixam picar pelas cobras para serem, tecnicamente, vacinados contra mordidas venenosas... Fazem exercícios extremamente violentos. O menos que fazem é atravessar rios largos e impetuosos, improvisando pontes de corda... Quem orienta tecnicamente? Quem financia? Quem é o verdadeiro dono do Forte? Não há a mais leve cerimônia: nem na cor da boina, que é do mesmo verde usado nas anti-guerrilhas do Vietnã. Ainda mais me confirmei que violência é impraticável e contra produtora nos próximos quinze anos na América Latina (Camara, 2013, p. 228).

O escritor não mediu esforços e, com uma retórica incisiva, com o intuito de desacreditar Dom Helder, recorreu com frequência à seleção de eventos históricos descontextualizados. Esta tática visava a manchar a reputação do bispo. Como evidenciado, Salomão Jorge mais uma vez lançou críticas direcionadas com o objetivo de incitar a ala conservadora da Igreja contra o prelado. Contudo, é perceptível que a principal motivação tenha sido a tentativa de rotulá-lo como bispo de tendências esquerdistas, estratégia recorrentemente empregada por seus detratores. Por isso, alegou:

D. Helder vem estragando a vida de muitos sacerdotes. [...] Uma das vítimas do endiabrado ex-camisa verde é o bispo d. José Maria Pires. Helder chamou Pires de Pelé da Igreja. O bispo da Paraíba entusiasmou-se com o apelido e estragou-se. Passou a exaltar a Cuba de Fidel, a China de Mau-Tsé-Tung (*sic*), a Rússia de Kossigin [...] contrariando a encíclica de Paulo VI, mostrou ser contra o celibato, preocupadíssimo com o problema do casamento... “Devemos – disse ele – ocupar-nos mais dos problemas de nossos países do que os que tenha o Vaticano” [...] Mas a Igreja desse bispo casamenteiro não é mais a de Cristo: é de Fidel Castro e Camilo Torres... Não é mais a Igreja do Calvário, é a dos que portam metralhadoras e carabinas para destruir pela violência, em vez de construir pelo ideal (Jorge, 1969, p. 80-81).

Como último exemplo, que sintetiza a abordagem controvertida adotada por Salomão para elaborar interpretações concernentes a Dom Helder, é oportuno ressaltar os seguintes trechos:

Jesus passava as noites absorvido nas orações. O “rancho alegre” de d. Helder passa-as planejando badernas, promovendo reuniões, em honra de Comblin, o São Tomás de Aquino dos “moderninhos”, ou urdindo greves, destripando, em mesas redondas de televisão, o mico dos vitupérios contra o imperialismo norte-americano, tecendo hinos a Fidel Castro, o que expulsou de Cuba padres e o bispo de Havana, mons. Eduardo Boza Masdival, e o que saudou a invasão da Checoslováquia pelos tanques russos que deixaram, nas ruas de Praga, o seu rastro de lama e de sangue... Quando Jesus falou dos escribas e fariseus que “fazem todas as suas obras, para serem vistos pelos homens... gostam dos primeiros lugares nos banquetes e das primeiras cadeiras nas sinagogas, debuxava o perfil do pastor de Olinda e Recife [...] Graças e ele e a seu estado maior, surgiu entre nós “a nova Igreja”, o novo ritual paralitúrgico, a “nova missa dos debates”, em que o certame, a controvérsia, o bate-papo, para os nossos padres, são mais importantes que a transubstanciação, as Espécies Eucarísticas [...] Com tais catedráticos, surgiu esta estrambólica geração de “padres de passeatas”, inimigos do celibato sexólogos, frequentadores de boates, e as freiras devotas de Simone de Beauvoir (Jorge, 1969, p. 187).

Em linhas gerais, o conjunto de temas reiteradamente abordados por esses detratores de Dom Helder Camara envolveu acusações de cumplicidade com o comunismo, o que, por conseguinte, implicaria ser anticristão e político demagogo, caracterizando-o como uma fraude. Também se fez presente a alegação de que ele teria sido afiliado ao nazismo e ao fascismo, uma vez que havia sido integralista em momento anterior de sua vida. Acrescenta-se a isso a alegação de que o bispo se valeria do problema da seca, da fome e da miséria como uma estratégia para autopromoção, além das insinuações de que suas viagens eram financiadas por grupos de esquerda e que ele era um falso patriota por expressar críticas ao Brasil no exterior.

Convém observar que nossa análise não se detém em apresentar um rol exaustivo dos intelectuais brasileiros que integraram o “grupo dos detratores” de Dom Helder, devido à prioridade conferida a um enfoque mais amplo deste estudo – mesmo havendo várias outras personalidades públicas que mereciam ser citadas. De fato, nosso objetivo principal reside em demonstrar que as críticas lançadas por esses indivíduos em relação ao arcebispo de Olinda e Recife não apenas refletem o ambiente polarizado que caracterizou a conjuntura da época, permeada por conflitos ideológicos, mas também destacam a complexidade das relações estabelecidas

entre figuras de proeminência em um contexto sociopolítico e religioso marcado por desafios e polêmicas. O engajamento dessas personalidades, não obstante suas opiniões desfavoráveis a respeito de Dom Helder, contribuiu para a diversidade de perspectivas em torno da figura e das atividades do religioso, um aspecto de grande interesse em nosso estudo.

Portanto, é possível afirmar que o antagonismo manifestado por esses intelectuais em relação a Dom Helder Camara, acentuado por suas divergentes posições ideológicas, ganhou maior relevância em um contexto nacional sob o regime militar e em meio à Guerra Fria internacional. Essas circunstâncias concorreram para o acúmulo de narrativas em torno de um mesmo sujeito social, gerando uma multiplicidade de interpretações acerca dele.

Em meio a uma série de pronunciamentos desfavoráveis por parte de seus detratores, é notável que Dom Helder manteve uma postura pacífica e dialogal. Ele conseguiu articular suas posições em relação aos assuntos que lhe eram questionados, mesmo quando, em determinado momento histórico, teve sua voz restringida pela censura imposta pelo regime militar, quando foi deliberadamente silenciado pelas autoridades governamentais. Isso culminou na proibição das mídias nacionais de entrevistá-lo ou publicar seus escritos.

Em sua defesa, demonstrou importante habilidade argumentativa e se posicionou sobre os mais variados temas naquele contexto hostil de regime ditatorial. No que tange a acusação de ser ele partícipe das fileiras comunistas, assim a repeliu:

Anseio pelo instante de bom senso em que nossas Forças Armadas, sem de modo algum darem guinada para Cuba, Rússia ou China Vermelha, neguem a identidade de interesses e destinos entre a América Latina e os USA. [...] nenhuma Superpotência (nem Estados Unidos, nem Rússia, nem China) ajuda sem fincar o pé (Camara, 1993, p. 54; 83).

Quanto a anticomunismo, entendamo-nos: mesmo entre os que combatem o comunismo nem todos o fazem pelos mesmos objetivos, nem utilizando os mesmos métodos. Tenho minha maneira de combater o comunismo, que consiste: trabalhar pelo desenvolvimento, pois estou convicto de que a miséria, além de ser uma injúria ao Criador é uma ofensa à criatura humana, elevada à dignidade de filha de Deus, é o melhor caldo de cultura para a expansão comunista; em contraditar o marxismo não com palavras, com atos, apresentando um cristianismo, nada alienado ou alienante e vivendo, e fazendo viver uma religião que nada tem de ópio para o povo [...] Será exagero falar em miséria no Nordeste? Será

exploração aludir a condições infra-humanas de vida? Será demagogia sustentar a inadiabilidade de reformas de estruturas que nos livrem do colonialismo interno, que é o mais triste dos colonialismos? Conosco, sem nós ou contra nós os olhos do povo se abrirão. Ai do cristianismo se, amanhã, quando os olhos se abrirem, ficar a impressão de que a Igreja foi conivente com os poderosos na exploração dos humildes. Temos perdido um tempo precioso. Cada vez que reformas fundamentais ficam no papel, o povo se desencanta ainda mais. Até onde irá a paciência das massas? (Dom Helder, *Jornal do Commercio*, 25/08/1966).

No tocante ao fato de Dom Helder ser rotulado como um "bispo vermelho", é significativo situar essa imputação em seu contexto histórico e sociopolítico. Esta designação, carregada de conotações ideológicas e políticas, foi utilizada como parte de uma estratégia mais ampla de construção de narrativas com o propósito de mobilizar o apoio das massas e, simultaneamente, desacreditar aqueles que se manifestavam contrários ao regime militar então vigente. Tal regime, como vimos, detinha o poder no Brasil durante aquele período. O arcebispo comentou que

tem sido dito, com insistência, que os Bispos do Nordeste em geral e o Arcebispo de Recife, em particular, fazem o jogo do comunismo. [...] Parece ridículo que um Bispo Católico tenha de proclamar que não é comunista. [...] Agem, assim, entre outros: os que chamam de comunista todo aquele que, embora sem a menor filiação ao partido ou à ideologia comunista tem fome de verdade, de justiça, de promoção humana e social; os que, para combater o comunismo adotam métodos incompatíveis com a democracia e usados pelos regimes totalitários e, em particular, por regimes comunistas, como incentivo à delação, regime de tortura física e mental, desrespeitando a pessoa humana (Dom Helder, *Jornal do Commercio*, 25/08/1966).

A designação de "bispo vermelho" era emblemática de uma estratégia propagandística que visava a associar qualquer forma de oposição ou contestação ao governo militar com a subversão ou o comunismo, ambas categorias amplamente demonizadas naquele contexto histórico. Esta tática de estigmatização tinha o intuito de minar a credibilidade dos opositores, marginalizando suas vozes e desencorajando o engajamento cívico e político da sociedade civil.

Dom Helder, em meio a essas circunstâncias desafiadoras, refletiu profundamente sobre o papel das narrativas políticas na manipulação das percepções públicas e na polarização da sociedade. Suas trajetória e postura, que enfatizavam a justiça social, a paz e a igualdade, frequentemente colidiam com a ideologia dominante do regime militar. Contudo, sua abordagem comprometida e

pacífica se destacava como um contraponto ao clima de hostilidade e polarização reinante.

Venho cuidar dos pobres? Claro que, amando a todos, devo ter, a exemplo de Cristo, um amor especial pelos pobres. No julgamento final, nós todos seremos julgados pelo tratamento que tivemos dado a Cristo, a Cristo na pessoa dos que tem fome, tem sede, andam sujos, machucados e oprimidos [...] Por que não reconhecer que não há mais um tipo único de socialismo e pleitear, para os cristãos, a liberdade do termo socialismo, desde que ele não esteja ligado necessariamente a materialismo e esteja longe de significar, necessariamente, regime que esmague a pessoa humana ou a comunidade, e pode significar regime a serviço da comunidade e do homem? (Camara, 1968, p. 44; 64).

Nesse contexto, também, é crucial reconhecer que a atribuição da alcunha "bispo vermelho" a Dom Helder não apenas demonstra a influência do discurso político no campo religioso, mas também destaca sua coragem em resistir às pressões políticas e manter-se fiel aos seus princípios humanitários, independentemente das acusações infundadas que enfrentou. Esta análise contextualizada revela as complexidades das dinâmicas sociais e políticas da época, bem como a importância de uma abordagem crítica na avaliação do papel desempenhado por figuras públicas como Helder Camara na luta pelos direitos humanos e pela justiça social.

O fato de Dom Helder ter sido objeto de críticas devido às suas viagens internacionais também não se sustenta, pois foram feitas em resposta a convites de diversas universidades distribuídas por múltiplos continentes, englobando a América do Norte, América Latina, Europa, África e Ásia. O propósito delas era o de amplificar a voz dos desfavorecidos, fomentando um compromisso com a causa da paz e a luta contra a pobreza global. Ele próprio as justifica quando acusado de antipatriota e de atacar o governo brasileiro:

É possível conciliar denúncias com ação apostólica e pacífica. Denuncio emprestando voz aos sem voz, aos que não podem falar, aos que falando, não serão ouvidos. Jamais faço denúncias movido pelo ódio ou pregando violências. Ao contrário: tento abrir os olhos dos que comentem injustiças, na convicção absoluta de estar trabalhando pela paz. [...] Quem fala assim repete uma inverdade, espalhada, amplamente, em todo o País, sem que eu tivesse acesso à Imprensa escrita e falada para defender-me. Ainda hoje, enquanto a Imprensa escrita se arrisca a publicar declarações minhas, o Rádio (a não ser, em âmbito local, a Rádio Olinda que me possibilita, em 5 minutos matinais, "um olhar sobre a Cidade") e, sobretudo, a Televisão continuam inatingíveis para mim. O Diretor de "Opinião" foi processado pelo crime de haver divulgado uma entrevista que eu fiz

– não em Moscou, em Pequim ou Havana – em Chicago, nos Estados Unidos, sobre Tomás de Aquino e Marx. Viajo para bater-me pela justiça e pelo amor como caminho para a paz. Jamais ataquei o Brasil, ataco as injustiças. Claro que se ataco injustiças onde quer que elas se pratiquem, perderia força moral se não tivesse coragem de investir contra injustiças praticadas no Brasil. Ataco, então, nosso País? De modo algum. Ataco injustiças e absurdos de que o Brasil é vítima (Dom Helder, O Cruzeiro, 07/01/1978, p. 18-19).

É categórico salientar que Helder Camara concentrou seus esforços, de maneira particular, na comunicação com a juventude, em virtude de sua firme crença no potencial transformador deste estrato populacional e defendeu a importância da conscientização e de uma educação que produzisse líderes. Porém, isso não o impediu de igualmente dirigir seus discursos e apelos às autoridades e líderes das nações economicamente mais abastadas do planeta. Eis algumas sobre a juventude universitária e o seu potencial:

As universidades do mundo subdesenvolvido não podem funcionar como o fazem habitualmente, como torres de marfim cercadas de miséria. É urgente que elas se integrem na dura realidade do meio em que se encontram e do qual fazem parte. É urgente que essas universidades assumam problemas das populações locais; que elas denunciem o pior dos colonialismos, que é o colonialismo interno (por exemplo: brasileiros cuja riqueza é baseada na miséria de outros brasileiros. [...]) Dentro de um tal quadro, é necessário muito mais do que ensinar a ler e escrever. É preciso despertar a iniciativa, suscitar líderes, ensinar a trabalhar em equipe, mostrando que aquilo que um só não pode fazer, juntos todos poderão. É preciso ensinar que não se deve esperar tudo do governo, a esse trabalho damos o nome de conscientização. Trata-se de abrir os olhos, acordar a consciência, ajudar o homem a servir-se da sua inteligência e da sua liberdade, de ajudar o homem a ser homem. O curioso é que os patrões se revoltam contra a conscientização das massas. O próprio governo se alarma, dizendo: uma vez que é mais fácil e mais rápido conscientizar do que fazer as reformas estruturais, aquele que, sabendo disso, conscientiza as massas, é subversivo, é comunista. [...] Certamente, as universidades e os institutos não podem ser esquecidos. Venho às universidades dos Estados Unidos para tentar mostrar o papel decisivo que cabe, neste momento, às universidades do mundo inteiro. Temos que conseguir estabelecer um diálogo fundado da paz, entre as universidades do mundo subdesenvolvido – América Latina, África e Ásia – e as do mundo desenvolvido (Dom Helder, Folha de São Paulo, 05/03/1967).

Em última análise, a mensagem proferida por Dom Helder sublinha a importância primordial da luta em prol das camadas menos favorecidas da sociedade, ao mesmo tempo em que preconiza a promoção de um diálogo inter-religioso, frequentemente referido como ecumenismo, com o propósito de erradicar a

miséria global. A sua visão transcende as fronteiras dogmáticas e eclesiais, buscando a convergência de líderes religiosos de variadas convicções e doutrinas em face de um mundo caracterizado por profundas injustiças e disparidades socioeconômicas.

Outrossim, acreditava firmemente que os líderes espirituais, independentemente de suas pertencas religiosas particulares, detinham uma responsabilidade moral inegável diante de um cenário global marcado por tamanha iniquidade. Em sua perspectiva, o próprio Cristo, cuja mensagem e ensinamentos eram centrais para a fé cristã, encarnou a pobreza e se solidarizou com os menos afortunados. Diante disso, Dom Helder advogava que a Igreja e seus líderes deveriam orientar sua missão preferencialmente em direção aos pobres, seguindo o exemplo do próprio Cristo.

Não sou subversivo nem comunista. [...] muita gente me critica. Acusam-me de demagogia. Dizem que exagero a via ecumênica, que exagero a social de minha missão. [...] Sou o bispo de uma região na qual dois terços dos fiéis vivem em condições que não são humanas. Não os considero almas nem paroquianos. Para mim são homens e minha obrigação é ajudá-los a conseguir um nível de vida humana. Se para isto devo encontrar a ajuda dos protestantes e dos hebreus, o faço com humildade, com seriedade (Helder, Diário da Noite, 07/10/1968).

Sonho com uma reunião em que cada religião indique, de maneira clara e objetiva, que verdades encontra em sua própria mensagem, capazes de promover a humanização do mundo, a superação do egoísmo, a justiça e a paz, a solidariedade universal. Nessa reunião de ecumenismo sem fronteiras, deveria haver espaço para agnósticos e ateus que façam a verdade, tenham fome e sede de paz baseada na justiça, do mundo marcado pelo amor – agnósticos e ateus que sejam cristãos de atos (Camara, 1968, p. 71).

Nesse sentido, a sua visão transcende a esfera religiosa, constituindo uma convocação vigorosa à ação coletiva a favor da justiça social e da erradicação da miséria. A mensagem de Dom Helder é um apelo eloquente para a colaboração inter-religiosa e um compromisso compartilhado com a causa dos pobres, iluminando o caminho para uma sociedade mais equitativa e compassiva. Sua abordagem exemplifica a interseção entre a espiritualidade, a ética e a ação social na busca de um mundo mais justo e igualitário.

É pertinente enfatizar que a profusão de críticas e opiniões pejorativas acerca de Dom Helder Camara poderia induzir erroneamente à impressão de que a oposição à sua figura superou amplamente o apoio prestado pelo meio intelectual

brasileiro. No entanto, emerge um contingente substancial de personalidades públicas, tanto nacionais quanto internacionais, que aderiram às causas de Dom Helder e expressaram apoio às suas bandeiras de luta. Examinar exaustivamente a extensa lista de nomes da intelectualidade brasileira que apoiou as causas de Dom Helder é uma tarefa hercúlea e não se coaduna com os objetivos deste trabalho.

Em nossa análise, considerando a multiplicidade de convites para proferir discursos em auditórios internacionais, as quatro indicações ao Prêmio Nobel da Paz, a outorga de numerosos títulos de Doutor *Honoris Causa* e outras manifestações públicas de reconhecimento de várias instituições, é evidente que as críticas veiculadas em colunas de revistas e jornais durante o período do regime militar, – quando a imprensa frequentemente se mostrava conivente, negligente e submissa à ditadura – perdem sua relevância. Mais ainda, e de maneira preponderante, a ampla população sempre esteve ao lado do bispo e o acolheu, sendo por ele também acolhida. Diversas foram as demonstrações dirigidas a ele, encontradas tanto em material impresso quanto nos lábios do povo brasileiro, como "Irmão dos pobres", "Dom do amor", "Dom da paz", "Anjo da paz", "Revolucionário da paz", e outras.

Para corroborar a alegação de que Helder Camara contava também com o prestígio de uma parcela significativa da intelectualidade brasileira, podemos apresentar a lista com nomes de alguns simpatizantes do bispo, como a escritora cearense Rachel de Queiroz⁶¹. Ela produziu expressivas obras literárias e, através de sua escrita, abordou questões sociais e políticas relevantes, enfocando a vida no Nordeste do Brasil e as desigualdades enfrentadas pela população. Assim como o

⁶¹ Rachel de Queiroz (1910-2003) foi uma escritora brasileira, considerada uma das figuras mais influentes da literatura nacional do século XX. Nascida no Ceará, ela iniciou sua carreira literária muito jovem, publicando seu primeiro romance, *O Quinze*, aos 20 anos. Este trabalho abordou as secas que assolaram o nordeste do Brasil, revelando seu comprometimento com questões sociais desde o início. Ao longo de sua vida, Rachel de Queiroz produziu uma série de obras literárias de destaque, incluindo *Memorial de Maria Moura* e *Dôra, Doralina*, que exploraram temas como as desigualdades sociais, a condição da mulher e a vida no sertão nordestino. Sua escrita se destacou por sua sensibilidade, profundidade e poder de análise social. Além de sua contribuição à literatura, Rachel de Queiroz também foi reconhecida como jornalista e cronista, contribuindo, com sua visão perspicaz, em diversos veículos de comunicação. Ela foi a primeira mulher a ser eleita para a Academia Brasileira de Letras, consolidando seu lugar na história literária do Brasil. Rachel de Queiroz deixou um legado duradouro, não apenas como escritora, mas também como uma voz comprometida com a justiça social e a representação das realidades complexas do Brasil. Sua obra continua a ser lida e apreciada, influenciando gerações posteriores de escritores e leitores.

bispo, a escritora desempenhou um papel importante na cultura e na sociedade brasileira, cada um dentro de seu próprio campo de atuação.

Apesar de sua posição inicial quanto ao golpe de 1964 – Rachel de Queiroz explica ter dado apoio restrito a Castelo Branco, seu amigo pessoal, de que ele freou a escalada comunista no país, a escritora não contava que os militares não entregariam o poder aos civis através das eleições habituais, tampouco esperava a ascensão da linha dura ao poder e as subsequentes ações até a instauração do AI-5 – a jornalista, em inúmeras ocasiões, em coluna que mantinha na revista *O Cruzeiro*, teceu elogiosos comentários à conduta do arcebispo.

Assim, como é possível observar na crônica *Retrato do Brasil*, publicada na última página da revista, a autora incorporou *ipsis litteris* as palavras de Dom Helder ao enfatizar a necessidade de a Igreja se aproximar do povo e de os bispos abandonarem suas cruzes de ouro (Queiroz, *O Cruzeiro*, 10/06/1960, p. 154). Em crônica intitulada *O pastor de Olinda*, ela avalia o perfil do bispo a partir da seguinte interpretação:

Logo que se soube que o Papa Paulo VI nomeara D. Helder Camara para Arcebispo de Olinda e Recife, o rádio e os jornais comunistas ou comunizantes do País abriram um impressionante coro de aplausos. Ouvi, entre outros, um programa de rádio comuno-estudantil proclamar que a esquerda católica se sentia em festas ante a nomeação desse sacerdote de esquerda. [...] Admira é que, depois de tantos anos de vida pública de D. Helder, essa gente ainda cometa a tolice de o supor um padre de esquerda (Queiroz, *O Cruzeiro*, 02/05/1964, p. 118).

Para a cronista, um sacerdote católico, em virtude de seu compromisso com o Papa e a Igreja, não se alinha realmente com correntes políticas de esquerda ou direita, visto que sua atuação é direcionada por princípios e preceitos eclesiásticos, não lhe conferindo a liberdade de agir conforme sua própria vontade ou interpretação pessoal.

É manifesto que Rachel de Queiroz e Dom Helder estabeleceram uma amizade duradoura e colaboração significativa ao longo de suas trajetórias, demonstrando apoio recíproco às causas sociais. Ambos compartilharam uma profunda inquietude diante das desigualdades e injustiças no contexto brasileiro, engajando-se em iniciativas voltadas para a promoção da dignidade humana dos menos privilegiados. O legado que ambos deixaram em suas respectivas esferas de

influência perdura até os dias atuais, continuando a servir como fonte de inspiração para aqueles comprometidos com a causa da justiça social.

Por outro viés, Alceu Amoroso Lima⁶², também conhecido pelo pseudônimo Tristão de Athayde, alinhou-se com concepções que guardavam proximidade com as de Dom Helder, em especial, no que tange à visão de uma Igreja Católica mais afiliada à ala progressista. Em seus escritos, Amoroso Lima proferiu críticas contundentes ao regime ditatorial no Brasil, caracterizando-o como um golpe marcado por violência, que culminou no fechamento do Poder Legislativo, na supressão da liberdade de imprensa e na instauração de um neofascismo caracteristicamente totalitário (A Esponja, *In: Jornal do Brasil*, 01/09/1967).

Ao longo de diversas publicações, Alceu Amoroso Lima fez menção a Helder Camara, defendendo e apoiando suas ações. Em um artigo intitulado *Violência e não violência*, *In: Jornal do Brasil*, 25/11/1971, ele evocou os ensinamentos de Cristo ao enviar seus apóstolos "como cordeiros entre lobos," enfatizando a importância da não violência e associando Dom Helder a figuras como Gandhi e Luther King. Em outro texto, com o título *A caminho do quarto centenário*, *In: Jornal do Brasil*, 05/11/1976, Amoroso Lima elucidou o significado e a relevância das comunidades de base, conforme concebidas pelo arcebispo de Olinda e Recife, que ele denominava como "minorias abraâmicas".

Tristão de Athayde persistiu em demonstrar seu respaldo a Dom Helder em várias outras ocasiões, a exemplo de artigos como *Os dois silêncios*, *In: Jornal do Brasil*, 26/04/1974; *Vítimas ou algozes*, *In: Jornal do Brasil*, 25/11/1976 e *Duas meditações*, *In: Jornal do Brasil*, 17/03/1978, dentre outros. A lista de suas manifestações de apoio é consistente. Em todas elas, a postura de Alceu Amoroso

⁶² Alceu Amoroso Lima (1893-1983), conhecido também pelo pseudônimo Tristão de Athayde, foi uma figura multifacetada na intelectualidade brasileira do século XX. Nascido no Rio de Janeiro, desempenhou papéis significativos como escritor, educador, crítico literário, filósofo e teólogo. Alceu Amoroso Lima foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras e empenhou-se em vultos esforços na promoção da literatura e das artes no Brasil. Sua produção literária inclui ensaios, crônicas e obras de cunho filosófico e teológico, abordando temas que iam desde a espiritualidade até a política. No campo da educação, Alceu Amoroso Lima foi um defensor do ensino de qualidade e exerceu influência como diretor da Faculdade de Filosofia, da Universidade do Brasil. Também foi um dos responsáveis pela criação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). No contexto político, Alceu Amoroso Lima foi crítico ferrenho da ditadura militar que se instaurou no Brasil na década de 1960. Suas análises e comentários nas páginas de jornais, como o *Jornal do Brasil*, denunciavam os excessos do regime e a supressão das liberdades civis. Seu pseudônimo, Tristão de Athayde, é amplamente reconhecido por seu estilo literário e por suas contribuições à cultura brasileira. Alceu Amoroso Lima deixou um legado duradouro como pensador, educador e defensor dos direitos civis, contribuindo para o enriquecimento intelectual e cultural do Brasil ao longo do século XX.

Lima é de solidariedade e admiração pela atuação de Helder Pessoa Camara, tanto no âmbito religioso quanto no sociopolítico.

Ao encerrar esta exposição, é de rigor mencionar a contribuição do dramaturgo Ariano Suassuna⁶³, cuja presença e apoio a Dom Helder Camara, desde sua posse como arcebispo de Olinda e Recife, em 1964, merecem destaque. Ambos estabeleceram uma colaboração em favor do fomento à cultura na região. Como lembrou o escritor:

Eu conhecera Dom Helder no Rio, em 1957, durante a temporada em que, pela primeira vez, se lançava nacionalmente o "Auto da Compadecida", no Teatro Dulcina. Mas foi só a partir de 1964 que nos tornamos realmente amigos. Dom Helder chegara ao Recife nos primeiros dias do movimento militar e, poucos dias passados, pediu que eu fosse à sua presença: queria abrir as portas do Palácio Arquiepiscopal para as pessoas ligadas à cultura e desejava que disso eu me encarregasse (Suassuna, Folha de São Paulo, 07/09/1999).

O relato a que Ariano Suassuna fez alusão, diz respeito às *Noitadas* encontros culturais promovidos por Helder Camara nos anos de 1960, que inicialmente ocorriam no Palácio dos Manguinhos, no Recife, sua residência antes de transferir-se para a Igreja das Fronteiras⁶⁴. Esses eventos tinham o propósito de promover a cultura e as artes, bem como estimular o diálogo entre intelectuais, artistas e a comunidade em geral. Durante as *Noitadas*, eram realizadas apresentações de música, teatro, leituras de poesia, palestras e discussões sobre diversos temas culturais e sociais. O objetivo de Dom Helder era criar um espaço de reflexão e intercâmbio cultural que fosse acessível a todos, independentemente de sua origem social ou econômica. Esses momentos se tornaram importantes pontos

⁶³ Ariano Suassuna (1927-2014) foi dramaturgo, escritor, poeta e professor. Natural da Paraíba, Suassuna passou a maior parte de sua vida em Pernambuco, estado vizinho ao de seu nascimento. A obra pela qual Suassuna é amplamente reconhecido é *Auto da Compadecida*, uma peça teatral que conquistou o estatuto de clássico na literatura brasileira e foi posteriormente adaptada para o cinema e televisão. Em seu trabalho, frequentemente se observa a incorporação de elementos do folclore nordestino, bem como a abordagem de temas de sátira social, todos permeados por uma linguagem regional rica e peculiar. Para além de sua produção teatral, também se dedicou à escrita de romances, ensaios e poemas. A devoção à cultura nordestina e a defesa apaixonada da valorização das raízes culturais do Brasil são traços notáveis de sua trajetória. O impacto duradouro de seu trabalho reverbera no panorama teatral e literário do país.

⁶⁴ Eventuais interessados no entendimento das motivações e do processo de mudança de residência do então arcebispo de Olinda e Recife, que deixou o Palácio Episcopal para morar na área da sacristia de uma das igrejas da capital pernambucana, podem consultar o artigo "Fronteiras do arcebispo: a casa de Dom Helder Camara", citado como obra de apoio nas referências desta Tese.

de encontro para artistas, escritores, estudiosos e ativistas da época, pois, como salientam Cabral e Moura (*In: Cabral, Pina Neta, 2018, p. 99*), “foram responsáveis pela construção de um espaço de sociabilidade para parte da intelectualidade em Pernambuco”. Além de promover a cultura e a arte, também tinham um aspecto político, uma vez que ocorreram durante um período de forte repressão política no Brasil. Aqueles eventos também proporcionavam espaços para discussão e resistência pacífica em meio ao contexto político conturbado. Ariano narra detalhes daquele projeto:

Atendi a seu [D. Helder] pedido e passamos a organizar, à noite, uma vez por semana, conferências, recitais de poesia e audições de música instrumental e canto. Lembro-me de que, numa dessas últimas, organizamos um programa dedicado a Capiba e foram cantadas algumas das canções que nosso grande compositor criara sobre poemas de Jorge de Lima, Ascenso Ferreira, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, João Cabral de Melo Neto, Carlos Pena Filho, Joaquim Cardozo e outros. O tempo corria e aumentava minha admiração pelo "irmão dos pobres" (Suassuna, Folha de São Paulo, 07/09/1999).

Na noite do dia 6 de maio de 1964, registra-se a visita de Dom Helder Camara ao poeta e dramaturgo Ariano Suassuna. Durante esse encontro, acordou-se a organização de uma "Noitada de Literatura", evento de cunho cultural, sob a direção do próprio Suassuna (Piletti; Praxedes, 1997, p. 309). Na 12ª carta-circular interconiliar, escrita na madrugada de 06 para 07 de maio de 1964, o arcebispo comenta sobre aquele episódio:

A recompensa da noite foi o encontro em casa de Ariano Suassuna, preparando a Noitada de Literatura (Ariano à frente) e a de Artes Plásticas (à frente, Francisco Brennand). A casa do Ariano, em si, já é uma delícia. Ele a encheira de gente moça, chispando inteligência e simpatia. [...] Um encanto de noite. A próxima peça de Ariano será estreada no Palácio São José de Manguinhos, que a mocidade talentosa vai tomar de assalto (Camara, 2009b, p. 42).

Por fim, Ariano Suassuna deixou registrada a sua profunda estima por Dom Helder, quando compartilhou esta história concisa:

Eu completava 70 anos, e o Jornal do Commercio, do Recife, publicou uma fotografia na qual o setuagenário recente aparecia assobiando. No dia seguinte, recebi, de Dom Hélder, o seguinte telegrama: "Assobiando e cantando, surge o guerreiro, vigilante e imbatível na luta em defesa da cultura brasileira. Deus o abençoe e ilumine seu caminho. Dom Hélder" (Suassuna, Folha de São Paulo, 07/09/1999).

É relevante salientar que, embora não tenha sido uma unanimidade, tanto dentro da Igreja Católica, no seio do clero, quanto no contexto da intelectualidade brasileira, a atuação de Helder Camara exerceu uma influência imensurável na luta contra as desigualdades sociais e na busca pela eliminação das estruturas perpetuadoras de injustiças. Em particular, durante os "anos de chumbo," ele foi amplamente reconhecido como um líder que transcendia rótulos simplistas, sendo visto não apenas como um santo, mas também como um defensor incansável dos menos afortunados.

Por onde passou, Dom Helder Camara se cercou de intelectuais, artistas e pessoas comuns. Sua dedicação ao bem-estar da "criatura humana" era manifesta na forma como acolhia calorosamente a todos, mantendo portas e corações abertos. Inúmeros registros, tanto em formato textual quanto audiovisual, documentam esses encontros com diversas figuras da cultura e da intelectualidade, tanto em nível nacional quanto internacional. Portanto, é legítimo afirmar que o arcebispo de Olinda e Recife desfrutou de mais apoio do que de críticas, sendo essa uma realidade factual.

No capítulo subsequente deste estudo, adentraremos na seara das artes em seus múltiplos espectros, com o intuito de elaborar uma análise minuciosa de um seleto conjunto de obras previamente elencadas para este desígnio específico. Em todas as criações artísticas estudadas, Dom Helder Camara é retratado como uma personagem, independentemente da sua representação se dar em uma moldura ficcional ou não. O objetivo por excelência deste exame será observar de que maneira tais produções contribuíram para a reconstituição da figura do bispo, sob as perspectivas tanto religiosa quanto sociopolítica, dentro do domínio da ficção.

3 SANTO OU COMUNISTA⁶⁵? : A RECRIAÇÃO DE DOM HELDER NO UNIVERSO ARTÍSTICO-LITERÁRIO

*Se eu dou pão aos pobres, eles me chamam de santo.
Se eu pergunto por que os pobres não têm pão,
eles me chamam de comunista e subversivo.
- Helder Camara*

No capítulo precedente, além da contextualização histórica abordada tanto em relação ao âmbito nacional quanto ao internacional, identificamos a existência de um grupo de intelectuais brasileiros – por nós denominados detratores de Helder Camara – que, frequentemente, formulavam acusações de natureza diversa, se bem que com ênfase na suposta ligação do prelado com o comunismo. Entretanto, também observamos o grupo dos que compreenderam suas causas e promoveram interpretações mais alinhadas com as mensagens dos evangelhos as quais norteavam a fé e a prática episcopal do então arcebispo de Olinda e Recife.

Embora não tenhamos realizado uma abordagem quantitativa, a pesquisa empreendida permite afirmarmos, com base nas narrativas relacionadas a Dom Helder e às repercussões delas decorrentes, que a defesa das causas de sua agenda obteve maior adesão, tanto no Brasil quanto no exterior, se comparada com as narrativas que se posicionaram de forma contrária e até contestatória. Em outras palavras, constatamos uma predominância de apoiadores em relação a opositores, ainda que tenhamos optado por citar igual número de intelectuais de cada grupo – três críticos e três defensores do seu legado – com o intuito de realizarmos uma análise mais concisa.

No parágrafo imediatamente anterior citamos termos optado pela análise de partes de obras de apenas três detratores e três defensores; todavia, impelidos pelo fato de, nesta Tese, discorrermos sobre a estética da recepção, vemos como necessária alguma alusão à forma como o próprio Dom Helder recepcionava as

⁶⁵ Naquela conjuntura histórica, ser chamado de comunista implicava estar em desacordo com os princípios políticos da "Revolução de 1964"; aliás, tal adjetivação conferia, automaticamente, aos assim denominados a pecha de subversivos. Cabe ainda destacar que setores mais conservadores da Igreja se alinhavam com a lógica adotada pelo *establishment* militar. Dessa maneira, é importante enfatizar que, aqui, não se almeja, de modo algum, estabelecer uma dicotomia irreconciliável entre 'santo e comunista', tampouco insinuar que a adesão ao comunismo implicasse a incompatibilidade com a fé católica, bem como com quaisquer outras convicções religiosas.

apreciações contrárias à sua atuação. Costumava responder às críticas e mergulhar em polêmicas? Para responder a essas indagações, recorreremos a mais um intelectual pernambucano (antes citamos Gilberto Freyre): a filósofa Maria do Carmo Tavares de Miranda⁶⁶. A uma publicação da lavra da professora, assim se referiu o então arcebispo de Olinda e Recife, na 121ª carta-circular pós-conciliar, escrita na madrugada de 20 para 21 de julho de 1966:

Pessoas que muito me merecem e a quem muito estimo chamam-me a atenção para dois escritos:

- um artigo de Gustavo Corção sobre o meu discurso em Fortaleza: “Um pronunciamento que é uma provocação”;
- um opúsculo de Maria do Carmo Tavares de Miranda, intitulado “Fé hoje? Mistério da Paixão e Morte de Cristo na cidade do Recife”.

Em geral evito ler escritos de pessoas apaixonadas e radicais como o Corção e a Miranda. Reconheço-lhes o direito de discordar de mim a atacar-me. Mas prefiro não lhes ler os escritos para evitar a tentação de qualquer sombra de travo interior.

Serei, no entanto, obrigado a procurar o escrito da Miranda “cujas conclusões alarmistas sobre a laicização do Evangelho e mundanização da Igreja, sobre a mística do desenvolvimento, sobre a disciplina eclesial, a liturgia, a catequese, sobre o Seminário do Nordeste e as noitadas de Manguinhos impressionaram vivamente os citados amigos.

É curioso como todo o esforço de construir, toda a trabalhadeira para dar testemunho cristão, todo o sacrifício para viver em plenitude o Evangelho não encontram eco, não chegam por aí... Chega o comentário radical e apaixonado de quem jamais se dignou aproximar-se de mim para fazer-me a mais leve consulta ou transmitir-me o mais leve dos avisos. Quem se queixa tanto de falta de disciplina, sendo católica, bem poderia dar o exemplo de pedir ***imprimatur*** para o seu opúsculo... (Camara, 2011, p. 84. Os sublinhados são grifos do doutorando, o em negrito, é original).

O trecho supradestacado chama a atenção por alguns aspectos, como a crítica a questões que direta ou indiretamente estão presentes nesta Tese (os que sublinhamos) e o fato de ser uma das poucas ocasiões em que o então arcebispo se refere à disciplina quando cita o *imprimatur* (referência à autorização a ser dada por alguma autoridade da Igreja para publicações que tratem de assuntos religiosos ou eclesialísticos).

Para não fugir à recorrente associação entre Dom Helder e o marxismo, a filósofa desdenha do fato de, em uma das noitadas, ter sido conferencista um “professor da Universidade Federal de Pernambuco, e marxista confesso, aliás

⁶⁶ Maria do Carmo Tavares de Miranda (1926-2012). Professora de filosofia metafísica e teoria do conhecimento, foi chefe do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco. Membro da Academia Pernambucana de Letras, publicou vários livros.

homem que bem sabe distinguir a incompatibilidade do cristianismo com o marxismo e a incoerência dos cristãos de esquerda” (Miranda, 1966, p. 34).

Depois de tecer alguns comentários aqui não citados, ao término da carta-circular referenciada na qual foi categórico na afirmação do propósito de não tomar conhecimento dos escritos dos seus detratores para deles não guardar mágoas, Dom Helder escreveu:

Claro que devo reconhecer Cristo também na pessoa de Miranda, que eu suponho continua cristã praticante e certamente será pessoa de boa fé. Mas há esse mistério de desentendimento na terra. Um dia, dada a misericórdia divina, todos nos reencontraremos no céu, quando daremos boas risadas das ridículas questiúnculas que nos separavam na terra dos desencontros... (Camara, 2011, p. 85).

Temos dois comentários à finalização elaborada por Dom Helder na carta-circular: primeiro, talvez a tentação da amargura – que ele expressou o desejo de evitar quando preferia não ler as apreciações negativas – o tenha movido a ser muito enfático na afirmação de elas terem maior repercussão a ponto de enevoarem esforços para construir, trabalhos para testemunhar e sacrifícios para viver o Evangelho; segundo, não eram “questiúnculas”. As críticas eram formuladas por pessoas intelectualizadas, portanto, conhecedoras do alcance que podem ter as publicações e de o quanto elas, além de terem potencial para ferir susceptibilidades, visavam a colocar em suspeição seus trabalhos e compromissos. Como agora (re)afirmamos, de certa forma questionando o próprio ex-arcebispo, as tentativas de depreciá-lo foram menores e menos relevantes.

Como vimos, por causa de seus posicionamentos claros e perfil mais alinhado à linha considerada progressista⁶⁷, Dom Helder enfrentou forças conservadoras que reagiram, dentro e fora da Igreja, ao longo do seu episcopado. Apesar de não adotar uma posição política partidária explícita, ele foi, frequentemente, rotulado como o "bispo vermelho", conforme já comentamos. Essa adjetivação foi marca registrada em várias matérias de jornais e revistas que destacamos neste trabalho.

⁶⁷ Era comum, à época, o uso de adjetivações que catalogavam os bispos católicos brasileiros entre conservadores e progressistas, passando pelos moderados. Sabedores de que um mesmo prelado pode ser progressista em um aspecto e conservador em outro, usamos tal vocábulo em referência à forma como eram concebidas as relações de poder na Igreja, tanto internamente, quanto com a sociedade civil (Silva, C., 2018, p. 53).

O objetivo principal desta etapa da pesquisa foi realizar análises críticas⁶⁸ de uma ampla variedade de obras artísticas e literárias, abrangendo o período compreendido entre a segunda metade do século XX e os dias atuais. Estas obras retratam Helder Camara como uma personagem, seja de maneira ficcional ou não, e o nosso propósito é examinar como tais obras contribuíram para a consolidação de sua imagem, tanto do ponto de vista religioso quanto sociopolítico.

Vale ressaltar a existência de diversos trabalhos dedicados a discorrer sobre a figura pública e sacerdotal do ex-arcebispo de Olinda e Recife, bem como o seu comprometimento social. Além disso, importantes publicações⁶⁹ lançaram luz sobre a relação de Dom Helder com as artes, revelando uma faceta de sua personalidade até então pouco explorada. Portanto, esta Tese dá continuidade a estudos já realizados.

Em pesquisa anterior, concentramo-nos em explorar e compreender a veia artística do Dom, evidenciando suas habilidades na criação de obras de arte. Agora, nosso desafio residiu no exame das obras que criaram a figura do bispo, pelo menos enquanto personagem, e na investigação do processo de construção de suas narrativas nesse campo específico.

Ao estabelecer paralelismos, constatamos que a representação da personagem "Helder Camara" construída no verso e na prosa, em parte⁷⁰, vai sendo construída em um recorte temporal concomitante ao seu papel como sacerdote católico em atuação no mundo. Este fenômeno implica que, em certa medida, os contextos temporais e os elementos que contribuíram para a consolidação da figura histórica de Dom Helder tiveram um impacto direto na concepção de sua imagem como uma personagem no universo das artes: música, literatura, teatro, cinema etc.

Dessa forma, nesta etapa do estudo buscamos comprovar a tese que sustentamos: tanto quanto na vida, nas representações artísticas em sua abrangência, e particularmente na esfera literária, também prevaleceu a figura do

⁶⁸ Cumpre ressaltar que nosso enfoque não almejou realizar uma "crítica literária" das obras examinadas neste capítulo, mas, sim, procurou corroborar a tese proposta. Esta, por sua vez, teve como objetivo evidenciar, apenas, de que maneira Dom Helder foi retratado no âmbito artístico-literário em relação às suas trajetória e atuação histórica. Assim, os argumentos relativos às obras destacadas, a nosso ver, são suficientes para atender ao objetivo geral desta pesquisa cujo resultado apresentamos neste trabalho.

⁶⁹ Elas são "Dom Helder Camara e a Sinfonia dos Dois Mundos" e "Andar às voltas com o belo é andar as voltas com Deus": a relação de Dom Helder Camara com as artes", ambas publicadas em 2018, pela Editora Bagaço (Recife). Tais obras estão citadas nas referências.

⁷⁰ "Em parte", porque há várias obras artísticas nas quais ele figura como personagem, que foram produzidas após o seu falecimento, em 1999.

santo sobre a do comunista. As artes, assim, ajudaram na sedimentação das imagens religiosa e sociopolítica de Dom Helder.

3.1 BREVE PANORAMA DA VIDA DO DOM

Antes de procedermos ao exame das obras em que Dom Helder é retratado como uma personagem no universo artístico-literário, empreenderemos a construção de uma linha do tempo sobre a sua vida que englobou eventos considerados de relevância, com o propósito de recordar e estabelecer um vínculo histórico que contribuísse com a narrativa subsequente.

De acordo com uma das principais biografias já escritas sobre o ex-arcebispo de Olinda e Recife (Piletti; Praxedes, 1997), Helder Pessoa Camara nasceu em 07 de fevereiro de 1909, na cidade de Fortaleza (CE). Era filho de Adelaide Rodrigues Pessoa Camara (1874-1935) e João Eduardo Torres Camara Filho (1872-1956), em uma família numerosa, composta por doze irmãos.

Seu grupo familiar era culturalmente rico, pois sua mãe tinha sido professora do ensino primário, seu pai foi crítico de teatro e o seu padrinho de batismo foi teatrólogo, o que implica ter ele mantido, desde tenra idade, seus primeiros contatos com as artes e, assim, iniciado a construção do seu capital cultural. [...] Dom Helder se recordava de ouvir, ainda muito criança, a sua mãe cantar ladainhas para ele e de ser levado para assistir a peças no teatro de Fortaleza. Observou, também, a predisposição cultural bastante aflorada nele, tendo sido instigado, desde cedo, à imaginação, pois costumava brincar de contar histórias. [...] Tais exercícios foram fundamentais na formação do seu “eu artístico”. Assim, quando já era seminarista, na década de 1920, em Fortaleza (CE), continuou a revelar sensibilidade para as artes, a ponto de ser conhecido entre os seus contemporâneos como “poeta Camará”, [...] pois costumava fazer versos, [...] encontramos relatos acerca do período em que esteve no seminário, afirmando o seu interesse pelas literaturas brasileira, portuguesa e francesa (Silva, C. 2018, p. 80-81).

Quanto aos estudos [no seminário], dedicou-se, com especial atenção, à literatura brasileira, literatura portuguesa e francesa, em tal grau que recebeu os prêmios oferecidos aos melhores desempenhos escolares nestas disciplinas (Pina Neta, 2018, p. 26).

A sua trajetória foi marcada por eventos e transformações significativas ocorridos ao longo do século XX. Em 1931, com apenas 22 anos, foi ordenado padre no Ceará; naquele período apoiou o integralismo, movimento político de direita com

inclinações simpáticas ao nazismo. Sobre aquele período da vida do Pe. Helder, explica Marques (2009, p. XLIX-L):

Organizador nato, corajoso e infatigável, envolve-se desde seminarista na constituição e fortalecimento de movimentos católicos – então de cunho conservador – como a Legião Cearense do Trabalho (1931), os Círculos Operários, a Juventude Operária Católica (1931), a Sindicalização Operária Católica Feminina (1933) e a Liga dos Professores Católicos do Ceará. Escolhido por seu arcebispo, organiza a Liga Eleitoral Católica, no Ceará, como se fosse um verdadeiro partido e faz vencer, sucessivamente, as eleições de 1933 e 34. Atraído pelo integralismo, recebe autorização para tornar-se membro do novo partido e é como representante desse que assume a Diretoria de Instrução Pública do Estado do Ceará (5 de julho de 1935). Desiludido com a política e o poder, abalado pela morte da mãe e perseguido por calúnias, parte para o Rio de Janeiro, no início de 1936.

Entretanto, posteriormente reconheceu a incompatibilidade de suas crenças com o ideário integralista. Esclareceu que sua escolha inicial se fundamentou na percepção de que, naquele contexto histórico, as duas principais forças aparentemente empenhadas em transformar o Brasil eram o comunismo e o integralismo, levando-o a optar por este último. A justificativa não evitou que a associação aos “camisas verdes”, conforme vimos anteriormente, fosse explorada exaustivamente por seus opositores.

Entre os anos de 1936 e 1964, Dom Helder residiu no Rio de Janeiro, onde desempenhou suas funções como padre e como bispo auxiliar. Naquele período, sua opção pela pobreza ganhou forma, culminando em atividades dedicadas às camadas mais desfavorecidas da sociedade, particularmente os habitantes das favelas cariocas, o que lhe agregou a denominação “arcebispo das favelas”. Ele desempenhou um papel fundamental à frente da Cruzada São Sebastião e na organização do Banco da Providência, envolvendo-se ativamente na luta das comunidades em busca de melhores condições de vida.

Em 1952, foi um dos fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e serviu como seu secretário-geral por doze anos consecutivos. Esteve envolvido na criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, com papel relevante juntos às forças populares e de esquerda. Entre 1962 e 1965, destacou-se como o bispo brasileiro de maior influência no Concílio do Vaticano II, que propunha a renovação da Igreja e uma “reconciliação dela com a modernidade”, ainda que, para Dom Helder, o foco por excelência

devesse ser nas mudanças que favorecessem os estratos sociais desafortunados do mundo. Em síntese desses acontecimentos, Marques (2009, p. LI) corrobora:

Em 1949 torna-se conselheiro na Nunciatura; em 1950 promove a peregrinação do Ano Santo. [...] Nessa linha, organiza ainda o XXXVI Congresso Eucarístico Internacional (17 a 24 de julho de 1955), e ajuda a fundar o CELAM, fruto da 1ª Conferência geral do episcopado latino-americano, convocada por Pio XII, por ocasião do Congresso e realizada de 25 de julho a 8 de agosto. [...] Às transformações de consciência e de posturas pastorais e políticas, vem somar-se o desafio lançado aos bispos da América-Latina, pelo recém-eleito João XXIII, em novembro de 1958, durante a terceira reunião do CELAM em Roma. O Papa pede a elaboração, com urgência, de um plano de trabalho coletivo, com o objetivo de impedir o triunfo do comunismo entre as massas abandonadas do continente latino-americano. Liderando um grupo de jovens e criativos bispos, entre os quais os futuros cardeais Eugênio Sales e Agnelo Rossi, empreende e apoia iniciativas voltadas para a transformação social, como a Reforma Agrária, as Escolas Radiofônicas, o Movimento de Educação de Base e as primeiras Comunidades de Base. Sob sua batuta, a CNBB prepara o Plano de Emergência e inicia, durante o Concílio, as articulações e estudos que culminarão na elaboração do Plano de Pastoral de Conjunto, com o qual a Entidade saiu do Concílio plenamente preparada para implementá-lo. Prepara-se para o Vaticano II desde 1959. Em seu *votum*, muito denso, bate-se por uma Igreja que caminhe decidida para o futuro, preocupada com os pobres e engajada na luta contra as estruturas que geram a pobreza. Tece articulações e chega à Roma, em outubro de 1962, com um preciso plano de trabalho e aperfeiçoamento pessoal. Durante o Concílio, torna-se um dos 18 líderes do episcopado, mesmo não tendo nunca falado “em Aula”, na Basílica de São Pedro. Participa dos grupos informais que mais influência tiveram na elaboração dos grandes textos conciliares, especialmente a *Gaudium et spes*, de cuja Comissão (Apostolado dos Leigos) participa desde 1963.

Em 11 de abril de 1964, assumiu a Arquidiocese de Olinda e Recife e proclamou sua missão de acolher a todas as pessoas, independentemente de suas crenças ou orientações político-ideológicas, mesmo em um contexto de regime ditatorial no Brasil. Esclareceu, em seu discurso de posse, que estaria acima de quaisquer lógicas político-partidárias que tentassem rotulá-lo de alinhado à direita ou à esquerda e, por essa última, foi visto como possível protetor, por causa de sua atuação em defesa das reformas de base que julgava necessárias. Acurada análise daquele discurso foi elaborada pelo Prof. Wellington Silva:

Dias depois do golpe de 1964, Dom Hélder Câmara tomou pose na arquidiocese de Olinda e Recife. [...] Apresenta-se como escolha do papa que era, segundo informa, profundo conhecedor da América Latina e do Brasil. Insere-se no modo de pensar do clima do Concílio Vaticano II: era necessário saber interpretar os “sinais dos tempos” e estar à “altura dos acontecimentos”. [...] Apresenta-se como

nordestino falando para nordestinos com os olhos postos no Brasil, América Latina e mundo. Essa visão planetária é afeita à liderança da instituição planetarizada e universalista em sua mensagem. Dom Helder não se anuncia nobiliarquicamente, mas como “irmão de fraqueza e pecado dos homens de todas as raças e de todos os cantos do mundo”. Atento ao ambiente político e suas vigilâncias, alerta para que ninguém se escandalizasse ao vê-lo “frequentando criaturas tidas como indignas e pecadoras”. O termo “criatura” é usado como forma de lembrar que todos são *criados* por Deus. Portanto, todos são objetos iguais de atenção e irmãos, categoria fundamental do cristianismo e categoria apolizante. [...] Também pede que não houvesse espanto ao vê-lo junto de criaturas tidas como perigosas. Elas poderiam ser da direita ou da esquerda. Da situação ou da oposição. Antirreformistas ou defensores das reformas. Revolucionárias ou contrarrevolucionárias. Essa advertência servia para todo o espectro político do momento. Ele assume uma postura de independência política por reivindicar a condição de irmãos de todos. [...] falando para a comunidade de cristãos, lembra que todos os homens são filhos do mesmo Pai que está no céu. E quem tem o mesmo pai é irmão. E convida: “Vamos nos tratar de verdade como irmãos!”. [...] O Nordeste havia se tornado tema nacional e internacional. As imagens, contudo, quase sempre distorcidas. Assegura que o Nordeste não aceitava a profissionalização da miséria e tampouco ser uma região explosiva. Convida para a união no sentido de transformar o Nordeste na “antecipação do Brasil de amanhã” [...] Convida para acelerar, sem perda de tempo, o esforço de desenvolvimento como forma de evangelizar (Silva, W., 2018, p. 52-54; 56)

Durante seu período nesta arquidiocese, ele a transformou em um centro de influência da Igreja progressista no país, ao apoiar a consolidação de pastorais e comunidades eclesiais de base visando ao apoio das organizações comunitárias. A cidade do Recife, na época, enfrentava graves problemas habitacionais, com enchentes e deslizamentos de terra nas áreas de morros. Para auxiliar as vítimas daquelas adversidades e combater as várias formas de exploração enfrentadas pelas comunidades locais, Dom Helder criou a "Operação Esperança", a qual contribuiu para a organização e resistência do povo em suas lutas por habitação e justiça social.

Entre 1967 e 1968, sob sua liderança, a Igreja participou ativamente do movimento estudantil, das lutas operárias e dos trabalhadores, além de envolver-se com pastorais de juventude, operárias, rurais e femininas. Como parte de seu compromisso com os pobres, expandiu o trabalho comunitário e a relação da Igreja com o povo, promovendo o "Encontro de Irmãos", que habilitava os seus membros a relacionarem textos bíblicos com suas vidas cotidianas e, dessa maneira, promoverem maior interseção entre a fé e a realidade circundante.

Em seu governo à frente da AOR, D. Helder foi viabilizando a existência de inúmeras organizações diocesanas através de movimentos e/ou pastorais populares: Ação Católica Operária, Operação Esperança, Animação Cristã no Meio Rural, Associação Profissional de Empregadas Domésticas, Movimento de Promoção da Mulher, Movimento de Evangelização Encontro de Irmãos, Pastoral dos Pescadores, Movimento Amigo das Crianças, Movimento de Evangelização Rural, Pastoral dos Presidiários, Fraternidade Cristã dos Doentes e Mutilados, Pastoral da Saúde, Comissão de Justiça e Paz, Pastoral dos Toxicômanos, Pastoral Operária, Pastoral da Juventude do Meio Popular. Algumas dessas iniciativas nasceram em Recife, outras eram nacionais ou internacionais. Dentre elas, duas são iniciativas pessoais de D. Helder – a Operação Esperança e o Movimento de Evangelização Encontro de Irmãos. Dom Helder costumava permitir iniciativas, apoiava-as e, se necessário, institucionalizava-as (Cabral, 2008, p. 58-59).

O viés progressista do seu trabalho despertou a oposição das autoridades conservadoras e do regime ditatorial, que passou a persegui-lo, censurar suas atividades e prender e torturar alguns de seus colaboradores e apoiadores, considerados “subversivos”.

Em 1970, durante um discurso em Paris, Dom Helder denunciou abertamente a prática da tortura pelo regime militar brasileiro. Em resposta, o governo ordenou a proibição de qualquer referência a seu nome nas mídias então existentes – tanto positiva, quanto negativa – como se ele tivesse sido banido da existência. Esse período correspondeu aos momentos mais repressivos e violentos da ditadura, com perseguição intensificada contra os grupos políticos de esquerda, a Igreja progressista e qualquer oposição ao regime.

Apesar das ameaças, prisões, torturas e assassinatos de opositores do sistema ditatorial em vigor, Helder Camara continuou seu trabalho de evangelização, apoiou a organização de comunidades eclesiais, buscou proteção para os perseguidos e denunciou os crimes cometidos pela ditadura. Ele abraçou a luta contra a opressão seguindo o princípio da "não violência ativa", à semelhança de Mahatma Gandhi e Martin Luther King.

Em reconhecimento a seu trabalho, como já mencionado anteriormente, Dom Helder foi indicado quatro vezes para o Prêmio Nobel da Paz. Contudo, a forte pressão exercida pelos militares brasileiros, que usaram todos os meios disponíveis – inclusive mobilizando o corpo diplomático brasileiro então atuante na Noruega – para impedir o reconhecimento internacional das suas pautas, o que implicaria, se fosse o agraciado, evidenciar o seu avesso: a situação política vigente no país. Tal

mobilização contrária saiu vitoriosa uma vez que impossibilitou a concessão do prêmio ao então arcebispo de Olinda e Recife.

No âmbito do Prêmio Nobel da Paz – sempre polêmico e nas mãos da Noruega, que, como vimos, era reino unido à Suécia ao tempo do testamento de Nobel –, pesquisadores americanos procuraram insistentemente descobrir o que vem sucedendo, ao longo dos anos, “por trás dos panos”. Como negar o prêmio a Mahatma Gandhi, o maior apóstolo da não violência e inspirador de tantos outros pacifistas – entre eles Martin Luther King e Nelson Mandela? Por que Gandhi, uma das inspirações do próprio Alfred Nobel, tantas vezes rejeitado, não recebeu um prêmio póstumo quando isso era possível pelo regulamento [...]? Ou ainda, por que Dom Hélder Câmara (1909-1999), arcebispo de Olinda e Recife, reconhecidamente um dos maiores defensores dos direitos humanos do século XX, não foi escolhido pelo Comitê Nobel norueguês, apesar de figurar quatro vezes como candidato favorito? [...] De todos os brasileiros apontados ao Prêmio Nobel da Paz, Dom Hélder Câmara foi, pelas regras do sistema de premiação, o mais qualificado e o que maior prestígio alcançou [...] Em dezembro de 2015, um dossiê de 229 páginas, reunindo depoimentos de diplomatas, ofícios, telegramas e outros documentos, foi liberado pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, revelando pela primeira vez detalhes da ação do Estado contra o arcebispo: era um dossiê intitulado “Prêmio Nobel da Paz: A atuação da ditadura militar brasileira contra a indicação de Dom Hélder Câmara”, que foi dada a público pela Comissão da Memória e Verdade de Pernambuco (Albuquerque, p. 50-51; 498; 502).

Em 1980, durante visita do Papa João Paulo II ao Recife, o Dom foi chamado de "irmão dos pobres" pelo Pontífice. No entanto, a gestão de João Paulo II marcou o início de uma guinada conservadora na Igreja, incluindo a nomeação de bispos com orientações conservadoras na América Latina.

Ao completar 75 anos (em 1984), Helder Camara se tornou arcebispo emérito em 1985, mas continuou a se dedicar às causas sociais, a exemplo de assumir a liderança de mais uma de suas utopias: o projeto "Ano 2000 sem miséria". Todavia, com a posse de Dom José Cardoso Sobrinho, em 15 de julho de 1985, a arquidiocese testemunhou uma plêiade de mudanças drásticas cujo resultado maior foi a descontinuação do trabalho pastoral empreendido por Dom Helder.

Em 27 de agosto de 1999, Helder Pessoa Camara faleceu em sua residência – Igreja das Fronteiras, no Bairro da Boa Vista, no Recife – aos 90 anos de idade, encerrando uma vida marcada pelo compromisso social, resistência pacífica e dedicação à causa dos injustiçados.

Nesta Tese estudamos a recepção dada a uma personagem histórica que foi também inserida no universo da ficção. Todas as nuances dessa análise não podem

excluir o fato de a figura histórica de Helder Camara ser multifacetada. Uma síntese efetuada por Eduardo Hoornaert, chama a atenção para o fato de que

Helder não é um personagem de imediata compreensão. Alguém que consegue intimidar os militares, “donos do Brasil” entre 1964 e 1984, que se atreve a dar sugestões ao papa e anda pelos corredores do Vaticano com a tranquilidade com que sobe e desce pelos becos do Recife, tem algo de incomum. Seus mais próximos colaboradores no Rio de Janeiro e em Recife ficaram, mais de uma vez, perplexos diante desse anarquista obediente, desordeiro dentro da ordem, revolucionário pacífico, entusiasta desconfiado, líder humilde, brincalhão sério, amigo astuto. Um homem que exerce a função episcopal de um modo que mal se enquadra em esquemas tradicionais. Um personagem mais “polifônico” que “sinfônico”, ou seja, nem sempre consoante ou harmonioso. Místico, intelectual, dialogante, irônico, retórico teatral, gesticulante, dramático, Helder gosta do microfone e da câmera de televisão, comunicativo no trato pessoal, tenro e repleto de emoção diante de fracos e indefesos. Conciliador e conspirador, ostensivo e humilde, ativista e contemplativo, obediente astuto, demagogo democrático. Conversa com flores, matinhos teimosos e pedrinhas reluzentes, e tem mais de sete mil pequenos poemas inseridos em suas Cartas Circulares (Hoornaert, 221, p. 12-13).

Os aludidos gostos pelo microfone e pela câmera de televisão, a sua forma gesticulante e dramática, bem como o ser portador de uma retórica teatral poderiam facilmente conduzir às não incomuns atitudes de lideranças religiosas que, uma vez tomadas pela vaidade, em vez de transmitirem a mensagem do Cristo de modo a que Ele seja conhecido e se torne parâmetro de vida, projetam a si mesmos como os modelos a serem seguidos. Aliás, críticas apontando para um exibicionismo extremado por parte do Dom foram feitas por alguns de seus detratores que o chamaram, inclusive, de vedete. No entanto, Helder estava marcado por experiências antes vividas e elas o levavam a buscar, no exercício da humildade, um equilíbrio necessário e suficiente para salvaguardá-lo da entrega irresoluta à vaidade, tão tentadora na condição humana. A esse respeito, Eduardo Hoornaert teceu o seguinte comentário:

A experiência dos primeiros cinco anos de sacerdócio recomenda humildade ao padre Helder. Ele sabe que sua vida pode naufragar na autocomplacência, leviandade, ostentação. Reconhece o ator teatral que vive dentro de si, sabe que tende a ocupar o centro da cena e é facilmente levado a proferir discursos superlativos. Mas nele vive, ao mesmo tempo, um sacerdote humilde, um cristão que aprendeu a servir, um intelectual em busca da verdade (Hoornaert, 2021, p. 90).

A menção ao fato de Helder ter consciência de que tendia a ocupar a cena central dos variados enredos aos quais se vinculava através dos vieses de sua personalidade – lembrando as derivações etimológicas do vocábulo *persona* – faz-nos refletir sobre as suas dimensões de profeta-místico e de opositor-não violento do regime ditatorial vigente no país exatamente durante o período em que esteve à frente da Arquidiocese de Olinda e Recife.

Como agir em uma sociedade tomada pelo medo e a partir de uma instituição religiosa que comporta(va) inúmeras ambiguidades, tanto internamente quanto em suas relações com a sociedade civil?⁷¹ Eduardo Hoornaert delineia duas perspectivas: a de um personagem que transitava entre a ousada ironia e a prudência – inclusive a de quem renunciou a papéis principais que, podia ocupar, mas não o fez por questões de estratégia: “Helder sabe que não se combatem ‘verdades incontestas’ por discussão aberta. Ele prefere tirar da algibeira sua arma predileta: a ironia do Pedro Malazarte⁷², a malandragem do conspirador” (Hoornaert, 2021, p. 222). Quanto à prudência, assim se expressa o mesmo historiador:

Em muitos pontos, Helder Camara segue a “prudência” do papa Paulo VI. Ele não aparece como protagonista, nem na Teologia da Libertação, nem nos Encontros “intereclesiais” das Comunidades de Base, e muito menos no movimento “Cristãos para o Socialismo” (Hoornaert, 2021, p. 135).

Eduardo Hoornaert ainda lança instigante questionamento: “quem é esse homem miúdo que exhibe um estilo um tanto exagerado e mesmo teatral, e ao mesmo tempo passa sem chamar a atenção, quase apagado?” (Hoornaert, 2021, p. 141). Com o desejo de gerar novos conhecimentos acerca de quem foi esse homem, através do estudo de facetas da recepção de criações artísticas, notadamente literárias, nas quais a personagem ficcional foi acrescentada à histórica, foi feita a pesquisa cujos resultados estamos apresentando nesta Tese.

⁷¹ Estamos levantando a questão conscientes de que, fugindo ao escopo desta Tese, ela não será aprofundada. Todavia, o fazemos com o intuito de apenas ilustrar facetas do modo de ser e agir de uma personagem que, em sua dimensão histórica, sempre esteve perto das artes e, numerosas vezes, é referenciada por Eduardo Hoornaert com vocábulos que a aproximam do universo ficcional das criações literárias.

⁷² Pedro Malazarte é um herói picaresco, ou seja, um anti-herói. Sua figura simples, de caipira, esconde um homem inteligente e conhecedor da natureza humana. Ele sempre consegue enganar as pessoas, pois percebe o quanto estas agem com má-fé.

3.2 AS DIVERSAS FORMAS DE ARTE E A REPRESENTAÇÃO DO BISPO

Conforme destacado nas seções precedentes deste trabalho, Helder Camara despontou como uma figura relevante no contexto dos embates religiosos, sociais e políticos que marcaram o século XX no Brasil. No domínio das artes, tal relevância resultou na incorporação de seu legado em inúmeras manifestações deste campo, as quais o elegeram como protagonista em suas representações.

Assim, para além da seleção efetuada para as análises no domínio da literatura, uma variedade de obras que recriam Dom Helder como figura central pode ser encontrada em diversas expressões artísticas. Aprofundarmo-nos nessas obras não foi o escopo primordial de nosso trabalho; no entanto, elas foram catalogadas com o intuito de evidenciar sua existência e apontar para a viabilidade de futuras investigações.

Sob um prisma sociológico, tais expressões da arte despontam e configuram-se como construções sociais próprias de um momento histórico específico e espacialmente delimitadas. Apresentam-se como veículos distintivos de interpretação associados a determinada coletividade que, no caso, é a brasileira. Ademais, as artes se consolidam como agentes de influência que constroem comportamentos, transcendendo, dessa forma, a mera condição de interações sociais convencionais.

Dessa maneira, Helder Camara é recriado como uma entidade configurada pelas convencionalidades artísticas, entretanto, entrelaçada ao contexto sociocultural de sua época. Nisto também se evidenciam tanto o papel quanto a relevância da ficção no panorama da experiência humana. Como já comentamos, o domínio fictício simultaneamente nos conduz a um plano de distanciamento e proximidade diante de eventos específicos que, no cotidiano, talvez não pudessem ser apreendidos com a mesma profundidade. Nas obras elencadas, uma seleção de momentos meticulosamente extraídos e transmutados da realidade empírica, adquire novas camadas de significado e lógica própria, conduzindo-nos ao “imenso reino do possível” (Rosenfeld *In: Candido et al.*, 1981, p. 33).

3.2.1 *Dom Helder é personagem de ficção teatral*

Na esfera das artes cênicas, destacam-se duas produções: *O avesso do claustro* e *Pro(fé)ta: o bispo do povo*. A primeira peça, encenada pela Companhia do Tijolo, concentra-se na representação da vida e trajetória de Helder Camara e sua atuação nos campos religioso e sócio-político. A segunda, por sua vez, compõe a última parte da "Trilogia Vermelha", concebida pelo Coletivo Grão Comum em colaboração com a Gota Serena. Essa trilogia, em seu conjunto, aprofunda a investigação do pensamento e da atuação de algumas personalidades associadas às correntes políticas de orientação mais à esquerda, sob uma lente que prioriza as dimensões culturais, educacionais e religiosas. Os dois grupos⁷³ teatrais trazem abordagens contextualizadas no período da Ditadura Militar no Brasil; assim, ambos lançam luz sobre o entrelaçamento das esferas política, cultural e religiosa naquele singular período histórico.

Em *O avesso do claustro*⁷⁴ convergem o teatro, a música e a poesia. Esta companhia, conhecida por produções que abordam figuras de destaque na cultura brasileira, encontrou sua principal fonte de inspiração na personalidade histórica do ex-arcebispo de Olinda e Recife. Neste ambiente, Dom Helder toma forma na personificação do ator Dinho Lima Flor, que interpreta o "bispo vermelho".

A peça é concebida como uma espécie de "missa profana", na qual a utopia e a canção são celebradas, e a voz do Dom é ressuscitada para ser ouvida mais uma vez. Ela se traduz como um apelo a todos – independentemente de sua identidade religiosa – a se unirem no desafio cotidiano de reimaginar formas de vida que busquem justiça e paz em um mundo tumultuado.

Em *O avesso do claustro*, três personagens têm suas histórias interligadas por meio de seu encontro com Dom Helder Camara: um jornalista pesquisador (sem fé) que viaja a Olinda para estudar a trajetória do bispo, uma moradora da periferia de São Paulo que enfrenta o descaso do Estado em relação aos pobres – uma problemática combatida pelo bispo – e uma cozinheira que conviveu com ele na

⁷³ A Companhia do Tijolo surgiu a partir da confluência de membros provenientes de dois coletivos teatrais estabelecidos na cidade de São Paulo, a saber, o Teatro Ventoforte e a Companhia São Jorge de Variedades. Esta agremiação teatral tem mantido sua contínua atividade desde o ano de 2007. Os grupos pernambucanos, Coletivo Grão Comum e o Gota Serena, dão sua contribuição com este fabuloso trabalho sobre Dom Helder Camara.

⁷⁴ Este espetáculo se encontra disponível, gratuitamente, na seguinte plataforma virtual: https://www.youtube.com/watch?v=mOXMvaiU0po&ab_channel=CiadaTijolo.

década de 1950, no Rio de Janeiro. A trama emprega uma estrutura híbrida, que combina elementos de teatro, recital e cerimônia cívica, na qual essas figuras interpelam Dom Helder e buscam reaprender a conceber novos mundos viáveis em meio às sombras daquele presente.

No espetáculo, a representação de Helder Camara encapsula a complexidade do Brasil e dialoga com o contexto contemporâneo. Ao acompanhar a narrativa, os espectadores são conduzidos por uma viagem no tempo que, em certos momentos, pode provocar sensações de desconforto diante das inquietantes permanências que transcenderam as barreiras das décadas.

É importante notar que o espetáculo não segue uma narrativa linear, típica de um documentário biográfico, pois o legado de Dom Helder abrangeu extensa gama de acontecimentos em diversas áreas de atuação e perspectiva, desde as grandes transformações políticas e religiosas no Brasil até as mudanças na Igreja da América Latina e no Vaticano.

A peça revela diferentes fases da vida do padre Helder, desde seu envolvimento com o integralismo, na juventude, até sua posterior crítica ao socialismo e ao caráter imperialista da União Soviética, dialogando com marxistas ateus em um mundo marcado pela Guerra Fria. No espetáculo, o “sacerdote personagem” também denunciou veementemente a postura moralista petrificada da Igreja Católica e apoiou as causas indígenas e negras, como focalizado pelas *Missa da Terra sem Males* e *Missa dos Quilombos* (esta última proibida pelo Vaticano) na década de 1980, quando a questão racial começava a ser tema central em um Brasil ainda acentuadamente marcado pelo racismo.

Os criadores da encenação deram concretude às divagações de Dom Helder, exemplificadas pelo diálogo que ocorre na *cena 13* desta produção teatral:

Dom Helder – Diga-me Santo Padre, se estou enganado quando acho que o maior problema do mundo é o distanciamento cada vez maior entre países ricos e cada vez mais ricos e a massa enorme de países pobres e cada vez mais pobres?

Papa – Creio que é exatamente aí que está o maior problema do mundo.

Dom Helder – Então, Santo Padre, permita-me lhe dizer que há alguma coisa urgente a fazer. Vá a Jerusalém, a meio caminho entre Oriente e Ocidente. O fato de um papa arrancar-se do Vaticano em meio a Guerra Fria terá o efeito de uma bomba nuclear, mas uma bomba explodindo amor. Então, no meu pensamento, o senhor convidaria os chefes de estado dos países industriais e dos países produtores de matéria prima, e haveria um apelo seu, para que

cessasse esse distanciamento. Santo Padre sua autoridade é grande e não podemos esquecer que a Igreja é das maiores multinacionais do mundo.

Papa – Seria preciso fazer isto, é preciso fazer isto, é preciso fazer isto. Mas eu não posso fazer isto!

Dom Helder – Mas Santo Padre me perdoe, desde menino eu aprendi que acima do papa só existe Deus!

Papa – Ah, se você estivesse no meu lugar, veria que eu tenho oito pessoas que me controlam.

Dom Helder – Ah, Santo Padre, temos que aprender com o povo. Meu povo troca sem vacilar as basílicas solenes, as igrejas suntuosas e as capelas ricas pelo o terreiro. No terreiro, imagem e semelhança dos barracos e mocambos, onde vive a maioria de meu povo, que entra no rito e deixa de lado textos difíceis e gestos refinados artificialmente. Entro no terreiro, pai de santo embriagado pela aguardente, pelo o ritmo do tan tan trazido da África. Filhas vestidas de branco entram em transe. Pai de santo apanha galo vivo com dentes ágeis, rasga-lhe o peito, rasga-lhe a carne e banha-se em sangue. Ai de quem se horrorizar, ai de quem se espantar. É calvário, é sacrifício. Alguém foi imolado no nosso lugar, quem sabe não foi o galo. Sonhei que um dia o papa enlouquecia e ele mesmo atirava fogo no Vaticano e na Basílica de São Pedro. Loucura sagrada, porque Deus atiçava o fogo que os bombeiros em vão tentavam extinguir. O papa louco saía pela as ruas de Roma, dando adeus aos embaixadores credenciados junto a ele, jogando a tiara no Rio Tibre, espalhando para os pobres o dinheiro todo do Banco Vaticano. Que vergonha para os cristãos. Para que o papa possa viver o evangelho, é preciso imaginá-lo em plena loucura (O Avesso, 2016, p. 15-16).

Como consequência, *O avesso do claustro* enfatiza a necessidade de desvelar o que subjaz à presença global e simbólica contemporânea de Deus, sinalizando a possibilidade de que a resignificação do pensamento cristão possa requerer uma radical transformação, como sugere a metáfora do "incêndio no Vaticano". Essa representação simbólica do questionamento e da desconstrução da fé tradicional, fundamentalista e reacionária, que é visceral no espetáculo, realça a importância de explorar o profano como um meio para compreender o sagrado em toda a sua complexidade e vitalidade.

Por sua vez, a produção teatral intitulada *Pro(fé)ta: o bispo do povo*⁷⁵, concentra-se na figura de Helder Camara e resgata trechos e elementos biográficos, mas também evita seguir uma narrativa linear dos acontecimentos. Em vez disso, adota uma abordagem lúdica, que envolve a plateia, transmutando-se entre momentos reflexivos, monólogos, performances musicais, dança, interação direta e atos teatrais. Estruturada em dezessete cenas, a peça se inicia com um prólogo que

⁷⁵ Este espetáculo se encontra disponível, gratuitamente, na seguinte plataforma virtual: https://www.youtube.com/watch?v=SvCy5258rmk&ab_channel=DanielBarros.

simula o velório do Padre Henrique, evocando a memória dos indivíduos que sofreram tortura e/ou morreram durante a ditadura de 1964. O público, antes do início da performance, é acolhido pelos atores em frente ao Monumento Tortura Nunca Mais, localizado na Rua da Aurora (Recife-PE) e, posteriormente, é conduzido em cortejo fúnebre até o Teatro Arraial, na mesma via. A encenação cria um espaço imaginário de encontro entre Dom Helder e os espectadores, caracterizado por sua atmosfera profana, utópica e poética. Tal espaço imaginário constrói um elo entre a esfera do real e da ficção, intermediando/entrelaçando a obra e o espectador que a interpreta.

No transcorrer da narrativa, surgem confrontos entre realidades distintas, desvelando perspectivas de mundo que se intercalam e se denunciam, bem como a exposição da face da violência que assolou a população naqueles anos e ainda persiste na contemporaneidade. A produção apresenta críticas diretas aos atos de censura artística no país e instiga uma reflexão sobre valores fundamentais, como "liberdade, igualdade e fraternidade", oriundos da Revolução Francesa.

Em diversos momentos, o espetáculo lança luz sobre a crua realidade do presente, enfatizando a persistência de questões relativas aos direitos humanos frequentemente ignoradas. O paralelo entre o período da ditadura militar e a atualidade é traçado expondo as garras de uma sociedade impregnada de ódio, cuja revelação se destina àqueles que ainda não haviam compreendido integralmente essa dinâmica. Como sintetizou a mídia pernambucana, "a obra pede silêncio e paz, evoca reza forte, questiona a crença e a dimensão da fé" (Pro(fé)ta. Cultura.PE, 22/11/2019).

Na cena final, transpassada por uma atmosfera densa, atores e plateia se entrelaçam, formando um círculo no qual uma ciranda é dançada. Nesse instante, repleto de estranhos de mãos dadas, desprovido do peso das preocupações do mundo e da carga dramática da cena anterior, é possível perceber a materialização de um autêntico ato de amor. Esse momento, verdadeiramente revolucionário, transcende barreiras de raça, crença e temores, unindo as pessoas em uma celebração à existência, permitindo, por breves momentos, experimentar a plenitude da vida em sua mais singela naturalidade.

3.2.2 *Dom Helder é retratado no cinema*

A Orquestra dos Meninos de São Caetano, localizada na região do Agreste pernambucano, conquistou notoriedade tanto em âmbito nacional quanto internacional. Durante a década de 1990, o maestro Mozart Vieira desempenhou um papel crucial na transformação da vida de crianças e adolescentes economicamente desfavorecidos na mencionada região. Através da oferta de aulas de música e canto, esses jovens realizaram uma transição de suas atividades agrícolas para a exploração do campo musical. O filme, *Orquestra dos Meninos*⁷⁶, tem por finalidade retratar essa narrativa.

No ano de 1995, a reputação de Mozart Vieira foi abalada por um incidente sombrio, quando a Polícia Civil o identificou como o suposto responsável pelo sequestro e agressão sexual de um adolescente de treze anos, que era membro da orquestra. Este jovem foi submetido a atos de violência e depois abandonado em um lixão na cidade, com o intuito de atingir o maestro.

Posteriormente, as alegações de culpa em relação a Mozart foram esclarecidas, revelando que o maestro havia sido vítima de uma conspiração engendrada por indivíduos que temiam seu envolvimento no cenário político regional. Em entrevista, o músico explicou:

Nós éramos meros desconhecidos e nos tornamos famosos. No entanto, grandes forças políticas locais e pessoas de mentes pequenas e sem caráter se reuniram para me prejudicar e fechar a fundação. Eles achavam que eu tinha pretensões políticas, o que nunca foi verdade. Me levaram para o fundo do poço (Oliveira, 2016).

As acusações infundadas contra Mozart Vieira resultaram na suspensão temporária das atividades da Fundação Música e Vida. O maestro ainda comentou em entrevista:

Eu era um simples professor. Era muito mais fácil dizer que o culpado de tudo era eu. A polícia tinha que dar uma resposta à sociedade e eu acabei sendo indiciado. No entanto, advogados que estavam no meu caso conseguiram levar o processo para o Recife. No julgamento feito pelos desembargadores ficou provada minha inocência (Oliveira, 2016).

⁷⁶ Este filme pode ser assistido, gratuitamente, na seguinte plataforma digital: https://www.youtube.com/watch?v=w7XjrXTKpnQ&ab_channel=MozartVieira.

Em decorrência daquele episódio traumático, Mozart e os jovens integrantes da orquestra se viram obrigados a abandonar São Caetano, buscando amparo junto à Madre Escobar⁷⁷ e a Dom Helder⁷⁸, ambos situados na cidade do Recife. Sabemos que obras artísticas são passíveis de interpretações diversas, sujeitas à subjetividade de quem as aprecia. Por isso, é fundamental reconhecer que os receptores não são meros espectadores passivos, propensos a uma aceitação acrítica da narrativa imposta pelo(s) autor(es). Todavia, no filme, o arcebispo emérito é representado como aquele que vai em defesa do maestro e colabora na divulgação midiática em prol da sua inocência.

Aquele episódio foi documentado em periódicos de ampla circulação à época, como pode ser constatado por meio de publicações intituladas *Banda busca paz longe de Pernambuco*, In: Jornal do Brasil, 11/01/1995; *Maestro da banda é indiciado*, In: Jornal do Brasil, 31/01/1995; *Maestro vai ser indiciado por simular crime*, In: A Tribuna, 25/01/1995, entre outras. E depois, a comprovação de sua inocência foi igualmente divulgada, como demonstrado em manchete com o título *Arquivado*, In: A Tribuna, 30/09/1995.

Além disto, os jornais brasileiros reverberaram o trabalho de Mozart Vieira e a influência da música na transformação da vida de crianças carentes e sem oportunidade.

Os pés descalços dos Meninos de São Caetano conquistaram a França. A orquestra mirim da cidade pernambucana, formada apenas por filhos de lavradores humildes que aprenderam a tocar um repertório que vai de Villa-Lobos a Johann Sebastian Bach, rodou cidades francesas, ganhou reportagens em revistas e jornais [...] Depois de percalços causados por uma verdadeira guerra política em São Caetano – cidade de 30 mil habitantes, a 150 quilômetros de Recife – a Banda Sinfônica do Agreste, ou Meninos de São Caetano, ou mesmo Orquestra dos Pés Descalços (como os franceses gostam de chamá-los), deu a volta por cima com a turnê na França. [...] O maestro Mozart Vieira e seus 12 alunos apresentaram-se, ao longo de outubro e novembro, no Teatro du Lucernaire, em Paris, e foram a cidades como Nancy, Pantin, Arcueil, Fontenay-sous-Bois, Bagneux

⁷⁷ Irmã Armia Escobar Duarte (1919-2023) foi uma educadora reconhecida nacional e internacionalmente, sendo reverenciada por sua caridade, dedicação e profundo amor pelo próximo. Foi uma das fundadoras e coordenadoras do curso de Comunicação Social, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Além disso, conduziu a Fundação CECOSNE, uma entidade que também cofundou e liderou durante um período de vinte e cinco anos. A sua dedicação às artes e à cultura encontra expressão em projetos, como o Teatroneco, no qual não apenas concebia, mas também elaborava e apresentava bonecos do tradicional mamulengo.

⁷⁸ No filme, convém destacar que o arcebispo emérito de Olinda e Recife não desempenha um papel direto enquanto personagem, tampouco ocupa uma posição central na trama. Entretanto, sua presença é evocada em trecho da obra.

e Sans-Fons, graças a um convite especial da Unesco (Musicalidade, Jornal do Brasil, 01/01/1996, p. 6)

É possível identificar diversas outras publicações que registraram as atividades da orquestra, embora não reflitam plenamente a magnitude do acolhimento do público em relação ao conjunto. Entre essas notícias, encontram-se exemplos como: *Sinfônica mirim emociona Itamar*, In: Tribuna da Imprensa, 10/06/1993 e *Bandas brasileiras se apresentam no CCBB*. In: Tribuna da Imprensa, 06-07/01/1996.

3.2.3 Dom Helder nas letras das canções

A lista das músicas brasileiras que incluem Dom Helder Camara em suas letras é expressiva, e dentre elas, focalizaremos nossa análise na canção *Obrigado, Reverendo!* – um samba cujo contexto será rapidamente analisado a fim de propiciar uma compreensão mais aprofundada. Esta composição, juntamente com as demais que serão mencionadas, ocupam um espaço no universo das expressões artísticas, desempenhando também seu papel na representação e cristalização da figura do bispo na esfera social. Essas canções não apenas expressam o pensamento e narram as realizações de Dom Helder, mas também conferem uma dimensão de louvor à personalidade do sacerdote.

Em 29 de setembro de 1955, sob a liderança de Dom Helder, então bispo auxiliar do Rio de Janeiro, foi fundada a Cruzada São Sebastião, uma iniciativa voltada para tratar, de maneira fundamentada nos princípios cristãos, a questão das favelas existentes na cidade do Rio de Janeiro. O referido projeto, ao longo de sua existência, pautou-se em uma série de objetivos estabelecidos em seu estatuto, datado de 30 de junho de 1958, que, entre outras coisas, orientava:

Art. 2.º A Cruzada São Sebastião foi constituída para realizar os seguintes fins e objetivos:

- a) promover, coordenar e executar medidas e providências destinadas a dar solução racional, humana e cristã ao problema das favelas do Rio de Janeiro;
- b) proporcionar, por todos os Meios ao seu alcance, assistência material e espiritual às famílias que residem nas favelas cariocas;
- c) mobilizar os recursos financeiros necessários para assegurar, em condições satisfatórias de higiene, conforto e segurança, moradia estável para as famílias faveladas;

- d) colaborar na integração dos ex-favelados na vida normal do bairro e da cidade;
- e) colaborar com o Poder Público e com as entidades privadas em tudo aquilo que interessar à realização dos objetivos acima enunciados;
- f) colaborar em providências para o retorno ao campo de imigrantes de áreas subdesenvolvidas, atraídos pelas luzes da cidade e aqui transformados em favelados;
- g) exercitar quaisquer outras atividades conexas e correlatas (Brasil, Diário Oficial da União, p. 1).

O contexto em que se originou a Cruzada São Sebastião foi o XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, realizado no Rio de Janeiro, em julho de 1955. Araújo (2012, p. 94-95) aclara:

No final do Congresso Eucarístico do Rio de Janeiro (1955), Helder teve um encontro marcante com o Cardeal Gerlier, de Lyon – França, que significou uma guinada em sua vida. Assim Dom Helder narra as palavras do Cardeal Gerlier: “Eu tenho insistido em vê-lo porque tenho qualquer coisa que em consciência devo dizer-lhe antes da minha partida. Eu tenho certa experiência de organização. Então posso dizer que este Congresso, assim como se desenvolveu, é realizado porque por trás deste havia uma mente organizativa. Eis o motivo pelo qual pretendi este encontro. Permita-me falar-lhe como um irmão, um irmão no batismo, um irmão no sacerdócio, um irmão no episcopado, um irmão em Cristo: Irmão Dom Helder, porque não colocar todo este seu talento de organizador, que o Senhor lhe deu, ao serviço dos pobres? Você deve saber que o Rio de Janeiro é uma das cidades mais belas do mundo. Mas é também uma das mais espantosas, porque todas essas favelas, neste quadro de beleza, são um insulto ao Criador.” Ao que Helder responde: “É uma guinada na minha vida! Verá que me consagrarei aos pobres.” [...] Sua dedicação começa imediatamente. Com a permissão de Dom Jaime Câmara, Helder faz a doação de todo o material usado no congresso, principalmente a madeira, aos favelados, e inicia o seu trabalho nas periferias do Rio de Janeiro. Helder, sendo fiel à promessa que fizera ao Cardeal Gerlier, começa a consagrar-se aos pobres, de corpo e alma. Três empreendimentos para três desafios: Cruzada São Sebastião, para problemas de habitação popular; Banco da Providência, para as necessidades financeiras; Emaús, para reabilitar os marginais.

Neste ambiente, a Igreja Católica buscava efetuar atividades evangelizadoras, mas também estava comprometida com a promoção da justiça social, com o objetivo de causar um impacto real na vida das comunidades carentes e na erradicação das favelas que pontuavam a paisagem urbana carioca. A Cruzada tinha, entre outras metas, o projeto da construção de um conjunto habitacional composto por 945 apartamentos, situado no bairro do Leblon. Ela visava a pôr fim às favelas no

período de doze anos para fazer convergir com a celebração do IV centenário do Rio de Janeiro.

Todavia, com a eleição de Carlos Lacerda, um jornalista que se tornou político e assumiu o cargo de governador da Guanabara, em 1960, o projeto perdeu força política, pois aquele governo implementou mudanças institucionais que ensejaram uma relação conflituosa de Lacerda com Dom Helder. Ao final, além do Conjunto Habitacional do Leblon, que se destacou como o principal feito daquela empreitada, apenas doze das 130 favelas existentes naquela época experimentaram melhorias por meio das atividades da Cruzada São Sebastião. Em algumas dessas comunidades, foram implantados projetos de redes de eletricidade e parcial processo de urbanização.

Entretanto, as repercussões do impacto da Cruzada perduram na memória coletiva, sendo invocado por um samba carnavalesco de 1957, composto por Luiz Antonio, com interpretação da cantora brasileira Heleninha Costa, intitulado *Obrigado, Reverendo!*. E na letra do samba, o compositor expressa seus sentimentos:

Obrigado, reverendo/ Deus lá no céu está vendo/ A nossa gratidão./
Acabou meu sofrimento,/ Você fez apartamento/ Em lugar de barracão./
E a favela diz bem alto/ Quem traz o morro para o asfalto/
Tem o nosso coração./ Ai, ai, só vendo o reverendo,/ Só vendo,
quanta alegria./ Ai, ai, só vendo o reverendo,/ Só vendo, o olhar de
Maria (Departamento, 2018, p. 27).

Como fica evidente, este samba ressalta de forma direta o protagonismo do "Reverendo" – Dom Helder – e enaltece o seu cuidado com os pobres favelados. De acordo com os biógrafos, esta foi a canção entoada pelos cariocas quando da despedida do bispo, após ser transferido para a capital pernambucana. Relembrem o episódio:

As despedidas começaram na sexta-feira, 10 de abril de 1964, em uma missa celebrada por dom Hélder na igreja de São Sebastião – a última rezada por ele no Rio de Janeiro antes de assumir a Arquidiocese de Olinda e Recife. Alguns familiares e vários amigos e colaboradores estavam presentes. [...] No dia seguinte, por volta das onze da manhã, “apesar de sua saúde não andar nada boa”, o cardeal Jaime Câmara foi com um motorista até o apartamento de dom Hélder em Botafogo, e levou-o de carro ao aeroporto Santos Dumont. Lá, dom Hélder foi surpreendido com uma multidão formada pelos moradores dos prédios construídos pela Cruzada São Sebastião, cantando, repetidamente, sentidamente, o sambinha “Obrigado, reverendo” (Piletti; Praxedes, 1997, p. 301).

Embora fazer uma análise de maneira a abarcar todas as composições musicais que têm Helder Camara como o centro das atenções não seja o escopo principal da nossa pesquisa, é relevante, a título de informação, destacar várias canções dignas de menção, tais como *Ateu Comovido* (Alceu Valença), *Homenagem a Dom Helder* (Ronaldo Aboiador), *Encontro de Irmãos* (Nilton Santos), *Dom Helder foi falar com Deus* (Pe. Gustavo Vila Verde), *O Dom da Paz* (Jeane Siqueira), *Dom da Paz* (Antonio Cardoso), *Dom Helder, o pastor da paz* (Pe. José Freitas Campos), entre outras.

3.3 A REPRESENTAÇÃO DO BISPO NA LITERATURA FICCIONAL

A partir deste ponto, analisamos as obras nas quais Dom Helder Camara figura como uma personagem no âmbito literário. É exigido o reconhecimento de que as manifestações artísticas são entrelaçadas com o contexto sociocultural no qual são criadas, contexto capaz de se transformar sob distintas condições sociais, ao mesmo tempo em que ostentam definições simbólicas que transcendem sua própria natureza (Adorno, 1997, p. 21).

A atividade criativa, conforme discutido no capítulo inicial deste trabalho, desenrola-se dentro do reino das abstrações e faz uso da faculdade imaginativa como um veículo fundamental para sua realização. Esse fazer artístico é orientado por um intento que busca subjugar e reformular a realidade empírica por meio de um engenho simbólico criativo. Assim, a produção de arte assume a forma tangível de uma concepção mental que se exterioriza por intermédio de uma linguagem, uma circunstância que comprova sua capacidade de veicular significado.

Ademais, considerando o fato de ela estar, necessariamente, vinculada à esfera sociocultural, a criação artística emerge da interação entre seus atores sociais: o artista, incumbido da função de conceber a obra, e o apreciador de arte, incumbido da tarefa de empreender sua leitura, análise e interpretação. Nesse sentido, ambos desempenham papéis cruciais na construção do significado da obra. Enquanto o primeiro abraça essa função por meio de sua produção⁷⁹, o segundo a assume através da leitura crítica e da interpretação.

⁷⁹ Helder Camara, conforme já apontado neste trabalho, era também um produtor de artes. Já citamos o montante de pequenos poemas por ele escritos. Talvez haja quem se espante – e até veja contradições para as quais não enxerga possibilidades de conciliação – ao pensar em um

Os pressupostos da ER, explorados na etapa inicial desta Tese com base nas contribuições de Jauss e Iser, apontaram-nos um tipo de leitor capaz de recriar o sentido da obra literária. Tal leitor é uma entidade coletiva – para quem o texto se dirige – que transcende sua condição passiva para tornar-se um agente criativo, exemplificado, neste capítulo, pelos leitores/escritores que empreenderam a recriação da personagem Helder Camara; intelectuais que, em um movimento de catarse emancipatória, absorveram e repropuseram a figura do bispo, engendrando, dessa maneira, uma representação.

No entanto, o escopo dessa abordagem não reside na análise das "representações sociais" concernentes à imagem de Dom Helder. Pelo contrário, concentra-se na recepção de sua figura como uma representação recriadora de sua persona. Ou seja, a recepção assume a condição de uma proposição de leitura, configurando-se, igualmente, como uma representação do ato de leitura e da interação com a obra literária.

De forma mais explícita, ao optamos pela ER⁸⁰, adotamos uma perspectiva receptiva que ostenta caráter criativo, voltada a um leitor que recebe, mas também se mostra interessado em conceber novas possibilidades interpretativas e de elaboração.

3.3.1 “O arcebispo das favelas”, de Roger Bourgeon

Lançado em 1968, originalmente em língua francesa, o romance *O arcebispo das favelas* (*L’archevêque des favelles*), de Roger Bourgeon⁸¹, apresenta uma narrativa, composta de nove seções, que se desenrola em uma nação fictícia

poeta que é, simultaneamente, o líder de uma arquidiocese deveras visada pelos militares no poder. Eduardo Hoornaert pensa que “o poeta Helder não entra em contradição com o bispo Helder, faz parte de uma personalidade complexa ou, se quiserem, das complexas e aparentemente contraditórias personalidades que convivem dentro do frágil corpo de Helder Camara (2021, p. 256).

⁸⁰ A forma clássica, e mais usual, de apreensão receptiva consiste na análise do modo como o texto é recebido e assimilado, constituindo, assim, um estudo sociológico da leitura. Nesse sentido, a formulação de entrevistas e/ou a aplicação de questionários junto aos leitores de determinada obra literária, tornam-se instrumentos indispensáveis. É importante notar que tal abordagem é amplamente empregada no campo da comunicação. Não obstante, como sustentado em nossa argumentação, optamos por uma metodologia de recepção que se concentra em um estrato específico de leitores, qualificados e predispostos a apresentar novas possibilidades de leitura, responsáveis por elaborar uma “representação” da figura de Dom Helder.

⁸¹ Roger Bourgeon (1924-2000) foi um renomado romancista francês, cujo repertório literário, além de *L’Archevêque des favelles*, inclui importantes obras, como *Le fils de Ben Hun* e *Arthur de la nuit*. Sua contribuição à literatura francesa é, segundo os críticos, digna de reconhecimento.

situada na América do Sul. Neste contexto, o autor aborda de maneira condensada as questões sociais e religiosas que permeiam todo o continente latino-americano. Embora a história se desenvolva em um país de denominação ficcional, é notório que o cenário exibido na trama guarda paralelismos evidentes com a realidade brasileira, especialmente no que tange à situação sociorreligiosa. No início da obra, encontramos a seguinte nota do autor:

Este livro não é uma reportagem ou uma biografia. Não pretendo que seja senão um romance. O romance de um padre, de um homem. Imaginei esse homem sul-americano, nascido num continente considerado como profundamente católico, para mostrar que os problemas da fome não são apenas provocados pelo alheamento, mas para ilustrar também as concepções diferentes que os homens fazem, mesmo quando sensíveis à mesma fé, da Igreja e da Caridade. Situei o exercício do ministério desse padre num país imaginário unicamente para não perturbar a ação dos bispos, padres e leigos que, na América do Sul, procuram tornar realidade, por fim, a Igreja de João XXIII e de Paulo VI, a Igreja Servidora, a Igreja dos Pobres (Bourgeon, 1969, p. 9).

O protagonista, Dom Enrico Esteban, claramente inspirado na figura do então arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Camara, é o elemento central em uma narrativa que se desenrola na imaginária nação sul-americana denominada Asturda, que corresponde ao Brasil. Assim, o autor destaca as favelas brasileiras, que servem como pano de fundo para o enredo. Dom Enrico surge como uma personagem que encarna as lutas e desafios enfrentados por uma Igreja moderna diante da abissal pobreza existente na região. O romancista assim apresenta esta figura:

O homem que ali se encontrava, de pé diante da janela aberta, era pequeno, magro, de aparência sofredora, a tez sem brilho, os cabelos já grisalhos nas têmporas. [...] de profunda devoção, real humildade e o desejo efetivo que tinha de servir (Bourgeon, 1969, p. 13; 24).

Embora Roger Bourgeon tenha introduzido algumas personagens e elementos que remetem a um país de língua espanhola, ele constrói, de maneira inequívoca, um cenário que reflete a realidade brasileira. O romance retrata, de forma nítida, o Rio de Janeiro, com suas favelas e as recorrentes tragédias causadas por chuvas torrenciais e desabamentos ocorridos em anos anteriores. Como reflexo de seu tempo, o autor faz a seguinte crítica:

Para as autoridades uma favela não existe, não deve existir. Oficialmente, não há favelas; é claro. O senhor me dirá que dos três

milhões de habitantes desta cidade, um terço vive aqui, o que é verdade, mas nos registros da municipalidade, nos ministérios, não há nem traço disto. Sejamos justos, há apenas “um” traço: o departamento de turismo construiu muros nas encostas dos morros. [...] Muros de cimento, bastante altos para esconder os barracos de baixo; são os únicos trabalhos de urbanização em relação às favelas que eu conheço. De resto, dez torneiras públicas na estrada debaixo, dez fornecedores de água para três mil famílias; nenhuma coleta de lixo; nenhum esgoto; nenhum encanamento; nada. E quem resolve vir para aqui, que se arranje com os problemas (Bourgeon, 1969, p. 83).

Além disso, as descrições da região Nordeste, com suas comunidades precárias (os mocambos) e a referência ao "ciclo de caranguejos" proposto por Josué de Castro, bem como a evocação da “Revolução de 1964”, destacam a clara correspondência com a história e a geografia brasileiras. Essa personagem religiosa, cuja trajetória e implicações vivenciais ecoam os eventos da carreira de Dom Helder, também contribui para estabelecer a ligação da obra com o Brasil. Nisto também vemos o mecanismo de constituição adotado pelo autor na concepção de Dom Enrico, uma vez que esta personagem é configurada para corresponder às premissas de verossimilhança do arcebispo de Olinda e Recife. Parafraseando Candido (1981, p. 55), a verossimilhança encontrada no romance, permeia a gênese de uma impressão de verdade factual, constituindo, por assim dizer, uma realidade paralela na narrativa.

O romancista busca, por meio da triste realidade retratada do povo de Dom Enrico, abordar o desafio da Igreja moderna diante da extrema miséria que assolava o país. Os diálogos e discussões que permeiam a obra giram em torno desse dramático embate que a “Nova Igreja” enfrentava em seu compromisso pela redução da pobreza. O trecho seguinte expõe o problema da posse da terra no país:

O Bispo-Coadjutor de San Giácomo percorreu rapidamente o relatório do missionário: “Parece-me necessário que o senhor saiba, caro Padre, do estado de indigência inimaginável no qual se encontram as pessoas desta região do norte de Asturda, onde vivo há três anos. [...] Nessas terras imensas, que se estendem das montanhas às cidades do litoral, vivem cerca de 300.000 pessoas; cada família conta em média com seis crianças, das quais apenas a metade chega à idade adulta, tão lamentáveis são as condições de higiene e nutrição. As terras pertencem a três proprietários que, residindo na capital federal ou realizando frequentes viagens ao estrangeiro, estão quase sempre ausentes, deixando os negócios à cargo de alguns administradores. Esses administradores encontram-se em tais posições que são obrigados a se conduzirem como verdadeiros senhores de escravos, já que os proprietários exigem deles um lucro mínimo para cada ano, sob pena de despedida

imediate, qualquer que tenha sido a colheita. [...] esses administradores impõem aos camponeses um trabalho desumano a troco de um salário miserável (Bourgeon, 1969, p. 28-29).

Roger Bourgeon também faz uma descrição meticulosa do cenário vivenciado nas comunidades localizadas nos morros cariocas, buscando capturar o olhar de Dom Helder Camara diante da complexa realidade brasileira.

Enrico Esteban olhou; o morro inteiro estava plantado de barracos feitos com chapas de zinco amassadas, velhas tábuas, papelões de embalagens, pedaços de lona, mas davam sobretudo a impressão de uma aldeia embriagada, onde todos os elementos estivessem inclinados sem ordem e se apoiassem uns nos outros para não desabar. Crianças brincavam nos atalhos e não se viam senão alguns adultos que carregavam latas, com cores berrantes das marcas de gasolina, nas quais apanhavam água na única torneira pública que existia às margens da rua (Bourgeon, 1969, p. 46-47).

Em momento subsequente da narrativa, o autor concebe um diálogo entre Dom Enrico e autoridades estatais, em que aborda a temática das comunidades periféricas, que, aos olhos do bispo, adquiriram a conotação de calamidade pública. Desta forma, ocorre o tal diálogo:

Carlos Pronos⁸² acomodou-se no fundo da poltrona, charuto na mão, e logo em seguida, voltando-se para à frente e inclinando-se na direção do Bispo: – Quero fazer desta cidade a mais feliz das capitais, com os hotéis mais perfeitos, as mais bem cuidadas e lindas praias. É preciso que ela atraia os norte-americanos, nosso governo, nosso estado tem necessidade de divisas fortes; e em primeiro lugar, é o turismo que pode trazê-las para nós. [...] Deus nos deu a mais linda baía do mundo, ele a povoou com gente que é considerada das mais acolhedoras da Terra, portanto vamos aproveitar essas dádivas. O senhor não concorda com esta opinião? – Sem dúvida – disse docemente o Bispo. – Entretanto, o senhor não teme que os turistas levem de nossa cidade uma outra imagem, muito menos lisonjeira? – Que imagem? – A que pude contemplar ontem, de volta de um passeio. Passei pela rua que circunda o fundo dos edifícios da beira mar... – E o que senhor viu foram essas horríveis favelas. O senhor tem razão, devemos fazê-las desaparecer, pois são a vergonha da cidade. – O senhor tem um plano para isto? – Claro – disse o General, tomando bruscamente a palavra – e o Exército está à disposição Governador para isto. – O Exército vai construir edifícios para abrigar toda essa gente? – Quem falou em abriga-los na cidade? Devemos escondê-los, isto sim! E se não tivéssemos um Presidente tão pusilânime, tão medíocre com um Governo tão infestado por comunistas, isto já teria sido feito (Bourgeon, 1969, p. 52-53)

⁸² No romance, esta personagem representa Carlos Lacerda, então governador do Estado da Guanabara.

O romance faz uma descrição pormenorizada do contexto político que antecedeu o golpe civil-militar de 1964, criando uma representação da presidência da república e do perfil ditatorial e reacionário da oposição que surgira no cenário nacional daqueles dias.

[Dom Enrico] – Disseram-me, entretanto, que o Presidente Belatrin⁸³ é uma pessoa de bem. – Escuta, Excelência – era Carlos Pronos quem falava novamente [...] – É preciso convir, o Presidente Belatrin foi eleito com a ajuda dos votos da esquerda. – Mais que isto, com os votos da extrema esquerda – rugiu o General. – É certo, os comunistas, mais ou menos camuflados em liberais, em progressistas, apoiaram fortemente sua campanha. E assim sendo, esse homem, que é honesto certamente, que é probo e íntegro, transformou-se numa espécie de joguete nas mãos desses espertos. Ele governa como pode, agradando uns e outros... – E sem tomar nunca decisão alguma, eis a verdade – disse o General. – Creia-me, meu caro Governador, creia-me, Excelência, o que é necessário para este país explorar suas riquezas a fundo é um regime forte, um governo de pulso, nada mais, e só assim veremos Asturda liderar todo o continente (Bourgeon, 1969, p. 53).

Na sua obra, Roger Bourgeon aborda uma miríade de temáticas que funcionam como um espelho da realidade na América Latina, em sua totalidade, mas, como é possível distinguir, com enfoque específico no contexto brasileiro. Dentre esses temas, destacam-se a problemática da censura nos governos antidemocráticos, a disseminação da miséria e as disparidades sociais, a apatia das elites diante de situações urgentes no âmbito socioeconômico, a questão do analfabetismo e as sequelas deixadas pela desnutrição nas gerações futuras. Para mais, o autor emite críticas à postura da Igreja em relação ao luxo e ostentação de riquezas perante comunidades subnutridas e carentes dos recursos mais elementares para a sobrevivência. Bourgeon também aborda o golpe de estado perpetrado pelas forças militares, em 1964, a corrupção enraizada nas forças armadas e as influências e ingerências dos Estados Unidos nos países latino-americanos.

O Arcebispo das Favelas equaciona, por meio de uma narrativa simples, mas com ressonâncias documentais, os intrincados panoramas humano e social vivenciados pelos habitantes desta parte do continente latino-americano. A obra apresenta, com precisão, um mundo repleto de contrastes e paixões, destacando aqueles que lideram a luta incansável contra a miséria e a injustiça. Dom Enrico

⁸³ Na obra, esta personagem representa o então presidente da república, João Goulart, deposto no golpe de 1964.

Esteban, à semelhança de seu modelo, Dom Helder Camara, é venerado por alguns como "o profeta", "o arcebispo dos pobres" e "o apóstolo das favelas", enquanto é duramente criticado por outros. No romance, assim está posto:

– O Arcebispo – diria, alguns instantes mais tarde, o Governador Pronos aos jornalistas que o esperavam no corredor – é a melhor pessoa sobre a face da Terra, mas ele cultiva a pobreza, como quem cultiva um pé de alface, regando-a sistematicamente com suas lágrimas (Bourgeon, 1969, p. 216).

Para Bourgeon, Dom Helder estava na linha de frente da batalha travada em um país subdesenvolvido, não só contra a pobreza e a ignorância, mas, também, no interior de sua própria Igreja, em meio a uma facção hierárquica reacionária, acomodada, amedrontada, inconsciente ou vacilante diante dos desafios impostos pelo mundo contemporâneo.

Como podemos perceber, a construção de uma personagem no campo da ficção é resultado da junção de múltiplos elementos, dentre os quais se incluem vestígios da personalidade do autor, figuras de indivíduos reais, entidades históricas e personagens as mais diversas. Esta convergência, identificada por estudiosos como verossimilhança, culmina na criação de um senso de autenticidade, conferindo à personagem um simulacro de veracidade.

É crucial reconhecer, entretanto, que essa criação, não obstante poder ser associada e muitos traços da realidade, perdura essencialmente como uma construção inventiva, inserida no contexto da obra literária. Importa salientar, como discutimos no primeiro capítulo, que esse constructo não deve ser erroneamente vinculado a uma mera replicação fiel da realidade histórica, uma vez que se configura como uma elaboração adaptada e moldada pelas contingências do universo ficcional.

Na literatura, o leitor é convidado a transcender a dimensão do mundo concreto e a adentrar no domínio ficcional. Nesse contexto, é necessário reconhecer que o texto literário não se propõe a transmitir a verdade de maneira absoluta, mas, antes, a apresentar uma realidade singular, inerente ao universo das artes. Tal fenômeno pode ser devidamente discernido pelo já aludido prisma do conceito de verossimilhança, que confere às personagens uma dimensão histórica palpável, por meio das contradições internas que as permeiam, caracterizam e experimentam. Por conseguinte, isso implica a representação da realidade ser efetuada por intermédio de um modo peculiar de apreender a realidade histórica, uma vez que não está,

necessariamente, vinculada a uma reprodução exata da realidade empírica pautada pela busca de uma compreensão integral do real factual.

Nas descrições de ambientes o autor revela, aos olhos dos leitores brasileiros, um mundo até então desconhecido, possivelmente devido à perspectiva de um estrangeiro não completamente inserido na realidade do Brasil. A obra incorpora diversos tipos inspirados em figuras públicas como Dom Jaime Câmara, Carlos Lacerda, João Goulart, Castelo Branco, entre outros, o que enriquece a complexidade da narrativa. Em suma, *O arcebispo das favelas* é um romance que, de forma meticulosa, dá vida a um mundo de paixões e contrastes, destacando a ação daqueles que lideram lutas contra a miséria e a injustiça.

Enquanto manifestação literária, *O Arcebispo das Favelas* recria a realidade histórica, e atinge seu ponto fulcral no ato da leitura que, em última instância, representa o objetivo por excelência para o qual foi concebida. As assimilação e contemplação desta obra de arte perduram como um campo propício a novas interpretações e recriações, conferindo ao leitor o papel ativo de agente catalisador de uma nova *mímesis*. Este papel assume relevo no sentido de que a matéria artística, ao ser internalizada por quem a lê, tem o potencial de ser reapropriada e transmutada ao longo do tempo.

Este romance repercutiu no cenário mediático brasileiro, em 1969, e foi objeto de destaque em veículos de comunicação, tais como jornais e revistas de renome. Entre as manchetes que merecem menção, é possível identificar, em um número do *Jornal do Brasil*, o seguinte comunicado:

Acaba de ser lançado em Paris, pela editora Robert Laffont, um romance de Roger Bourgeon, intitulado *L'Archevêque des Favelles*, baseado na vida de D. Helder Camara, Arcebispo de Olinda e Recife. A história se passa na América do Sul e a figura central do romance chama-se Dom Estéban (Lance-livre, *Jornal do Brasil*, 04/02/1969, p. 10).

No mesmo periódico, em data posterior, foi divulgado o lançamento da obra, a qual foi vertida para a língua portuguesa, em território brasileiro. O trecho em questão foi assim publicado:

O Arcebispo das Favelas, romance do escritor francês Roger Bourgeon, aparecido na França no fim do ano passado, marca agora o início das atividades de Olivé Editor, na versão brasileira assinada por Gilberto Cavalcanti. O personagem central do livro, Dom Enrico Esteban, foi inspirado na figura de Dom Helder Camara, Arcebispo de Olinda e Recife (Damata, *Jornal do Brasil*, 19/07/1969, p. 9).

Mais um veículo de comunicação impressa noticiou a publicação daquela obra literária: “O Arcebispo das Favelas [...] vem constituindo um sucesso de vendagem e já caminha para uma segunda edição. O personagem central, dom Enrico Esteban foi inspirado na figura do nosso dom Helder Camara, arcebispo de Olinda e Recife” (Artes, Correio da Manhã, 15/07/1969, p. 2).

Para incluirmos um periódico pernambucano, merece destaque o seguinte relato:

Embora a ação do livro decorra num país de nome fictício é certo que não se trata de país imaginário. As favelas são nossas. Nosso é o personagem Don Enrico Esteban, inegavelmente calcado na figura e nas obras de Dom Helder Camara. O romancista busca fazer refletir no triste país de Dom Enrico (Livros, Jornal do Commercio, 15/06/1969, p. 2).

Entretanto, para além das amplas divulgações positivas e elogiosas à obra de Roger Bourgeon, é possível identificar, nos registros da imprensa brasileira daquele período, manifestações críticas e desfavoráveis. Dado o considerável número de publicações que noticiaram o lançamento do livro em que Dom Helder (ou Dom Enrico) ocupava uma posição central na trama, destaca-se a manchete com o título *D. Helder é personagem de romance político na França*. In: O Globo, 26/02/1969. Neste jornal, o autor da crítica questiona a natureza da obra, afirma que a publicação não se insere no âmbito da ficção, mas, ao contrário, assume caráter similar ao de uma biografia de Dom Helder Camara e, a seu ver, de certo modo, ela é uma obra de cunho político.

Esses lugares de memória, aqui representados pelos documentos jornalísticos impressos, contribuem como guia do nosso olhar para a experiência do leitor, que desempenha um papel fundamental na concretização desta obra literária. Portanto, o enfoque está direcionado para o ato de recepção. Busca-se, assim, a vivência de uma experiência estética que atua como um veículo para a emancipação do sujeito, proporcionando-lhe a libertação das restrições e da rotina enfadonha da vida cotidiana. Essa experiência antecipa vivências cruciais para a vida prática, lança as bases para projeções utópicas, sonhos e futuras experiências, sem desconsiderar a importância do reconhecimento e preservação do passado, resgatando eventos que ficaram para trás.

3.3.2 O “pastor dos pobres”, em Roberto Drummond

As expressões artísticas e literárias procuram, por meio da ação mimética, transmutar e transfigurar a realidade de modo a criar uma imitação criativa, que se traduz em uma reinterpretação da realidade original. É impreterível, portanto, considerar que a realidade manifestada nas obras de arte transcende a realidade histórica, não se limitando a uma mera duplicação desta última. Assim sendo, as representações de Dom Helder Camara nas produções artístico-literárias não podem ser compreendidas, de maneira integral, como registros factuais históricos; antes, elas devem ser assimiladas como instâncias de uma realidade paralela. Podemos, ainda, aprofundar tal entendimento com o aporte de mais um estudioso da relação linguagem e religião:

Já nas primeiras páginas os leitores são mergulhados num mundo de dúvidas, sugestões, tentações, possibilidades de arrependimento, de sucesso, de ser pego, preso, redimido etc. As leis, as divinas e as da sociedade, são questionadas. As convenções são suspensas. Elas são, nas palavras de W. Iser, “despragmatizadas”. A literatura exerce aqui uma sutil, mas poderosa função de desconstrução do real e do estabelecido. Se todos os signos que usamos para designar o mundo são frustrados em significante e significado, e unidos de forma arbitrária, as palavras que uso para designar o mundo não têm necessariamente os conteúdos que parecem ter. E se o signo é a base de todo discurso, de tudo o que se pode dizer sobre o mundo, então podemos concluir que tudo, desde a base até a construção total do conhecimento do mundo, repousa na arbitrariedade. É assim, mas poderia ser totalmente diferente. O homem e a mulher comuns, comprometidos com as lutas do dia a dia, envolvidos em atividades automatizantes, não conseguem ou não podem questionar essa base arbitrária. Na leitura do texto ficcional, no entanto, eles suspendem seu sentido e certeza da realidade, e se permitem, aliados ao narrador e aos personagens, mesmo aos mais repugnantes e desprezíveis, pensar o mundo a partir de ações não sancionadas pelo discurso oficial (Nogueira, 2015, p. 128).

Misturando elementos de ficção com narrativa autobiográfica, Roberto Drummond⁸⁴ criou a obra intitulada *Hilda Furacão*⁸⁵ na qual reconstituiu a atmosfera

⁸⁴ Roberto Francis Drummond (1933-2002), jornalista e escritor brasileiro, destacou-se por sua prosa despojada, com uma linguagem direta e uma sensibilidade aguçada em relação aos aspectos do cotidiano. Sua obra literária engloba títulos significativos, a exemplo de *A morte de DJ em Paris* (1971) e *Hitler manda lembranças* (1984). A produção literária de Drummond captura nuances da vida contemporânea, tornando-o uma figura relevante no panorama da literatura brasileira.

⁸⁵ O romance *Hilda Furacão* apresenta uma estrutura composta por dezesseis seções; todavia, ao ser objeto de adaptação para o formato de minissérie, o enredo foi reconfigurado e distribuído ao longo de trinta e dois episódios. Esta adaptação televisiva, produzida pela Rede Globo, foi veiculada no período compreendido entre 27 de maio e 23 de julho de 1998. Os momentos em que a

social da cidade de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, marcada pelo moralismo conservador da época, bem como a crescente tensão política que permeava os anos imediatamente anteriores ao golpe civil-militar de 1964. O seu texto não apenas revisita aquele período histórico; ele também captura, de forma vívida, os contornos culturais e políticos daquele momento, ao oferecer uma análise rica e perspicaz das forças sociopolíticas em jogo na então crucial conjuntura da história brasileira.

O tempo da narrativa abrange, então, o período de 1959 a 1964, e configura-se como uma inversão da clássica narrativa de conto de fadas, na qual a figura da Cinderela é representada por uma mulher ligada à prostituição, enquanto o príncipe é substituído por um monge dominicano. A personagem central, Hilda, conhecida como "a garota do maiô dourado", frequentadora das "missas dançantes" do Minas Tênis Clube, deixa para trás o círculo social elitista e adentra o universo da prostituição, abrigando-se no quarto 304 do Hotel Maravilhoso, situado na Rua Guaicurus, onde passaria cinco anos recebendo visitas masculinas.

Na trama, a aparição de Hilda Furacão se entrelaça temporalmente com uma efervescente mobilização popular cujo escopo era a erradicação dos prostíbulos na zona boêmia da cidade, e a subsequente realocação dos nela residentes, bem como dos bares, bordéis e hotéis para uma área periférica que, posteriormente, se tornaria conhecida como a "Cidade das Camélias". Esse projeto, que estava pendente de votação na Câmara Municipal, polarizava a opinião pública, deflagrando conflitos acirrados entre dois grupos antagônicos. De um lado, encontravam-se os defensores da zona boêmia, principalmente os ocupantes do Maravilhoso Hotel, incluindo Hilda, a prostituta Maria Tomba-Homem e o travesti Cintura Fina. Do outro lado, perfilavam-se os membros da "sociedade defensora da moral e dos bons costumes", liderados pela figura moralista de Loló Ventura.

Em meio ao embate entre os proponentes e os opositores ao projeto da Cidade das Camélias, o frei dominicano, Malthus, alinha-se com o movimento durante uma sessão de exorcismo do "mal de Hilda", com a justificativa que aquilo ameaçava os valores morais da sociedade mineira. A partir desse momento, a

personagem Dom Helder é citada – inclusive parecendo haver uma personificação de valores idealizados do arcebispo na personagem do Frei Malthus – podem ser identificados nos capítulos 16, 18, 20, 25 e 30 da trama.

narrativa assume uma dinâmica aberta a possibilidades inusitadas, assemelhando-se a um jogo no qual tudo é viável e em que ocorrem eventos surpreendentes e sobrenaturais.

O período pós-Segunda Guerra, representou uma fase de significativa modernização no contexto brasileiro, assinalada pela migração em massa da população rural para os centros urbanos. Tal movimento demográfico impulsionou transformações sociais profundas nas principais áreas urbanas do país e antecipou o declínio da estrutura social agrária tradicional. Segundo Chiavenato (1996, p. 49) – citando dados do IBGE de 1991 –, na década de 1940, cerca de 70% da população brasileira residia em zonas rurais, o que contrasta substancialmente com o cenário observado no final da década de 1960, quando mais da metade da população estava estabelecida em centros urbanos. Esse processo de urbanização acentuada ganhou ainda mais impulso ao longo da década de 1970.

Esse redirecionamento da população das áreas rurais para as áreas urbanas, resultante da modernização em curso, foi acompanhado por mudanças sociais e econômicas de grande relevância. A sociedade brasileira, que foi moldada por um processo de construção marcado por uma série de ações destrutivas, como massacres, torturas, mutilações, violência sistemática, coerção e ameaças, estava intrinsecamente ligada à consolidação dos princípios da vida política e à formação de representações estéticas específicas.

O impacto oriundo de tais mudanças é de extrema importância para o entendimento do contexto em que se insere o romance *Hilda Furacão*. Elas modelaram as experiências e os dilemas enfrentados pelos personagens da obra, e se tornaram elementos do pano de fundo fundamental para a complexidade sociológica do enredo e para a reflexão sobre a transformação da sociedade brasileira durante o período. Sobre esta questão exposta na trama, encontramos o seguinte comentário:

Essa urbanização decorrente da industrialização gerou uma série de novos fatores sociais e políticos. Um deles dizia respeito à possibilidade de ascensão social e econômica. Arrivistas, ambiciosos, ou apenas sonhadores, inúmeros homens e mulheres, especialmente jovens, buscavam um lugar ao sol na nova ordem capitalista que se forjava no país. Muitos triunfavam no comércio, na indústria, nos serviços. Outros, entretanto, fracassavam, em geral devido à sua precária formação educacional, vindo, com isso, a constituir núcleos marginalizados. Hilda Furacão focaliza essa diversidade e fotografa esses diferentes segmentos populacionais.

Tem-se aí, então, uma galeria de personagens inesquecíveis: prostitutas, beatas, comunistas, polícias, jornalistas, generais, políticos, malandros, boêmios e milionários (Calegari, 2009, 103).

Como vimos, desafios decorrentes do processo de urbanização e industrialização deram origem a questões sociais e políticas até então inexistentes, nas quais indivíduos, especialmente jovens, buscavam ascender dentro de um novo contexto capitalista brasileiro. Como resultado, identificou-se uma distinção entre aqueles que obtiveram êxito e aqueles que enfrentaram insucessos, frequentemente associados à deficiência em sua formação educacional. Esses indivíduos, no romance de Drummond, entrecruzam-se formando uma colcha de retalhos, costurada pelas desigualdades sociais.

Portanto, a obra em análise adquire complexidade por meio de sua fragmentação formal, diversidade de temas, formulações de natureza política e representações do ambiente urbano. Ela serve como uma reflexão profunda sobre os acontecimentos desafiadores de tão tumultuado período histórico e das implicações, tanto políticas quanto estéticas, daqueles eventos na sociedade brasileira.

Na trama do romance, a figura de Dom Helder Camara⁸⁶ aparece como um arquétipo de sacerdote católico digno de emulação, à medida que o autor dá vida e voz à personagem Malthus e recria o bispo como seu exemplo de líder religioso.

Quando voltou do Rio de Janeiro, [...] Frei Malthus [...] falou com grande entusiasmo da experiência entre os favelados do Rio de Janeiro e de seus encontros com Dom Helder Camara, então bispo-auxiliar do Rio de Janeiro. – A minha Igreja, agora, continua sendo a Igreja de Cristo, mas segundo a ótica de Dom Helder Camara. [...] Meu lugar é na Igreja de Cristo e ao lado de Dom Helder Camara. [...] Hilda Furacão procurava, como quem pergunta por perguntar, saber notícias do Santo; fui eu quem contou a ela que Frei Malthus tinha decidido aceitar um convite para trabalhar com Dom Helder Camara e, para tanto, tinha que morar no Rio de Janeiro e viver entre os favelados [...] o certo é que, quando Frei Malthus anunciou a este escriba que havia aceitado o convite de Dom Helder Camara, revelou também por que estava disposto a ir morar numa favela carioca:

⁸⁶ No contexto do romance, Dom Helder não desponta como uma personagem; no entanto, sua presença é referenciada e, de maneira notável, ele serve como um paradigma para a figura religiosa central na trama, Frei Malthus. Nesse sentido, Roberto Drummond manifesta claramente sua perspectiva em relação à vida e ao papel desempenhado pelo ex-arcebispo de Olinda e Recife: um sacerdote católico a serviço dos pobres favelados. A representação de Helder Camara, assim, reveste-se de significativo interesse no âmbito da confirmação de nossa Tese.

julgava-se portador do Mal de Hilda (Drummond, 1991, p. 148-149; 180. *Grifo nosso*).

Na obra em análise⁸⁷, Dom Helder é projetado como um paradigma de santidade tanto dentro quanto fora da Igreja, com ênfase em sua dedicação às causas dos pobres e à denúncia das injustiças sociais. As referências ao bispo podem ser identificadas, sobretudo, quando a narrativa, de forma recorrente, discorre sobre o papel do bispo: 1. junto às comunidades faveladas do Rio de Janeiro (p. 180); 2. acerca de um modelo de representatividade do amor de Cristo à humanidade, independentemente de suas condições mais deploráveis (p. 240-241); 3. como alguém que prioriza os interesses da Igreja acima de quaisquer considerações políticas, desde que em consonância com sua prioridade pelo bem-estar do povo, visto como parte integral do corpo místico de Cristo (p. 258).

As observações sobre a representação de Helder Camara na trama do romance evidenciam a abordagem positiva nela adotada em relação ao religioso, o que contribuiu para solidificar sua imagem como um autêntico pastor preocupado com seu rebanho. Esta narrativa converge com a perspectiva adotada por uma parcela importante dos intelectuais, tanto do Brasil quanto de fora, em relação ao arcebispo. Tal interpretação coaduna-se, ademais, com a visão predominante formada a partir dos eventos históricos narrados sobre o bispo ao longo do tempo e até os dias atuais.

Os relatos de naturezas ficcional e histórica são delineados por meio de enfoques que se aproximam das complexas nuances sociais, da mentalidade coletiva e dos valores arraigados em uma determinada época. Não obstante, a literatura, enquanto uma forma de expressão artística, se empenha em fornecer uma visão abrangente do passado, sem que isso a obrigue, de modo incontornável, a manter um compromisso explícito com as fontes históricas. O autor literário é dotado de uma margem de liberdade que lhe permite manipular os eventos históricos, complementar as fontes disponíveis e criar explicações plausíveis, comportamentos verossímeis e cenários contextualmente congruentes com a época retratada.

É relevante salientar que a obra *Hilda Furacão* foi publicada no ano de 1991, marcando, portanto, a última década do século XX. No entanto, o autor constrói a

⁸⁷ Romance *Hilda Furacão*, escrito por Roberto Drummond e publicado em 1991, pela Editora Siciliano (de São Paulo).

trama, como já mencionamos, situando-a no final da década de 1950 e estendendo-a até os eventos relacionados ao golpe civil-militar de 1964. Essa abordagem instiga o leitor a um exercício de retrospectiva, e o convidando a interpretar os acontecimentos narrados. Esta análise requer mais do que uma mera conexão cronológica dos fatos; ela demanda aprofundamento na compreensão dos elementos da narrativa e a busca por significados subentendidos.

Ao criar este romance, Roberto Drummond se beneficiou do distanciamento temporal que lhe permitiu elaborar sua própria interpretação dos eventos históricos, transformando-os em “verdade ficcional”. O autor, por meio do texto de ficção, insere uma encenação da época a partir de sua própria perspectiva e visão de mundo. Ao acessar esta obra, tanto os leitores contemporâneos quanto aqueles de épocas passadas se engajam em sua concretização. O cerne dessa proposição consiste na análise da experiência do leitor ao explorar o universo literário em um contexto histórico específico.

Importa destacar que a obra literária não se apresenta como um ente autônomo e invariável, oferecendo imagens idênticas a todos os observadores de diferentes épocas. Ela não assume a forma de um monumento que expõe unicamente sua essência atemporal de maneira monológica. Ao contrário, como elucidou Jauss (1994, p. 25), assemelha-se mais a uma partitura destinada a ressoar de forma continuamente renovada através das múltiplas leituras, despreendendo o texto de sua manifestação puramente verbal e conferindo-lhe uma existência sempre presente e atualizada.

Em *Hilda Furacão* encontramos uma estrutura narrativa não linear, que relata os acontecimentos que envolvem os diversos personagens da trama, incluindo suas aventuras amorosas, tensões políticas, bem como as complexas articulações entre os adeptos do comunismo e os conservadores de direita. Esta falta de linearidade permite que o narrador salte de um evento para outro, de uma memória para outra, criando intervalos propositais que suscitam expectativas no leitor. Esta técnica narrativa é executada com uma linguagem informal e acessível, estabelecendo uma conexão íntima com o espectador, que é envolvido pelo tom humorístico do autor, bem como pela sua falta de objetividade. Entende-se, portanto, que

a obra exige do leitor a ligação de diferentes episódios nela existentes. O relato é desconexo e, nessa desconexão, paradoxalmente, está a tentativa de compreender, analisar, reconstruir e apresentar a própria fragmentação do universo cindido.

Com isso, o esforço do leitor para acompanhar e compreender o texto torna-se uma quase imposição e, ao mesmo tempo, uma possibilidade lúdica da elaboração do livro em questão. Tal efeito torna-se produto de significados na medida em que fornece a reflexão – comprometendo o leitor com o conteúdo apresentado na narrativa – e a participação reorganizadora do texto. Não só isso, essa perspectiva de leitura ou de reescrita se dá em camadas e, ao invés da linearidade limpa do percurso ascendente da história, tal como era descrita na historiografia tradicional, encontra-se um palimpsesto aberto a infinitas releituras e reescritas (Calegari, 2009, 114).

O enredo transcende a superfície de uma história de amor improvável entre um religioso e uma prostituta, explorando questões profundas que esboçam o panorama social moralista e conservador das elites brasileiras, juntamente com os intensos sentimentos anticomunistas que predominavam no período que precedeu o golpe de 1964. Sobre os intentos de uma revolução esquerdista que se verificava no Brasil, o autor insere os seguintes dados na história da personagem Roberto:

Nessa época, como foi falado, tinha sido criado em Belo Horizonte o Movimento Fidel-Guevara, já que sonhávamos com a nossa Sierra Maestra [...] sonho romântico da guerrilha inspirado pela Revolução Cubana; agora, todas as manhãs ia treinar guerrilha [...] éramos 11 guerrilheiros, mas se, com um pouco mais, Fidel Castro conseguiu chegar a Sierra Maestra em Cuba, acreditávamos que podíamos fazer o mesmo no Brasil. [...] mesmo não havendo uma ditadura no Brasil – ao contrário, vivíamos uma sorridente democracia comandada pelo presidente eleito Juscelino Kubitschek –, poderíamos lançar um foco guerrilheiro que logo seria imitado em todo o país [...] Nosso treinamento acontecia nas matas do imenso sítio, uma ilha de verde para lá da Cidade Jardim, um dos mais ricos bairros de Belo Horizonte na época, onde hoje é a Vila Paris (Drummond, 1991, p. 180-181).

O fanatismo religioso e a moralidade conservadora ocupam um espaço central na narrativa e ilustram a sutil crítica de Drummond à falsa moralidade enraizada no âmbito da fé, além das questões propriamente políticas, como as reformas de base e a polarização entre direita e esquerda durante os governos de Jânio Quadros e João Goulart. No romance, a onda de anticomunismo prevalecia e as elites de direita viam os partidos de esquerda como ameaças à soberania nacional, ao capitalismo e à democracia liberal. A personagem Roberto – que representa o próprio autor –, como militante comunista, compartilha seus sonhos de resistência e a busca pela revolução socialista brasileira, destacando as dificuldades de manter tais atividades em segredo, bem como os desafios enfrentados no plano

partidário, no qual a moralidade socialista se assemelhava, em rigor, à moralidade capitalista da época.

Hilda é a personagem que simboliza a mudança, a revolução, a liberdade de expressão e de comportamento; ela é o sonho de muitos, porque é desejada; é o paraíso, porque é capaz, como nenhuma outra mulher, de causar delírio nos homens e levá-los a loucuras. Esses valores agregados a ela se fazem presentes nas várias conquistas ou acontecimentos que surgem ao longo do romance: a igreja moderna, o voto livre, o polêmico painel com Adão nu na matriz, os bailes, os maiôs, as prostitutas, a Bossa Nova, o carnaval. A propósito, nesse festejo popular, caracterizado pela abolição das hierarquias, estão presentes figuras de várias épocas: Fidel Castro, Jane Mansfield, Nero, Napoleão Bonaparte, o Czar da Rússia, Maria Antonieta, Marilyn Monroe e Cleópatra, só para citar algumas. Como quer que seja, Hilda é alguém que representa transformações e promessas de um futuro melhor, já que, como não se pode deixar de lembrar, o Brasil, entre 1937 e 1945, havia passado por uma experiência associada ao autoritarismo do Estado Novo, durante o governo de Getúlio Vargas. A Garota do Maiô dourado torna-se Hilda Furação em 1959, atitude esta que expressa uma forma de coroar a experiência democrática que o país atravessa. [...] A personagem Hilda representa todos os sonhos e esperanças de uma época que estava por se extinguir. Como diz o próprio narrador em certa altura do livro: “todos sabiam que estavam se despedindo de um tempo inocente simbolizado por uma Garota do Maiô dourado, transformada em sonho erótico que fazia a alegria dos homens”, já que o Brasil “ia mesmo cair no abismo” (Calegari, 2009, p. 106; 109).

Nesse sentido, a obra se revela, acima de tudo, como uma catarse coletiva. E configura-se como uma forma de contrição e penitência, destinada a purificar as almas dos leitores em relação a episódios sombrios da memória coletiva, como a quebra de vitrines com manequins nus em Belo Horizonte, a provocação de escândalo por um mural representando Adão, em Santana de Ferros, que levou as beatas e até mesmo um cachorro a entrarem de costas na igreja para evitar a contemplação da nudez, e o fechamento do famoso Beco do Mota, a zona boêmia de Diamantina, sob a folclórica justificativa de moralidade.

No entanto, o romance transcende a mera ironia ao alegorizar as contradições, tipificado pela fusão entre a rebeldia incendiária e o conservadorismo, a ousadia do escândalo e a discreta coragem da santidade, a hipocrisia da condenação da fraqueza humana e o ato misericordioso do perdão. Tais dualidades são desnudadas no livro e dão forma ao contexto de crise daquele cenário que antecedeu e preparou o golpe civil-militar de 31 de março de 1964.

Estes elementos paradoxais refletem a complexidade dos eventos históricos que a trama aborda, ressaltando a incerteza e a imprevisibilidade do curso dos acontecimentos naquele período turbulento da história brasileira. O autor testemunhou pessoalmente tais eventos enquanto repórter e observador atento, tanto que a personagem jornalista, Roberto, abre o enredo, dizendo:

Na época dos acontecimentos que tanto deram o que falar envolvendo Hilda Furacão, eu trabalhava como repórter na Folha de Minas numa Belo Horizonte que cheirava a jasmim e ao gás lacrimogêneo que a polícia jogava nos estudantes e que acabava sendo o perfume daqueles dias. Eu era um rapaz magro, fumava *se-me-dão*, sofria de três ou quatro doenças imaginárias, estava fichado no Dops e acreditava que ainda ia ter minha Sierra Maestra. Por esse tempo eu gostava muito de uns versos do poeta Joaquim Cardozo que diziam: “Sou um homem marcado/ num país ocupado/ pelo estrangeiro...” (Drummond, 1991, p. 11).

Ao escrever esta obra, Drummond demonstrou uma empatia pelo mundo e uma habilidade para se colocar ao lado dos acontecimentos e das pessoas envolvidas. Essa imersão na realidade, a inclusão de referências históricas, a narrativa de caráter confessional e os capítulos de ficção pura contribuem para uma reflexão profunda sobre a categoria do discurso narrativo. Assim, o romance incorpora uma série de personagens históricas que são inseridos na trama ou que servem como ponto de partida para a criação de personagens ficcionais, recebendo múltiplos elementos adaptáveis ao contexto narrativo.

Este fato se alinha com as premissas teóricas de Gancho (2002, p. 9), que sustenta que toda narrativa é estruturada em torno do enredo, das personagens, do tempo, do espaço e do narrador, os quais são inerentes à construção da trama de ficção. Contudo, é crucial ressaltar que a narrativa demanda a inserção de acontecimentos que se desenrolam em um espaço e tempo específicos e são vivenciados pelas personagens. Não obstante, o reconhecimento da importância de todos esses elementos, o destaque e a relevância das personagens se sobressaem de forma preponderante. Outrossim, como enfatizou Nogueira (2015, p. 130), não devemos obliterar o papel da linguagem no que concerne à expressão literária:

Toda linguagem é uma mediação do mundo, uma tradução, em uma coisa que o mundo não é. A linguagem corriqueira transforma o real em palavras. [...] Já a linguagem literária amplia essa mediação: as obras se relacionam com a linguagem. Nesse nível, a linguagem provê condições para a criação de objetos imaginários. [...] E nesse processo o papel do leitor é fundamental. Ele é o sujeito que faz com

que o que é potencial se atualize, se concretize. É ele quem efetiva a construção do objeto imaginário na literatura de ficção.

O imaginário se revela como o mediador essencial entre o domínio do real factual e o ficcional. É na esfera do imaginário que a ficção cria uma realidade renovada, resultante de um pacto entre o autor e o leitor que, de acordo com a estética da recepção (ER), é capaz de sintonizar as dimensões linguística e imagética, nas quais a linguagem emerge como a entidade emblemática da comunicação. Nesse contexto, a linguagem não apenas desempenha a função de veículo comunicativo, porém, mais profundamente, apresenta-se como uma força motriz inerente à trama de significados.

Portanto, o leitor qualificado, alvo preferencial da ER, não se limita a receber passivamente uma obra literária; ao contrário, diante dela, empenha-se ativamente na interpretação e ressignificação do conteúdo da mensagem, fundamentado em uma estrutura de referência alternativa que se enraíza em seu contexto cultural. Nesse processo, insistimos, o leitor não se restringe à passividade, mas, outrossim, detém a capacidade de modificar e reelaborar a obra à qual teve acesso.

No romance, Roberto Drummond opta pela simplicidade em seu estilo, por uma sintaxe direta, típica de um registro jornalístico, o que torna a obra acessível tanto ao público menos letrado quanto ao erudito. Personagens como Hilda, que encarna a idealização da mulher capaz de desafiar os códigos sociais estabelecidos, ou que simboliza a mulher que finge conformidade, e Frei Malthus – que estabelece uma conexão com a figura de Dom Helder –, desempenham um papel dual na trama, funcionando, simultaneamente, como uma representação do aspecto sagrado do narrador e como um símbolo do entendimento do processo de humanização. Essa dualidade contribui para a ampliação da complexidade da narrativa.

3.3.3 *Dom Helder na literatura de cordel*

A arte, ao ser investida da capacidade de exercer influência sobre seus destinatários, configura-se essencialmente como um elemento de relevância na esfera social. Ela não se restringe meramente a refletir a realidade; ela também almeja a tarefa de transmitir ou criar narrativas. Nesse sentido, nos versos da literatura de cordel que se desdobram a seguir, é reforçada a concepção na qual

Helder Camara é apresentado como um agente do sagrado, um místico santo, imbuído do propósito de erigir um mundo justo e fraterno.

Dentre a ampla gama de composições poéticas que abordam a vida e as realizações de Dom Helder, foram selecionados dois cordéis com o propósito de observar as narrativas ficcionais que circundam a figura do bispo. Tanto no poema *Dom Helder*, de autoria do pernambucano Antonio Marinho⁸⁸, quanto na obra *Dom Helder, o Profeta da Paz*, escrita pelo paraibano Medeiros Braga⁸⁹, observa-se a construção de uma narrativa biográfica, estruturada de acordo com uma linha do tempo e organizada em forma de versos.

Em sua produção literária, *Dom Helder*, Antonio Marinho exalta o poder atribuído ao Criador e o milagre da vida humana. Dessa maneira, implicitamente, leva-nos a imaginar que, com sua natureza criadora, Deus presenteou o mundo com a existência de Helder Camara, um “ser iluminado”. Na sequência, o autor reverbera, de maneira igualmente intensa, a vocação sacerdotal do padre, traçando uma trajetória que se inicia no Ceará e culmina em sua passagem pelo Rio de Janeiro. Marinho destaca também o impacto da atuação do Dom, ressaltando o seu itinerário pelas diferentes localidades onde exerceu sua influência pastoral.

No mistério sem par da criação/ Deus fez todos os seres para o amor/ Somos todos iguais sob a visão/ Do Eterno e Divino Criador/ Cada vida gestada no seu ninho/ Ao partir pra voar segue um caminho/ Que a faz conhecer o mal e o bem/ No entanto há a vida iluminada/ Que pra outras é guia pela estrada/ Por ter olhos que alcançam mais além (*estrofe 1*). Alguns chamam tais seres de profetas/ Detentores de um tino mais profundo/ Há quem diga também que são poetas/ Que na mística apontam um novo mundo/ Cidadãos que têm dons universais/ E se sentem tão seres, tão iguais/ Quanto outros quaisquer de algum lugar/ E Dom Hélder encarnava tudo isto/ Vendo em cada ser vivo o mesmo Cristo/ Que nos disse que a vida é para amar (*estrofe 2*). Fortaleza pariu o Dom da Paz/ Ceará foi seu berço maternal/ Viu a luz 107 anos atrás/ Num domingo feliz de carnaval/ Desde os anos imberbes de menino/ Já mostrou qual seria o seu destino/ Pois brincava de missa em oração/

⁸⁸ Antonio Marinho é um poeta sertanejo, natural do município de São José do Egito (PE), e membro do grupo musical *Em Canto e Poesia*, que, como o próprio nome anuncia, junta elementos da música e da poesia, enriquecendo a expressão cultural e artística na qual está envolvido. Ele pertence a uma família que tem forte tradição poética, destacando-se como herdeiro e continuador de uma rica herança artística e cultural.

⁸⁹ Luzimar Medeiros Braga, natural da Paraíba, é um poeta com vasta produção de literatura de cordel, a qual versa sobre as vidas e trajetórias de diversas personalidades do contexto nacional. Seu acervo literário não apenas contribui para o *corpus* da literatura de cordel brasileira, ele também assume um papel de relevância como um recurso pedagógico e artístico de valor cultural. Suas obras, por sua natureza versátil e informativa, servem como elemento de cunho didático-literário.

Antevia quem via os dias seus:/ Ali estava um ser todo para Deus/ E o serviço em favor de seu irmão (*estrofe 3*). Se cem vezes nascesse, em todas cem/ Pediria a Deus-Pai o mesmo dote/ Um caminho que busca ser do bem/ E a missão de tornar-me um sacerdote.../ Foi assim que Dom Hélder atendeu/ Ao conselho que o pai cedo lhe deu/ Sobre amor, sacerdócio e altruísmo:/ Quer ser padre, pois bem, meu filho, seja/ Mas só viva pra Deus, o outro e a Igreja/ Porque padre não casa com egoísmo (*estrofe 4*). Assim sendo, ele ainda adolescente/ Ingressou nos salões do seminário/ Onde pôde aplicar-se avidamente/ E fazer do estudo itinerário/ Tinha só 22 quando com fé/ Uma autorização da Santa Sé/ Ordenou-lhe de forma extraordinária/ E ao invés de paróquia pra cuidar/ Convocado ele foi assessorar Juventude Católica Operária (*estrofe 5*) (Marinho, 2018).

Na prosa rimada, entre outras estrofes significativas, o autor sertanejo relata a destacada participação de Dom Helder no Concílio Vaticano II, ressaltando a influência do bispo na introdução e na persuasão de ideias revolucionárias no contexto da Igreja Católica na América Latina e na comunidade cristã global. Além de abordar a chegada de Dom Helder à Arquidiocese de Olinda e Recife e a maneira com que procurou pastorear o rebanho de Cristo na região. Conta-nos o poeta:

Num momento de luz João XXIII/ Chama a Igreja a um caminho mais humano/ Reunindo os Cristãos de uma só vez/ No Segundo Concílio Vaticano/ Lá Dom Helder recruta o sul do mundo/ A exigir que o pobre e o moribundo/ Seja o centro das mil religiões/ Numa Igreja que reza e ora em prece/ Mas além do altar também conhece/ Dores, medos, pecados e aflições (*estrofe 10*). [...] Com os esforços ainda no Concílio/ Chega a sua missão de mais cacife/ Nosso Dom vem prestar o seu auxílio/ Às ovelhas de Olinda e de Recife/ Nesse tempo o horror da Ditadura/ Assombrava com morte e com tortura/ Nos fazendo trilhar passos incertos/ O Arcebispo sem discriminação/ Afirmou que teria o coração/ E a porta da casa sempre abertos (*estrofe 11*) (Marinho, 2018).

O texto também evoca a lembrança do período da ditadura militar, mencionando a postura combativa do bispo em face dos arbítrios do Estado, bem como o papel de Dom Helder em auxílio às vítimas da perseguição política e da injustiça perpetradas pelo regime então vigente. Lemos nos versos:

Com a voz mansa e terna, mas sem medo/ Defendendo o regime dos iguais/ Nosso Dom sem temer morte ou degredo/ Resistiu ao furor dos Generais/ Censurado no seu próprio país/ Andou todo planeta e em Paris/ Dez mil jovens ouviram em homilia/ No Brasil nossos Cristos são calados/ Estão presos, famintos, torturados.../ Por lutarem pra ter Democracia (*estrofe 12*). [...] Dom da Paz, Dom do Povo, Irmão dos Pobres/ Homem forte, sereno, universal/ Cidadão e Doutor das causas nobres/ Um poeta tão místico e plural/ Uma vida em favor dos oprimidos/ Uma voz defendendo os perseguidos/ Insistindo que só o amor constrói/ Da Prainha à Igreja das Fronteiras/

Enfrentou e venceu muitas barreiras/ É madeira de lei, cupim não rói
(*estrofe 13*) (Marinho, 2018).

Nos versos de Medeiros Braga, em *Dom Helder: o profeta da paz*, uma exaltação vigorosa das bandeiras de luta promovidas por Helder Camara se desenha, direcionando sua atenção para questões urgentes relacionadas à promoção da dignidade humana. Isso abarca o problema da redistribuição de terras em favor dos agricultores pobres Brasil a fora, um tema sensível e relevante até os dias atuais. Ademais, em um contexto caracterizado pela Guerra Fria e pela corrida armamentista entre superpotências, o arcebispo proferiu críticas à postura egoísta das nações relacionadas como ricas e poderosas, que perpetuavam a divisão do mundo entre o "Norte" e o "Sul", distinguindo-os como países industrializados e ricos, por um lado, e países agrícolas e empobrecidos, por outro. Enaltecem os versos:

Mais tarde já combatia/ A corrida armamentista,/ A força bruta, a extorsão/ No modo capitalista,/ A agressão à natureza/ Com o objetivo egoísta (*estrofe 16*). [...] Percorreu todo Brasil/ Numa luta necessária/ Carregando uma bandeira/ De toda classe operária/ Centrada na implantação/ De uma reforma agrária (*estrofe 17*) (Braga, 2010).

Neste ponto do cordel, o poeta evoca a chegada do bispo a Recife, capital pernambucana, com enfoque em seu papel na orientação da comunidade local em pleno Nordeste do Brasil. O texto trata ainda da prontidão com que determinados segmentos procuraram associar o nome de Helder Camara ao estigma comunista, devido à dificuldade em compreender ou aceitar sua perspectiva cristã, que de maneira “subversiva” desafiava as estruturas profundamente arraigadas da desigualdade social que corroíam o sistema vigente.

Com um clima conturbado/ Dom Helder, com seu cacife,/ Assumiu a Arquidiocese/ Lá de Olinda e Recife/ Já encontrando em conflito/ Padre, governo e xerife (*estrofe 19*). [...] Chegou na área atingida/ Pelo golpe militar,/ Onde presos torturados/ Por vezes morriam lá/ Mesmo sendo encontrados/ Mortos em outro lugar (*estrofe 20*). [...] Ainda em sessenta e quatro/ Em Recife, solidário,/ Desperta o rancor e a ira/ Do poder autoritário/ Ao dar apoio e lançar/ Um manifesto operário (*estrofe 21*). [...] A reação militar/ É chocante e imediata,/ Taxado de comunista/ Com biografia nefasta/ Dão a ele mais um título:/ O de “persona non grata” (*estrofe 22*). [...] Foi ele sempre acusado/ Por muito capitalista,/ Dos serviços do poder/ Ao bel-prazer elitista,/ No Brasil e exterior/ Como um bispo comunista (*estrofe 25*). [...] Disse em resposta: se dou/ Comida aos pobres, em vista,/ Eles me chamam de “Santo”.../ Mas, se pergunto ao egoísta/ Da comida que não têm,/ Me chamam de comunista (*estrofe 26*) (Braga, 2010).

Nos versos subsequentes, o cordelista faz alusão ao cerceamento da liberdade de expressão experienciado por Dom Helder, traduzido em seu “silenciamento”, e pelos meios de comunicação da época; e recorda a brutalidade infligida àqueles que audaciosamente desafiaram as autoridades detentoras do poder durante os "anos de chumbo". Contudo, o texto também sublinha o florescimento da figura do arcebispo em meio a esse terreno aparentemente árido, como um mensageiro universal que promovia a conscientização em torno do que considerava um problema de extrema gravidade para a humanidade: uma parcela significativa do planeta que subsistia em condições miseráveis e desumanas.

Foi a imprensa proibida/ De divulgar, com renome,/ As ideias de Dom Helder/ De, sequer, citar seu nome.../ Nem a menor referência/ Sobre a tortura e a fome (estrofe 30). [...] Dom Helder vendo, ante o crime,/ Toda imprensa amordaçada/ Viajou para Paris/ Pra ver ali publicada/ A prática do assassinato/ E a tortura praticada (estrofe 31). [...] A partir daquele instante/ Dom Helder com eminência/ Se transformou para o mundo,/ Por sua garra e coerência,/ Como marca planetária/ E símbolo da resistência (estrofe 32). [...] Os mais diversos países/ E órgãos internacionais,/ Pelo seu reconhecimento,/ Por seu trabalho eficaz,/ Indicaram para o título/ De Prêmio Nobel da Paz (estrofe 33) (Braga, 2010).

Medeiros Braga conclui sua obra de cordel com uma celebração à esperança e a utopia de um futuro mais auspicioso, no qual imperarão princípios fundamentais de justiça e paz.

Por tua luta aguerrida/ No embate contra a corte,/ Despertaste a madrugada/ Com versos de forte açoite.../ Já não há mais o perigo/ “Da noite emendar com a noite” (estrofe 52). [...] “Parabéns, eterno apóstolo!/ Teu brado acuou o algoz.../ Tu foste em todas ações/ Para o povo a grande voz./ Teu corpo acolheu a terra,/ Tua alma guardamos nós” (estrofe 53) (Braga, 2010).

Finalmente, com o propósito de examinar os indicadores para a realização de inferências, isto é, a interpretação da mensagem implícita no texto sob análise, elaboramos, por meio da implementação de métodos sistemáticos e objetivos de descrição do tema, fundamentados na análise de conteúdo (AC), o quadro abaixo. O referido instrumento analítico foi gerado somente a partir dos versos dos cordéis previamente discutidos, com enfoque na representação da personagem Helder Camara.

Quadro 1
Representação nos cordéis: *Dom Helder* e *Dom Helder, o Profeta da Paz*

Cód.	Fragmentos	Índices
Profeta, Poeta e Místico (PPM)	<p>“vida iluminada [...] profetas/ [...] poetas (<i>estrofe 1 e 2</i>)” (Marinho, 2018)</p> <p>“Dom da Paz, Dom do Povo, Irmão dos Pobres/ Homem forte, sereno, universal/ Cidadão/ Doutor das causas nobres/ poeta místico e plural [...] (<i>estrofe 13</i>)” (Marinho, 2018)</p> <p>“Dom Helder marca planetária/ símbolo da resistência (<i>estrofe 32</i>)” (Braga, 2010).</p> <p>“eterno apóstolo!/ Teu brado acuou o algoz.../ Para o povo a grande voz (<i>estrofe 53</i>)” (Braga, 2010).</p>	<p>- Dom Helder é aquele que indica o caminho para o povo, desempenhando o papel de profeta que eleva sua voz em prol da proclamação da justiça e da paz global. Caracterizado como o apóstolo universal, ele se opõe e confronta as forças iníquas presentes nas estruturas que oprimem a humanidade. Ao se solidarizar com os desfavorecidos, ele manifesta compaixão por seus semelhantes.</p>
Sacerdote acolhedor (SA)	<p>“O Arcebispo sem discriminação/ teria o coração/ E a porta da casa sempre abertos (<i>estrofe 11</i>)” (Marinho, 2018).</p> <p>“Uma vida em favor dos oprimidos/ Uma voz defendendo os perseguidos/ Insistindo que só o amor constrói/ É madeira de lei, cupim não rói (<i>estrofe 13</i>)” (Marinho, 2018).</p>	<p>- O bispo é representado como o "pastor acolhedor", que não faz acepção de pessoas, pois recebeu todos que o procuraram, notadamente os menos afortunados, denominados "Cristos humilhados", os quais buscou defender contra todas as iniquidades.</p> <p>- A expressão "É madeira de lei, cupim não rói" estabelece uma conexão com o poeta Capiba e o frevo do Recife, apreciados por Dom Helder, mas também sugere a inabalável determinação do bispo na defesa de suas causas, equiparando-se à durabilidade da "madeira de lei" que perdura por gerações.</p>
Bispo Vermelho (BV)	<p>“Com a voz mansa e terna, mas sem medo/ Nosso Dom sem temer morte ou degredo/ Resistiu ao furor dos Generais/ Censurado no seu próprio país (<i>estrofe 12</i>)” (Marinho, 2018).</p> <p>“Taxado de comunista/ ‘persona non grata’ (<i>estrofe 22</i>)” (Braga, 2010).</p> <p>“Foi ele sempre acusado/ Como um bispo comunista (<i>estrofe 25</i>)” (Braga, 2010).</p>	<p>- Os cordelistas abordaram o tema mais recorrente na propaganda do regime militar no Brasil, no que diz respeito ao arcebispo de Olinda e Recife, retratando-o como o "bispo comunista". Essa representação se liga à Helder Camara como a figura histórica que foi alvo de silenciamento e</p>

	<p>“Eles me chamam de “Santo”.../ Mas, se pergunto ao egoísta/ Da comida que não têm,/ Me chamam de comunista” (<i>estrofe 26</i>). (Braga, 2010).</p>	<p>difamação por parte da máquina propagandística dos donos do poder, contudo, resistiu resilientemente às forças opositoras.</p> <p>- A célebre frase atribuída a Dom Helder, "Se eu dou pão aos pobres, eles me chamam de santo. Se eu pergunto por que os pobres não têm pão, eles me chamam de comunista e subversivo", é evocada, destacando a perspicácia do bispo em responder aos seus críticos sem renunciar aos princípios do evangelho cristão. Essa eloquente afirmação encapsula a complexidade das percepções sobre sua atuação social e seu engajamento em prol da justiça social, enfrentando as acusações de comunismo.</p>
--	--	--

Fonte: Elaboração do doutorando a partir de Marinho, 2018 e Braga, 2010.

É evidente que em ambas as obras, observa-se uma narrativa laudatória em relação à atuação de Dom Helder Camara. Nos versos, os autores empenham-se na exposição detalhada dos percursos da vida desse líder religioso, com a finalidade de disseminar amplamente a reputação e a merecida aclamação conquistada a partir das ações que empreendeu. Contudo, os destinatários destas composições poéticas (os cordéis analisados), abordarão as lacunas textuais considerando o papel desempenhado por suas múltiplas materializações interpretativas, buscando preenchê-las conforme suas perspectivas individuais, imersos em um processo de leitura caracterizado por uma incessante busca de sentido.

3.4 “E PARECIA UM SANTO”: A LITERATURA DIFAMATÓRIA DO ARCEBISPO

Nas crônicas, Dom Helder também é retratado como uma personagem; contudo, o narrador se empenha em moldar uma figura histórica do bispo. Vale ressaltar que o gênero predominante nessa modalidade de texto ainda é de natureza

literária, permeado de elementos ficcionais e não ficcionais. Segundo o Professor José Afonso Chaves,

a crônica pode ser tomada como um tipo híbrido de narrativa, de modo que mistura o estilo jornalístico e o literário, e que pressupõe como resultado um olhar pessoal do cronista. Em geral, o conteúdo da crônica é retirado da situação cotidiana, de uma notícia e, ao fim, apresenta alguma consideração sobre a conduta dos indivíduos e a natureza das coisas. Portanto, elas estão profundamente relacionadas ao contexto de sua produção. Em razão disso, com o passar dos anos, tende a perder sua atualidade. No Brasil, a crônica tornou-se um gênero narrativo bem difundido desde a publicação dos *Folhetins* em meados do século XIX (Chaves *In*: Cabral; Pina Neta, 2018, p. 142).

Em outras palavras, esse processo implica a progressiva evolução da personagem de ficção em direção a uma caracterização histórica, em uma transição que permanece situada dentro do domínio da literatura.

Essa construção, enraizada em uma perspectiva específica do mundo, visa a estabelecer um senso de autenticidade ao desenvolver um relato que se aproxime do real factual por meio da verossimilhança, e que, por sua vez, desperte a impressão de realidade. Esses elementos e objetivos surgem de maneira discernível ao longo das crônicas selecionadas neste estudo.

O escritor Nelson Rodrigues⁹⁰, cuja oposição ao arcebispo se sobressaiu devido às fortes divergências ideológicas, políticas, sociais e religiosas que os separavam, empreendeu diversas tentativas de manchar a reputação de Dom Helder, valendo-se principalmente dos meios de comunicação da época, especialmente a imprensa jornalística, para adotar uma postura crítica em relação ao bispo.

Curiosamente, Dom Helder Camara e Nelson Rodrigues tinham sido amigos em um passado não tão distante, mas viram seus caminhos se afastarem durante os conturbados "anos de chumbo". O jornalista lançou ataques ferozes em suas

⁹⁰ Nelson Rodrigues (1912-1980) foi um influente dramaturgo, jornalista e escritor brasileiro. Reconhecido por suas peças teatrais provocativas e controversas, ele é frequentemente considerado um dos mais importantes dramaturgos do teatro brasileiro do século XX. Sua obra abordou temas como sexualidade, moralidade e tabus sociais, destacando-se por sua abordagem ousada e psicológica. Além disso, sua carreira jornalística também deixou uma marca relevante no panorama cultural brasileiro, com suas crônicas e colunas de opinião frequentemente desafiando as convenções da época.

crônicas no jornal *O Globo*, principalmente na década de 1970, tornando o religioso um dos principais alvos de suas críticas mordazes.

A raiz desse distanciamento entre Nelson e Dom Helder pode ser rastreada até 1963, quando o dramaturgo solicitou ao sacerdote que visitasse a casa dos pais de Lúcia Cruz Lima, com quem se casaria. A expectativa era que a visita do religioso representasse uma bênção à união do casal aos olhos dos pais da moça. Conforme narrado por Castro (1992, p. 331):

Efetivamente dom Helder telefonou para Lúcia, disse que rezaria por ela e recebeu doutor Cruz Lima e dona Lidinha em seu gabinete no Palácio São Joaquim. Não se sabe o que foi dito naquela reunião, mas Lúcia sentiu que seus pais voltaram ainda mais firmes na sua desaprovação a Nelson. Nelson ficou desapontado e, então, procurou dom Marcos Barbosa no Mosteiro de São Bento. Como padre, dom Marcos também não poderia aprovar uma união de desquitados, mas suas visitas a Lúcia fizeram com que doutor Cruz Lima e dona Lidinha ficassem um pouco menos intolerantes.

Como fica claro, Dom Helder não atendeu à solicitação, o que causou profunda decepção em Nelson Rodrigues e, provavelmente, marcou o início de sua postura hostil em relação ao prelado.

Ao dirigir suas críticas a Helder Camara, Nelson Rodrigues recorria a uma variedade de expressões com o propósito de desacreditá-lo, dentre as quais se destacam designações como "arcebispo vermelho", que visava a estabelecer uma associação com o comunismo; "ex-católico", que o tipificava como alguém que havia renegado sua fé; "proveitador da fome e da miséria do Nordeste" para usá-las como *slogan* e autopromoção etc. Tais terminologias eram integralmente depreciativas e formulavam acusações diretas a respeito do bispo, pois, na ótica do cronista, Dom Helder era um "falsário". O biógrafo explica:

A implicância com dom Helder realmente começara no episódio de seu casamento com Lúcia. Mas também era verdade que dom Helder mudara muito e sem pedir autorização a Nelson. Poucos anos antes, por exemplo, o então bispo auxiliar do Rio era compadre de Roberto Marinho, padrinho de seu filho Roberto Irineu e fazia edificantes sermões pela rádio Globo. De repente, a partir de João XXIII, demitira-se de seu papel de "funcionário do sobrenatural" e só falava na reforma agrária e na luta armada – era louvado pela imprensa internacional como "el arzobispo de la revolución" e "il arcivescovo rosso del Brasile". Nelson não sabia o que mais o impressionava em dom Helder: se o ator, a vedete, sempre atento a um microfone ou a um "flash" de fotógrafo – ou se o falso padre sob cuja batina ele imaginava ver os pés de cabra do anti-Cristo (Castro, 1992, p. 374).

A extensa lista de publicações em que o nome de Dom Helder Camara é citado de forma pejorativa por Nelson Rodrigues compreende um *corpus* significativo. Dentre essas, destacamos: *Agonia da palavra*, In: O Globo, 05/03/1968; *Terreno baldio*, In: O Globo, 14/03/1968; *Os dráculas*, In: O Globo, 05/04/1968; *A messalina gaga*, In: O Globo, 15/06/1968; *Caça-níqueis*, In: O Globo, 19/06/1968; *“El arzobispo de la revolución”*, In: O Globo, 25/09/1968; *Os que propõem um banho de sangue*, In: O Globo, 03/07/1970; *Pisado até morrer*, In: O Globo, 24/12/1971; *Marxismo e asma*, In: O Globo, 06/03/1972; *O filhote do demônio*, In: O Globo, 20/09/1972; *Nunca foi tão vivo o “padre de passeata”*, In: O Globo, 21/02/1974. Vejamos trecho de uma delas, a crônica *Os assassinos*, In: O Globo, 09/06/1969:

Para muitos brasileiros, Deus está morto. E para esses, para os “assassinos de Deus”, tudo é permitido. Que limites dúvidas, arrependimentos poderão travar os “cristãos-marxistas”, os “cristãos-sem Cristo”? Falei da “Esquerda Católica”. Um dia, ela terá de ser julgada. Na confissão de ontem, falei de um dos pronunciamentos mais claros de d. Helder. Sem nenhum disfarce, declara: “Respeito aqueles que, em consciência, sentem-se obrigados a optar pela violência; não a violência fácil dos ‘guerrilheiros de salão’, mas a daqueles que provaram sua sinceridade com o sacrifício de suas vidas.” Não. Aí não está dito tudo. Provaram a sinceridade morrendo, por azar, e matando, por querer. Antes de morrer, Guevara matou. E, repito, morreu sem querer e matou querendo. Também Camilo Torres. Esse cristão-homicida empunhou o fuzil, não para morrer, mas para matar. E diz mais o arcebispo de Olinda e Recife: “Parece-me que as memórias de Camilo Torres e de Che Guevara merecem tanto respeito quanto a do pastor Martin Luther King.” Não, mil vezes não” Luther King não morreu de fuzil, faca ou revólver na mão, como Guevara ou Camilo Torres. Não matou, sem quis matar. Não pregou o ódio, a “violência justificada” católica. Morreu de amor e por amor. Os que pregam o ódio não podem chorar o jovem sacerdote do Recife. Todos nós temos um projeto de Brasil. O da Esquerda Católica é o Brasil do ódio. O Brasil do sangue, o anti-Brasil, um Brasil sem Deus. Este país não teve jamais um Drácula. E, súbito, os possessos querem que nos transformemos em 80 milhões de Dráculas bebendo o sangue uns dos outros (Rodrigues, 2016, p. 184-185).

Verificamos que as visões políticas e sociais de Dom Helder foram alvo do crítico dramaturgo, fundamentando-se nas vicissitudes que caracterizavam o contexto histórico do mundo bipolar e o regime militar brasileiro. A crônica *Conversas brasileiras com o Presidente Médici*, In: O Globo, 13/07/1970, é elucidativa:

Continuo hoje as minhas conversas brasileiras com o Presidente Médici. E já me ocorre um escrúpulo convencional: – será muita falta

de tato incluir no mesmo texto os nomes de D. Hélder e do Dr. Alceu? Mas se é escrúpulo convencional e eu próprio o caracterizei como convencional, vamos excluí-lo. E eu explico: – o Dr. Alceu acaba de escrever dois artigos sobre a visita do Presidente ao Nordeste. [...] O primeiro artigo justificava a ilusão. Mas saiu o segundo. E a sensação que se tem ou, pelo menos, que eu tive, foi a de que o mestre escrevera aquilo debulhando um pranto. Mas por quem chorava ele? Pelo Nordeste? Pelas criancinhas que lá morrem de fome? Pelos adultos que também morrem de fome? Pelas populações que apodrecem em chagas? Não. O Dr. Alceu verte lágrimas por D. Hélder. E por que D. Hélder? Será que o mestre viu D. Hélder, na beira da estrada, lambendo rapadura ou raspando alguma sarna bíblica? Absolutamente. Ainda outro dia, o bom Arcebispo fazia turismo na Praça de São Marcos. Os pombos de lá vinham comer milho na sua mão. Ou por outra: – os pombos foram substituídos por turistas americanos. Eram realmente os turistas americanos que iam caçar milho na mão do Arcebispo. O D. Hélder se diz pobre, paupérrimo. Mas nunca uma pobreza viajou tanto de primeira classe. Se é assim, por que tanto chora o Dr. Alceu? (Rodrigues, 2008, p. 502-503).

Segundo observou Ruy Castro, ao longo do ano de 1968, Dom Helder Camara figurou de maneira recorrente nas páginas das "Confissões", no jornal *O Globo*, dividindo os "holofotes" apenas com Alceu Amoroso Lima. Naquela época, o primeiro exercia as funções inerentes ao cargo eclesiástico de arcebispo de Olinda e Recife, enquanto o segundo desempenhava o papel de colunista no *Jornal do Brasil*. Ambos personificavam, aos olhos de Nelson, a "nova face da Igreja Católica", que se mostrava empenhada em "pedir perdão pelos seus dois mil anos" de história e que trocava a vida eterna pelo "paraíso socialista".

Tanto Dom Helder quanto Alceu gozavam de grande popularidade entre a camada denominada de "Poder jovem", que constituía o contingente juvenil que, em 1968, acreditava fervorosamente em sua capacidade de moldar o curso do mundo. Nelson, por sua vez, empreendeu uma tríplice investida: travou um embate atacando além do "Poder jovem", tanto Helder Camara quanto Alceu Amoroso Lima. Complementa o autor:

Ninguém poderia ter opiniões politicamente mais antipáticas numa época em que toda a "intelligentsia" brasileira parecia ter se radicalizado à esquerda. Alceu e dom Helder, ex-integralistas e, agora, neo-socialistas, eram admirados pela coragem com que se opunham aos militares. Nelson via neles outra coisa: em Alceu, um velho oportunista tentando adular a juventude; em dom Helder, um insaciável apetite promocional, um "globe-trotter" de si mesmo. Quanto aos jovens de 1968 (a quem Alceu atribuía a "razão da idade", desculpando-os por qualquer besteira que fizessem), Nelson não os achava acima de críticas apenas por terem nascido em 1952. Havia muito de pessoal nos seus ataques, mas estes tinham a ver

com a sua ideia de coerência. Não conseguia entender, por exemplo, que um homem com um passado absolutamente reacionário como Alceu pudesse agora ser levado a sério ao classificar a revolução soviética como o “maior acontecimento do século” (Castro, 1992, p. 372, 373).

De certa maneira, Nelson Rodrigues elaborou uma narrativa saudosista do passado como instrumento de reforço de suas análises sobre o presente, que, nas entrelinhas de suas reflexões e crônicas, denotavam uma percepção de decadência e turbulência no cenário histórico da época. Por exemplo, utilizando um tom nostálgico, ele alegou a existência de uma inversão de valores na sociedade contemporânea, argumentando que o mundo havia mudado e as noções de certo e errado haviam se tornado obscuras, com a sociedade aceitando o que ele considerava “atrocidades” (*Os Caçadores*, *In: O Globo*, 01/02/1972). Tal perspectiva contribuiu para a construção de um ambiente intelectual polarizado e acentuou as controvérsias em torno da figura e das ações de Dom Helder Camara durante aquele período.

Há, por conseguinte, uma questão que permeia a esfera do debate histórico. A despeito da ausência de evidências conclusivas, subsiste a suspeita de que os repetidos elogios proferidos por Nelson Rodrigues ao regime militar possam estar correlacionados ao intuito de proteger um de seus filhos, envolvido na luta armada. É plausível inferir que ele tenha instrumentalizado seu apoio aos militares como um estratagema, presumindo que, por meio dessa demonstração de adesão ao regime, seu filho pudesse, potencialmente, escapar de experiências de tortura e prisão.

Nelson Rodrigues era tido como uma personalidade complexa e contraditória, com convicções profundas e arraigadas. Em sua produção literária era frequente a expressão de opiniões polêmicas e controversas. Enquanto se apresentava como um defensor do regime ditatorial, também teceu críticas incisivas à violência e à prática da tortura. Portanto, é preciso reconhecer a possibilidade de que tenha genuinamente acolhido os princípios propagados pelo regime ditatorial, mesmo após a prisão de seu filho. Entretanto, a verdade concernente às suas genuínas motivações permanece sujeita a interpretações variadas. Vejamos o que afirma Edvaldo Araújo:

No início da década de 80, com o começo da abertura democrática no Brasil, Dom Helder deixava de ser considerado “mau elemento” e recebia artigos de elogio de *O Globo* e *O Estado de São Paulo*. Recebia prêmios: Prêmio Mahatma Ghandi, oferecido pela TV Globo

em 31 de dezembro de 1982. Os adversários (Wanderkolk Wanderley, Gilberto Freyre, Nelson Rodrigues) mudavam de posição em reportagem da *Veja* de setembro de 1980. Aqueles que o criticaram e o acusaram duramente durante a fase mais dura do Regime Militar perderam a motivação de pano de fundo: estar bem com o Governo Militar massacrando os que denunciavam as injustiças (Araújo, 2012, p. 177).

Frente a esta produção literária controvertida, incumbe ao leitor desempenhar um papel de central importância na concretização da indeterminação textual. De acordo com a perspectiva de Wolfgang Iser, o leitor assume o papel de um agente ativo no processo de leitura, desencadeando a produção de significado ao infundir sua rica bagagem de experiências literárias, culturais e emocionais. Este engajamento, vale ressaltar, configura-se como um esforço ininterrupto visando a forjar uma pluralidade de sentidos, propiciando o surgimento de um fluxo de significados dinâmicos, transitórios e, por conseguinte, abertos a distintas interpretações.

Por fim, salientamos que há, com certeza, muitas outras obras que poderiam ser incluídas e analisadas neste trabalho, como os desenhos e caricaturas⁹¹ de Dom Helder publicados em mídias impressas ao longo das décadas. Nossa intenção, todavia, não foi a de esgotar todas as possibilidades de um campo tão vasto. Apesar disso, acreditamos que, com as obras que apresentamos neste estudo, conseguimos satisfatoriamente explorar nosso objeto de investigação, respondendo às questões levantadas e corroborando a tese sustentada em nosso trabalho.

E, ainda, vale destacar que mais uma vez, conforme observado nesta pesquisa, bem mais numerosas e significativas são as obras que representam Helder Camara como uma figura santa do que como um comunista. Essa constatação fortalece a tese que sustentamos, ou seja, que, tanto na vida quanto nas representações artísticas em sua diversidade, e em particular na esfera literária, a imagem de Dom Helder como uma figura religiosa prevaleceu sobre a representação dele como um ativista político comunista. Assim, as artes contribuíram de maneira significativa para a cristalização das imagens religiosa e sociopolítica do ex-arcebispo de Olinda e Recife.

⁹¹ Duas dessas caricaturas a que nos referimos estão na seção “Anexos” deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta Tese ressaltamos a natureza social da arte, concebendo-a não meramente como um artefato inerte, mas como uma entidade ativa, capaz de comunicar, mediante a utilização de uma linguagem particular, manifestada em um “jogo” específico. Aprecia-la demanda do observador o desafio de desvelar seus significados. Além disso, defendemos que a arte é o resultado da confluência entre interações humanas e práticas culturais, conferindo-lhe a capacidade de induzir transformações no seio da sociedade na qual se insere. Não obstante, para além da dialética obra de arte e contexto social, por vezes, as manifestações artísticas transcendem as normas convencionais vigentes e assumem formas utópicas e emancipatórias.

Além disso, encontramos em Erich Auerbach um alicerce conceitual que nos permitiu compreender a representação da realidade no terreno literário. Ao explorar a relação entre o interior e o exterior da obra, este autor argumentou que a realidade na esfera da ficção difere da verdade histórica. Nós distinguimos, inclusive, os significados de realidade factual e ficcional, retomando conceitos que remontam às ideias de Aristóteles, adaptados por Luiz Costa Lima. Este postulou que a arte é uma forma de expressão mimética, não restrita a uma simples reprodução da realidade objetiva.

Ainda conforme Auerbach, discutimos que uma obra literária é tanto mais realista quanto mais estabelece um diálogo provocador com o contexto factual, uma vez que ela é sensível à influência do mundo externo, enquanto, ao mesmo tempo, abriga o potencial de reconfigurar a realidade histórica. Essa perspectiva considera a obra literária como um agente participativo e construtivo no tecido social, convidando-nos a irmos além da esfera do mundo concreto e imergirmos no domínio da ficção. Ressaltamos que o texto literário não se destina a transmitir a verdade no sentido absoluto, mas a apresentar uma realidade particular, situada no universo das artes.

Para compreender a função e a importância da ficção na experiência humana, investigamos como o espaço ficcional nos posiciona de maneira singular, permitindo-nos, simultaneamente, observar eventos específicos com uma profundidade que talvez não fosse possível no cotidiano, enquanto mantém uma distância reflexiva. Sob esta perspectiva, neste trabalho examinamos várias obras

de natureza artística e literária nas quais Dom Helder Camara foi retratado como uma personagem. No entanto, mantivemos a distinção entre a figura real do indivíduo e a representação fictícia, destacando a limitação da "personalidade" inerente à personagem.

Ademais, adotando os pressupostos da estética da recepção, especialmente os formulados por Hans Robert Jauss, salientamos que o texto literário, como entidade dinâmica, sofre transformações ao longo da história. Ao explorar o contexto histórico no qual as obras analisadas estão situadas, procuramos estabelecer conexões com a personagem central de nossa investigação, Dom Helder, pois compreendemos que a literatura assume o papel de espelhar e refletir eventos políticos, sociais e culturais de uma determinada época, tornando-se uma entidade plenamente ativa e eficaz no ato da leitura, experiência que elege o leitor como protagonista.

Na tentativa de mergulhar no passado, examinamos eventos nacionais e internacionais que se entrelaçaram com as atividades pastorais, políticas e sociais de Helder Camara, bem como o papel da Igreja Católica em um contexto caótico, repleto de violações dos direitos humanos e atentados à vida, durante os anos mais intensos e arbitrários da Ditadura Militar no Brasil. Também exploramos a postura de parte da intelectualidade brasileira que, àquela época, oferecia apoio ao regime e se posicionava contrária ao arcebispo de Olinda e Recife.

Realçamos, também, que Dom Helder Camara destacou-se como uma voz comprometida em amplificar as demandas dos que estavam sendo esmagados por estruturas socialmente injustas. Sua trajetória foi marcada por discursos em favor dos pobres nos países do Terceiro Mundo e sua influência foi habilmente canalizada para sensibilizar a comunidade global acerca da realidade enfrentada pelos desfavorecidos e injustiçados. Viajou pelas nações disseminando mensagens de paz e erradicação da miséria, a qual concebia como a raiz de todas as formas de violência.

Como um estrategista da paz, empenhou-se em conscientizar os poderosos acerca da responsabilidade que estava sobre os seus ombros em relação aos menos privilegiados, sustentando a necessidade da edificação de uma sociedade pautada pela justiça, sem a qual não haveria paz entre as nações. Daí deriva a sua convicção de que a divisão do mundo não se fundamentava necessariamente na dicotomia entre o capitalismo e o socialismo, mas, sim, na separação entre nações

ricas e industrializadas no hemisfério Norte e nações pobres e subdesenvolvidas predominantes no hemisfério Sul, fundamentou sua certeza de que era urgente transpor as barreiras que obstruíam a cooperação fraterna entre os povos dos dois polos, almejando um mundo mais equitativo e fraterno.

Em nosso trabalho nos esforçamos para elucidar o percurso da pessoa humana "Helder Camara", e buscamos uma apreensão mais profunda sobre como sua imagem foi forjada no âmbito das expressões artísticas. Investigamos quais características prevaleceram nas representações literárias que se aproximaram, convergiram ou divergiram da figura histórica do bispo. Nesse sentido, direcionamos nosso enfoque para essas obras, a fim de estabelecermos conexões entre elas e o contexto factual em que estão inseridas.

Assim, com base nos resultados obtidos, acreditamos ter alcançado os objetivos delineados, que consistiam em: 1. apresentar as principais correntes teóricas que versam sobre a arte literária e a construção das personagens no contexto da ficção, e o papel desempenhado pelo leitor na interpretação de um texto literário; 2. delinear a atuação de Dom Helder em seu contexto histórico, com ênfase em eventos que contribuíram para moldar as interpretações oferecidas pelos autores nas obras que foram objeto de estudo, cujo intuito é esclarecer as respostas ambivalentes oferecidas por parte da intelectualidade brasileira; 3. explorar as representações literárias que recriam Helder Camara como personagem e, simultaneamente, a maneira pela qual a sua imagem aparece nas narrativas presentes nas expressões artístico-literárias. A análise efetuada abrangeu o processo de cristalização da imagem do bispo na ficção em contraste com a realidade factual, bem como a recepção dessas obras no contexto histórico em que foram produzidas.

Finalmente, acreditamos que este estudo contribui para aprofundar o conhecimento sobre mais uma faceta da vida do bispo, quando apresenta a imagem recriada de Dom Helder como personagem nos domínios da ficção. Além disso contribuimos com a continuidade do conhecimento ao disponibilizarmos mais uma base para investigações futuras que visem a explorar aspectos da vida e do legado de tão relevante agente do sagrado, sobretudo em facetas que ainda não foram devidamente examinadas.

Todos os que pesquisam a vida, pensamentos e ações de Dom Helder continuamente ficam agradavelmente surpresos quando descortinam novas

possibilidades de pesquisas acerca de um grande líder que, metaforicamente, pode ser associado a uma fonte da qual jorram constantes e impetuosos mananciais a serem explorados por cientistas da religião, historiadores, teólogos e estudiosos de demais áreas correlatas.

REFERÊNCIAS

Obras citadas

- A ESPONJA, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 01/09/1967.
- ADORNO, Theodor. **Teoria estética**. São Paulo: Unesp, 1997.
- ALBUQUERQUE, João Lins de. **Maldito Prêmio Nobel! : o reverso da medalha**. São Paulo: Editora de Cultura, 2018.
- ALVES, M. C. A questão agrária no Brasil: da ditadura militar aos dias atuais. *In*: ALVES, M. C.; CASTRO, A. A.; ROCHA, A. L. P. (orgs.). **Brasil: entre o agronegócio e a fome** (p. 11-28). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.
- ARAÚJO, Edvaldo. **Dom Helder Camara: profeta-peregrino da justiça e da paz**. Aparecida: Ideias e Letras, 2012.
- ARISTÓTELES. **Poética**. *S.l.* LeBooks, *s.d.* *E-book*.
- ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: Universidade de Brasília; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.
- ARTES: livros Correio da Manhã. **Correio da Manhã**. 15/07/1969. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=102638&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 15 jul. 1969.
- AUERBACH, Erich. **Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental**. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BISPOS apóiam expurgos mas pedem defesa para os acusados. **Jornal do Brasil**, 03 junho 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&peq=%22Bispos%20ap%C3%B3iam%20expurgos%22&pagfis=54056>. Acesso em: 24 jun. 2023.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história: o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BORGES, Paulo Torminn. **Institutos básicos do direito agrário**. São Paulo: Saraiva, 1998.
- BOURGEON, Roger. **O arcebispo das favelas**. Rio de Janeiro: Olivé Editor, 1969.
- BRAGA, Luzimar Medeiros. **Dom Helder, o profeta da paz**. 2010. Disponível em: <<https://www.medeirosbraga.com.br/cordeis.html>>. Acesso em: 15 mai. 2023.
- BRAIT, Beth. **A personagem**. São Paulo: Ática, 1985.
- BRASIL. Estatutos da Cruzada São Sebastião. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, seção I, p. 53-54, 1 nov. 1958.
- BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, DF. Presidência da República, 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em: 18 jul. 2023.
- CABRAL, Antônio. **A Terceira Guerra Mundial**. São Paulo: Moderna, 1987.

- CABRAL, Newton Darwin de Andrade; MOURA, Carlos André Silva de. "A casa do bispo marcando a presença de Cristo no mundo da inteligência e da cultura": as noitadas no solar de São José dos Manguinhos. *In*: CABRAL, Newton Darwin de Andrade; PINA NETA, Lucy (orgs.). "**Andar às voltas com o belo é andar às voltas com Deus**": a relação de Dom Helder Camara com as artes. Recife: Bagaço, 2018. p. 85-114.
- CABRAL, Newton Darwin de Andrade. Militância cristã e não-violência: discussão a partir de Dom Helder Camara. **Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP**, Recife, Ano III, n. 3, dez. 2004. p. 274-290.
- CABRAL, Newton Darwin de Andrade. **Onde está o povo, aí está a Igreja?** : histórias e memórias do Seminário Regional do Nordeste II, do Instituto de teologia do Recife e do Departamento de Pesquisa e assessoria. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2008.
- CALEGARI, Lizandro Carlos. Do social ao estético: notas sobre "Hilda Furacão", de Roberto Drummond. **Letras**, Santa Maria, v. 19, n. 1, p. 101-115, jan./jun. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11998>>. Acesso em: 12 mai. 2023.
- CAMARA, Dom Helder. **Revolução dentro da paz**. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968.
- CAMARA, Dom Helder. **Utopias peregrinas**. Recife: Universitária da UFPE, 1993.
- CAMARA, Helder. **Circulares conciliares**: de 10/11 de setembro a 7/8 de dezembro de 1965. Recife: CEPE, 2009a. (Obras Completas de Dom Helder. V. 1, T. 3). Orgs.: Luiz Carlos Luz Marques e Roberto de Araújo Faria.
- CAMARA, Helder. **Circulares interconciliares**: de 11/12 de abril a 9/10 de setembro de 1964. Recife: CEPE, 2009b. (Obras Completas de Dom Helder. V. 2, T. 1). Org.: Zildo Rocha.
- CAMARA, Helder. **Circulares pós-conciliares**: de 31 de maio/1º de junho a 26/27 de dezembro de 1966. Recife: CEPE, 2011. (Obras Completas de Dom Helder. V. 3, T. 2). Orgs.: Zildo Rocha e Daniel Sigal.
- CAMARA, Helder. **Circulares pós-conciliares**: de 25/26 de fevereiro a 30/31 de dezembro de 1968. Recife: CEPE, 2013. (Obras Completas de Dom Helder. V. 4, T. 2). Orgs.: Zildo Rocha e Daniel Sigal.
- CAMARA, Helder. Depoimento de Dom Helder Camara sobre o assassinato do Pe. Henrique. **Autos do Processo**, 16/04/1975. Disponível em: <<https://documentosrevelados.com.br/180-documentos-revelam-o-enfrentamento-de-dom-helder-camara-com-a-ditadura/>>. Acesso em: 13 jul. 2023.
- CANDIDO, Antonio *et al.* **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- CASTRO, Marcos de. **A Igreja e o autoritarismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1985.
- CASTRO, Marcos de. **Dom Hélder**: misticismo e santidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CASTRO, Ruy. **O anjo pornográfico**: a vida de Nelson Rodrigues. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.
- CHAVES, José Afonso. O cronista da cidade sonhada. *In*: CABRAL, Newton Darwin de Andrade; PINA NETA, Lucy (orgs.). "**Andar às voltas com o belo é andar às voltas com Deus**": a relação de Dom Helder Camara com as artes. Recife: Bagaço, 2018. p. 139-152.
- CHIAVENATO, Júlio José. **Violência no campo**: o latifúndio e a reforma agrária. São Paulo: Moderna, 1996.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

COSTA, Danielle Scholossarek Pinto da. **O fictício e o imaginário nas obras Campo geral e Uma estória de amor, de João Guimarães Rosa**. Rio de Janeiro, 2017. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

DAMATA, Gasparino. Semelhança intencional. **Jornal do Brasil**. 19/07/1969. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=%22Roger%20Bourgeon%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=137531>. Acesso em: 16 jun. 2023.

DANTO, Arthur. Crítica de arte após o fim da arte. Tradução de Cláudio Miklos. *In*: DANTO, Arthur. **Unnatural Wonders: Essays from the Gap between Art and Life**. New York: Farrar; Straus; Giroux, 2005, p. 3-18.

DEPARTAMENTO de História. **Uma cruzada para a cidade: Dom Helder Camara e o Rio de Janeiro nas décadas de 1950 e 1960**. Disponível em: <<http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/sites/default/files/documentos/producao-nucleo/pibic/uma-cruzada-para-cidade-dom-helder-camara-rio-janeiro/relatorio-uma-cruzada-para-cidade-dom-helder-camara-rio.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2023.

DILTHEY, W. Acerca del estudio de la historia de las ciencias del hombre, de la sociedad y del Estado. *In*: **Psicología y Teoría del Conocimiento**. Tradução e prólogo: Eugenio Imaz. México: Fondo de Cultura Económica, 1951.

DOM Helder repele as acusações do sociólogo. **Jornal do Commercio, Recife**, 25/08/1966.

DOM Helder: ataque e defesa no fim do silêncio. **O Cruzeiro**, 07/01/1978.

DOM Helder: também das universidades depende a paz. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05/03/1967.

DRUMMOND, Roberto. **Hilda Furacão**. São Paulo: Siciliano, 1991.

EXÉRCITO acusa padre Helder de agitador. **Jornal do Brasil**, 12/08/1966. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=%22Bispos%20ap%C3%B3s%20expurgos%22&pagfis=88078>. Acesso em: 24 jun. 2023.

FALCON, Francisco; MOURA, Gerson. **A formação do mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

FERRARINI, Sebastião Antonio. **A imprensa e o arcebispo vermelho: 1964-1984**. São Paulo: Paulinas, 1992.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Petrópolis: Vozes, 2008.

GANCHO, Cândida. **Como analisar narrativas**. São Paulo: Ática, 2002.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GILBERTO Freyre volta a instigar padre Helder, chamando-o para política. **Jornal do Brasil**, 02/11/1966.

GOLDMANN, Lucien. **Dialética e cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GOODMAN, Nelson. **Maneras de hacer mundos**. Madrid: Visor, 1990.

GUARINELLO, Norberto Luiz. **História Antiga**. São Paulo: Contexto, 2021.

HELDER: não sou comunista nem subversivo, **Diário da Noite**, Recife, 07/10/1968.

- HOBBSAWM, Eric. **A era do capital**, 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos**, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOORNAERT, Eduardo. **Helder Camara: quando a vida se faz Dom**. São Paulo: Paulus, 2021.
- IGREJA e problemas da terra. **CNBB**, 14 de fevereiro de 1980. Disponível em: <<https://pstrindade.files.wordpress.com/2015/01/cnbb-doc-17-igreja-e-problemas-da-terra.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2023.
- INGARDEN, R. **A obra de arte literária**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1973.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico de 1960**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.
- ISER, Wolfgang. **O ato da leitura: uma teoria do efeito estético**. v. 1. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- ISER, Wolfgang. O fictício e o imaginário. *In*: ROCHA, João de Castro (org.). **Teoria da ficção: indagações à obra de Wolfgang Iser**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.
- ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. *In*: COSTA LIMA, Luiz (org.). **Teoria da literatura em suas fontes**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.
- JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, s.d.
- JAUSS, Hans Robert. **A história da literatura como provocação à teoria literária**. São Paulo: Ática, 1994.
- JAUSS, Hans Robert. Estética da recepção: colocações gerais. *In*: COSTA LIMA, Luiz. **Textos de estética da recepção**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- JOÃO XXIII. **Pacem et terris**. 11 de abril de 1963. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- JORGE, Salomão. **O diabo celebra a missa**. São Paulo: L. Oren, 1969.
- JOZEF, Bella. **O jogo mágico**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1980.
- KARNAL, Leandro et al. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2011.
- LANCE-LIVRE. **Jornal do Brasil**. 04/02/1969. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=%22Roger%20Bourgeon%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=128997>. Acesso em: 12 jun. 2023.
- LE GOFF, Jacques. Memória. *In*: **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1990. p. 423-483.
- LIMA, Luiz Costa. **Mímesis e modernidade: formas das sombras**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
- LIVROS. **Jornal do Comercio**. 15/06/1969. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_15&pesq=%22Roger%20Bourgeon%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=59016>. Acesso em: 14 jun. 2023.
- LUCA, Tania Regina de. **Práticas de pesquisa em história**. São Paulo: Contexto, 2021.
- MARIA, Luiza de. **Machado de Assis: as artimanhas do humano**. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção encanto radical; 77).

MARINHO, Antonio. **Dom Helder**. Acervo pessoal do doutorando. 2018.

MARQUES, Luiz Carlos Luz. Dom Helder Camara: informações biográficas. *In*: CAMARA, Dom Helder. **Circulares conciliares**: de 13/14 de outubro de 1962 a [14 de] março de 1964. Recife: CEPE, 2009. (Obras Completas de Dom Helder. V. 1, T. 1). Orgs.: Luiz Carlos Luz Marques e Roberto de Araújo Faria.

MIRANDA, Maria do Carmo Tavares de. **Fé hoje?** : mistério da paixão e morte de Cristo na cidade do Recife. Recife: Mousinho Artefatos de Papel Ltda., 1966.

MOREIRA ALVES, Márcio. A Igreja dos pobres. **Manchete**, 15 maio 1993.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

MUSICALIDADE e pés descalços. **Jornal do Brasil**, 01/01/1996. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pesq=%22Mozart%20Vieira%22&pasta=ano%20199&hf=memoria.bn.br&pagfis=168332>. Acesso em: 10 mai. 2023.

NASSER, David. **Cara de Santo**. O Jornal, 12/07/1970. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=110523_06&pasta=ano%20197&pesq=%22Cara%20de%20Santo%22&pagfis=86022>. Acesso em: 27 jul. 2023.

NASSER, David. Minha Igreja não é a de Dom Helder. **O Cruzeiro**, 13/10/1970. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&Pesq=%22Rachel%20de%20Queiroz%22%20%22Helder%20Camara%22&pagfis=176074>>. Acesso em: 27 jul. 2023.

NOGUEIRA, Paulo Augusto de Souza. Religião e ficcionalidade: modos de as linguagens religiosas versarem sobre o mundo. *In*: NOGUEIRA, Paulo Augusto de Souza (org.). **Religião e linguagem**: abordagens teóricas interdisciplinares. São Paulo: Paulus, 2015. p. 115-142.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Estado de bem-estar social: origens e desenvolvimento. **Katálysis**, Florianópolis, n. 5, p. 89-103, jun./dez. 2001.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 7-28.

O AVESSE do Claustro. **Cia. do Tijolo**. 2016. Disponível em: <<https://www.ciadotijolo.com.br/avesso>>. Acesso em: 14 jul. 2023.

OLIVEIRA, Wagner. O vibrante som da redenção. **Blogs Diário de Pernambuco**, 17/09/2016. Disponível em: <<http://blogs.diariodepernambuco.com.br/segurancapublica/?tag=mozart-vieira>>. Acesso em: 10 mai. 2023.

ORQUESTRA Sinfônica da Paraíba. **Projeto acauã**: Sinfonia dos Dois Mundos. João Pessoa, s.n., 1985.

OS CAÇADORES de orelhas. **O Globo**. Rio de Janeiro, 01 fevereiro 1972.

PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. **Dom Helder Camara**: entre o poder e a profecia. São Paulo: Ática, 1997.

PINA NETA, Lucy da Silva. **Helder Pessoa Camara**: elementos de seu perfil intelectual a partir de suas bibliotecas. Recife, 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião – PPGCR, Universidade Católica de Pernambuco, 2013.

PINA NETA, Lucy. **O Dom da leitura**: Helder Camara e suas bibliotecas. São Paulo: Paulinas, 2018.

PLATÃO. **A República**. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

PRO(FÉ)TA o bispo do povo. **Cultura.PE**, 22/11/2019. Disponível em: <<https://www.cultura.pe.gov.br/canal/espacosculturais/profeta-o-bispo-do-povo-e-a-estrela-da-semana-no-teatro-arraial/>>. Acesso em: 15 jul. 2023.

QUEIROZ, Rachel de. O pastor de Olinda. **O Cruzeiro**. 02/05/1964. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003581&Pesq=%20O%20pastor%20de%20Olinda%22&pagfis=210449>>. Acesso em: 28 mai. 2023.

QUEIROZ, Rachel de. Retrato do Brasil. **O Cruzeiro**. 10/06/1960. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&Pesq=%22Rachel%20de%20Queiroz%22%20%22Helder%20Camara%22&pagfis=162507>>. Acesso em: 28 mai. 2023.

RODRIGUES, A. Medina *et al.* **Antologia da literatura brasileira**. São Paulo: Marco Editorial, 1979.

RODRIGUES, Nelson. **A cabra vadia**: novas confissões. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

RODRIGUES, Nelson. **O reacionário**: memórias e confissões. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

SEGOLIN, Fernando. **Personagem e anti-personagem**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.

SHKLOVSKY, V. **Theory of prose**. Tradução de Benjamin Sher. Illinois: Dalkey Archive, 1991.

SILVA, Cícero Williams da. **Dom Helder Camara e a Sinfonia dos Dois Mundos**. Recife: Bagaço, 2018.

SILVA, Wellington Teodoro da. **Catolicismo e golpe de 1964**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2018.

SOUZA LIMA, Luiz Gonzaga de. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil**: hipóteses para uma interpretação. Petrópolis: Vozes, 1979.

SUASSUNA, Ariano. Dom Helder. **Folha de São Paulo**, 07/09/1999. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz07099907.htm>>. Acesso em: 01 jul. 2023.

VEJA a lista de mortos e desaparecidos do regime militar. **Folha de São Paulo**. Folha digital, 10 dez. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1560655-veja-a-lista-de-mortos-e-desaparecidos-do-regime-militar.shtml>>. Acesso: 20 jul. 2023.

VERGARA, Gloria. **La experiencia estética en el pensamiento de Roman Ingarden**. *Cultura: International Journal of Philosophy of culture and Axiology*, [Romania], v. 8, p. 117-136, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.international-journal-of-axiology.net/articole/nr8/art09.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2023.

VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira – 1964-1985**: a democracia golpeada à direita e à esquerda. São Paulo: LeYa, 2014.

VODICKA, Felix. A história da repercussão das obras literárias. *In*: TOLEDO, Dionísio. **Círculo linguístico de Praga**: estruturalismo e semiologia. Porto Alegre: Globo, 1978.

WOLKMER, Antonio Carlos. **O Terceiro Mundo e a nova ordem internacional**. São Paulo: Ática, 1994.

ZILBERMAN, Regina. **Estética da recepção e história da literatura**. São Paulo: Ática, 2004.

ZOLBERG, Vera L. **Para uma sociologia das artes**. São Paulo: Senac São Paulo, 2006.

Obras de apoio

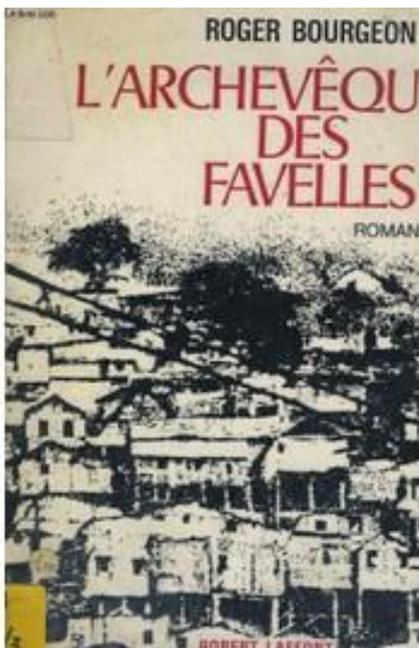
- AMARAL, Aracy Abreu. **Arte para que?** : a preocupação social na arte brasileira – 1930-1970. São Paulo: Nobel, 1984.
- BARBOSA, R. **A ditadura militar no Brasil**: uma história de violência e repressão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. Lisboa: Editorial Presença, 1996.
- CABRAL, Newton Darwin de Andrade; PINA NETA, Lucy; SILVA, Cícero Williams da. Fronteiras do arcebispo: a casa de Dom Helder Camara. **Fronteiras**, Recife, v. 1, n. 2, p. 431-459, jun./dez., 2018.
- CANÊDO, Leticia Bicalho. **A descolonização da Ásia e da África**. São Paulo: Atual, 1994.
- CANTARELA, Antonio Geraldo. **O caçador de ausências**: o sagrado em Mia Couto. Belo Horizonte, 2010. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2010.
- CARR, Eduard. **O que é história?**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.
- CAUQUELIN, Anne. **Teoria da arte**. São Paulo: Martins Fontes; Selo Martins, 2005.
- CHAVES, José Afonso. **“Rigorous Horizonte”**: estudo sociológico sobre a gênese do estilo antilírico de João Cabral de Melo Neto. Recife, 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2010.
- DANTO, Arthur. **A transfiguração do lugar-comum**: uma filosofia da arte. Tradução de Vera Pereira. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica**. Lisboa: Edições 70, 2000.
- ECO, Umberto. **A definição da arte**. Rio de Janeiro: Record, 2016.
- ECO, Umberto. **A estrutura ausente**. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- ECO, Umberto. **Estética**. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- FILHO, José Adriano. Estética da recepção e hermenêutica bíblica. *In*: NOGUEIRA, Paulo Augusto de Souza (org.). **Linguagens da religião**: desafios, métodos e conceitos centrais. São Paulo: Paulinas, 2012.
- FISCHER, Ernst. **A necessidade da arte**: uma interpretação marxista. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- HEIDEGGER, Martin. **A origem da obra de arte**. Lisboa: Edições 70, 2018.
- ISER, Wolfgang. **O ato da leitura**: uma teoria do efeito estético. v. 2. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- JAUSS, Hans Robert *et al.* **A literatura e o leitor**: textos de estética da recepção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- LAVOURA, César. **O poder simbólico das artes**: teatro e cinema nos tempos da Princesa Serrana. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2013.
- LIMA, Luiz Costa. **Teoria da literatura em suas fontes**. vol. 2. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.
- PARADA, Maurício. **Formação do mundo contemporâneo**: o século estilhaçado. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC-RJ, 2014.
- PIRES, José Maria. **Do centro para as margens**. João Pessoa: Acauã, 1978.

- REIS, D. A. **A ditadura militar brasileira: 40 anos depois**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- ROCHA, Zildo (org.). **Helder, o dom: uma vida que marcou os rumos da Igreja no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- ROMA FILHO, Elias. **Dom Helder e os jovens**. Recife: CEPE, 2006.
- ROOKMAAKER, Hans R. **A arte não precisa de justificativa**. Viçosa: Ultimato, 2010.
- RUSS, Jacqueline. **Filosofia: os autores, as obras**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- SARTORELLI, César Augusto. Artes religiosas. *In*: NOGUEIRA, Paulo Augusto de Souza (org.). **Religião e linguagem: abordagens teóricas interdisciplinares**. São Paulo: Paulus, 2015.
- SILVA, Paulo Gracino da. **Folheterias, poetas resistentes e cordel biográfico**. João Pessoa, 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal de Pernambuco, 2019.
- SOUZA, Maria do Carmo. **Estado e sociedade no Brasil**. São Paulo: Unesp, 1999.
- VIANNA, Luiz Werneck. **A democracia brasileira: um projeto em construção**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- ZABATIERO, Júlio Paulo Tavares. Semiótica discursiva e religião. *In*: NOGUEIRA, Paulo Augusto de Souza (org.). **Religião e linguagem: abordagens teóricas interdisciplinares**. São Paulo: Paulus, 2015. p. 217-251.
- ZÉRAFFA, Michel. **Pessoa e personagem: o romanesco dos anos 1920 aos anos 1950**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

ANEXOS

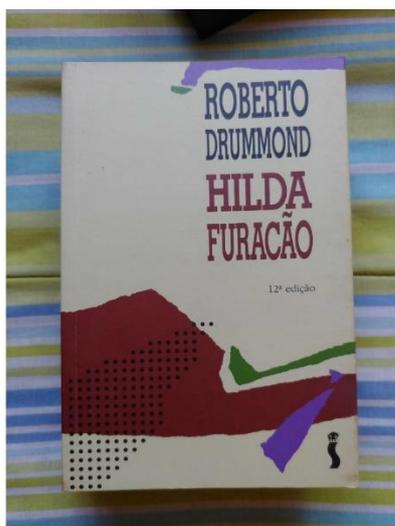
CADERNO ICONOGRÁFICO

Imagem 01:
Capa do livro *O arcebispo das favelas*, de Roger Bourgeon (edição francesa)



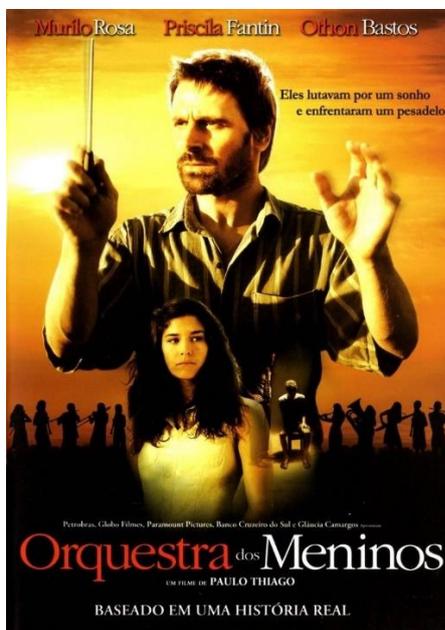
Fonte: Acervo Google Imagens

Imagem 02:
Capa do romance *Hilda Furacão*, de Roberto Drummond



Fonte: Acervo Google Imagens

Imagem 03:
Cartaz do filme *Orquestra dos Meninos*



Fonte: Acervo Google Imagens

Imagem 04:
Cartaz da peça teatral *O avesso do Claustro*



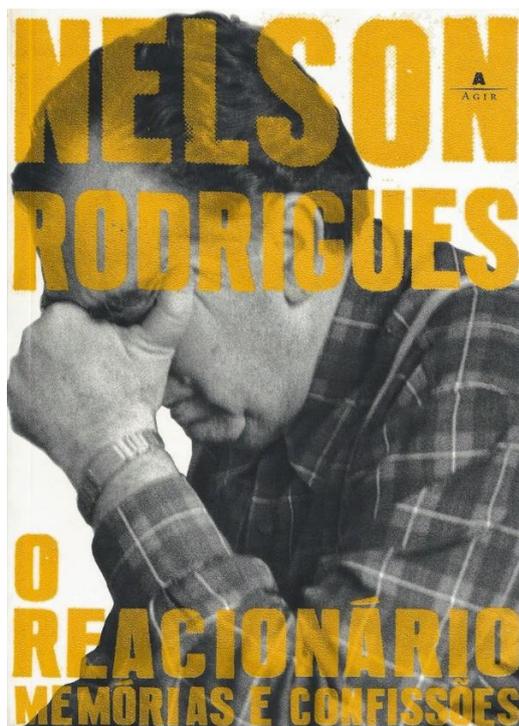
Fonte: Acervo Google Imagens

Imagem 05:
Cartaz do espetáculo *Pro(fé)ta: o bispo do povo*



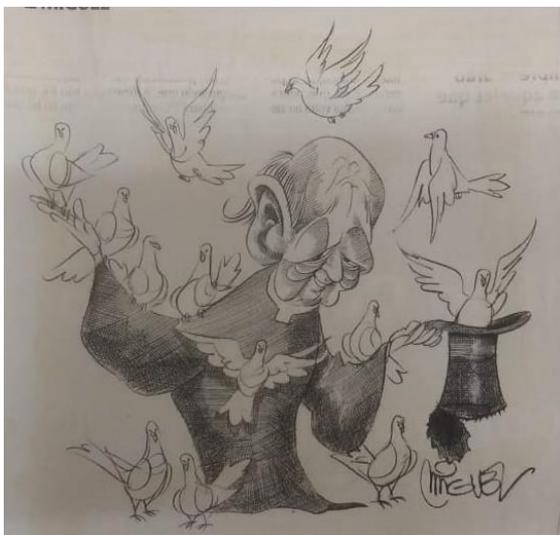
Fonte: Acervo Google Imagens

Imagem 06:
Capa de uma das coletâneas de crônicas, de Nelson Rodrigues



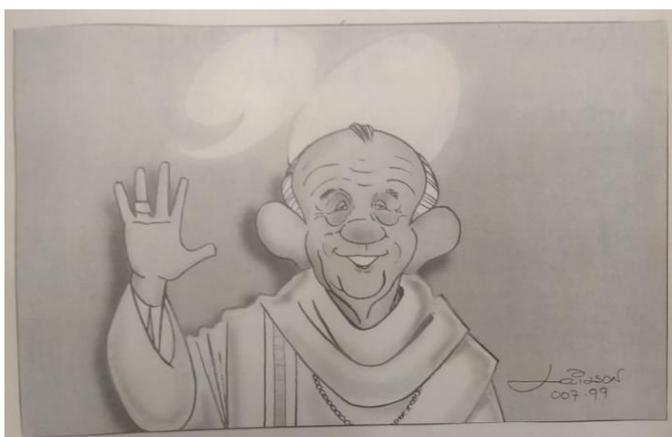
Fonte: Acervo Google Imagens

**Imagem 07:
Caricatura de Dom Helder**



Fonte: Jornal do Commercio (29/08/1999)

**Imagem 08:
Caricatura de Dom Helder**



Fonte: Diário de Pernambuco (07/02/1999)